

**FERNANDO  
NOGUEIRA DA  
COSTA**

**LEITURAS**  
**DE CABECEIRA**

**HISTÓRIA GERAL**

**CIDADANIA & CULTURA**

*[fernandonogueiracosta.wordpress.com](http://fernandonogueiracosta.wordpress.com)*

© Blog Cultura & Cidadania – 2019

Fernando Nogueira da Costa

COSTA, Fernando Nogueira da  
Leituras de Cabeceira: História Geral.  
Campinas, SP: Blog Cultura & Cidadania, 2019.  
264p.

1 História da Humanidade. 2. História da Cidadania.  
3. Civilização. I. Título.

330  
C837I

## Sumário

PREFÁCIO .....	5
<b>Parte I -</b>	
<b>HISTÓRIA DA HUMANIDADE .....</b>	<b>9</b>
<i>Sapiens: Uma Breve História da Humanidade</i> .....	10
Surgimento dos Animais Humanos .....	12
Teoria da Miscigenação e Teoria da Substituição.....	14
Homem Predador de Outros Homens .....	17
Revolução Cognitiva .....	20
Contar Histórias .....	25
<i>A Sexta Extinção</i> .....	29
Extinção em Massa .....	32
<i>Armas, Germes e Aço: os Destinos das Sociedades Humanas</i> .....	36
<i>Colapso</i> .....	39
<i>Uma História Comestível da Humanidade</i> .....	43
Paradoxos da Abundância.....	45
Revolução Verde na China e Índia .....	47
O Fantasma de Malthus .....	50
Problemas com a Revolução Verde.....	53
Uma Segunda Revolução Verde? .....	57
<i>Uma História do Mundo em Doze Mapas</i> .....	59
Perfeição da Arte da Cartografia .....	62
<b>Parte II -</b>	
<b>HISTÓRIA DA CIDADANIA.....</b>	<b>67</b>
<i>História da Cidadania</i> .....	68
Hebreus: Profetas Sociais como Porta-Vozes do Deus da Cidadania .....	70
Cidadania em Cidades-estados da Antiguidade Clássica .....	71
Cidadania Romana .....	75
Comunidades Cristãs e Cidadãs .....	78
Cidadania no Renascimento .....	82
Revolução Inglesa: Respeito aos Direitos dos Indivíduos.....	83
Revolução Inglesa: Cidadania Liberal.....	86
Revolução Americana: Estados Unidos, Liberdade e Cidadania.....	88
Cidadania Norte-Americana: Inclusiva Para Alguns e Excludente Para Muitos .....	90
Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade, Fraternidade como Metas Coletivas .....	94
Lutas Socialistas e Cidadania em SOREX - Socialismos Realmente Existentes.....	97
<i>O Processo Civilizador: Volume 1 - Uma História dos Costumes</i> .....	101
Desenvolvimento do Conceito de Civilidade .....	103
Discussão da Conduta Humana .....	106
<i>O Processo Civilizador: Volume 2 - Formação do Estado e Civilização</i> .....	108
Sociedade Aristocrática de Corte Pré-Nacional .....	112
Sociogênese do Absolutismo .....	115
Difusão da Pressão pela Previdência e Autocontrole.....	119
<i>Os Anjos Bons da Nossa Natureza</i> .....	124
Três Correntes na Era da Soberania .....	125
Ideologias Contrailuministas e a Era do Nacionalismo.....	127
<i>A Virada: O Nascimento do Mundo Moderno</i> .....	131
Epicuro e Lucrecio.....	136
Epicurismo e Ateísmo .....	139
<i>O Artífice</i> .....	140
Artesanato Coletivo: Contradição em Termos?.....	142
Capacitação Artesanal Pragmática.....	144

<i>História do crescimento econômico: as origens político-culturais da Revolução Industrial ...</i>	
148	
Genealogia dos Componentes Institucionais de um Sistema Complexo .....	152
Diferenças Institucionais entre Europa Ocidental e China Antiga.....	155
Desaparecimento das Redes de Relações Familiares .....	157
Revolução Comercial Pré-Capitalista .....	161
Coda: Ordens Sociais Familiares e Ordens Sociais Estatais.....	165
<i>A Grande Transformação: As Origens Políticas e Econômicas do Nosso Tempo .....</i>	170
Três Aspectos Essenciais da Obra A Grande Transformação .....	174
Projeto Social e Político de A Grande Transformação .....	177
<i>50 pensadores que formaram o mundo moderno .....</i>	180
Fascismo e Totalitarismo Soviético: Necessidade de um Pós-Marxismo de Esquerda ....	183
Ciência em Aceleração .....	186
<i>Civilização: Ocidente X Oriente .....</i>	190
Teorias dos Ciclos de Civilização .....	192
Seis Aplicativos para a Hegemonia da Civilização Ocidental .....	195
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>199</b>
<b>SOBRE O COMPILADOR .....</b>	<b>200</b>

## PREFÁCIO

A leitura revela traços de personalidade? E se a leitura for plural, múltipla, diversa em termos de assuntos e ideologia? Expressa falta de personalidade ou pensamento múltiplo e tolerante com a diversidade?

Necessitamos ter empatia com outras pessoas - e os livros nos permite isso. Ao nos colocarmos no lugar dos outros imaginamos como eles se sentem naquela posição. Essa postura é favorável, seja à solidariedade e à cooperação, seja para fazer negócio com uma proposta boa para ambos: o comprador e o vendedor.

Cada qual tem suas preferências pessoais, mas se há critérios subjetivos para avaliar um livro, quando ele entra na memória afetiva e jamais sai, há também critérios objetivos para fazer uma resenha de um livro.

O método para escrever resenhas, aprendido com um mestre e transmitido para meus alunos, tem quatro passos:

- Primeiro, contextualize o livro dentro de algum debate, mostrando qual é o “estado-da-arte”.
- Segundo, resuma o dito por o(s) autor(es) em suas próprias palavras, sem nenhum adjetivo.
- Terceiro, confronte a segunda parte com a primeira, isto é, mostre o avanço do autor em relação ao debate.
- Quarto e último, conclua avaliando o que ele poderia ter avançado e não o fez. Desse modo, o autor da resenha apresenta sua contribuição original ao debate. Só!

Ao se aproximar a data do nono aniversário do meu blog pessoal, surpreendentemente, constatei ter publicado trezentos e trinta artigos-resenhas. Ele me incentivou a leitura e o compartilhamento de minhas impressões a respeito de livros. Estes dividem com a música e o cinema minhas preferências de lazer. Sim, há tempos descobri o modo profissional de fazer o que faria de graça (ler) e ainda me pagarem por isso!

Misturo *fazer* e *lazer*: gosto de compartilhar tudo apreciado por mim. Vou aprendendo com a vida - e as leituras - e devolvo à sociedade, isto é, para quem quiser ler, o aprendido a partir de ensino público gratuito.

O blog se tornou um grande banco de dados e informações. Uso-o para organizar aulas e palestras. E, agora, livros. Podem ser úteis para alguém estudar.

Receio perder a memória... Por isso registro por escrito meus comentários sobre os livros lidos. Seu compartilhamento é um trabalho de voluntariado social.

Resolvi fazer coletâneas com as diversas resenhas postadas. Nomeei “Leituras de Cabeceira” pelo meu hábito de ler sempre antes de dormir. “Cabeceira” é um substantivo feminino sugestivo de metáforas válidas para o sentido da coletânea:

1. *em sentido lato, lado, parte ou extremidade de algo que corresponde à cabeça, a frente, a dianteira*
2. *p.ext. topo, extremidade ou parte mais alta*
  - 2.1. *extremidade de uma mesa retangular ou oval*
  - 2.2. *posição ou lugar de maior destaque, junto à mesa de uma refeição ou reunião, ou o que é ocupado pela(s) pessoa(s) mais importante(s)*
3. *(1546) parte da cama em que se repousa a cabeça, ao deitar-se*
4. *travesseiro, almofada para apoiar a cabeça*
  - 4.1. *p.ext. qualquer outro objeto feito ou us. para apoiar a cabeça durante o sono*
5. *parte do local da sepultura correspondente ao lado para o qual está voltada a cabeça do morto*
6. *p.ext. lápide colocada, ger. em posição vertical, nesse lugar, contendo inscrições acerca do defunto*
7. *início, ou os primeiros itens, de uma lista, rol ou relação*
8. *arq local no interior de uma igreja, ger. de forma semicircular e mais elevado que os outros recintos, situado na extremidade da nave principal, onde se encontra o altar-mor*
9. *enc m.q. cabeçada (no sentido de 'cordão ou debrum')*
10. *gráf m.q. cabeça (no sentido de 'as primeiras linhas')*
11. *(1710) B nascente de um rio, riacho; local em que está situada ou a região circunvizinha (mais us. no pl.) <o rio é pequeno e seca nas suas c.>*
12. *B conjunto das melhores reses, mais crescidas ou desenvolvidas, de uma boiada (mais us. no pl.)*

13. B *numa boiada, tropa ou rebanho, os animais que seguem à frente*
14. PA (Marajó) *parte do campo onde pasta o gado, distante do prédio principal da fazenda*
15. etn; MA *no bumba meu boi, toada ou cantiga executada pelo amo*
16. MT *trecho de mata coberto com buritis e onde há nascente(s) de rio(s) ou córrego(s)*  
  
Como substantivo masculino (1557):
17. *chefe, líder, comandante, dirigente; cabeça*
18. B (reg.) *vaqueiro que segue à frente da boiada ou ao lado da parte dianteira desta, logo atrás do guia e tange os animais*

O “livro de cabeceira” é aquele de leitura inesquecível ou memorável. Renovaremos sempre o interesse antes vivenciado com uma releitura de seu conteúdo através de uma breve resenha. Aqui, além das minhas, compilarei resumos e artigos-resenhas de outros autores, publicados na imprensa, e adequados ao uso didático.

Essa coletânea, um guia (ou amostra) de sugestões para leituras dos originais, é composta pelos seguintes volumes por ordem alfabética:

- Arte de Comunicar
- Arte do Roteiro
- Biografia e Futebol
- Ciência e Filosofia da Mente
- Economia
- Economia Mundial
- Finanças
- História do Brasil
- História dos Povos
- História Geral
- Política
- Sociologia e Comportamentos

Em *Leituras de Cabeceira*, o ensinamento básico a ser lembrado estará sempre à mão, no *iPad* ou *tablet*, para consultas e leituras oportunas. Quem quiser baixá-lo, clique em: <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/obras-quase-completas/>

Seus leitores terão a oportunidade de trocar impressões com outras pessoas, incentivando ao interlocutor o avaliar. Se essa leitura for realizada com inteligência e maturidade, devido à seleção de autores produtores de reflexões sábias, a pessoa será incentivada a ser melhor - e mais culta.

Então, indicar leituras de certos livros tem papel educativo. O mundo será melhor com maior escolarização da população e formação de leitores.

Este é o propósito de organizar essa série de coletâneas com as resenhas publicadas no blog *Cidadania & Cultura*: colaborar para a formação de cidadãos completos, conscientes tanto de seus direitos civis, políticos, sociais e econômicos, quanto da necessidade do cumprimento de seus deveres éticos e democráticos. Aliás, *estudar não é um direito a ser exercido ou não, mas é sim uma obrigação de todo cidadão!*

Eu me apresento aqui como quem compila. O compilador enfeixa, em uma única obra, textos, documentos e extratos provenientes de origens diversas. Em sentido pejorativo, acusa-se o compilador de ser um indivíduo cuja tarefa é meramente estruturar um texto sem interesse por se tratar de mero empréstimo de ideias ou passagens de outros autores ou de outras obras. Parodiando Lavoisier, “no processador de texto nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. No entanto, graças a esses sistemáticos estudos de obras de outros autores, ao longo de minha vida, pude escrever com criatividade alguma reflexão própria.



Parte I -  
HISTÓRIA DA  
HUMANIDADE

## *Sapiens: Uma Breve História da Humanidade*

O livro de Yuval Noah Harari com o título acima é um best-seller mundial. Lançado no Brasil em 2015 pela editora L&PM, de fácil leitura, é extremamente interessante, inclusive para uma nova reflexão sobre Economia Evolucionária. A obra é interdisciplinar, embora o autor possa ser designado como um biólogo evolucionista.

*Paleontologia* é a ciência cujo objetivo é estudar as formas de vida existentes em períodos geológicos passados, a partir dos seus fósseis. Harari utiliza as descobertas paleontológicas em uma narrativa histórica consistente. Escreve um texto fluído e ágil como o jornalístico. Apresento, em seguida, uma série de tópicos esquematizados como amostras do livro, cuja leitura do original eu recomendo.

“Há cerca de 13,5 bilhões de anos, a matéria, a energia, o tempo e o espaço surgiram naquilo que é conhecido como o Big Bang. A história dessas características fundamentais do nosso universo é denominada Física.

Por volta de 300 mil anos após seu surgimento, a matéria e a energia começaram a se aglutinar em estruturas complexas, chamadas átomos, que então se combinaram em moléculas. A história dos átomos, das moléculas e de suas interações é denominada Química.

Há cerca de 3,8 bilhões de anos, em um planeta chamado Terra, certas moléculas se combinaram para formar estruturas particularmente grandes e complexas chamadas organismos. A história dos organismos é denominada Biologia.

Há cerca de 70 mil anos, os organismos pertencentes à espécie *Homo sapiens* começaram a formar estruturas ainda mais elaboradas chamadas culturas. O desenvolvimento subsequente dessas culturas humanas é denominado História.

Três importantes revoluções definiram o curso da história.

1. *A Revolução Cognitiva* deu início à história, há cerca de 70 mil anos.
2. *A Revolução Agrícola* a acelerou, por volta de 12 mil anos atrás.
3. *A Revolução Científica*, que começou há apenas 500 anos, pode muito bem colocar um fim à história e dar início a algo completamente diferente.

Este livro de Yuval Noah Harari conta como essas três revoluções afetaram os seres humanos e os demais organismos.

Muito antes de haver História, já havia seres humanos. Animais bastante similares aos humanos modernos surgiram por volta de 2,5 milhões de anos atrás. Mas, por incontáveis gerações, eles não se destacaram da miríade de outros organismos com os quais partilhavam seu habitat.

Em um passeio pela África Oriental de 2 milhões de anos atrás, você poderia muito bem observar certas características humanas familiares:

- mães ansiosas acariciando seus bebês e bandos de crianças despreocupadas brincando na lama;
- jovens temperamentais rebelando-se contra as regras da sociedade e idosos cansados que só queriam ficar em paz;
- machos orgulhosos tentando impressionar as beldades locais e velhas matriarcas sábias que já tinham visto de tudo.

Esses humanos arcaicos amavam, brincavam, formavam laços fortes de amizade e competiam por status e poder - mas os chimpanzés, os babuínos e os elefantes também. Não havia nada de especial nos humanos. Ninguém, muito menos eles próprios, tinha qualquer suspeita de que seus descendentes um dia viajariam à Lua, dividiriam o átomo, mapeariam o código genético e escreveriam livros de história.

Cavalos e jumentos têm um ancestral recente em comum e partilham muitos traços físicos, mas demonstram pouco interesse sexual uns pelos outros. Acasalam entre si se forem induzidos a isso - entretanto seus descendentes, chamados mulas, são estéreis. Mutações no DNA dos jumentos podem nunca ter passado para os cavalos, e vice-versa. Os dois tipos de animais são conseqüentemente considerados duas espécies diferentes, trilhando caminhos evolucionários distintos. Já um buldogue e um spaniel podem ser muito diferentes em aparência, mas são membros da mesma espécie, partilhando a mesma informação de DNA. Acasalam entre si alegremente, e seus filhotes, ao crescer, cruzam com outros cachorros e geram mais filhotes.

As espécies que evoluíram de um mesmo ancestral são agrupadas em um “gênero”. Leões, tigres, leopardos e jaguares são espécies diferentes do gênero *Panthera*. Os biólogos nomeiam os organismos com um nome duplo latino, o gênero seguido da espécie. Os leões, por exemplo, são chamados *Panthera leo*, a espécie leão do gênero *Panthera*. Ao que tudo indica, todos os que estão lendo este livro são *Homo sapiens* - a espécie sapiens (sábua) do gênero *Homo* (homem).

Os gêneros, por sua vez, são agrupados em famílias, como a dos felídeos (leões, guepardos, gatos domésticos), a dos canídeos (lobos, raposas, chacais) e a dos elefantídeos (elefantes, mamutes, mastodontes). Todos os membros de uma família remontam a um mesmo patriarca ou matriarca original. Todos os gatos, por exemplo, dos menores gatos domésticos ao leão mais feroz, têm em comum um ancestral felídeo que viveu há cerca de 25 milhões de anos.

O *Homo sapiens* também pertence a uma família. Esse fato banal costumava ser um dos segredos mais bem guardados da história. Durante muito tempo, o *Homo sapiens* preferiu conceber a si mesmo como separado dos animais, um órfão destituído de família, carente de primos ou irmãos e, o que é mais importante, sem pai nem mãe. Mas isso simplesmente não é verdade. Gostemos ou não, somos membros de uma família grande e particularmente ruidosa chamada grandes primatas. Nossos parentes vivos mais próximos incluem os chimpanzés, os gorilas e os orangotangos. Os chimpanzés são os mais próximos. Há apenas 6 milhões de anos, uma mesma fêmea primata teve duas filhas. Uma delas se tornou a ancestral de todos os chimpanzés; a outra é nossa avó.”

#### Surgimento dos Animais Humanos

Yuval Noah Harari, no livro “*Sapiens - uma breve história da humanidade*”, usa o termo “*sapiens*” para designar membros da espécie *Homo sapiens*, ao passo que reserva o termo “humano” para se referir a todos os membros do gênero *Homo*.

Os humanos surgiram na África Oriental há cerca de 2,5 milhões de anos, a partir de um gênero anterior de primatas chamado *Australopithecus*, que significa “macaco do Sul”. Por volta de 2 milhões de anos atrás, alguns desses homens e mulheres arcaicos deixaram sua terra natal para se aventurar e se assentar em vastas áreas da África do Norte, da Europa e da Ásia. Como a sobrevivência nas florestas nevadas do norte da Europa requeria características diferentes das necessárias à sobrevivência nas florestas úmidas da Indonésia, as populações humanas evoluíram em direções diferentes. O resultado foram várias espécies distintas, a cada uma das quais os cientistas atribuíram um nome latino pomposo.

Os humanos na Europa e na Ásia Ocidental deram origem ao *Homo neanderthalensis* (“homem do vale do Neander”), popularmente conhecidos como “*neandertais*”. Os neandertais, mais robustos e mais musculosos do que nós, *sapiens*, estavam bem adaptados ao clima frio da Eurásia ocidental da era do gelo.

As regiões mais ocidentais da Ásia foram povoadas pelo *Homo erectus*, “Homem ereto”, que sobreviveu na região por quase 1,5 milhão de anos, sendo a espécie humana de maior duração. Esse recorde dificilmente será quebrado, mesmo por nossa própria espécie. É questionável se o *Homo sapiens* ainda existirá daqui a mil anos, de modo que 2 milhões de anos certamente está fora do nosso alcance.

Na ilha de Java, na Indonésia, viveu o *Homo soloensis*, “homem do vale do Solo”, que estava adaptado para a vida nos trópicos. Em outra ilha indonésia - a pequena ilha de Flores -, humanos arcaicos passaram por um processo que levou ao nanismo. Os humanos chegaram pela primeira vez à ilha de Flores quando o nível do mar estava excepcionalmente baixo, facilitando o acesso à ilha a partir do continente. Quando o nível do mar voltou a subir, algumas pessoas ficaram presas na ilha, que era pobre em recursos.

As pessoas grandes, que necessitavam muita comida, morriam primeiro. Os indivíduos menores tinham muito mais chances de sobrevivência. Com o passar das gerações, as pessoas de Flores se tornaram anãs. Essa espécie única, conhecida pelos cientistas como *Homo floresiensis*, chegava a uma altura máxima de apenas um metro e pesava não mais de 25 quilos. Ainda assim, era capaz de produzir ferramentas de pedra e ocasionalmente conseguia abater alguns dos elefantes da ilha - embora, a bem da verdade, os elefantes também fossem uma espécie diminuta.

Em 2010, outro irmão perdido foi resgatado do esquecimento, quando cientistas, escavando a caverna de Denisova, na Sibéria, descobriram um osso de dedo fossilizado. A análise genética comprovou que o dedo pertencia a uma espécie humana até então desconhecida, que foi denominada *Homo denisova*. Sabe-se lá quantos de nossos parentes perdidos estão esperando para ser descobertos em outras cavernas, em outras ilhas e em outros climas.

Enquanto esses humanos evoluíam na Europa e na Ásia, a evolução na África Oriental não parou. O berço da humanidade continuou a nutrir numerosas espécies novas, como o *Homo rudolfensis* (“homem do lago Rudolf”), o *Homo ergaster* (“homem trabalhador”) e, finalmente, nossa própria espécie, que, sem modéstia alguma denominamos *Homo sapiens* (“homem sábio”).

Alguns membros de algumas dessas espécies eram gigantes e outros, diminutos. Alguns eram caçadores destemidos, e outros, dóceis coletores de plantas. Alguns viviam em uma única ilha, ao passo que muitos perambulavam por continentes. Mas todos pertenciam ao gênero *Homo*.

É uma falácia comum conceber essas espécies como dispostas em uma linha reta de descendência, com os ergaster dando origem aos erectus, os erectus dando origem aos neandertais e os neandertais dando origem a nós. Esse modelo linear dá a impressão equivocada de que, em determinado momento, apenas um tipo de humano habitou a Terra e de que todas as espécies anteriores foram meros modelos mais antigos de nós mesmos.

A verdade é que, de aproximadamente 2 milhões de anos a 10 mil anos atrás, o mundo foi habitado por várias espécies humanas ao mesmo tempo. E por que não? Hoje há muitas espécies de raposas, ursos e porcos. O mundo de 100 mil anos atrás foi habitado por pelo menos seis espécies humanas diferentes. É nossa exclusividade atual, e não a multiplicidade de espécies em nosso passado, que é peculiar - e, talvez, incriminadora. Como Yuval Noah Harari revela, no livro “*Sapiens - uma breve história da humanidade*”, nós, sapiens, temos boas razões para reprimir a lembrança de nossos irmãos.

#### Teoria da Miscigenação e Teoria da Substituição

Yuval Noah Harari mostra, no livro “*Sapiens - uma breve história da humanidade*”, que apesar dos benefícios do fogo, há 150 mil anos os humanos ainda eram criaturas marginais. Agora eles podiam espantar leões, se aquecer durante noites frias e queimar uma ou outra floresta. Mas, considerando todas as espécies juntas, possivelmente o número de humanos vivendo entre o arquipélago indonésio e a Península Ibérica ainda não passava de 1 milhão, um mero ponto no radar ecológico.

Nossa espécie, *Homo sapiens*, já estava presente no palco do mundo, mas, até então, estivera apenas vivendo sua vidinha num canto da África. Não sabemos exatamente onde ou quando animais que podem ser classificados como *Homo sapiens* evoluíram pela primeira vez a partir algum tipo anterior de humano, mas a maioria dos cientistas concorda que há 150 mil anos a África Oriental estava povoada por sapiens que se pareciam exatamente como nós.

Se um deles aparecesse em um necrotério moderno, o patologista local não notaria nada peculiar. Graças às bênçãos do fogo, eles tinham mandíbulas e dentes menores que seus ancestrais, ao passo que tinham cérebros enormes, iguais aos nossos em tamanho.

Os cientistas também concordam que há cerca de 70 mil anos, sapiens da África Oriental se espalharam na península Arábica e de lá rapidamente tomaram o território da Eurásia.

Quando o Homo sapiens chegou à Arábia, a maior parte da Eurásia já era ocupada por outros humanos. O que aconteceu com eles? Há duas teorias conflitantes.

A Teoria da Miscigenação conta uma história de atração, sexo e miscigenação. À medida que os imigrantes africanos se espalharam pelo mundo, eles procriaram com outras populações humanas, e as pessoas, hoje, são resultado dessa miscigenação.

Por exemplo, quando os sapiens chegaram ao Oriente Médio e à Europa, encontraram os neandertais. Esses humanos eram mais musculosos que os sapiens, tinham cérebro maior e eram mais bem adaptados a climas frios. Usavam ferramentas e fogo, eram caçadores exímios e, ao que parece, cuidavam dos doentes e debilitados (arqueólogos encontraram ossos de neandertais que viveram por muitos anos com várias deficiências físicas, indícios de que eram cuidados por seus parentes). Os neandertais muitas vezes são retratados em caricaturas como o arquetípico “homem das cavernas” bruto e estúpido, mas indícios recentes mudaram essa imagem.

De acordo com a Teoria da Miscigenação, quando o Homo sapiens se espalhou por terras neandertais, os sapiens procriaram com neandertais até que as duas populações se fundiram. Se isso for verdade, então os eurasiáticos de hoje não são sapiens puros. São uma mistura de sapiens e neandertais. De forma semelhante, quando chegaram à Ásia Oriental, os sapiens se misturaram com os locais Homo erectus, de forma que os chineses e coreanos são uma mistura de sapiens e Homo erectus.

A visão oposta, chamada de Teoria da Substituição, conta uma história muito diferente - uma história de incompatibilidade, repulsa e, talvez, até mesmo genocídio. Sapiens e neandertais tinham anatomias diferentes, e muito provavelmente hábitos de acasalamento e até mesmo odor corporal diferentes. Provavelmente tinham pouco interesse sexual uns pelos outros.

Mesmo que um Romeu neandertal e uma Julieta sapiens se apaixonassem, não poderiam produzir descendentes férteis porque o abismo genético separando as duas populações já era intransponível. As duas populações teriam permanecido distintas, e quando os neandertais morreram, ou foram mortos, seus genes teriam morrido com eles. De acordo com essa teoria, sapiens substituíram todas as populações humanas anteriores sem se misturar com nenhuma delas. Nesse caso, a origem de todas as linhagens humanas existentes pode ser atribuída exclusivamente à África Oriental de 70 mil anos atrás.

Muita coisa depende desse debate. De uma perspectiva evolutiva, 70 mil anos é um intervalo relativamente curto.

- Se a Teoria da Substituição estiver correta, todos os humanos existentes têm mais ou menos a mesma bagagem genética, e as distinções raciais entre eles são desprezíveis.
- Mas se a Teoria da Miscigenação estiver correta, pode muito bem haver entre africanos, europeus e asiáticos diferenças genéticas que remontam a centenas de milhares de anos atrás. Trata-se de uma dinamite política que poderia fornecer matéria-prima para teorias raciais explosivas.

Nas últimas décadas, a Teoria da Substituição prevaleceu entre os cientistas. Tinha bases arqueológicas mais sólidas e era politicamente mais correta. Os cientistas não tinham desejo algum de abrir a caixa de Pandora do racismo ao afirmar a existência de uma diversidade genética significativa entre as populações humanas modernas.

Mas isso terminou em 2010, quando foram publicados os resultados de um esforço de quatro anos para mapear o genoma dos neandertais. Geneticistas conseguiram coletar DNA intacto de fósseis de neandertais em quantidade suficiente para fazer uma comparação detalhada com o DNA de humanos contemporâneos. Os resultados desconcertaram a comunidade científica.

Revelou-se que de 1% a 4% do DNA das populações modernas no Oriente Médio e na Europa são DNA de neandertal. Não é uma grande quantidade, mas é significativa. Um segundo choque veio meses depois, quando foi mapeado o DNA extraído do dedo fossilizado de Denisova. Os resultados comprovaram que até 6% do DNA humano dos melanésios e dos aborígenes australianos modernos são DNA denisovano!

Se esses resultados forem válidos - e é importante ter em mente que estão sendo realizadas mais pesquisas que podem tanto corroborar quanto modificar essas conclusões -, os defensores da Teoria da Miscigenação acertaram em pelo menos alguns aspectos. Mas isso não significa que a Teoria da Substituição esteja completamente errada. Uma vez que os neandertais e os denisovanos contribuíram apenas com uma pequena proporção de DNA para nosso genoma atual, é impossível falar de uma “fusão” entre os sapiens e outras espécies humanas. Embora as diferenças entre elas não fossem grandes o suficiente para evitar completamente a geração de descendentes férteis, eram suficientes para fazer que tais contatos fossem muito raros.

Sendo assim, como devemos entender as relações biológicas entre sapiens, neandertais e denisovanos?



- Por um lado, não eram espécies completamente distintas, como são os cavalos e os jumentos.
- Por outro lado, não eram apenas populações diferentes da mesma espécie, como os buldogues e os spaniels.

A realidade biológica não é em preto e branco. Há também áreas cinza importantes.

- Quaisquer duas espécies que tenham evoluído de um único ancestral, como os cavalos e os jumentos, foram, em algum momento, apenas duas populações da mesma espécie, como os buldogues e os spaniels.
- Com o tempo, as diferenças entre elas se acumularam, até que elas seguiram caminhos evolutivos separados.
- Deve ter havido um ponto em que as duas populações já eram bem diferentes uma da outra, mas ainda capazes, em raras ocasiões, de ter relações sexuais e gerar descendentes férteis.
- Então, houve mutação em mais um ou dois genes, e esse último fio que as conectava se perdeu para sempre.

Ao que parece, há cerca de 50 mil anos, sapiens, neandertais e denisovanos se encontravam nesse limite. Eram espécies quase separadas, mas não totalmente.

### Homem Predador de Outros Homens

Como Yuval Noah Harari mostra, em outro capítulo do livro “*Sapiens - uma breve história da humanidade*”, os sapiens já eram bem diferentes dos neandertais e dos denisovanos não só em seu código genético e em seus traços físicos, como também sua capacidade cognitiva e habilidades sociais. Mas ainda era igualmente possível, em raras ocasiões, que um sapiens e um neandertal tivessem um filho.

Portanto, as populações não se fundiram - mas alguns genes sortudos de neandertais pegaram uma carona no Expresso Sapiens. É um tanto perturbador - e, talvez, fascinante - pensar que nós, sapiens, possamos em algum momento ter tido relações sexuais com um animal de uma espécie diferente e gerado descendentes.

Mas se neandertais, denisovanos e outras espécies humanas não simplesmente se miscigenaram com os sapiens, por que desapareceram? Uma possibilidade é que o Homo sapiens as levou à extinção.

Imagine um bando de sapiens chegando a um vale nos Bálcãs onde os neandertais viviam há centenas de milhares de anos. Os recém-chegados começaram a caçar os cervos e a colher as nozes e as bagas que eram tradicionalmente a base alimentar dos neandertais.

Os sapiens eram melhores caçadores e coletores - graças à superioridade de sua tecnologia e de suas habilidades sociais -, de modo que se multiplicaram e se espalharam. Os neandertais, menos engenhosos, tinham cada vez mais dificuldade para se alimentar. Sua população definhou e pouco a pouco desapareceu, exceto, talvez, por um ou dois membros que se uniram a seus vizinhos sapiens.

Outra possibilidade é que a competição por recursos tenha irrompido em violência e genocídio. A tolerância não é uma marca registrada dos sapiens. Nos tempos modernos, uma pequena diferença em cor de pele, dialeto ou religião tem sido suficiente para levar um grupo de sapiens a tentar exterminar outro grupo.

Os sapiens antigos teriam sido mais tolerantes para com uma espécie humana totalmente diferente? É bem possível que, quando os sapiens encontraram os neandertais, o resultado tenha sido a primeira e mais significativa campanha de limpeza étnica na história.

O que quer que tenha acontecido, os neandertais (e outras espécies humanas) apresentam um dos grandes “e ses” da história. Imagine o que poderia ter acontecido se os neandertais ou denisovanos tivessem sobrevivido ao lado do Homo sapiens.

- Que tipos de cultura, sociedade e estrutura política teriam surgido em um mundo em que várias espécies humanas diferentes coexistissem?
- Como, por exemplo, as fés religiosas teriam se desenvolvido?
- O livro do Gênesis teria declarado que os neandertais descenderam de Adão e Eva, Jesus teria morrido pelos pecados dos denisovanos, e o Corão teria reservado lugares no Paraíso para todos os humanos corretos, independentemente da espécie?
- Os neandertais teriam recebido um lugar no sistema de castas hindu, ou na vasta burocracia da China imperial?
- A Declaração da Independência dos Estados Unidos teria considerado como uma verdade evidente que todos os membros do gênero Homo foram criados iguais?

- Karl Marx teria instado os trabalhadores de todas as espécies a se unirem?

Nos últimos 10 mil anos, o Homo sapiens esteve tão acostumado a ser a única espécie humana que é difícil para nós concebermos qualquer outra possibilidade. A ausência de irmãos ou irmãs torna fácil imaginar que somos o epítome da criação e que um cisma nos separa do resto do reino animal.

Quando Charles Darwin sugeriu que o Homo sapiens era apenas mais uma espécie animal, as pessoas ficaram furiosas. Ainda hoje, muitos se recusam a acreditar nisso.

Se os neandertais tivessem sobrevivido, ainda conceberíamos a nós mesmos como uma criatura distinta? Talvez tenha sido exatamente por isso que nossos ancestrais eliminaram os neandertais. Eles eram similares demais para se ignorar, mas diferentes demais para se tolerar.

Se a culpa é dos sapiens ou não, o fato é que, tão logo eles chegavam a um novo local, a população nativa era extinta.

- Os últimos remanescentes do Homo soloensis datam de cerca de 50 mil anos atrás.
- O Homo denisova desapareceu logo depois.
- Os neandertais sumiram há cerca de 30 mil anos.

Os últimos humanos diminutos desapareceram da ilha de Flores há aproximadamente 12 mil anos. Deixaram para trás alguns ossos, ferramentas de pedra, uns poucos genes em nosso DNA e uma porção de perguntas sem resposta. Também deixaram a nós, Homo sapiens, a última espécie humana.

- Qual é o segredo do sucesso dos sapiens?
- Como conseguimos nos instalar tão rapidamente em tantos habitats distantes e tão diversos em termos ecológicos?
- Como condenamos todas as outras espécies humanas ao esquecimento?
- Por que nem mesmo os neandertais, fortes, de cérebro grande e resistentes ao frio, conseguiram sobreviver a nosso ataque violento?

O debate continua a se alastrar. Yuval Noah Harari afirma que a resposta mais provável é propriamente aquilo que torna o debate possível: o Homo sapiens conquistou o mundo, acima de tudo, graças à sua linguagem única.”

## Revolução Cognitiva

Yuval Noah Harari, no livro “Sapiens - uma breve história da humanidade”, afirma que, embora os sapiens já habitassem a África Oriental há 150 mil anos, apenas por volta de 70 mil anos atrás eles começaram a dominar o resto do planeta Terra e levar as demais espécies humanas à extinção.

Nos milhares de anos desse período, embora esses sapiens arcaicos se parecessem exatamente conosco e embora seu cérebro fosse tão grande quanto o nosso, eles:

- não gozavam de qualquer vantagem notável sobre outras espécies humanas,
- não produziam ferramentas particularmente sofisticadas e
- não realizavam nenhum outro feito especial.

De fato, no primeiro encontro registrado entre sapiens e neandertais, os neandertais levaram a melhor. Por volta de 100 mil anos atrás, alguns grupos de sapiens migraram para o Levante - que era território neandertal -, mas foram incapazes de garantir sua sobrevivência. Isso pode ter se devido:

1. à crueldade dos nativos,
2. a um clima inclemente ou
3. à presença de parasitas com os quais não estavam familiarizados.

Qualquer que seja o motivo, os sapiens acabaram por se retirar, deixando os neandertais como senhores do Oriente Médio.

Esse registro escasso de conquistas levou especialistas a especularem que a estrutura interna do cérebro desses sapiens provavelmente era diferente da nossa. Eles se pareciam conosco, mas suas capacidades cognitivas - aprendizado, memória, comunicação - eram muito mais limitadas.

Ensinar português a um desses sapiens antigos, persuadi-lo da verdade do dogma cristão ou fazê-lo entender a Teoria da Evolução, provavelmente, teriam sido tarefas infrutíferas. Por outro lado, teríamos muita dificuldade para aprender sua linguagem e compreender seu modo de pensar.

Mas então, a partir de 70 mil anos atrás, o Homo sapiens começou a fazer coisas muito especiais. Nessa época, bandos de sapiens deixaram a

África pela segunda vez. Dessa vez, eles expulsaram os neandertais e todas as outras espécies humanas não só do Oriente Médio como também da face da Terra.

Em um período incrivelmente curto, os sapiens chegaram à Europa e ao leste da Ásia. Há aproximadamente 45 mil anos, conseguiram atravessar o mar aberto e chegaram à Austrália - um continente até então intocado por humanos.

O período de 70 mil anos atrás a 30 mil anos atrás testemunhou a invenção de barcos, lâmpadas a óleo, arcos e flechas e agulhas (essenciais para costurar roupas quentes). Os primeiros objetos que podem ser chamados de arte e joalheria datam dessa era, assim como os primeiros indícios incontestáveis de religião, comércio e estratificação social.

A maioria dos pesquisadores acredita que essas conquistas sem precedentes foram produto de uma revolução nas habilidades cognitivas dos sapiens. Eles sustentam que os indivíduos que levaram os neandertais à extinção, que se instalaram na Austrália e que esculpiram o homem-leão de Stadel eram tão inteligentes, criativos e sensíveis como nós.

Se nos deparássemos com os artistas da caverna de Stadel, poderíamos aprender a língua deles, e eles, a nossa. Seríamos capazes de lhes explicar tudo que conhecemos - das Aventuras de Alice no País das Maravilhas aos paradoxos da Física Quântica - e eles poderiam nos ensinar como seu povo concebia o mundo.

O surgimento de novas formas de pensar e se comunicar, entre 70 mil anos atrás a 30 mil anos atrás, constitui a Revolução Cognitiva. O que a causou? Não sabemos ao certo. A teoria mais aceita afirma que mutações genéticas acidentais mudaram as conexões internas do cérebro dos sapiens, possibilitando que pensassem de uma maneira sem precedentes e se comunicassem usando um tipo de linguagem totalmente novo. Poderíamos chamá-las de mutações da árvore do conhecimento.

Por que ocorreram no DNA do sapiens e não no DNA dos neandertais? Até onde pudemos verificar, foi uma questão de puro acaso. Mas é mais importante entender as consequências das mutações da árvore do conhecimento do que suas causas. O que havia de tão especial na nova linguagem dos sapiens que nos permitiu conquistar o mundo?

Essa não foi a primeira linguagem. Todos os animais têm alguma forma de linguagem. Até mesmo os insetos, como abelhas e formigas, sabem se comunicar de maneiras sofisticadas, informando uns aos outros sobre o paradeiro de alimentos.

Tampouco foi a primeira linguagem vocal. Muitos animais, incluindo todas as espécies de macaco, têm uma linguagem vocal. Por exemplo, macacos-verdes usam gritos de vários tipos para se comunicar. Os zoólogos identificaram um grito que significa: “Cuidado! Uma águia!”. Um grito um pouco diferente alerta: “Cuidado! Um leão!”.

Quando os pesquisadores reproduziram uma gravação do primeiro grito para um grupo de macacos, estes pararam o que estavam fazendo e olharam para cima assustados. Ao ouvir uma gravação do segundo grito, o aviso do leão, o grupo subiu rapidamente em uma árvore.

Os sapiens podem produzir muitos mais sons do que os macacos-verdes, mas as baleias e os elefantes têm habilidades igualmente impressionantes. Um papagaio pode dizer qualquer coisa proferida por Albert Einstein, além de imitar o som de telefones chamando, portas batendo e sirenes tocando. Qualquer que fosse a vantagem de Einstein sobre um papagaio, não era vocal. O que, então, há de tão especial em nossa linguagem?

A resposta mais comum é que nossa linguagem é incrivelmente versátil. Podemos conectar uma série limitada de sons e sinais para produzir um número infinito de frases, cada uma delas com um significado diferente. Podemos, assim, consumir, armazenar e comunicar uma quantidade extraordinária de informação sobre o mundo à nossa volta.

Um macaco-verde pode gritar para seus camaradas: “Cuidado! Um leão!”, mas um humano moderno pode dizer aos amigos que esta manhã, perto da curva do rio, ele viu um leão atrás de um rebanho de bisões. Pode então descrever a localização exata, incluindo os diferentes caminhos que levam à área em questão. Com essas informações, os membros do seu bando podem pensar juntos e discutir se devem se aproximar do rio, expulsar o leão e caçar os bisões.

Uma segunda teoria concorda que nossa linguagem singular evoluiu como um meio de partilhar informações sobre o mundo. Mas as informações mais importantes que precisavam ser comunicadas eram sobre humanos, e não sobre leões e bisões.

Nossa linguagem evoluiu como uma forma de fofoca. De acordo com essa teoria, o Homo sapiens é antes de mais nada um animal social. A cooperação social é essencial para a sobrevivência e a reprodução. Não é suficiente que homens e mulheres conheçam o paradeiro de leões e bisões. É muito mais importante para eles saber:

- quem em seu bando odeia quem,

- quem está dormindo com quem,
- quem é honesto e quem é trapaceiro.

A quantidade de informações que é preciso obter e armazenar a fim de rastrear as relações sempre cambiantes até mesmo de umas poucas dezenas de indivíduos é assombrosa. (Em um bando de cinquenta indivíduos, há 1.225 relações de um para um, e incontáveis combinações sociais mais complexas.)

Todos os macacos mostram um ávido interesse por tais informações sociais, mas eles têm dificuldade para fofocar de fato. Os neandertais e os *Homo sapiens* arcaicos provavelmente também tiveram dificuldade para falar pelas costas uns dos outros - uma habilidade muito difamada que, na verdade, é essencial para a cooperação em grande número.

As novas habilidades linguísticas que os *sapiens* modernos adquiriram há cerca de 70 milênios permitiram que fofocassem por horas a fio. Graças a informações precisas sobre quem era digno de confiança, pequenos grupos puderam se expandir para bandos maiores, e os *sapiens* puderam desenvolver tipos de cooperação mais sólidos e mais sofisticados.

A Teoria da Fofoca pode parecer uma piada, mas vários estudos a corroboram. Ainda hoje, a maior parte da comunicação humana - seja na forma de e-mails, telefonemas ou colunas nos jornais - é fofoca. É tão natural para nós que é como se nossa linguagem tivesse evoluído exatamente com esse propósito.

Você acha que quando almoçam juntos professores de História conversam sobre as causas da Primeira Guerra Mundial, ou que físicos nucleares passam o intervalo do café em conferências científicas falando sobre partículas subatômicas? Às vezes. Mas com muito mais frequência eles fofocam sobre a professora que flagrou o marido com outra, ou sobre a briga entre o chefe do departamento e o reitor, ou sobre os rumores de que um colega usou sua verba de pesquisa para comprar um Lexus.

A fofoca normalmente gira em torno de comportamentos inadequados. Os que fomentam os rumores são o quarto poder original, jornalistas que informam a sociedade sobre trapaceiros e aproveitadores e, desse modo, a protegem.

Muito provavelmente, tanto a Teoria da Fofoca quanto a Teoria do Leão Perto do Rio são válidas. Mas a característica verdadeiramente única da nossa linguagem não é sua capacidade de transmitir informações sobre homens e leões. É a capacidade de transmitir informações sobre coisas que não existem.

Até onde sabemos, só os sapiens podem falar sobre tipos e mais tipos de entidades que nunca viram, tocaram ou cheiraram.

Lendas, mitos, deuses e religiões apareceram pela primeira vez com a Revolução Cognitiva. Antes disso, muitas espécies animais e humanas foram capazes de dizer: “Cuidado! Um leão!”. Graças à Revolução Cognitiva, o Homo sapiens adquiriu a capacidade de dizer: “O leão é o espírito guardião da nossa tribo”. Essa capacidade de falar sobre ficções é a característica mais singular da linguagem dos sapiens.

É relativamente fácil concordar que só o Homo sapiens pode falar sobre coisas que não existem de fato e acreditar em meia dúzia de coisas impossíveis antes do café da manhã. Você nunca convencerá um macaco a lhe dar uma banana prometendo a ele bananas ilimitadas após a morte no céu dos macacos. Mas isso é tão importante? Afinal, a ficção pode ser perigosamente enganosa ou confusa.

As pessoas que vão à floresta à procura de fadas e unicórnios parecem ter uma chance menor de sobrevivência do que as que vão à procura de cogumelos e cervos. E, se você passa horas rezando para espíritos guardiães inexistentes, não está perdendo um tempo precioso, tempo que seria mais bem utilizado procurando comida, guerreando e copulando?

Mas a ficção nos permitiu não só imaginar coisas como também fazer isso coletivamente. Podemos tecer mitos partilhados, tais como:

1. a história bíblica da criação,
2. os mitos do Tempo do Sonho dos aborígenes australianos e
3. os mitos nacionalistas dos Estados modernos.

Tais mitos dão aos sapiens a capacidade sem precedentes de cooperar de modo versátil em grande número. Formigas e abelhas também podem trabalhar juntas em grande número, mas elas o fazem de maneira um tanto rígida, e apenas com parentes próximos. Lobos e chimpanzés cooperam de forma muito mais versátil do que formigas, mas só o fazem com um pequeno número de outros indivíduos que eles conhecem intimamente. Os sapiens podem cooperar de maneiras extremamente flexíveis com um número incontável de estranhos. É por isso que os sapiens governam o mundo, ao passo que as formigas comem nossos restos e os chimpanzés estão trancados em zoológicos e laboratórios de pesquisa.



## Contar Histórias

Yuval Noah Harari, no livro *“Sapiens - uma breve história da humanidade”*, afirma que contar histórias eficazes não é fácil. A dificuldade está não em contar a história, mas em convencer todos os demais a acreditarem nela.

Grande parte da nossa história gira em torno desta questão: como convencer milhões de pessoas a acreditarem em histórias específicas sobre deuses, ou nações, ou empresas de responsabilidade limitada? Mas, quando isso funciona, dá aos sapiens poder imenso, porque possibilita que milhões de estranhos cooperem para objetivos em comum.

Tente imaginar o quão difícil teria sido criar Estados, ou igrejas, ou sistemas jurídicos se só fôssemos capazes de falar sobre coisas que realmente existem, como rios, árvores e leões. Com o passar dos anos, as pessoas teceram uma rede incrivelmente complexa de histórias. Nessa rede, ficções não só existem como acumulam enorme poder. Têm mais poder do que qualquer leão ou bando de leões.

Os tipos de coisa que as pessoas criam por meio dessa rede de histórias são conhecidos nos meios acadêmicos como “ficções”, “construtos sociais” ou “realidades imaginadas”. Uma realidade imaginada não é uma mentira.

Ao contrário da mentira, uma realidade imaginada é algo em que todo mundo acredita e, enquanto essa crença partilhada persiste, a realidade imaginada exerce influência no mundo.

Alguns feiticeiros são charlatães, mas a maioria acredita sinceramente na existência de deuses e demônios. A maioria dos milionários acredita sinceramente na existência do dinheiro e das empresas de responsabilidade limitada. A maioria dos ativistas dos direitos humanos acredita sinceramente na existência de direitos humanos. Ninguém estava mentindo quando, em 2011, a ONU exigiu que o governo líbio respeitasse os direitos humanos de seus cidadãos, embora a ONU, a Líbia e os direitos humanos sejam todos produtos de nossa fértil imaginação.

Desde a Revolução Cognitiva, os sapiens vivem, portanto, em uma realidade dual:

1. por um lado, a realidade objetiva dos rios, das árvores e dos leões;
2. por outro, a realidade imaginada de deuses, nações e corporações.

Com o passar do tempo, a realidade imaginada se tornou ainda mais poderosa, de modo que hoje a própria sobrevivência de rios, árvores e leões

depende da graça de entidades imaginadas, tais como deuses, nações e corporações.

A capacidade de criar uma realidade imaginada com palavras possibilitou que um grande número de estranhos coopere de maneira eficaz. Mas também fez algo mais. Uma vez que a cooperação humana em grande escala é baseada em mitos, a maneira como as pessoas cooperam pode ser alterada modificando-se os mitos - contando-se histórias diferentes.

Nas circunstâncias adequadas, os mitos podem mudar muito depressa. Em 1789, a população francesa, quase da noite para o dia:

1. deixou de acreditar no mito do direito divino dos reis e
2. passou a acreditar no mito da soberania do povo.

Em consequência, desde a Revolução Cognitiva, o *Homo sapiens* tem sido capaz de revisar seu comportamento rapidamente de acordo com necessidades em constante transformação. Isso abriu uma via expressa de evolução cultural, contornando os engarrafamentos da evolução genética. Acelerando por essa via expressa, o *Homo sapiens* logo ultrapassou todas as outras espécies humanas em sua capacidade de cooperar.

O comportamento de outros animais sociais é determinado em grande medida por seus genes. O DNA não é um autocrata. O comportamento animal também é influenciado por fatores ambientais e por peculiaridades individuais. No entanto, em um ambiente estável, animais da mesma espécie tendem a se comportar de maneira similar. Em geral, mudanças significativas no comportamento social não podem ocorrer sem mutações genéticas.

Por razões similares, os humanos arcaicos não iniciavam revoluções. Até onde sabemos, as mudanças nos padrões sociais, a invenção de novas tecnologias e a consolidação de novos hábitos decorreram mais de mutações genéticas e pressões ambientais do que de iniciativas culturais.

É por isso que levou centenas de milhares de anos para os humanos darem esses passos. Há 2 milhões de anos, mutações genéticas resultaram no surgimento de uma nova espécie humana chamada *Homo erectus*. Seu surgimento foi acompanhado pelo desenvolvimento de uma nova tecnologia de ferramentas de pedra, hoje reconhecida como uma característica decisiva dessa espécie. Enquanto o *Homo erectus* não passou por novas alterações genéticas, suas ferramentas de pedra continuaram mais ou menos as mesmas - por quase 2 milhões de anos!

Por sua vez, desde a Revolução Cognitiva, os sapiens têm sido capazes de mudar seu comportamento rapidamente, transmitindo novos comportamentos a gerações futuras sem necessidade de qualquer mudança genética ou ambiental.

Por exemplo, considere o advento repetido de elites sem filhos, como a classe sacerdotal católica, as ordens monásticas budistas e as burocracias eunucas chinesas. A existência de tais elites vai contra os princípios mais fundamentais da seleção natural, já que esses membros dominantes da sociedade deliberadamente abrem mão da procriação.

Enquanto, entre os chimpanzés, os machos *alfa* usam seu poder para ter relações sexuais com tantas fêmeas quanto possível - e, conseqüentemente, gerar uma grande proporção dos filhotes do grupo -, os machos alfa católicos se abstêm completamente das relações sexuais e dos cuidados dos filhos. Essa abstinência não resulta de condições ambientais singulares, tais como a carência severa de alimentos ou de parceiros em potencial. Tampouco é resultado de alguma mutação genética peculiar. A Igreja Católica sobreviveu por séculos não por transmitir um “gene do celibato” de um papa ao seguinte, mas por transmitir as histórias do Novo Testamento e do direito canônico católico.

Em outras palavras, enquanto os padrões de comportamento dos humanos arcaicos permaneceram inalterados por dezenas de milhares de anos, os sapiens conseguem transformar suas estruturas sociais, a natureza de suas relações interpessoais, suas atividades econômicas e uma série de outros comportamentos no intervalo de uma ou duas décadas.

Considere uma habitante de Berlim nascida em 1900 e vivendo longevos cem anos. Ela passou a infância no Império Hohenzollern de Guilherme II; seus anos adultos na República de Weimar, no Terceiro Reich nazista e na Alemanha Oriental comunista; e morreu cidadã de uma Alemanha democrática reunificada. Conseguiu ser parte de cinco sistemas sociopolíticos muito diferentes, embora seu DNA tenha permanecido exatamente o mesmo.

Isso foi essencial para o sucesso dos sapiens. Em uma briga de um para um, provavelmente um neandertal teria derrotado um sapiens. Mas em um conflito de centenas, os neandertais não teriam uma chance sequer.

Os *neandertais* podiam partilhar informações sobre o paradeiro de leões, mas provavelmente não podiam contar - e revisar - histórias sobre espíritos tribais. Sem a capacidade de criar ficção, os neandertais não conseguiam cooperar efetivamente em grande número nem adaptar seu ambiente social para responder aos desafios em rápida transformação.

Embora não possamos adentrar a mente de um neandertal para entender como eles pensavam, temos indícios indiretos dos limites de sua capacidade cognitiva em comparação com seus rivais sapiens. Ao escavar sítios habitados por *sapiens* há 30 mil anos no interior do continente europeu os arqueólogos ocasionalmente encontram conchas da costa mediterrânea e da costa atlântica. É muito provável que essas conchas tenham chegado ao interior do continente por meio de escambo a longa distância entre diferentes bandos de sapiens. Os sítios de neandertais não têm indícios de tal escambo. Cada grupo fabricava suas próprias ferramentas com materiais encontrados no local.

O comércio pode parecer uma atividade muito pragmática, que não requer nenhuma base fictícia. Mas o fato é que:

1. nenhum outro animal além do sapiens pratica o comércio, e
2. todas as redes de comércio dos sapiens sobre as quais temos informações detalhadas se baseiam em ficções.

O comércio não pode existir sem confiança [e empatia], e é muito difícil confiar em estranhos. A rede de comércio global de nossos dias se baseia em nossa confiança em entidades fictícias tais como o dólar, o Federal Reserve Bank e as marcas registradas das corporações.

Quando dois estranhos em uma sociedade tribal querem fazer comércio, eles geralmente constroem confiança mútua recorrendo a um deus, ancestral mítico ou animal totêmico em comum.

Se sapiens arcaicos que acreditavam em tais ficções trocaram conchas e obsidianas, é razoável pensar que também podem ter trocado informações, criando assim redes de conhecimento muito mais amplas e mais densas do que a que serviu aos neandertais e a outros humanos arcaicos.

As técnicas de caça são outro exemplo dessas diferenças.

- Os neandertais geralmente caçavam sozinhos ou em pequenos grupos.
- Os sapiens, por outro lado, desenvolveram técnicas que se apoiavam na cooperação entre dezenas de indivíduos, e talvez até mesmo entre bandos diferentes.

Um método particularmente eficaz era cercar um rebanho inteiro de animais, como cavalos selvagens, e então aossá-los em um desfiladeiro, onde era fácil abatê-los em massa. Se tudo saísse de acordo com o plano, os bandos podiam obter toneladas de carne, gordura e pele animal em uma única tarde

de esforço coletivo, e consumir essas riquezas numa grande festividade, ou secá-las e congelá-las para uso posterior.

Os arqueólogos descobriram sítios em que rebanhos inteiros eram abatidos anualmente dessa maneira. Há inclusive sítios onde se ergueram cercas e obstáculos a fim de criar armadilhas artificiais e abatedouros.

Podemos presumir que os neandertais não ficaram felizes ao ver seus campos de caça tradicionais transformados em abatedouros controlados pelos sapiens. No entanto, se a violência irrompeu entre as duas espécies, os neandertais não se saíram muito melhor do que os cavalos selvagens.

Cinquenta neandertais cooperando em padrões tradicionais e estáticos não eram páreo para cinco centenas de sapiens versáteis e inovadores. E, mesmo que os sapiens perdessem o primeiro round, logo eram capazes de inventar novas estratégias que lhes possibilitariam vencer o segundo.

## A Sexta Extinção

O livro *A Sexta Extinção: Uma História Não Natural* (Rio de Janeiro; Editora Intrínseca; original de 2014), de autoria de Elizabeth Kolbert, é vencedor do Prêmio Pulitzer de 2015.

Há o surgimento de uma nova espécie de animal humano há mais ou menos duzentos mil anos. A espécie ainda não tem nome – nada tem nome –, mas tem a capacidade de nomear as coisas.

Como acontece com qualquer espécie jovem, a situação dessa é precária. Tem poucos membros, que se restringem a uma fatia da África Oriental. A população cresce lentamente, mas é bem provável que logo diminua outra vez – alguns afirmam que de maneira quase fatal –, reduzida a apenas alguns milhares de casais.

Os membros da espécie não são particularmente ágeis, fortes nem férteis. Demonstram, contudo, uma engenhosidade singular. Aos poucos, avançam para regiões com climas, predadores e presas diferentes. Nenhum dos obstáculos mais comuns em relação a hábitat ou geografia parece detê-los. Eles atravessam rios, planícies e cadeias de montanhas. Nas regiões costeiras, coletam moluscos; longe do mar, caçam mamíferos.

Em todos os lugares onde se estabelecem, se adaptam e inovam. Ao chegarem à Europa, encontram criaturas muito parecidas com eles mesmos, porém mais robustas e possivelmente mais fortes, que vivem há muito mais

tempo no continente. Eles se miscigenam com essas criaturas até, no fim das contas, dizimá-las.

Nesse ponto, o livro de Harari apresenta a controvérsia entre a Teoria da Miscigenação e a Teoria da Substituição.

O encerramento desse caso será exemplar. À medida que a espécie amplia sua área de atuação, seus caminhos se cruzam com os de animais duas, dez e até vinte vezes maiores: gatos enormes, ursos imensos, tartarugas grandes como elefantes, bichos-preguiça de cinco metros. Essas espécies são mais poderosas e, com frequência, mais violentas, mas demoram para procriar e acabam sendo extintas.

Embora seja terrestre, nossa espécie – sempre inventiva – atravessa o mar. Chega a ilhas habitadas por criaturas remotas da evolução: pássaros que põem ovos de trinta centímetros, hipopótamos do tamanho de um porco, lagartos gigantes. Habitados ao isolamento, esses animais não estão preparados para lidar com os recém-chegados nem com seus companheiros de viagem, principalmente os ratos e seus germes. Muitos também sucumbem.

Aos trancos e barrancos, o processo continua durante mil anos, até a espécie, já não tão nova, se espalhar por quase todos os cantos do planeta. A essa altura, várias coisas acontecem mais ou menos ao mesmo tempo para permitir que o *Homo sapiens* – como essa criatura acabou por chamar a si mesma – se reproduza em uma escala sem precedentes. Em um único século, a população duplica; depois, duplica outra vez, e de novo.

Vastas florestas são destruídas. Os seres humanos fazem isso deliberadamente, com o propósito de se alimentar. De forma menos deliberada, deslocam organismos de um continente para outro, reorganizando a biosfera.

Enquanto isso, uma transformação mais forte e radical está prestes a acontecer. Após descobrirem reservas de energia subterrâneas [carvão, petróleo], os seres humanos começam a alterar a composição da atmosfera. Isso, por sua vez, modifica o clima e a química dos oceanos.

Algumas plantas e animais se adaptam e se deslocam para outro lugar, subindo montanhas e migrando na direção dos polos. Contudo, uma imensa quantidade de espécies – a princípio centenas, depois milhares e, por fim, talvez milhões – se vê ilhada. Os níveis de extinção disparam, e a trama da vida se transforma.

Nenhuma criatura alterou a vida no planeta dessa forma, mas, ainda assim, já ocorreram eventos comparáveis. Muito, mas muito de vez em

quando, no passado remoto, o planeta sofreu mudanças tão violentas que a diversidade da vida despencou de repente. Cinco desses antigos eventos tiveram um impacto catastrófico o suficiente para merecer uma única categoria: as Cinco Grandes Extinções.

No que parece ser uma coincidência fantástica, mas que provavelmente não é coincidência alguma, a história desses eventos é recuperada bem na hora em que as pessoas começam a perceber que estão provocando mais um. Embora ainda seja demasiado cedo para saber se atingirá as proporções dos anteriores, esse novo evento fica conhecido como a Sexta Extinção.

A história da Sexta Extinção, pelo menos da maneira como Elizabeth Kolbert, em “A sexta extinção: Uma história não natural” escolheu narrar, tem treze capítulos. Cada um rastreia uma espécie que é de algum modo emblemática – o mastodonte-americano, o arau-gigante ou uma amonite extinta no fim do período cretáceo junto com os dinossauros.

As criaturas retratadas nos primeiros capítulos já desapareceram. Essa primeira parte do livro se concentra mais nas grandes extinções do passado e na história sinuosa de suas descobertas, a começar pelo trabalho do naturalista francês Georges Cuvier.

A segunda parte do livro se passa principalmente no presente:

- na cada vez mais fragmentada floresta tropical amazônica;
- em uma montanha dos Andes que sofre com o aquecimento acelerado;
- nas extremidades da Grande Barreira de Corais.

Elizabeth Kolbert resolveu viajar para esses lugares específicos pelas razões jornalísticas habituais: porque havia uma estação de pesquisa no local ou porque eu tinha sido convidado para acompanhar uma expedição. As mudanças que ocorrem hoje em dia são tão grandes que ela encontraria indícios delas se fosse para quase qualquer lugar, desde que recebesse orientação adequada. Um dos capítulos trata de uma extinção que está acontecendo mais ou menos no seu próprio quintal.

Se a extinção é um assunto mórbido, a extinção em massa é um assunto muito mais. No entanto, também é fascinante. Em “*A sexta extinção: Uma história não natural*”, Elizabeth Kolbert tenta ser fiel a estes dois aspectos: a empolgação e o horror das descobertas recentes. Afirma: “minha esperança é que os leitores deste livro consigam compreender o momento extraordinário que estamos vivendo”.

## Extinção em Massa

Elizabeth Kolbert, em “*A sexta extinção: Uma história não natural*”, cita que David Wake, da Universidade da Califórnia em Berkeley, e Vance Vredenburg, da Universidade do Estado de São Francisco, observaram que “houve cinco grandes extinções em massa ao longo da história da vida em nosso planeta”. Eles descreviam essas extinções como acontecimentos que levaram “a uma perda profunda de biodiversidade”.

A primeira ocorreu no fim do período ordoviciano, cerca de 450 milhões de anos atrás, quando a maioria das criaturas vivas se restringia apenas ao ambiente aquático.

A mais devastadora aconteceu no fim do período permiano, há cerca de 250 milhões de anos, e quase esvaziou o planeta inteiro. Esse evento às vezes é chamado de “a mãe das extinções em massa” ou “o grande extermínio”.

A mais recente – e famosa – extinção ocorreu no fim do período cretáceo: além dos dinossauros, foram varridos da face da Terra os plesiossauros, mosassauros, as amonites e os pterossauros.

Qualquer evento que tenha ocorrido apenas cinco vezes desde o surgimento do primeiro animal com espinha dorsal, há cerca de quinhentos milhões de anos, deve ser qualificado como excepcionalmente raro. A ideia de que um sexto evento como esse estaria ocorrendo neste exato momento, mais ou menos diante dos nossos olhos, deixou Elizabeth Kolbert muito impressionada. Com certeza essa história – a maior, mais sombria e mais significativa – também merecia ser narrada. Se Wake e Vredenburg estão certos, nós que vivemos hoje em dia somos não apenas testemunhas de um dos eventos mais raros na história da vida, mas também seus causadores, entre os quais, uma espécie daninha: o fungo transportado com “uma pequena ajuda de um amigo”, o *Homo sapiens*.

Os anfíbios estão entre os grandes sobreviventes do planeta. Os ancestrais dos anuros de hoje saíram de dentro da água há cerca de quatrocentos milhões de anos, e 250 milhões de anos atrás já haviam surgido os primeiros representantes do que se tornariam as ordens dos anfíbios modernos:

1. a primeira inclui sapos, rãs e pererecas;
2. a segunda, tritões e salamandras; e
3. a terceira é formada pelas estranhas criaturas sem membros chamadas gimnofionos (conhecidos no Brasil como cobras-cegas).



Isso não apenas significa que os anfíbios existiam no planeta antes dos mamíferos ou dos pássaros, mas também que eles estão aqui desde o período que precedeu os dinossauros. A maioria dos anfíbios – a palavra vem do grego e significa “duas vidas” – ainda tem uma estreita ligação com o reino aquático de onde saíram.

Os anfíbios surgiram numa época em que toda a área terrestre do planeta fazia parte de um vasto continente chamado Pangeia. Desde a fragmentação de Pangeia, os membros dessa classe se adaptaram às condições de todos os continentes, exceto a Antártida. No mundo todo, pouco mais de sete mil espécies foram identificadas, e, embora a maioria seja encontrada nas florestas tropicais, há uma ou outra espécie, como o *Arenophryne rotunda* da Austrália, que vive no deserto. Existem também os que conseguem viver acima do Círculo Ártico, como o *Lithobates sylvaticus*.

Diversas espécies comuns na América do Norte, a exemplo do *Pseudacris crucifer*, são capazes de sobreviver ao inverno congelados, como picolés. A longa história evolutiva dos anfíbios significa que mesmo grupos que parecem bastante semelhantes da perspectiva humana podem, do ponto de vista genético, ser tão diferentes uns dos outros como, por exemplo, os morcegos dos cavalos.

Uma das razões que tornavam essa situação tão desconcertante era de ordem geográfica: os anfíbios pareciam estar desaparecendo não apenas de áreas populosas e degradadas, mas também de lugares relativamente intocados, como Sierra Nevada e as montanhas da América Central.

O fungo *Bd* interfere na capacidade das rãs de absorver eletrólitos importantes através da pele, levando-as a sofrer o que é, na verdade, um ataque cardíaco. O fungo *Batrachochytrium dendrobatidis* não precisa dos anfíbios para sobreviver, ou seja, mesmo após ter dizimado os animais daquela área, ele continua a viver, fazendo o que quer que esses fungos façam.

Portanto, se as rãs-douradas-do-panamá aos poucos fossem reintroduzidas nas montanhas ao redor de El Valle, elas adoeceriam e morreriam. Embora o fungo possa ser extirpado com água sanitária, é obviamente impossível desinfetar toda uma floresta tropical. A estratégia de preservar os animais até que pudessem ser soltos para repovoar as florestas poderá não dar certo. Não se consegue imaginar quando isso poderá de fato ocorrer.

Os biólogos falam de “extinção de fundo”. Em tempos normais – conceito que deve ser entendido aqui como épocas geológicas inteiras –, é muito raro ocorrer uma extinção. Mais raro até do que as especiações e só

ocorre dentro de um fenômeno que é conhecido como taxa de extinção de fundo.

Essa taxa varia de um grupo de organismos para outro e muitas vezes é expressa em termos de extinções por milhão de espécies-anos. Calcular a taxa de extinção de fundo é uma tarefa trabalhosa, que implica passar um pente-fino em bancos de dados completos sobre os fósseis.

No que diz respeito ao grupo mais estudado, os mamíferos, foi constatada uma taxa de aproximadamente 0,25 por um milhão de espécies-anos. Isso significa que, considerando que existem cerca de 5.500 espécies de mamíferos vivas hoje em dia, de acordo com a taxa de extinção de fundo podemos esperar – ainda que de modo aproximado – que uma espécie desaparecerá a cada setecentos anos.

As extinções em massa são diferentes. Em vez de um zumbido ao fundo, há um estrondo, e as taxas de extinção disparam.

Extinções em massa são eventos que eliminam uma “parcela significativa da biota global em um espaço de tempo geologicamente insignificante”. Caracterizam-se as extinções em massa como “perdas substanciais de biodiversidade” que ocorrem muito depressa e em “dimensão global”. É possível utilizar a metáfora da árvore da vida: “Durante uma extinção em massa, vários galhos da árvore são cortados, como se ela estivesse sendo atacada por homens brandindo machados.”

Pode-se observar a questão do ponto de vista das vítimas: “Na maior parte do tempo, as espécies correm pouco risco de extinção.” Contudo, em raros intervalos essa “condição de relativa segurança é permeada por um risco muito maior”. Assim, a história da vida consiste de “longos períodos de tédio interrompidos pelo pânico ocasional”.

Em tempos de pânico, grupos inteiros de organismos outrora dominantes podem desaparecer ou ser relegados a papéis secundários, quase como se o planeta tivesse passado por uma troca de elenco. Essas perdas por atacado levaram os paleontólogos a supor que, durante eventos de extinção em massa – além das chamadas Cinco Grandes, houve várias extinções de magnitude inferior –, as leis habituais de sobrevivência são suspensas.

As condições mudam de maneira tão drástica ou repentina (ou ambas) que a história evolutiva é de pouca importância. Na verdade, os mesmos aspectos que se mostraram mais úteis para lidar com as ameaças comuns podem acabar se revelando fatais em circunstâncias tão extraordinárias.

Ainda não foi feito um cálculo rigoroso da taxa de extinção de fundo para os anfíbios, em parte porque os fósseis desses animais são raríssimos. É quase certo, contudo, que a taxa é inferior à dos mamíferos. O mais provável é que uma espécie de anfíbios seja extinta a cada mil anos, mais ou menos. Essa espécie pode ser da África, da Ásia ou da Austrália. Em outras palavras, as chances de um indivíduo testemunhar esses eventos deveriam ser nulas.

Hoje, os anfíbios desfrutam da distinção dúbia de ser a classe mais ameaçada do mundo no reino animal: calcula-se que a taxa de extinção do grupo pode ser até 45 mil vezes superior à taxa de fundo. Mas as taxas de extinção entre vários outros grupos estão se aproximando do nível da dos anfíbios.

Estima-se que um terço de todos os recifes de corais, um terço de todos os moluscos de água doce, um terço dos tubarões e arraias, um quarto dos mamíferos, um quinto de todos os répteis e um sexto de todas as aves estão a caminho do desaparecimento. Essas perdas estão ocorrendo em todos os lugares: no Pacífico Sul e no Atlântico Norte, no Ártico e no deserto do Sahel, em lagos e ilhas, nos cumes das montanhas e nos vales. Se você souber observar, há grandes chances de que encontrará indícios da atual extinção em seu próprio quintal.

Existem todos os tipos de razões aparentemente incompatíveis para o desaparecimento dessas espécies. Mas, se o processo for rastreado com profundidade suficiente, o mesmo culpado será achado: “uma espécie daninha”.

O Bd é capaz de se locomover sozinho. O fungo produz células reprodutivas microscópicas com flagelos longos e finos, que se impulsionam dentro da água e podem ser transportados por distâncias muito maiores, através de córregos ou escoamentos após fortes tempestades.

Uma teoria diz que o Bd foi movido pelo mundo afora com cargas de rãs africanas, usadas em testes de gravidez nos anos 1950 e 1960. Uma segunda teoria sustenta que o fungo foi espalhado pelas rãs-touro-americanas, introduzidas – às vezes de modo acidental, às vezes, deliberado – na Europa, na Ásia e na América do Sul, muitas vezes exportadas para o consumo humano. A primeira teoria poderia se chamar de “Mama África” e a segunda, de hipótese da “Sopa de Sapo”.

Seria impossível um anfíbio portador do fungo ir da África para a Austrália ou da América do Norte para a Europa sem que alguém o carregasse em um navio ou avião. Esse tipo de reorganização intercontinental, que hoje passa totalmente despercebida, talvez seja inédito nos três bilhões e meio de anos que constituem a história da vida.

Viva a globalização! Salve a extinção em massa! Os seres humanos se comportam como “aprendizes de feiticeiro”.

## Armas, Germes e Aço: os Destinos das Sociedades Humanas

Quando desejo sugerir alguma leitura em Ciências Humanas, para um leigo, é ele iniciar seu conhecimento pelo livro *Guns, Germs, and Steel: The Fates of Human Societies*, publicado originalmente em 1997 e em 2001 no Brasil (Record; 476 páginas)

atualmente na 10ª Edição), de autoria de Jared Diamond, professor de Geografia na UCLA. Em 1998, a obra recebeu o Prêmio Pulitzer e o Prêmio Aventis de melhor livro científico. Há filme documentário baseado no livro, produzido pela National Geographic Society e transmitido em julho de 2005. Encontra-se também em dois DVDs.

Veja em: [www.youtube.com/watch?v=bgnmT-Y\\_rGQ](http://www.youtube.com/watch?v=bgnmT-Y_rGQ)

Segundo o autor, um título alternativo teria sido *A short history about everyone for the last 13,000 years*. Ao contrário do que nos inculcam na educação criacionista, em “país de domínio católico”, na história científica não existe pré-história. Somos praticamente doutrinados a conhecer apenas o período d.C. (depois de Cristo), mas há outra história da evolução humana, desde que nos distinguimos dos gorilas, cerca de 7 milhões de anos atrás, até o fim da última Era Glacial, há aproximadamente 13.000 anos.

Diamond mostra, no capítulo 1, como os ancestrais humanos se espalharam, a partir de suas origens na África, para outros continentes, de modo a entender o estágio do mundo pouco antes dos acontecimentos frequentemente sintetizados pela expressão “surgimento da civilização”. O desenvolvimento humano em alguns continentes começou bem antes do que em outros. Aqueles adquiriram “vantagens competitivas”.

O capítulo 2 examina os efeitos históricos dos ambientes de cada continente nos últimos 13.000 anos. Colhe “amostras” em ilhas com ambientes muito diferentes. Em poucos milênios, a sociedade ancestral polinésia se espalhou por diversas ilhas, gerando várias sociedades diferentes, que iam de tribos de caçadores-coletores até proto-impérios. Esta sequência pode servir de modelo para processos mais longos, em maior escala e menos compreendidos, de reprodução de sociedades nos diferentes continentes, desde o fim da última Era Glacial até se tornarem tribos caçadoras-coletoras ou impérios.

O capítulo 3 apresenta os confrontos entre os povos de diferentes continentes. Identifica a cadeia de fatores que permitiu as conquistas européias de sociedades nativas americanas. Esses fatores incluíram germes de origem espanhola, cavalos, cultura, organização política e tecnologia, especialmente navios e armas. Essa análise das causas próximas é fácil, difícil é identificar as causas originais como Diamond consegue.

Na Parte 2, intitulada “O surgimento e a expectativa da produção de alimentos”, é dedicada ao que acredita ser as causas fundamentais. O capítulo 4 mostra como a produção de alimentos, isto é, a produção de comida por meio da agricultura ou da criação de gado, em vez da caça ou coleta de alimentos silvestres, em última análise, gerou aqueles fatores imediatos das conquistas européias. Como é visto no capítulo 5, alguns povos foram aprendendo a produção de alimentos em escala desde tempos idos, enquanto outros nem desenvolveram nem adquiriram esse conhecimento, permanecendo caçadores-coletores até os tempos modernos. O capítulo 6 examina os numerosos fatores que produziram a mudança do estilo de vida caçador-coletor para o produtor de comida em algumas áreas e não em outras.

Os capítulos 7, 8 e 9 mostram como o cultivo de plantas e a domesticação de animais surgiram na chamada pré-história, a partir de plantas e animais selvagens. A maioria dos grandes mamíferos nunca foi domesticada, apenas foram catorze deles: cachorro, ovelha, cabra, porco, vaca, cavalo, burro, búfalo indiano, lhama (único nativo na América do Sul), camelo e dromedário. A domesticação do primeiro data de 10.000 a.C. e a do último de 2.500 a.C..

No capítulo 10, Diamond revela que um dos principais fatores que contribuíram para a diferença nos ritmos de expansão foi a direção dos eixos continentais: predominantemente oeste-leste para a Eurásia e predominantemente norte-sul para as Américas e a África. A pluralidade de latitudes destas produziram ambientes climáticos e/ou geográficos muito mais diversificados, dificultando as migrações e as difusões da produção de alimentos.

Na Parte 3 (“Do alimento às armas, aos germes e ao aço”), as conexões das causas originais (ou remotas) com as causas imediatas são traçadas em detalhes, começando, no capítulo 11, com a evolução dos germes característica das populações humanas densas. Esclarece a relação dos germes com o surgimento da produção de alimentos, particularmente a domesticação de animais, muito maior na Eurásia do que nas Américas.

Outra cadeia de causas levou da produção de alimentos à escrita, possivelmente a mais importante invenção dos últimos milhares de anos, como mostra no capítulo 12. Há efeito geográfico sobre a facilidade com que as ideias ou os inventos se difundiram.

O influente na escrita também influi na tecnologia (capítulo 13). Ao permitir os agricultores obterem excedentes, a produção de alimentos tornou essas sociedades capazes de sustentar especialistas em tempo integral. Eles não necessitavam cultivar sua própria comida e tiveram tempo para pensar e desenvolver as tecnologias.

Além de escribas e inventores, a produção de alimentos permitiu os fazendeiros sustentarem políticos (capítulo 14). Com o surgimento de populações produtoras de alimentos, densas e sedentárias, apareceram também os chefes, reis e burocratas. Esses burocratas eram essenciais não só para governar regiões grandes e populosas, mas também para manter exércitos, enviar navios em expedições e organizar guerras de conquista.

Na Parte 4 (“A volta ao mundo em cinco capítulos”, capítulos 15 a 19), são aplicadas as lições das Partes 2 e 3 para cada continente e algumas ilhas importantes - Austrália e ilha de Nova Guiné, o leste da Ásia continental (China) e as ilhas do Pacífico -, os choques entre os europeus e os nativos americanos, e, finalmente, a história da África subsaariana.

O Epílogo, intitulado “O futuro da história humana como uma ciência”, aponta que talvez o maior dos problemas não solucionados seja definir a história humana como uma ciência histórica, no nível de ciências históricas reconhecidas, como a biologia da evolução, a geologia e a climatologia. A história não é apenas a narrativa de fatos, pois existem realmente padrões amplos da história a ser explicados.

O biólogo evolucionista Jared Diamond não apresenta as conquistas europeias como frutos de “inteligência superior” ou mesmo da “epiderme” como sugerem os racistas. Ele revela os fatores ambientais como os reais responsáveis pelo curso dos acontecimentos. Não se trata de “determinismo geográfico”, como se apressaram em rotular sua análise alguns críticos cumentos.

Ele conclui a dominação de determinada população sobre outra ter fundamentos militares (*armas*), tecnológicos (*aço*) ou nas doenças epidêmicas (*germes*). Esses fatores dizimaram sociedades de caçadores e coletores, assegurando conquistas. Alguns povos desenvolveram a tecnologia proporcionadora da expansão de seus domínios e aumentou a resistência a doenças, principalmente pela convivência milenar com seus animais

domesticados. Possuíam anticorpos, enquanto os nativos americanos ainda não dispunham.

Valendo da geografia, da botânica, da zoologia, da arqueologia e da epidemiologia, Diamond nos faz ver como a diversidade humana é o resultado de processo histórico, e não de particularidades referentes a inteligência ou aptidões pessoais. Ele argumenta que a história seguiu determinados rumos para os diferentes povos devido às diferenças entre ambientes e não às diferenças biológicas. O livro nos oferece a compreensão mais profunda da condição humana.

## Colapso

A propósito do terremoto recente no Haiti, foram muito lembradas suas tragédias passadas com informações do esplêndido livro *“Colapso - Como Sociedades Escolhem o Fracasso ou o Sucesso”* (Rio de Janeiro, Editora Record, 2005, 685 páginas), do biogeógrafo norte-americano Jared Diamond, 72, professor da Universidade da Califórnia, morador de Los Angeles, estrela entre os historiadores ambientais. Ele é também autor do *“Armas, Germes e Aço”*, vencedor do Prêmio Pulitzer, o maior best-seller evolucionista, também meu “Livro de Cabeceira”.

A ilha, que se chamava Hispaniola, era partilhada a oeste pelo Haiti, com poucas terras férteis, e a leste pela República Dominicana e seus vales. Até o início do século 19, a França extraía da agricultura haitiana 25% da sua riqueza. A riqueza vinha da escravidão, do café, da cana e do desmatamento. Do outro lado da ilha, a banda fértil foi menosprezada pelos espanhóis. Em 1804, derrotados por rebelião negra, os franceses foram expulsos do Haiti, uma das primeiras nações latino-americanas a conquistar sua independência política. As terras foram divididas, mas a pequena propriedade derrubou a produtividade da agricultura. Na República Dominicana, a partir da segunda metade do XIX, estimulou-se a imigração europeia.

Mesmo com a descolonização, a maldição de golpes militares e ditaduras prevaleceu. Enquanto os haitianos mataram 20 dos 21 presidentes entre 1843 e 1915, os dominicanos tiveram 50 presidentes e 30 revoluções entre 1844 e 1930. No século passado, os dois países tiveram ditadores larápios e assassinos. O haitiano François Duvalier era médico pós-graduado nos Estados Unidos que pouco ligava para a modernização de sua terra. O dominicano Rafael Trujillo tinha pouca educação, mas foi em direção oposta. Tornou-se “déspota esclarecido”. A República Dominicana começou a preservar suas florestas em 1930. Trujillo e seu sucessor tomaram para si o monopólio do desmatamento, reprimiram a concorrência e expulsaram

centenas de milhares de lavradores de suas roças. Hoje, 32% do território do país é ocupado por 74 reservas ambientais. No Haiti, os parques são apenas quatro e estão encolhendo. A renda per capita de um dominicano está em US\$ 7.400, e a do haitiano vale US\$ 1.300. Para comparação, a do brasileiro em 2010 era de US\$ 9.400.

“*Colapso*” ajuda a colocar o meio ambiente no centro do debate sobre o futuro da sociedade, pois Diamond explica como as civilizações são perdidas. A leitura da sua mais recente obra leva à dedução fundamental para a civilização humana: baseada em tragédias ambientais do passado, a humanidade necessita mudar seu relacionamento com o ambiente.

Com a ajuda do estado da arte no conhecimento arqueológico e paleoclimático, abrangendo sociedades do passado, em estudos que vão dos maias aos escultores da ilha de Páscoa, dos vikings da Groenlândia aos anasazi do sudoeste dos Estados Unidos, e sociedades modernas, como o genocídio em Ruanda (África), o desastre ambiental na China, o círculo vicioso no meio ambiente da Austrália, Diamond reconstrói os fracassos ambientais. Acabaram fazendo civilizações magníficas entrarem em colapso. Essas sociedades culturalmente, cronologicamente e geograficamente diversas tinham pelo menos cinco fatores em comum em seu declínio: danos ambientais, mudança climática, vizinhos hostis, problemas com parceiros comerciais e, culminando, respostas culturais desastrosas a esses fenômenos.

Em “*Colapso*”, de acordo com Cláudio Angelo (Folha de S. Paulo, 03/09/05), “Diamond retorna à tentativa ousada de escrever a ‘história natural’ da história humana, eliminando a fronteira entre os estudos sociais e ciências como a geologia, a arqueologia e a evolução. Seu primeiro mergulho nessa cientifização do passado foi o estrondoso ‘*Armas, Germes e Aço*’, no qual o biólogo atribuiu o triunfo da civilização europeia a fatores geográficos e ambientais. Seu novo livro, lançado nos EUA em 2004, faz o caminho inverso”.

Os colapsos históricos são contrapostos a histórias de sucesso, antigas e modernas. Um entre os contrastes mais impressionantes é o feito entre a ilha de Páscoa e o Japão, ambas sociedades complexas que floresceram em ilhas do Pacífico. Os habitantes de Páscoa (*Rapa Nui*, na língua local) ficaram famosos pelas gigantescas estátuas de pedra que construíram, os *moai*. Acontece que, no apogeu do período de construção dos *moai* - e talvez por causa dela -, Páscoa foi completamente desmatada. A falta de árvores, até hoje característica da ilha, levou a fome e mortandade em massa.

O mesmo problema de desmatamento ameaçava o Japão da era Tokugawa na mesma época, entre os séculos 17 e 18. A resposta dos *shoguns*



foi diferente: o governo iniciou processo maciço de reflorestamento que fez do Japão um dos países mais verdes do mundo, pois 80% de seu território é coberto por florestas.

Hoje, o planeta vive enorme encruzilhada ambiental, agravada pela globalização e pelo efeito estufa, pelo esgotamento dos solos para a agricultura, pela perda acelerada de habitats e pela superpopulação. Para o mundo quiser sair dessa encruzilhada, seus líderes terão de optar pelo caminho apontado pelo ativismo dos japoneses, tirando lição da tragédia produzida pela passividade mítica dos *rapa nui*.

A sociedade tal como a conhecemos não deve acabar em colapso se forem tomadas providências. Como civilização, há problemas muito sérios, mas de possível resolução, desde que se decida que se quer resolver estes problemas.

Em seu livro anterior, Diamond analisa como a sociedade europeia se sobrepôs às outras; no mais recente, estuda civilizações do último milênio para saber o que diferencia as que se deram bem das que se extinguíram. O que há de comum entre os livros (e as respostas às suas perguntas) é a influência do meio ambiente. Fatores ecológicos, mais frequentemente que guerras ou política, determinam o sucesso e o fracasso de povos.

“O problema principal”, afirma, “é escolher o problema principal para resolver”. Não se tem apenas um único problema, mas doze deles. Se haver concentração em apenas um e se esquecer os outros onze, ou vice-versa, a sociedade humana estará perdida da mesma maneira. Por exemplo, se resolver a escassez de petróleo e as mudanças climáticas, mas não lidar com a questão da água, esta sozinha pode a destruir.

Novamente, seus críticos o acusam de examinar civilizações antigas e novas, e os motivos de algumas delas terem sido bem-sucedidas e outras não, mas, no final, o motivo parece estar sempre ligado a alguma causa ambiental. Para eles, isto constitui reducionismo, ou seja, certo determinismo ecológico.

Diamond, naturalmente, não concordo com a crítica. Diz que este é o problema de ter título chamativo, impactante e pequeno para o livro - Colapso. Ele acha que o título mais completo diria que este livro é sobre Civilizações, ponto. Algumas delas deram certo, e ele procura examinar o porquê, e outras deram errado, e ele diz que nem sempre foi por problemas ambientais.

Por exemplo, examinando o colapso do Paraguai no século XIX, a sociedade paraguaia foi destruída não por conta de alguma questão ambiental, mas por seu governo ter tomado algumas decisões ditatoriais que

levaram o país à guerra contra os vizinhos Uruguai, Argentina e Brasil, simultaneamente. A maioria dos homens paraguaios morreu. Outra civilização citada é a União Soviética, que entrou em colapso. Sim, houve desastres ambientais na ex-URSS, mas não foram decisivos para o fim do país: a política foi.

Outro título teria sido mais representativo para o livro: *“O Colapso de Sociedades Envolvendo Componente Ambiental e em Alguns Casos Contribuições de Mudança de Clima, Vizinhos Hostis, Parceiros Comerciais, Mais o Questionamento sobre a Resposta da População”*. Seria longo subtítulo, tal como os subtítulos de livros clássicos do século XVIII, mas diria mais a respeito de seu conteúdo.

Há quem diga que as inovações tecnológicas, que adquiriram velocidade e acessibilidade inéditas, na era atual, salvaria a civilização humana do colapso ambiental, mas Diamond acha que é exatamente o contrário. Usa-se essa desculpa, a esperança dos avanços tecnológicos, para continuar com o mesmo estilo de vida baseado no desperdício. Entretanto, a tecnologia pode ter alguma contribuição positiva. Para ficar no campo da energia, pode-se descobrir maneira mais eficiente de usar o vento ou a maré para ajudar a reduzir a dependência dos combustíveis fósseis.

Sendo a base de comparação algumas civilizações passadas e pequenas, como a da ilha de Páscoa, seria possível fazer a conexão com sociedades maiores e mais complicadas como a de hoje? Diamond contra argumenta: ele discute também a maior civilização do Novo Mundo, a dos Maias. Eram cerca de 50 milhões habitantes, mas houve jeito de se destruir. Entre os casos grandes bem-sucedidos, cita, por exemplo, o Japão, que sobreviveu isolado, pois resolveu seus problemas florestais no século XVI.

Diamond conta: quando estuda o colapso de alguma sociedade, procura por cinco características comuns:

1. o grau e a natureza do dano ambiental;
2. o grau e a natureza das mudanças climáticas;
3. o nível de hostilidade das sociedades vizinhas;
4. o grau de confiabilidade dos parceiros comerciais; e
5. a resposta da sociedade aos seus problemas.

Há, atualmente, cerca de 25 países onde ele encontra essas características de maneira negativa. Por exemplo, o citado Haiti divide a ilha de Hispaniola com a República Dominicana. O país tem problemas terríveis de

desflorestamento, o que causou mudanças de clima, com a redução da quantidade de chuva. Ele possui inimigos internos, e não há muitas nações amigas dispostas a ajudar o país. O Haiti tem problemas com a resposta interna da população à mudança: sua elite política e econômica está apenas interessada em continuar rica e poderosa e não em resolver os problemas do país e de seu povo.

Aliás, ele adverte: o Brasil, mais cedo ou mais tarde, pode enfrentar problema semelhante, por conta da Amazônia. Isto porque Diamond não tem absoluta convicção de a elite política brasileira não estar mais interessada em ajudar o povo do que em enriquecer. Infelizmente, ele nunca esteve no Brasil. Foi convidado algumas vezes, mas apenas esteve em Iquitos, na Amazônia peruana.

Tendo visto *in loco* a floresta amazônica, Diamond vê muitas possibilidades. É o complexo biológico mais rico da Terra, o ambiente que tem mais plantas e espécies animais do planeta. Na parte brasileira, ele enxerga a mais rica floresta do mundo, verdadeira “farmácia a céu aberto”. Mas a floresta amazônica sobrevive de sua grande quantidade de chuva. Quando se corta as grandes árvores, diminui a quantidade de chuva. Há problemas ainda na riqueza do solo, cujos nutrientes vêm principalmente dessas grandes árvores, que estão sendo cortadas. Esse é o maior problema ecológico, no Brasil, hoje.

Embora ele tenha colegas da academia que dizem que a próxima guerra será por água, não por petróleo, Diamond acha que isso não ocorrerá, necessariamente. “Há muito pelo que ir à guerra ainda. Há lugares em que a próxima guerra será causada por fome. Mas concordo que a água já é problema sério. Síria e Turquia, aliás, China e Bangladesh e Vietnã, EUA e México, Hungria e Eslováquia, todos já estão brigando por água. Mas a grande guerra do petróleo ainda está longe de acabar” (Folha de S. Paulo, 11/03/05).

Ao escrever este livro, “*Colapso*”, Diamond não quis pregar aos convertidos, a quem já concorda que se vive, atualmente, grande problema ambiental, mas sim convencer os que discordam dessa ideia. Todos deveriam colocá-lo como “Livro de Cabeceira”.

## Uma História Comestível da Humanidade

Tom Standage, em “*Uma história comestível da humanidade*” (Rio de Janeiro; Zahar; 2010), afirma que comparado ao primeiro voo de avião ou à detonação da primeira bomba atômica, o aparecimento de algumas gotas de líquido incolor na ponta de um complexo aparelho num laboratório em Karlsruhe, Alemanha, numa tarde de julho de 1909, não parece muito

espetacular. Mas isso marcou a descoberta tecnológica que teve o que alguns consideram o maior impacto sobre a humanidade durante o século XX.

O líquido era amoníaco, e o equipamento o sintetizara a partir de seus elementos constituintes, hidrogênio e nitrogênio. Isso mostrou, pela primeira vez, que a produção de amoníaco podia ser realizada em grande escala, abrindo uma nova, valiosa e muito necessária fonte de fertilizante e tornando possível uma vasta expansão da oferta de alimentos - e, em consequência, da população humana.

O elo entre o amoníaco e a nutrição humana é o nitrogênio. Componente vital de todo tecido vegetal e animal, ele é o nutriente responsável pelo crescimento vegetativo e pelo conteúdo proteico dos cereais, as culturas básicas de que a humanidade depende.

As plantas precisam de muitos nutrientes, é claro, mas, na prática, seu crescimento é limitado pela disponibilidade do menos abundante deles. Na maioria das vezes, este é o nitrogênio. Para os cereais, a deficiência de nitrogênio resulta em crescimento limitado, folhas amarelas, safras reduzidas e baixo conteúdo proteico. Abundância de nitrogênio, em contrapartida, promove o crescimento e aumenta a safra e o conteúdo proteico.

Compostos de nitrogênio (como proteínas, aminoácidos e DNA) também desempenham papéis decisivos no metabolismo de plantas e animais; o nitrogênio está presente em toda célula viva. Os seres humanos dependem da ingestão de dez aminoácidos, todos formados em torno de um átomo de nitrogênio, para sintetizar as proteínas de que o corpo necessita para o crescimento e a manutenção dos tecidos.

A vasta maioria desses aminoácidos essenciais vem de produtos agrícolas, ou de produtos derivados de animais alimentados com eles. Se seu fornecimento for inadequado, o desenvolvimento mental e físico será deficiente. O nitrogênio, em suma, é um fator determinante da disponibilidade de alimentos básicos para a humanidade e da nutrição humana como um todo.

A capacidade de sintetizar amoníaco, combinada com novas variedades de sementes “de alto rendimento” produzidas especificamente para responder bem a fertilizantes químicos, anulou essa limitação e abriu caminho para uma expansão sem precedentes da população humana, de 1,6 bilhão para 6 bilhões no curso do século XX. A introdução de fertilizantes químicos e de variadas sementes de alto rendimento no mundo em desenvolvimento a partir dos anos 1960 é conhecida hoje como a “revolução verde”.

Sem fertilizante para nutrir produtos agrícolas e prover mais alimento - aumentando sete vezes a oferta, enquanto a população cresceu por um fator de 3,7 -, centenas de milhões de pessoas teriam enfrentado a desnutrição ou a fome, e a história poderia ter se desdobrado de maneira muito diferente.

A revolução verde teve consequências de longo alcance. Além de causar uma explosão populacional, ajudou a tirar centenas de milhões de pessoas da pobreza e sustentou o renascimento histórico das economias asiáticas e a rápida industrialização da China e da Índia - desenvolvimentos que estão transformando a geopolítica.

Mas os muitos outros efeitos colaterais da revolução verde, no âmbito social e ambiental, tornaram-na extremamente controversa. Seus críticos afirmam que ela causou grandes danos ambientais, destruiu as práticas agrícolas tradicionais, aumentou a desigualdade e deixou os agricultores dependentes de sementes e produtos químicos caros fornecidos por companhias ocidentais. Dúvidas foram levantadas também quanto à sustentabilidade a longo prazo da agricultura que faz uso intensivo de produtos químicos. Mas, de uma forma ou de outra, não há dúvida de que a revolução verde fez mais que apenas transformar a oferta de alimentos no mundo na segunda metade do século XX. Ela transformou o próprio mundo.

### Paradoxos da Abundância

Tom Standage, em “Uma história comestível da humanidade” (Rio de Janeiro; Zahar; 2010), afirma que, para melhor avaliar o impacto da revolução verde, é importante ter uma visão abrangente sobre a atividade econômica mundial. O quadro geral é que durante a maior parte da história humana, a maioria das pessoas era pobre. Antes de 1700, a renda per capita média era baixa, razoavelmente constante ao longo do tempo, variando muito pouco entre os países. Algumas pessoas em cada país eram fabulosamente ricas, é claro. Mas a renda média era notavelmente uniforme: segundo certo cálculo, teria sido o equivalente a 500 dólares por ano (medida em dólares de 1990) para a maior parte do mundo nos dois últimos milênios.

Hoje, no entanto, há amplas variações entre os países. A Grã-Bretanha foi o primeiro a experimentar uma “decolagem de crescimento” quando iniciou o processo de industrialização, no século XVIII. Logo foi seguida por outras nações europeias e por “ramificações” da Europa (Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia). Em 1900, a renda per capita média desses lugares era dez vezes maior que na Ásia ou na África.

Hoje alguns países são ricos, outros pobres, porque a industrialização se deu primeiro nos ricos. Os países pobres são aqueles em que ela se deu muito

mais tarde, ou não aconteceu em absoluto. Por que então a industrialização começou em momentos diferentes e avança em ritmos diferentes? Essa é uma das questões mais fundamentais na economia do desenvolvimento.

A resposta tem muito a ver com a produtividade agrícola. Países pobres não podem iniciar o desenvolvimento econômico até que consigam satisfazer às suas necessidades de subsistência. Eles se veem em um estado de dependência em que a maior parte da população está presa a uma produção agrícola ineficiente.

Em geral, quando uma determinada atividade é ineficiente, as pessoas a trocam por outras. Mas a agricultura é um caso especial: uma vez que a comida é vital, as pessoas não têm escolha senão continuar cultivando a terra, mesmo quando a produtividade é baixa. Na verdade, baixa produtividade significa que mais recursos devem ser dedicados à agricultura para manter a produção. Isso é chamado por vezes de “o problema da comida”.

Para escapar dessa armadilha, um país deve experimentar uma melhora na produtividade agrícola, de modo que a oferta de alimentos se expanda mais rapidamente que a população. Em seguida, isso permite que uma parcela da população mude para atividades industriais de maior valor, sem ter de se preocupar em produzir comida para a própria alimentação.

A proporção da população envolvida na agricultura encolhe à medida que a produtividade agrícola aumenta e a industrialização avança. Foi o que aconteceu na Grã-Bretanha no século XVIII, quando uma série de melhorias na agricultura liberou trabalhadores da terra e permitiu à indústria florescer. Produtos industriais puderam, então, ser trocados nas importações de comida, acelerando ainda mais a passagem da agricultura para a indústria.

Para que tudo isso aconteça, infraestrutura e condições de mercado adequadas devem estar presentes. Além disso, um rápido aumento da produtividade agrícola é essencial para impulsionar o processo. Sem isso, nenhum país foi capaz de se industrializar. (As duas exceções são Cingapura e Hong Kong, cidades-Estado que não tinham setores agrícolas significativos.)

Outra característica notável da trajetória econômica do mundo é que durante a maior parte da história humana a Ásia foi a região mais rica da Terra. Estima-se que no primeiro ano da era cristã ela era responsável por 75% da produção econômica mundial. Não que as pessoas ali fossem individualmente mais ricas; a renda per capita média era, afinal, notavelmente uniforme em todo o mundo. Isso ocorria pois havia mais pessoas na Ásia do que em outras regiões, em grande parte porque a agricultura do arroz sustenta maiores densidades populacionais.

Entretanto, a participação desse continente na produção econômica mundial começou a declinar com a ascensão das economias da Europa Ocidental, no segundo milênio d.C. Em 1700, elas já eram responsáveis por mais de 20% da produção mundial, e a participação da Ásia caíra abaixo de 60%.

A virada veio no final do século XIX, quando nações europeias se industrializaram e enriqueceram, mantendo grande parte da Ásia sob seus domínios coloniais. Por volta de 1870, a participação da Europa na produção mundial subira para 35% e a da Ásia declinara para aproximadamente o mesmo nível. A rápida industrialização dos Estados Unidos significou que, em 1950, eles e a Europa Ocidental eram responsáveis por cerca de 25% da produção mundial; a participação da Ásia (excluindo o Japão) caíra para 15%.

Nas últimas décadas do século XX, porém, algo extraordinário aconteceu e a mesa virou. O rápido crescimento em vários países asiáticos empurrou a participação da região na produção mundial de volta para 30%, à frente da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. A produção econômica per capita mais que duplicou entre 1978 e 2000 na Índia, e cresceu quase cinco vezes na China.

A Ásia abriga hoje as economias que crescem mais rapidamente no mundo, tendo recuperado sua posição histórica como a região mais rica sob a ótica da participação na produção mundial. O rápido crescimento nos últimos anos - chamado por vezes de “o milagre econômico asiático” - criou riqueza mais rápido que em qualquer momento da história, e tirou centenas de milhões de pessoas da pobreza.

Muitos observadores agora esperam que a economia da China supere a dos Estados Unidos em tamanho até 2035, o que a tornaria a principal potência econômica do mundo. Assim como o século XX foi dominado pela ascensão dos Estados Unidos, o XXI parece predestinado a ser o século asiático, dominado pela ascensão da China. Vale notar, porém, que isso é apenas um retorno ao antigo status quo, após um curto interlúdio em que as potências europeias e suas ramificações estiveram brevemente no centro das atenções.

### Revolução Verde na China e Índia

Tom Standage, em *“Uma história comestível da humanidade”* (Rio de Janeiro; Zahar; 2010), afirma que o renascimento da Ásia tem muitas causas, mas não teria sido possível sem o espetacular aumento da produtividade agrícola provocado pela revolução verde. Entre 1970 e 1995, a produção de

cereais na Ásia dobrou, o número de calorias disponíveis por pessoa aumentou 30% e os preços do trigo e do arroz caíram.

O impacto imediato do progresso agrícola é a redução da pobreza, pela simples razão de que os pobres têm maior probabilidade de trabalhar na agricultura e de que a comida é responsável pela maior parte dos seus gastos familiares. Realmente, a faixa da população da Ásia que vive na pobreza caiu de cerca de 50% em 1975 para 25% em 1995. O número absoluto de asiáticos nessa condição também declinou, de 1,15 bilhão para 825 milhões no período considerado acima, ainda que a população tenha crescido 60%. O progresso agrícola pôs a Ásia no caminho para o desenvolvimento econômico e a industrialização.

Para que o aumento da produtividade agrícola se traduza em crescimento econômico mais amplo e industrialização, no entanto, várias outras coisas precisam acontecer:

1. os agricultores devem ter incentivos para aumentar a produção;
2. deve haver infraestrutura para transportar sementes e produtos químicos para as fazendas bem como para permitir o escoamento dos produtos a partir delas; e
3. deve haver acesso adequado a crédito para permitir aos agricultores comprar sementes, fertilizante, tratores e assim por diante.

O progresso agrícola pode desencadear súbito crescimento econômico, mas a rapidez com que ele ocorre depende crucialmente da introdução simultânea de reformas não agrícolas. Consideremos os exemplos da Índia e da China.

Após o fracasso do Grande Salto Adiante, reformistas dentro do governo chinês adotaram uma abordagem mais convencional para o aumento da produção agrícola, e providenciaram a compra de cinco fábricas de amoníaco de médio porte da Grã-Bretanha e dos Países Baixos entre 1963 e 1965. Depois de prontas e em funcionamento, essas fábricas forneciam 25% do nitrogênio aplicado nos campos chineses.

Mas a convulsão da Revolução Cultural, em meados dos anos 1960, fez com que em 1972 a produção per capita de alimentos fosse ainda mais baixa do que nos anos 1950, e o rápido crescimento populacional significava que a quantidade de terra disponível para agricultura, por pessoa, encolhia rapidamente. A única opção era aumentar a produtividade.



O presidente Richard Nixon visitou a China em 1972, abrindo o comércio entre os dois países, e o primeiro acordo assinado foi uma encomenda de 13 das maiores e mais modernas fábricas de fertilizante dos Estados Unidos - a maior compra desse tipo na história. Dentro de poucos anos, a China passara à frente dos Estados Unidos, convertendo-se no maior consumidor de fertilizante do mundo, e depois se tornou o maior produtor. O país também adotou rapidamente as novas variedades anãs de alto rendimento de trigo e arroz.

Reformas políticas também eram necessárias. Após a morte de Mao, em 1976, reformistas liderados por Deng Xiaoping concluíram que a agricultura era o gargalo que impedia um maior progresso econômico. Introduziram então um sistema em dois níveis, em que famílias recebiam terra e podiam decidir o que cultivar nela desde que preenchessem uma cota estatal de cerca de 15 a 20% de sua produção, podendo vender o resto e guardar o lucro. Isso incentivou os agricultores a aumentar a produção.

Como o sistema se provou um grande sucesso nas primeiras áreas em que foi testado, foi expandido para todo o país entre 1979 e 1984. As metas e cotas foram gradualmente removidas, e essa abordagem foi então adotada como um modelo para o resto da economia chinesa, em que a livre iniciativa era autorizada sob a fiscalização do setor estatal, superando-o rapidamente.

À medida que a agricultura se tornou mais produtiva, os trabalhadores rurais tiveram condições de se mudar para outras áreas, começando com processamento e distribuição de alimentos e pouco a pouco se expandindo para outras indústrias e serviços.

Em meados dos anos 1990, “empresas de vilas e aldeias” rurais, quase todas inexistentes em 1978, eram responsáveis por 25% da economia chinesa. Essas firmas começaram a pressionar as companhias administradas pelo Estado nas cidades, que eram menos competitivas. Isso, por sua vez, estimulou reformas econômicas mais amplas, a criação de zonas econômicas especiais para a atividade industrial, esforços para atrair investimento estrangeiro e assim por diante - coisas que alimentaram um maior crescimento econômico. O resultado foi uma assombrosa redução da pobreza, de 33% da população em 1978 para 3% em 2001.

A Índia foi mais lenta na introdução das reformas políticas necessárias para permitir que melhoramentos na produtividade agrícola se traduzissem em crescimento econômico. Em vez disso, sua principal preocupação era a autossuficiência agrícola, e para esse fim o setor era rigorosamente regulado e fiscalizado pelo governo, com controles de preço, restrições ao movimento

de produtos agrícolas dentro do país e barreiras que serviam para desestimular o comércio exterior.

Com a adoção da tecnologia da revolução verde e investimentos na infraestrutura para a irrigação, a produção agrícola expandiu-se, a renda dos agricultores elevou-se e o emprego não agrícola aumentou. Preços em queda beneficiaram mais amplamente os pobres, de modo que a porcentagem da população rural na pobreza caiu de 64% em 1967 para 34% em 1986. Nesse ano, a colheita de trigo foi de 47 milhões de toneladas, metade das quais foi posta de lado como reserva. No ano seguinte, a monção não ocorreu, dando lugar à pior seca do século. A Índia, entretanto, foi capaz de se alimentar sem perda de vidas e sem depender de ajuda externa.

Essa foi uma clara demonstração de que a Índia tinha alcançado a meta de autossuficiência em alimentos. A liberalização do setor manufatureiro começou em 1991, e o país entrou num período de rápido crescimento. A proporção da população na pobreza declinou de 55% em 1973 para 26% em 2000.

Segundo algumas previsões, a Índia deve se tornar a terceira maior economia mundial, depois da China e dos Estados Unidos, em 2035. Mas ela teve menos sucesso que a China na criação de empregos rurais fora da agricultura, o passo decisivo que permite aos pobres participar de um crescimento econômico mais amplo. A produção, distribuição e venda a varejo de alimentos ainda são extremamente reguladas. A parcela da população envolvida na agricultura continua grande, e há uma preocupação generalizada com a desigualdade. A revolução verde armou o palco para o rápido desenvolvimento da Índia, mas outras reformas são necessárias para que os benefícios sejam mais amplamente distribuídos.

### O Fantasma de Malthus

Uma segunda consequência a longo prazo da revolução verde foi o impacto demográfico - sobre o tamanho e a estrutura da população global. Mais uma vez, é preciso dar um passo atrás na história. Em 3000 a.C., quando as primeiras civilizações emergiam, a população mundial não passava de cerca de 10 milhões de pessoas, ou aproximadamente a população de Londres hoje. Em 500 a.C., quando a Grécia entrava na Idade de Ouro, a população do mundo crescera para 100 milhões. Foi só em 1825, cerca de 10 mil anos após o surgimento da agricultura, que a população humana chegou pela primeira vez a 1 bilhão. Levou mais um século para chegar a 2 bilhões, em 1925; e meros 35 anos para chegar a 3 bilhões, em 1960.

O rápido crescimento foi equiparado, na época, a uma explosão, e levou a medonhas previsões de fome iminente. Mas a expansão da oferta de comida possibilitada pela revolução verde significou que a população continuou a crescer, chegando a 4 bilhões em 1975, 5 bilhões em 1986, e 6 bilhões em 1999. O quinto bilhão foi adicionado em apenas 11 anos; o sexto bilhão em outros 13. A população chegou a 7 bilhões em 2012, após mais 13 anos, segundo a Agência do Censo dos Estados Unidos. Em retrospecto, portanto, está claro que a expansão demográfica começou agora a desacelerar.

O crescimento populacional impele a produção de alimentos, ou vice-versa? Demógrafos demonstraram as duas coisas. Uma população em rápido crescimento cria incentivos para a descoberta de novas maneiras de aumentar a oferta de comida, mas maior disponibilidade de comida também significa que as mulheres ficam mais férteis e as crianças mais saudáveis e com mais chances de sobreviver. Não há, portanto, resposta simples.

A história mostra claramente, porém, que em casos em que a maior disponibilidade de alimento permite a um país industrializar-se há uma explosão da população, seguida por uma queda na taxa desse crescimento à medida que as pessoas ficam mais ricas - um fenômeno chamado “transição demográfica”.

Em uma sociedade pré-industrial, era imprescindível ter tantos filhos quanto possível. Muitos deles não sobreviveriam, devido a doenças ou desnutrição. Mas quando os que sobrevivem têm idade suficiente para trabalhar nos campos, podem produzir mais alimentos do que consomem, de modo que a família se beneficiará como um todo (pressupondo que a disponibilidade de mão de obra seja a principal limitação à produção agrícola).

Ter muitos filhos proporciona também segurança na velhice, quando os pais esperam ser cuidados pela prole. Nessas sociedades pré-industriais, tanto as taxas de natalidade quanto as de mortalidade são muito altas, e a população cresce lentamente. Essa foi a situação durante a maior parte da história humana.

O advento de novas técnicas, produtos e ferramentas agrícolas que fomentaram a produção de alimentos levou a sociedade para uma nova fase, em que a população crescia rapidamente. Isso foi o que aconteceu na Europa Ocidental a partir do século XVIII, após a introdução do milho e da batata do Novo Mundo e da difusão de novas práticas agrícolas. Nessa fase, a taxa de natalidade continuou alta, mas a de mortalidade diminuiu, resultando numa explosão populacional. Ao mesmo tempo, maior produtividade agrícola

significa que uma menor parcela da população é necessária na agricultura, abrindo caminho para a urbanização e a industrialização.

Isso, por sua vez, parece levar as pessoas a reavaliar sua atitude com relação à procriação: a riqueza, ao que parece, é um poderoso anticoncepcional. O declínio na mortalidade infantil levou os pais das áreas rurais a perceber que não precisavam ter tantos filhos para assegurar que haveria pessoas suficientes para trabalhar nos campos ou cuidar deles na velhice. Em áreas urbanas, nesse meio-tempo, os pais decidiram que era melhor ter um menor número de filhos, dado o custo de abrigá-los, vesti-los e educá-los.

Isso é por vezes caracterizado como uma mudança na ênfase da “quantidade” para a “qualidade” de filhos. Além disso, à medida que recebem mais educação e ingressam no mercado de trabalho, as mulheres podem adiar o casamento e mudar de atitude com relação à maternidade. E os governos nos países em processo de industrialização geralmente introduzem reformas proibindo o trabalho infantil e tornando a educação compulsória, o que significa que as crianças dependem dos recursos da família até atingir a idade de trabalhar. O resultado é que a taxa de natalidade cai, e a população se estabiliza.

Esse padrão pode ser visto claramente em nações ocidentais, as primeiras a se industrializar. Em alguns países europeus, a taxa de fertilidade (o número médio de nascimentos por mulher) caiu, agora, abaixo da taxa de reposição, enquanto a maioria dos países em desenvolvimento está no meio de sua transição demográfica.

É claro que a realidade é mais complicada do que esse modelo simples sugere, devido a outros fatores como:

1. os efeitos da migração,
2. o impacto do HIV/Aids na África e da política do filho único da China, introduzida em 1980.

Mas, tendo inicialmente sustentado uma explosão populacional, a revolução verde está agora impelindo muitos países, e conseqüentemente o mundo, para a transição demográfica. Segundo previsões publicadas pelas Nações Unidas em 2007, espera-se que a população mundial atinja 8 bilhões por volta de 2025, e chegue ao máximo com 9,2 bilhões em 2075, depois do que declinará.

Essas rápidas mudanças na preferência de tamanho da família e nas práticas contraceptivas são indicações de que a transição demográfica vai

continuar, se não se acelerar, em áreas rurais que experimentam a revolução verde. Do mesmo modo, as mulheres de Bangladesh tinham uma média de sete filhos em 1981, mas após a adoção generalizada de tecnologias da revolução verde, nos anos 1980, e a rápida expansão da indústria têxtil do país, nos anos 1990, esse número caiu para uma média de dois ou três.

O mundo enfrentará novos desafios à medida que a população encolher - entre os quais estará a dificuldade de cuidar de uma população enferma e idosa, o que já é uma preocupação nos países desenvolvidos em que as taxas de fertilidade caíram. Mas o tamanho máximo da população mundial pode já estar à vista.

Depois que a população começar a declinar, preocupações com o risco de que o excessivo crescimento demográfico suplante a oferta de alimentos talvez comecem a parecer bastante fora de moda. Uma torrente de best-sellers irá, sem dúvida, alertar para os perigos da implosão populacional que se anuncia, mas o fantasma de Malthus terá finalmente sido enterrado.

#### Problemas com a Revolução Verde

Tom Standage, em *“Uma história comestível da humanidade”* (Rio de Janeiro; Zahar; 2010), adverte que novas tecnologias muitas vezes têm consequências imprevistas, e as tecnologias da revolução verde não são exceção. Variedades de sementes de alto rendimento, que requerem fertilizantes artificiais, outros produtos químicos agrícolas e grandes quantidades de água causaram problemas ambientais em muitas partes do mundo.

A água não absorvida pelo solo e carregada de nitrogênio que escoar de terras cultivadas para os cursos d'água criou “zonas mortas” em algumas áreas litorâneas, estimulando o crescimento de algas e plantas aquáticas e reduzindo a quantidade de oxigênio na água, o que afetou os peixes e as populações de mariscos.

Em alguns casos, variedades mais produtivas mostraram-se menos resistentes a pragas ou doenças do que as variedades tradicionais. Isso exigiu um uso mais intenso de pesticidas, cujo excesso pode contaminar o solo e prejudicar insetos benéficos e outros animais selvagens, reduzindo a biodiversidade.

Pesticidas também podem causar problemas de saúde para agricultores. Segundo a Organização Mundial da Saúde, eles são responsáveis por cerca de um milhão de casos de envenenamento agudo inintencional por ano, e estão também ligados a cerca de 2 milhões de tentativas de suicídio, levando a

cerca de 220 mil mortes por ano. (A disponibilidade “pesticidas fez do envenenamento com eles o método mais difundido de suicídio no mundo em desenvolvimento.)

Uma preocupação adicional é o esgotamento das provisões de água. No Punjab, o berço da revolução verde indiana, por exemplo, a proliferação de milhões de poços tubulares fez com que o nível do lençol freático caísse mais de quatro metros entre 1993 e 2003 apenas, e agora muitos agricultores não têm água suficiente para irrigar as plantações.

Muito ainda pode ser feito para mitigar esses problemas. Aplicações mais parcimoniosas e precisas de fertilizantes podem reduzir o escoamento da água não absorvida sem afetar a produtividade. O uso de fertilizantes vem, de fato, declinando nos últimos anos em alguns países desenvolvidos. Nos Estados Unidos, a produção de milho aumentou de 42 quilos colhidos por quilo de fertilizante, em 1980, para 57 quilos em 2000. Melhoras semelhantes foram alcançadas com o trigo na Grã-Bretanha e com o arroz no Japão. Em muitos países em desenvolvimento, porém, o fertilizante é fortemente subsidiado pelo governo, o que desestimula o uso mais eficiente.

Pode-se fazer mais também para reduzir o uso desnecessário de pesticidas e minimizar os efeitos colaterais nocivos. Quando a revolução verde foi introduzida, os agricultores foram informados de que o uso de pesticidas era um componente necessário da agricultura “moderna”, o que resultou em uso excessivo. Alguns agricultores foram instruídos a aplicar pesticidas segundo um calendário, quer essas aplicações fossem necessárias ou não.

Hoje, esse uso está estável ou em declínio, e técnicas de controle de praga estão sendo promovidas em conjunto com os produtos químicos, tirando melhor partido tanto das práticas tradicionais quanto das modernas. Essa abordagem híbrida, chamada “manejo integrado de pragas”, pode reduzir o uso de pesticidas em 50% para produtos vegetais, podendo mesmo, em alguns casos, torná-lo desnecessário na produção de arroz, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

De maneira semelhante, há grande margem para aperfeiçoar o uso da água. Muito mais atenção está sendo dada agora ao manejo dos aquíferos, por exemplo, à coleta de águas pluviais e a sistemas de armazenamento, e também a sistemas de irrigação que usam a água com mais eficiência, como a tecnologia de gotejamento (que reduz o escoamento de água carregada de nitrogênio).

Direitos sobre a água mais claramente definidos, que possam ser negociados por agricultores, podem também estimular um uso mais sensato, encorajando o foco em cultivos mais apropriados.

Parece estranho cultivar produtos que demandam muita água em determinados lugares - como batatas em Israel, laranjas no Egito, algodão na Austrália e arroz na Califórnia, por exemplo - quando eles poderiam ser cultivados de maneira mais barata e eficiente em outras regiões. No Punjab, o fornecimento de eletricidade gratuita aos agricultores e os subsídios para cultivar arroz, um produto que requer muita água, estimularam muitos a deixar as bombas d'água funcionando ininterruptamente.

Nos últimos anos, a crescente preocupação com a escassez de água para a agricultura - levando-a a ser chamada até de o “petróleo do século XXI” - estimulou governantes a prestarem mais atenção ao desenvolvimento de políticas sensatas para esse uso.

Os problemas ambientais associados à agricultura de alto rendimento devem também ser confrontados com seus benefícios ambientais não aparentes, já que outros métodos usados para o aumento da produção poderiam ter causado danos muito piores ao ecossistema.

As variedades de alto rendimento permitiram que a produção de alimentos se multiplicasse com um aumento apenas marginal do uso de terra. A produção de cereais da Ásia dobrou entre 1970 e 1995, por exemplo, mas a área total dedicada a esse cultivo aumentou apenas 4%. Globalmente, os números são ainda mais impressionantes. Norman Borlaug mostrou que a produção mundial de cereais triplicou entre 1950 e 2000, mas a área usada para o cultivo aumentou apenas 10%. Sem as tecnologias da revolução verde, afirma ele, teria sido necessário explorar enormes quantidades de terra virgem, como florestas, para evitar a fome em massa.

Muitos críticos da revolução verde defendem um retorno às técnicas agrícolas tradicionais, ou orgânicas, que não dependem de fertilizantes químicos e pesticidas. Isso reduziria tanto o impacto ambiental direto da agricultura (como o escoamento de águas carregadas de nitrogênio e o uso de pesticidas) quanto seu impacto indireto (já que a produção de fertilizante químico é um processo que requer muita energia, consome gás natural e contribui para a mudança climática).

Entretanto, cultivar a terra sem o uso de fertilizantes químicos significa menor produtividade, e mais terra seria necessária para alcançar a mesma quantidade de comida produzida. Estudos constataram que a produção orgânica de trigo, milho e batatas, por exemplo, requer duas ou três vezes mais áreas de terra que a produção convencional.

A agricultura global em 1900, sem usar quase nenhum fertilizante químico, sustentava cerca de 1,6 bilhão de pessoas numa área de cerca de 850 milhões de hectares, segundo Vaclav Smil, um especialista no ciclo do

nitrogênio da Universidade de Manitoba. O cultivo da terra usando métodos que não requeiram pesticidas (isto é, orgânicos) em 1,5 bilhão de hectares, estima ele, alimentaria apenas 3,2 bilhões de pessoas - ou metade da população global atual -, com dietas principalmente vegetarianas.

Isso dito, o uso de fertilizante no mundo desenvolvido poderia ser reduzido, ainda fornecendo alimento suficiente para proporcionar uma nutrição adequada apesar da queda nos rendimentos. Isso porque os países ricos produzem mais comida do que precisam, em parte porque o pagamento de subsídios aos agricultores estimula a superprodução.

O excesso dá lugar a dietas desnecessariamente ricas em proteínas (resultando nos crescentes níveis de obesidade em países ricos) e a grandes excedentes exportáveis. Há margem, portanto, para se adotar métodos que requeiram menos produtos químicos, como na agricultura orgânica, em parte da produção.

No mundo em desenvolvimento, porém, a situação é muito diferente. Em países ricos, os fertilizantes químicos equivalem a apenas cerca de 45% de todo o nitrogênio aplicado nos campos. Nos países mais pobres, porém, eles equivalem a nada menos que 80% do total. Esse uso é o que faz a diferença entre nutrição adequada e inadequada - e em muitos países em desenvolvimento, a oferta de proteínas permanece inadequada mesmo assim.

No final dos anos 1990, 75% de todo o nitrogênio que estava sendo aplicado a produtos agrícolas na China vinha de fertilizantes químicos. Como 90% da proteína consumida pelos chineses é produzida no país, isso significa que dois terços do nitrogênio existente na comida chinesa vem do processo Haber-Bosch. Métodos tradicionais, como o plantio de legumes fixadores de nitrogênio ou o uso de adubo animal, simplesmente não podem proporcionar tanto nitrogênio por hectare.

Em muitos outros países em desenvolvimento, o nível de produção de alimentos hoje excede o que se poderia obter com métodos tradicionais, livres de fertilizantes. Pode, sim, haver redução da quantidade de fertilizante utilizado mediante uma aplicação mais precisa, mas é difícil ver como seria possível eliminá-lo por completo sem reduzir a produção.

Não há respostas fáceis. Tanto a agricultura tradicional quanto a orgânica têm ônus e benefícios ambientais. Durante o século XX, a humanidade tornou-se dependente do nitrogênio artificial, e fazer o relógio recuar não é uma opção. A agricultura baseada no uso intensivo de produtos químicos tem efeitos colaterais indesejáveis, e sem dúvida são necessários



mais esforços para mitigá-los. Se, contudo, a humanidade abandonasse a revolução verde, as consequências seriam certamente muito piores.

### Uma Segunda Revolução Verde?

Tom Standage, em *“Uma história comestível da humanidade”* (Rio de Janeiro; Zahar; 2010), pergunta: viveremos uma segunda revolução verde?

A crise alimentar pôs a agricultura de volta na ordem do dia do desenvolvimento internacional, após anos de descaso.

Em curto prazo, a resposta apropriada é um rápido aumento na ajuda alimentar humanitária. Programas que promovem biocombustíveis feitos de produtos agrícolas alimentícios devem também ser reconsiderados.

Em médio prazo, porém, o envio de grandes quantidades de alimento dos países ricos para os pobres torna as coisas piores, porque solapa o mercado dos produtores locais.

A resposta a longo prazo é iniciar um novo esforço para aumentar a produção agrícola no mundo em desenvolvimento, com ênfase renovada à pesquisa agrícola e ao desenvolvimento de novas variedades de sementes, investimentos na infraestrutura rural necessária para apoiar agricultores, maior acesso ao crédito, introdução de planos de seguro de safras e assim por diante. Tudo isso pode soar muito familiar, porque é, em essência, uma convocação para uma segunda “revolução verde”.

Inevitavelmente, isso reacendeu as discussões sobre os prós e os contras da revolução verde original. Alguns defensores dessa segunda revolução enfatizam o potencial de sementes geneticamente modificadas, agora em desenvolvimento, que produzem seus próprios pesticidas ou são projetadas para fazer um uso mais eficiente de água e fertilizante. (Isso foi chamado de *“revolução duplamente verde”*.)

Enquanto isso, defensores da agricultura orgânica veem a crise de alimentos como uma oportunidade ideal para promover maior uso de métodos orgânicos, particularmente na África, onde os rendimentos são baixos. Em grande parte desse continente, elevar a produtividade ao mesmo nível da agricultura pré-fertilizante de outros países já seria um valioso progresso.

É claro que qualquer nova revolução verde deveria levar em conta as lições aprendidas desde os anos 1960. Há muitas novas técnicas que podem melhorar os rendimentos ao mesmo tempo em que reduzem os problemas ambientais. Algumas envolvem pouca tecnologia, como enterrar bolinhas de

fertilizante precisamente medidas para minimizar o escoamento da água, ou usar certos besouros e aranhas para repelir pragas. Sementes podem ser revestidas diretamente com fungicidas ou pesticidas, reduzindo a necessidade de borrifar produtos químicos. E uma abordagem particularmente promissora é a “*agricultura de conservação*” (também conhecida como agricultura “sem lavra” ou de “plantio direto”), um conjunto de técnicas desenvolvidas desde os anos 1970 que minimizam a necessidade de arar o solo, ou até a eliminam por completo.

Os agricultores praticantes da *agricultura de conservação* deixam os resíduos das plantas nos campos após a colheita, em vez de ará-los ou queimá-los. Culturas de cobertura são depois plantadas para proteger o solo. (Plantar legumes como culturas de cobertura ajuda a aumentar o nitrogênio do solo.) Na primavera, a cultura de cobertura e quaisquer ervas daninhas são mortas com uso de um herbicida ou cortadas na superfície com o uso de máquinas especiais.

O plantio da cultura principal é feito, então, com o uso de máquinas que guiam as sementes para sulcos no solo, feitos abaixo da camada protetora de resíduos. Tudo isso ajuda a reduzir a erosão da terra, já que o solo coberto, não arado, é menos propenso a ser arrastado pela água ou carregado pelo vento. A água é usada de maneira mais eficiente, porque a capacidade do solo de reter umidade aumenta e menos água é perdida por escoamento ou evaporação.

*A agricultura de conservação também poupa combustível e reduz o consumo de energia*, porque diminui a necessidade de máquinas para arar o solo. Em geral, menos fertilizante é necessário, porque menos nitrogênio é perdido para o ambiente; isso reduz também a poluição das vias navegáveis. A agricultura de conservação é mais amplamente usada nas Américas do Norte e do Sul, onde foi inicialmente desenvolvida, mas como ainda é responsável por apenas uma pequena proporção (cerca de 6%) da terra cultivada no mundo, há muito potencial para expandir seu uso.

É possível que as novas sementes geneticamente modificadas cumpram sua promessa de absorção do nitrogênio e uso mais eficiente da água. Novas sementes estão sendo também produzidas por engenharia genética para crescer em solos salgados demais para os tipos tradicionais. O desenvolvimento delas demandará ainda muitos anos, e é cedo demais para dizer se serão bem-sucedidas.

É certamente um exagero sugerir que a modificação genética é uma solução mágica para os vários problemas alimentares do mundo, mas seria insensato descartar inteiramente o seu uso. Ao mesmo tempo, pode haver

técnicas orgânicas passíveis de aplicação mais ampla, particularmente em se tratando de controle biológico de pragas e do cultivo de produtos agrícolas em áreas áridas. Alguns estudos mostram que métodos orgânicos podem gerar maior produtividade em condições secas, por exemplo.

Para assegurar uma oferta adequada de alimentos quando a população mundial rumar para o ápice e as mudanças climáticas alteram padrões de agricultura estabelecidos há muito, será necessário reunir a maior variedade possível de técnicas agrícolas. Diferentes métodos serão os mais apropriados em diferentes regiões. Pode fazer sentido cultivar produtos agrícolas básicos usando métodos que requeiram muitos fertilizantes químicos em algumas partes do mundo, e trocá-los por safras especializadas cultivadas por métodos tradicionais em outras partes, por exemplo.

É excessivamente simplista sugerir que o mundo enfrenta uma escolha entre o fundamentalismo orgânico, por um lado, e uma fé cega na biotecnologia, por outro. O futuro da produção de alimentos, e da humanidade, reside certamente no amplo e fértil terreno entre uma coisa e outra.

### Uma História do Mundo em Doze Mapas

Jerry Brotton é professor de Estudos do Renascimento na Queen Mary University of London e um dos maiores especialistas em cartografia renascentista e história dos mapas. Autor de livros traduzidos para mais de quatorze línguas, como *The Sale of the Late King's Goods* e *The Renaissance*, também escreve e apresenta programas de TV e rádio.

Com extensa pesquisa, apresentada em 616 páginas, o historiador e especialista em mapas Jerry Brotton publicou *Uma História do Mundo em Doze Mapas* (Rio de Janeiro: Zahar; 2014), onde explora doze dos mapas mais influentes da história - das representações místicas da Antiguidade até as imagens de satélite de hoje -, em um panorama repleto de controvérsias e manipulações.

Recriando o contexto de cada um desses mapas, o autor revela de que maneira os mapas tanto influenciam quanto refletem os eventos de suas respectivas épocas. Mostra ainda como, ao estudá-los, pode-se compreender melhor o mundo que os produziu, pois estão intimamente ligados aos sistemas de poder, autoridade e criatividade dos tempos e lugares em que são produzidos.

Assim, temos:

- a perspectiva cristã, centrada em Jerusalém, de um mapa-múndi do século XIV;
- um mapa do século XII com o sul no topo e, ao contrário da cartografia da época, seguindo a tradição muçulmana;
- a primeira visão verdadeiramente globalizada do planeta, registrada pelo português Diogo Ribeiro no início do século XVI;
- a “projeção de Peters”, elaborada na década de 1970 e que procurava dar igualdade ao chamado “Terceiro Mundo”; ou
- a perspectiva dos satélites e fotos do Google Earth.

Embora a forma como representamos o globo terrestre esteja mais uma vez mudando, Brotton argumenta que os mapas atuais não são mais definitivos ou objetivos do que os do passado - eles continuam a recriar e mediar nossa visão do mundo.

Repleto de belas ilustrações, *Uma História do Mundo em Doze Mapas* é uma reflexão original da história da humanidade. O autor analisa os mapas abaixo recriando o contexto de cada um deles, conta as histórias de quem os criou e por quê, e revela a sua influência sobre a forma como vemos o mundo:

1. A Geografia de Ptolomeu, c.150 d.C.
2. Al-Idrisi, 1154 d.C.
3. O mapa-múndi de Hereford, c.1300
4. O mapa mundial Kangnido, 1402
5. Martin Waldseemüller, mapa do mundo, 1507
6. Diogo Ribeiro, mapa do mundo, 1529
7. Gerard Mercator, mapa do mundo, 1569
8. Joan Blaeu, Atlas maior, 1662
9. Família Cassini, mapa da França, 1793
10. Halford Mackinder, "O eixo geográfico da história", 1904
11. A projeção de Peters, 1973
12. Google Earth, 2012

O mapa babilônico do mundo representa a primeira tentativa de que se tem notícia de mapear todo o mundo conhecido. Trata-se de um dos primeiros exemplos de um dos objetivos mais básicos do conhecimento humano: impor alguma espécie de ordem e estrutura ao espaço vasto e aparentemente sem limites do mundo conhecido. Apresenta uma abstração da realidade terrestre. Mais de 8.000 anos antes de o sonho de ver a Terra do espaço se tornar realidade, o mapa do mundo babilônico oferece aos seus observadores a chance de ver o mundo de cima e adotar uma perspectiva divina de criação terrena.

Desde os tempos antigos, o tipo de informações geográficas transmitidas por mapas era exclusivo da elite mística ou dirigente. Para xamãs, sábios, governantes e sacerdotes, os mapas do mundo conferiam autoridade secreta e mágica aos seus criadores e proprietários. Se essas pessoas entendiam os segredos da Criação e a extensão da Humanidade, então elas certamente deviam saber como dominar o mundo terrestre em toda a sua diversidade aterradora e imprevisível.

O anseio de mapear é um instinto humano básico e duradouro. Onde estaríamos sem mapas? A resposta, obviamente, “perdidos”, mas os mapas fornecem respostas a muito mais perguntas do que simplesmente como ir de algum lugar a outro.

Temos consciência de nós mesmos em relação ao resto do mundo físico a partir do processamento espacial de informações. O “mapeamento cognitivo” é o dispositivo mental pelo qual os indivíduos adquirem, ordenam e lembram as informações sobre seu ambiente espacial, em cujo processo eles distinguem e se definem espacialmente em relação ao mundo vasto, aterrorizante e incognoscível que está “lá fora”.

O mapeamento desse tipo não é exclusividade dos seres humanos. Animais também fazem demarcação de território pelo odor. Mas somente os humanos deram o salto crucial do mapeamento para a confecção de mapas.

O que é um mapa? Hoje, os estudiosos aceitam geralmente a definição apresentada em *History of Cartography*, obra em vários volumes que vem sendo publicada desde 1987, sob a direção geral de Harley e Woodward: “mapas são representações gráficas que facilitam a compreensão espacial de coisas, conceitos, condições, processos ou eventos no mundo humano”.

Essa definição, adotada também no livro de Jerry Brotton, “estende-se naturalmente à cartografia celestial e aos mapas de cosmografias imaginárias”, e os livra das definições geométricas mais restritas do termo. Ao incluir a cosmografia - que descreve o universo, analisando a terra e os céus -,

a definição de mapa de Harley e Woodward nos permite ver artefatos arcaicos ao mesmo tempo como um diagrama cósmico e um mapa do mundo.

As percepções autoconscientes dos mapas e a ciência de sua criação são invenções relativamente recentes. Por milhares de anos, o que as diferentes culturas chamavam de “mapa” era feito por pessoas que não pensavam neles como pertencendo a uma categoria separada da escrita de documentos formais, da pintura, do desenho ou da inscrição de diagramas em uma variedade de meios diferentes, da rocha ao papel.

A relação entre mapa e o que chamamos de geografia é ainda mais sutil. Desde os gregos, a geografia é definida como o estudo gráfico (graphein) da Terra (gé), da qual o mapeamento representa uma parte vital. Mas, como disciplina intelectual, a geografia só foi devidamente formalizada no ocidente como profissão ou objeto de estudo acadêmico no século XIX.

É nessa variedade díspar de mapas - em tecidos, tabuletas, desenhos ou gravuras - que reside muito de seu notável poder e fascínio. Um mapa é, simultaneamente, um objeto físico e um documento gráfico, e é tanto escrito como visual: não se pode entender um mapa sem escrita, mas um mapa sem elemento visual é simplesmente uma coleção de nomes de lugares.

Os mapas se valem de métodos artísticos de execução para criar uma representação, em última análise, imaginativa de um objeto incognoscível (o mundo); mas também é moldado por princípios científicos. Abstrai a Terra de acordo com uma série de linhas geométricas.

O mapa diz respeito ao espaço como seu objetivo final. Ele oferece uma compreensão espacial dos eventos no mundo humano, mas, como lemos no livro de Jerry Brotton, muitas vezes diz respeito ao tempo, pois pede ao expectador que observe como esses eventos se desdobram um após o outro. Nós, é óbvio, enxergamos os mapas pelo aspecto visual, mas podemos lê-los como uma série de histórias diferentes.

### Perfeição da Arte da Cartografia

O tema do livro de Jerry Brotton, *Uma História do Mundo em Doze Mapas* (Rio de Janeiro: Zahar; 2014), naturalmente, é constituído pelos mapas do mundo. Visto, no post anterior, o conceito de “mapa”, cabe agora analisar o conceito de “mundo”.

“Mundo” é uma ideia social, criada pelo homem. Refere-se ao espaço físico completo do planeta, mas também pode significar um conjunto de ideias e crenças que constituem uma “visão de mundo” cultural ou individual.

Para muitas culturas ao longo da história, o mapa foi o veículo perfeito para expressar ambas essas ideias do “mundo”.

Centros, limites e todas as outras parafernalias incluídas em qualquer mapa mundial são definidas tanto por essas “visões de mundo” como pela observação física da Terra feita pelo cartógrafo ou “fazedor de mapas”, a qual, de qualquer modo, nunca é feita a partir de um ponto de vista cultural neutro.

Os doze mapas do livro de Jerry Brotton apresentam visões do espaço físico de todo o mundo que resultam das ideias e crenças que as informam. Uma visão de mundo dá origem a um mapa do mundo, mas, este, por sua vez, define a visão de mundo de sua cultura.

A escala dos mapas do mundo mostra que nunca são usados seriamente como dispositivos para encontrar rotas que possibilitem aos seus usuários ir de um lugar para outro da superfície da Terra. Mas a diferença mais significativa entre mapeamento local e mundial é de percepção. Representa um sério problema para a confecção de qualquer mapa mundial.

Ao contrário de uma área local, o mundo nunca pode ser apreendido em um único olhar sinóptico do cartógrafo. Mesmo nos tempos antigos, existiam elementos naturais ou feitos pelo homem a partir dos quais era possível olhar uma pequena área de cima para baixo em um ângulo oblíquo (como em vista aérea) e ver seus elementos básicos. Até o advento da fotografia espacial, essa perspectiva não estava disponível para olhar a Terra inteira.

Antes dessa inovação, o cartógrafo que criava um mapa do mundo se baseava em dois recursos: o céu acima dele e a sua própria imaginação. A Astronomia lhe permitia observar o movimento do Sol e das Estrelas e estimar o tamanho e a forma da Terra. Ligadas a essas observações estavam as hipóteses mais imaginativas baseadas em preconceitos pessoais e mitos e crenças populares que, na verdade, ainda exercem seu poder sobre qualquer mapa do mundo.

Um desafio predominante é a abstração. Qualquer mapa é um substituto do espaço físico que pretende mostrar, construindo o que ele representa e organizando a variedade infinita, sensorial da superfície terrestre conforme uma série de marcas abstratas, os inícios dos limites e fronteiras, centros e margens. Quando essas linhas são aplicadas a toda a Terra, o mapa não somente representa o mundo, mas o produz imaginativamente.

Durante séculos, a única maneira de compreender o mundo era através do olho da mente. Os mapas do mundo mostravam, de forma imaginativa, como poderia ser a aparência do mundo fisicamente incognoscível. Os cartógrafos não apenas reproduzem o mundo, eles o constroem!

O mapa jamais pode equivaler ao território que pretende representar. Um mapa sempre dirige a realidade que tenta mostrar. Em vez de imitar o mundo, os mapas desenvolvem sinais convencionais que passamos a aceitar como substitutos daquilo que eles jamais podem verdadeiramente mostrar.

O único mapa que poderia representar completamente o território que descreve seria na escala redundante de 1:1. A escolha da escala, um método proporcional de determinar uma relação consistente entre o tamanho do mapa e o espaço que ele representa, está intimamente relacionada com o problema da abstração e tem sido uma rica fonte de prazer e diversão para muitos escritores.

Um personagem de Lewis Carrol anuncia que “fizemos efetivamente um mapa do país, em uma escala de uma milha para uma milha!”. Quando perguntado se o mapa tem sido muito usado, admite que “ele nunca foi aberto” e que “os fazendeiros objetaram: eles disseram que ele cobriria todo o país e apagaria a luz do sol!”.

O conceito foi levado adiante por Jorge Luís Borges, que, em seu conto de um parágrafo *Do Rigor na Ciência* (1946), reformula o relato de Carrol em um tom mais sombrio. Borges descreve um império mítico onde a arte da cartografia atingiu tal grau de perfeição que “os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império que tinha o tamanho do Império e coincidia pontualmente com ele. Menos afeitas ao estudo da Cartografia, as gerações seguintes entenderam esse dilatado mapa ser inútil e não sem impiedade o entregaram às inclemências do sol e dos invernos. Nos desertos do Oeste perduram despedaçadas ruínas do mapa, habitadas por animais e mendigos; em todo o país não há outra relíquia das Disciplinas Geográficas”.

Borges compreendeu tanto o dilema temporal como a arrogância desmedida potencial do cartógrafo: na tentativa de produzir um mapa abrangente de seu mundo, deve ocorrer um processo de redução e seleção. Mas se seu mapa de escala 1:1 é um sonho impossível, que escala um cartógrafo deve escolher para garantir que seu mapa mundial não tenha o destino que ele descreveu? Nenhuma escala escolhida foi universalmente aceita como definitiva.

Um problema adicional que se apresenta é o da perspectiva. Em que lugar imaginário o cartógrafo se situa antes de começar a mapear o mundo? A



resposta depende invariavelmente da visão do mundo predominante do cartógrafo.

Todas as sociedades arcaicas usam ritos e mitos para criar uma “situação limite”, aquela que “o homem descobre ao tomar consciência de seu lugar no universo”. Essa descoberta cria uma distinção absoluta entre um reino sagrado, cuidadosamente demarcado da existência organizada, e um reino profano, caos desconhecido, se forma e, portanto, perigoso. Orientar e construir o espaço a partir dessa perspectiva repete o ato divino da Criação, dando forma a partir do caos, e colocando o cartógrafo (e seu patrono) em paridade com os deuses!

Essas imagens implicam a criação de um centro que estabelece um canal vertical entre o mundo terreno e o divino e que estrutura as crenças e ações humanas. Esse tipo de perspectiva poderia ser chamado também de mapeamento egocêntrico. A esmagadora maioria dos mapas põe a cultura que os produziu em seu centro.

Até mesmo os mapas on-line de hoje são parcialmente motivados pelo desejo do usuário de primeiro se localizar no mapa digital, digitando o endereço da sua casa - quando não um GPS automaticamente localiza onde você está - antes de qualquer outro lugar e dando um zoom para ver sua localidade. É um ato atemporal de tranquilidade pessoal, localizando-nos como indivíduos em relação a um mundo maior que suspeitamos ser muito indiferente à nossa existência.

Mas se essa perspectiva literalmente centra os indivíduos, ela também os eleva como deuses, convidando-os a voar e olhar para a Terra de um ponto de vista divino, inspecionando o mundo inteiro em um olhar, contemplando o que só pode ser imaginado pelos mortais presos à terra.

A genialidade dissimuladora do mapa é fazer com que os observadores acreditem, apenas por um momento, que essa perspectiva é verdadeira, que eles não estão mais presos à terra, olhando para um mapa. Nisso está uma das características mais importantes do mapa: o observador é posto ao mesmo tempo dentro e fora dele.

No ato de se localizar nele, o observador está ao mesmo tempo imaginativamente elevando-se acima (e fora) dele, em um momento transcendente de contemplação, para além do tempo e do espaço, vendo tudo de lugar nenhum. Se o mapa oferece ao seu observador uma resposta à persistente pergunta existencial “Onde estou?”, ele o faz através de uma divisão mágica que situa o observador em dois lugares ao mesmo tempo!



Parte II -  
HISTÓRIA DA  
CIDADANIA

## História da Cidadania

No dia 22 de janeiro de 2014, completaram-se quatro anos de minha atividade de postar no meu modesto blog. Caso estivesse vivo, seria também aniversário do meu pai. Seu exemplo ético e a educação em todos os níveis proporcionado e incentivado por me proporcionou talvez tenha sido o principal motivo para intitular *Cidadania & Cultura* como meus principais objetos de interesse.

Para comemorar os quatro anos de existência, resumi a História da Cidadania. Não do meu modesto blog, mas sim das conquistas humanas ao longo do tempo. *Ser cidadão* é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante à lei; é, em resumo, ter direitos civis. É também praticar do destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e sociais não asseguram a democracia sem ter direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais. No meu blog, destaco também ter direitos econômicos, incluídos antes nos direitos sociais.

Para resumir a *História da Cidadania*, consultei e esquematizei partes do livro com esse título, organizado por Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky (6a. ed.; São Paulo; Contexto; 2013; 573 páginas). Este livro trata do processo histórico da sociedade ocidental na conquista desses direitos, assim como dos passos ainda faltantes para integrar aqueles não inclusos socialmente como cidadãos plenos.

*Cidadania* não é uma definição estanque, mas é sim um conceito histórico, ou seja, seu sentido varia no tempo e no espaço. Há diferenças das regras nacionais que definem quem é ou não titular da cidadania por direito territorial ou familiar, mas também pelos direitos e deveres distintos que caracterizam o cidadão em cada um dos Estados-Nacionais contemporâneos.

Mesmo dentro de cada Estado-Nacional, *o conceito e a prática da cidadania* vem se alterando ao longo dos últimos 200 ou 300 anos. Há maior abertura do estatuto de cidadão para sua população, incorporando, por exemplo, imigrantes. Aumenta também o grau de participação política de diferentes grupos, estendendo o direito de votar às mulheres e aos analfabetos - estes ainda não têm o direito de serem votados. Elevam-se, de maneira distinta, as conquistas dos direitos sociais, isto é, a concessão de proteção social pelos Estados aos necessitados dela.

O que antes era encarado como “subversão” passa a ser encarado como direito “natural” com *a conquista da democracia*. Porém, os liberais conservadores ainda se arrepiam com a assistência social provida pelo Estado.

Outro exemplo: o direito ao voto já esteve vinculado à propriedade de riqueza, ao fato de se pertencer ou não à determinada etnia, à titularidade de cargos ou funções - tal como ainda é na Universidade de São Paulo (rs, rs, rs) -, etc. Ainda existem países onde há a regra implícita que os candidatos à Presidência da República não podem se declarar ateus! Outros onde nem filho de imigrante tem direito a voto!

Não há, portanto, uma sequência única, determinada e necessária para a evolução da cidadania em todos os países. Entretanto, há um processo de evolução que marcha da ausência de direitos para sua ampliação, ao longo da história.

A cidadania instaura-se a partir dos processos de lutas. Partem da sua “pré-história” com os profetas sociais hebreus, as cidades-estados na antiguidade clássica grega, a cidadania romana, as comunidades cristãs dos primeiros séculos, a cidadania no Renascimento em Florença e Salamanca, até atingirem a construção dos alicerces da cidadania na revolução inglesa do século XVII, quando inicia-se o respeito aos direitos dos indivíduos, na revolução norte-americana com a conquista de liberdade e cidadania nos Estados Unidos, na revolução francesa, quando a liberdade, a igualdade e a fraternidade passam a ser metas coletivas e universais, enfim, direitos humanos. Esses dois últimos eventos, classificados como “revoluções burguesas”, romperam o princípio de legitimidade que vigia até então, baseados nos deveres dos súditos de Monarquias Absolutistas, e passaram a estrutura-los a partir dos direitos do cidadão.

Entretanto, as experiências históricas de “socialismo realmente existente”, tal como a da revolução soviética, adotando práticas estatais totalitárias, significaram um retrocesso histórico em termos de direitos civis e políticos. O fato de seus cidadãos terem obtidos significativos avanços em direitos sociais não obscurece aquele atraso. Os socialistas têm de repensar a prática de sua doutrina ideológica.

Porém, *a história da cidadania não tem fim*. É um processo de luta social com avanços e retrocessos, mas continua, persistentemente, em andamento, para se ampliar o conceito e a prática de cidadania para mulheres, crianças, minorias nacionais, étnicas, sexuais, etárias.

Na sua acepção mais ampla, *cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia republicana*.

## Hebreus: Profetas Sociais como Porta-Vozes do Deus da Cidadania

Jaime Pinsky afirma: “um dos maiores mitos da história é aquele que atribui aos hebreus, antecessores dos judeus modernos, a criação do monoteísmo”. Vários outros povos da antiguidade acreditavam e cultuavam um só deus, antes mesmo dos hebreus. O deus dos hebreus, durante muito tempo, assim como os de outros povos, foi uma divindade tribal, o senhor dos exércitos que tinha por função proteger seus seguidores e derrotar seus inimigos.

Tanto a expansão mulçumana, no final do primeiro milênio, como as Cruzadas, massacres cometidos por cristãos europeus, basearam-se na concepção de um deus guerreiro que não diferia muito dos deuses tribais como o hebreu. Porém, a maior contribuição original dos hebreus à civilização foi a concepção de um deus que não se satisfazia em ajudar os exércitos, mas que exigia um comportamento ético por parte dos seus seguidores. Pouco se importava em ser objeto de idolatria ou com o sacrifício de animais imolados, mas sim comprometia-se com problemas vinculados à exclusão social, à pobreza, à fome e à solidariedade.

Essa concepção revolucionária de deus, pois estaria “*avant la lettre*” (de modo anacrônico) preocupado com a cidadania, se desenvolveu dentro de condições históricas específicas. A concepção religiosa do judaísmo argumenta que esse deus se revelou para os hebreus pela simples razão deste se constituírem “o povo eleito”. Porém, o monoteísmo ético não ocorreu no período tribal - até o final do século XI a.C. -, mas já no período de decadência da monarquia, após a separação que dividiu a monarquia nos reinos de Judá, ao sul, e de Israel, ao norte.

A doutrinação dos chamados “profetas sociais” estabelece os fundamentos do monoteísmo ético, que é a base das grandes religiões ocidentais: cristianismo e islamismo, além do judaísmo. Constitui-se na primeira expressão documentada e politicamente relevante da pré-história da cidadania.

Jaime Pinsky, no primeiro capítulo da *História da Cidadania* (organizado por Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky; 6a. ed.; São Paulo; Contexto; 2013; 573 páginas), examina tanto as condições históricas do surgimento do monoteísmo ético quanto aquelas que permitiram a manutenção dos seus valores ao longo dos mais de 25 séculos desde então. Ele percebe as formas e os modos de apropriação do monoteísmo ético, devidamente transformado pelo mundo judaico e pelo universo das chamadas grandes religiões monoteístas.

A discriminação sofrida pelos judeus ao longo da história provocou no grupo grande coesão e forte identidade em torno de práticas e rituais. Seja para os mais religiosos, ligados à crença e às formas de devoção simbólicas, seja para os mais nacionalistas, ligados à defesa de Terra de Israel, em ambos, a ideia do “povo eleito” corresponde a uma etnia marcada pela marginalização e pelo desprezo. No entanto, sempre houve o orgulho da comunidade pelo fato de apresentar baixa incidência de bêbados, ladrões ou assassinos.

As comunidades judaicas, em simulacro de autogoverno, pressionam seus membros a fim de não chamarem atenção de forma negativa, pautando-se pelo bom comportamento para não se justificar maiores perseguições. O embasamento teórico-religioso da cobrança e pressão do grupo costumava ser a explicação de uma pretensa superioridade ética do judaísmo com a relação a outras religiões ou filosofias. Ensinava-se a necessidade de cada judeu fazer valer os valores de justiça e fraternidade. Na prática da ética residiria a diferença fundamental entre o judeu e o não judeu (gentio).

Os profetas conseguiam ser os porta-vozes da incompreensão das pessoas com relação aos novos tempos. Esses reacionários, pregadores do retorno ao passado nostálgico, acabaram sendo revolucionários na crítica moral e ética ao presente vivenciado. Buscavam exemplos de relações sociais diferentes no passado idealizado, criando um novo modelo do possível ser uma sociedade justa. Ouviram o grito dos oprimidos e dos injustiçados. Tiveram a coragem de dizer quais os caminhos melhores para a sociedade tomar, superar a injustiça e criar direitos individuais e sociais.

Questionavam o reino e o templo, as bases da Monarquia hebraica. Romperam com o ritualismo e com o pequeno deus nacional, um deus necessitado de templo e dos sacerdotes para se impor. Criaram *o deus da cidadania*.

#### Cidadania em Cidades-estados da Antiguidade Clássica

Norberto Luiz Guarinello, no segundo capítulo do livro *História da Cidadania* (organizado por Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky; 6a. ed.; São Paulo; Contexto; 2013; 573 páginas), afirma que “os primeiros pensadores que se debruçaram sobre a definição do que hoje entendemos por cidadania buscaram inspiração em certas realidades do mundo greco-romano, que conheciam por intermédio dos clássicos transmitidos pela tradição manuscrita do Ocidente:

1. a ideia de democracia;

2. de participação popular nos destinos da coletividade;
3. de soberania do povo;
4. de liberdade do indivíduo.

A imagem que faziam da cidadania antiga, no entanto, era idealizada e falsa. A cidadania nos Estados-nacionais contemporâneos é um fenômeno único na história. Não podemos falar de continuidade do mundo antigo, de repetição de uma experiência passada e nem mesmo de um desenvolvimento progressivo que unisse o mundo contemporâneo ao antigo. São mundos diferentes, com sociedades distintas, nas quais pertencimento, participação e direitos têm sentidos diversos.

É necessário manter sempre a consciência dessa distinção e evidenciar processos históricos que podem iluminar os limites e as possibilidades da ação humana no campo das relações entre indivíduos. O mundo greco-romano permite-nos vislumbrar amplo painel de sucessos e fracassos da ação humana sobre a sociedade.

A diferença mais crucial entre presente e passado é a própria forma de existência social. O mundo greco-romano não se estrutura como os Estados-nacionais contemporâneos, mas de modo bem distinto, como cidades-estados.

As cidades-estados eram muito diferentes entre si:

1. nas dimensões territoriais e riquezas,
2. em suas histórias particulares e
3. nas diferentes soluções obtidas, ao longo dos séculos, para os conflitos de interesses entre seus componentes.

A maioria delas nunca ultrapassou a dimensão de pequena unidade territorial, abrigando alguns milhares de habitantes - não mais que cinco mil, quase todos envolvidos com o meio rural. Outras, de porte médio, chegaram a congregar 20 mil pessoas. Algumas poucas, portos comerciais ou centros de grandes impérios, atingiram a dimensão de verdadeiras metrópoles, com mais de 100 mil habitantes - e, por vezes, como na Roma imperial, chegaram à escala de um milhão de pessoas.

Além disso, sob o termo cidade-estado, abarcamos povos distintos, culturas diferentes, com seus próprios costumes, hábitos cotidianos, leis, instituições, ritmos históricos e estruturas sociais - gregos, romanos, etruscos, fenícios, itálicos”, celtas, berberes -, cujo destino foi, ao longo do tempo, marcado por imensa variedade de projetos e soluções. São história muito



diferenciadas ao longo de quase dois milênios. Diversidade, fragmentação, modificações incessantes ao longo dos séculos: como definir uma cidade-estado?

A história das cidades-estados é geograficamente localizada e circunscrita às margens do mar Mediterrâneo. Não podemos pensar a História Antiga como parte essencial da história do mundo, como uma de suas etapas em direção ao presente. Isto é um efeito ilusionista do euro centrismo, ou seja, pela necessidade que a Europa sentiu, sobretudo a partir do século XIX, de definir o Ocidente em sua relação com o resto do mundo, traçando suas origens na tradição literária do mundo greco-romano e projetando-a, no presente, como berço da civilização humana. É uma armadilha ideológica difícil de evitar.

Trata-se, portanto, de uma história localizada, regional. Entre os séculos IX e VII a.C. as costas do Mediterrâneo eram apenas o que poderíamos definir como uma área específica, pouco desenvolvida, que sofria a influência de grandes Impérios estabelecidos nos vales fluviais de sua porção oriental, o chamado Oriente Médio. Esses séculos afastados de nós por quase três milênios são cruciais na história da região.

Assim como os Estados-nacionais devem sua consolidação, senão sua formação, à industrialização, ao desenvolvimento do capitalismo e à expansão imperialista da Europa no século XIX, as cidades-estados também surgiram em um quadro de grandes mudanças econômicas e sociais, ainda que sua novidade seja, hoje, difícil de perceber.

Tanto nas oligarquias como nas democracias, a participação política era direta, exercida por um corpo de cidadãos ativos, que podia ser mais ou menos amplo, mas que representava a si mesmo, por meio do voto individual de seus membros. Nunca se desenvolveu a ideia de representação, nem partidos políticos doutrinários, nem uma clara divisão de poderes constitucionais ou qualquer noção abstrata de soberania: esta podia residir na assembleia, ou em um conselho mais restrito, ou mesmo na lei em geral, dependendo das circunstâncias específicas e do jogo de interesses e forças em conflito.

De qualquer modo, a abertura do espaço público, como espaço de conflitos, tornou clara a oposição entre ricos e pobres. O desenvolvimento das trocas comerciais pelo Mediterrâneo e a crescente importância dos escravos não fizeram senão aumentar cada vez mais as desigualdades no interior das cidades-estados.

Havia, porém, uma crescente fraqueza das cidades-estados para enfrentar seus inimigos externos. As milícias cidadãs tornaram-se pequenas e

fracas. Cresceu a importância dos mercenários nas atividades guerreiras. Instabilidade interna e fraqueza externa foram as causas do fim da cidade-estado clássica. A formação de grandes impérios pode ser vista, desse modo, como consequência da fragilidade e da instabilidade das cidades-estados como forma de organização social.

O Império, por fim, unificaria todas as cidades-estados e toda a bacia do Mediterrâneo. Ele foi oriundo de uma cidade-estado, cuja cidadania era mais aberta em relação à regra geral: Roma, que conseguiu unificar a Itália sob sua égide, formando a maior aliança de cidades-estados que o mundo antigo conheceu. A partir de meados do século II a.C., Roma tornou-se a cidade-estado dominante em todo o Mediterrâneo, impondo, via de regra, o governo dos mais ricos às cidades submetidas ou “aliadas”.

Em síntese, a história da cidadania antiga só pode ser compreendida como um longo processo histórico, cujo desenlace é o Império Romano. De pertencimento a uma pequena comunidade agrícola, a cidadania tornou-se, com o correr dos tempos, fonte de reivindicações e de conflitos, na medida em que diferentes concepções do que fossem as obrigações e os direitos dos cidadãos no seio da comunidade se entrecrocaram. Participação no poder, igualdade jurídica, mas também igualdade econômica foram os termos em que se puseram, repetidamente, esses conflitos, até que um poder superior se estabeleceu sobre o conjunto das cidades-estados e suprimiu da cidadania comunitária, progressivamente, sua capacidade de ser fonte potencial de reivindicações.

Quando os pensadores iluministas do século XVIII retomaram, a seu modo, a noção de cidadania, foi em outro contexto, buscando inspiração na cidadania estendida e amorfa do Império Romano, mas naquela, potencialmente participativa, das pequenas cidades-estados que um dia repartiram entre si os territórios das planícies do Mediterrâneo.

*Cidadania* implica:

1. sentimento comunitário,
2. processos de inclusão de uma população,
3. um conjunto de direitos civis, políticos e econômicos.

*Cidadania* significa também, inevitavelmente, *a exclusão do outro*. Todo cidadão é membro de uma comunidade, como quer que esta se organize, e esse pertencimento, que é fonte de obrigações, permite-lhe também:

1. reivindicar direitos,

2. buscar alterar as relações no interior da comunidade,
3. tentar redefinir seus princípios, sua identidade simbólica,
4. redistribuir os bens comunitários.

A essência da cidadania residiria, precisamente, nesse caráter público, impessoal, nesse meio neutro no qual se confrontam, nos limites de uma comunidade, situações sociais, aspirações e desejos e interesses conflitantes.

Há, certamente, na história, comunidades sem cidadania, mas só há cidadania efetiva no seio de uma comunidade concreta, que pode ser definida de diferentes maneiras, mas que é sempre um espaço privilegiado para a ação coletiva e para a construção de projetos para o futuro.

A crise da autonomia dos Estados-nacionais, face à globalização, coloca-nos diante de problemas análogos aos enfrentados pelas cidades-estados quando incorporadas ao poder de um único e grande império. Como manter a possibilidade de ação coletiva em um mundo em que as comunidades políticas perdem, progressivamente, sua capacidade de ação e não conseguem atender às demandas mínimas de seus concidadãos? Como manter comunidades políticas exclusivas em um mundo em que o capital se internacionalizou, mas não o trabalho? Como construir, sem perder a capacidade de ação coletiva, uma cidadania global? Será esta possível ou mesmo desejável?

#### Cidadania Romana

Pedro Paulo Funari, no terceiro capítulo do livro *História da Cidadania* (organizado por Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky; 6a. ed.; São Paulo; Contexto; 2013; 573 páginas), afirma que, “no sentido moderno, cidadania é um conceito derivado da Revolução Francesa, em 1789, para designar o conjunto de membros da sociedade que têm direitos e decidem o destino do Estado. Esta cidadania moderna liga-se de múltiplas maneiras aos antigos romanos, tanto pelos termos utilizados como pela própria noção de cidadão”.

Em latim, a palavra *ciuis* gerou *ciuitas*, “cidadania”, “cidade”, “Estado”. Cidadania é uma abstração derivada da junção dos cidadãos e, para os romanos, cidadania, cidade e Estado constituem um único conceito - e só pode haver esse coletivo se houver, antes, cidadãos.

Se para os gregos havia primeiro a cidade, polis, e só depois o cidadão, *polites*, para os romanos era o conjunto de cidadãos que formava a

coletividade. Se para os gregos havia cidade e Estado, *politeia*, para os romanos a cidadania, *ciuitas*, englobava cidade e Estado.

Segundo a tradição, a cidade de Roma foi fundada em 753 a.C. e caracterizou-se desde as origens pela diversidade de povos e costumes. A bipartição social foi transferida da sociedade etrusca a Roma na posterior consolidação de dois grupos sociais, os patrícios (detentores da “nobreza de sangue”, hereditária) e os plebeus. Outra característica da cidadania legada pelos etruscos foi o relevante papel feminino na sociedade.

Os patrícios formavam uma oligarquia de proprietários rurais e mantinham o monopólio dos cargos públicos e mesmo dos religiosos. Eram, assim, os únicos cidadãos de pleno direito. O restante da população romana era formado por subalternos excluídos da cidadania. Pouco a pouco, foram adquirindo um nome próprio, “povo” (*populus*). Em grande parte, a história de Roma pode ser vista como uma luta pelos direitos sociais e pela cidadania entre aqueles que tinham direitos civis e os demais grupos.

Grandes proprietários rurais, os oligarcas romanos desprezavam as atividades urbanas e mesmo o fruto do trabalho na terra que não fosse feito por escravos ou agregados subalternos. Entre o restante da população, havia o “povo” e a “plebe”, palavras que se ligam à ideia de multidão, massa. A noção de plebe como grupo surgiu no processo histórico de luta contra os privilégios dos patrícios. Na sua base estavam os camponeses livres de poucas posses, aos quais se juntaram os artesãos urbanos e os comerciantes. A plebe incluía também descendentes de estrangeiros residentes em Roma.

Para além da dicotomia entre patrícios e plebeus, havia mais dois grupos: os clientes e os escravos. Os clientes, “aqueles que obedecem a um patrício”, mantinham relação de fidelidade ao patrono, a quem deviam serviços e apoios diversos e de quem recebiam terra e proteção. Já os escravos, até o século III a.C., eram basicamente domésticos. Integravam o conjunto de propriedades do patriarca e faziam parte da família. A pobreza de camponeses e trabalhadores urbanos levava-os à escravidão.

As consequências sociais da expansão imperial romana, na primeira metade do século II a.C., foi o aumento do número de escravos e das propriedades fundiárias, com resultante crise na pequena agricultura que transformou parte do campesinato livre em proletários - aqueles cidadãos cujos bens resumiam-se à prole. A riqueza de alguns levava à pobreza de muitos, o que não tardou a gerar novas lutas pelos direitos civis.

O período da República romana testemunhou um grande avanço nas possibilidades de iniciativas jurídicas dos cidadãos. Por exemplo, segundo uma lei datada de 122 a.C., os cidadãos comuns podiam recorrer dos abusos de

autoridade cometidos pelos poderosos. Foram estabelecidos dois princípios basilares da cidadania:

1. a possibilidade de recorrer do abuso;
2. o amplo acesso à informação dos direitos através da fixação público de inscrições que os garantissem.

As lutas pela cidadania continuaram nos anos seguinte, com a crescente polarização da sociedade romana em dois grandes grupos: os populares e os oligarcas. Os proletários puderam chegar ao exército e conseguiram, nas décadas sucessivas, a concessão de terras, na forma de colônias, aos veteranos do exército. Os cidadãos-soldados passaram, no entanto, a estar mais ligados a determinados generais que à República.

Restrições aos direitos civis, contudo, afloraram com frequência, pois as disputas entre populares e oligarcas levaram às ditaduras de general, apoiado pelo Senado. Isso ocorreu no final da República e, principalmente, no Principado, regime baseado no poder do Exército. Neste contexto, houve a revolta de Espártaco, liderando uma imensa sublevação de escravos em 73 a.C..

Subjacente ao direito da cidadania encontra-se a própria noção de liberdade, definida como a não submissão ou sujeição a outra pessoa. O amor à liberdade estava na base da cidadania romana. A moderna cidadania, na base mesma da democracia, fundamenta-se na distinção romana da chamada liberdade negativa, ou seja, a liberdade de não se submeter à vontade de outrem.

Nesta definição estão os fundamentos da liberdade individual moderna. Se, em uma sociedade civil, somos todos livres ou subordinados, então um cidadão livre deve ser aquele que não está sob o domínio de nenhuma outra pessoa. É, portanto, capaz de agir segundo seu próprio juízo e direito.

A questão central consiste em que a liberdade é condicionada pela subordinação, o que leva a uma maneira original de encarar as relações entre a liberdade dos cidadãos e a constituição do Estado civil, que deve refletir a opinião dos cidadãos. Deriva desses conceitos, cruciais não apenas para a revolução Puritana Inglesa do século XVII, mas também para as revoluções Norte-americana e Francesa do século XVIII, a noção de que só existe liberdade individual se existir uma cidadania que governe a si mesma. Viver como súditos de um governante é viver na subordinação, no limite, como escravos. O direito romano consiste, portanto, em fundamento essencial das reflexões modernas sobre a cidadania.

A conversão do imperador Constantino ao cristianismo, no século IV, foi seguida da constituição do Império Romano Cristão, renunciando o declínio acentuado das prerrogativas da cidadania clássica. Consolidou-se, contudo, a compilação do Direito Romano, legado ao mundo moderno na forma do Código de Justiniano.

A vida política romana era menos controlada pela aristocracia do que se imaginava. De certa maneira, Roma apresentava diversas características em comum com as modernas noções de cidadania e participação popular na vida social. Os patriarcas fundadores dos Estados Unidos da América tomaram como modelo a constituição romana republicana, com a combinação de Senado e Câmara, esta no lugar das antigas Assembleias.

A invenção do voto secreto, em Roma, tem sido considerado a pedra de toque da liberdade cidadã. O Fórum pode ser considerado o símbolo maior de um sistema político com forte participação da cidadania. Lá, os magistrados defendiam seus pontos de vista e tentavam conseguir o apoio dos cidadãos. O poder dependia desse apoio.

#### Comunidades Cristãs e Cidadãs

Eduardo Hoornaert, no quarto capítulo do livro *História da Cidadania* (organizado por Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky; 6a. ed.; São Paulo; Contexto; 2013; 573 páginas), mostra como “a minúscula ‘sinagoga dissidente’, iniciada na Galileia com Jesus de Nazaré e abrigada no casulo do judaísmo rabínico por 150 anos, multiplicou-se em tempo recorde”. O movimento cristão iniciante alcançou, já no século I, toda a região do Mediterrâneo, penetrou na Ásia Menor, espalhou-se no delta do Rio Nilo. Ele se propõe a responder a pergunta: de onde provém tão extraordinário desenvolvimento em tão pouco tempo? Qual o segredo?

A literatura corrente sobre o assunto costuma aduzir principalmente cinco razões para a chamada “vitória do cristianismo”:

1. o martírio,
2. a santidade,
3. os milagres,
4. a evangelização, e
5. mais modestamente - a criação de uma rede associativa entre populações marginalizadas.

Contra cada uma das quatro primeiras razões alegadas, por sinal as mais invocadas na história oficial das igrejas, há problemas de ordem científica. *As pesquisas históricas desmentem o discurso das igrejas.*

Assim, o *martírio* não teve nem de longe o impacto histórico sobre a evolução do cristianismo lhe atribuído pela literatura posterior. As comunidades cristãs estavam expostas a eventuais *progroms* de caráter local e que, em certas circunstâncias, os cristãos eram chamados para interrogatórios vexatórios diante das autoridades, mas isso não basta para se justificar o tão invocado termo “igreja dos mártires”.

Quanto à *santidade* e às *virtudes heroicas dos primeiros cristãos*, basta lembrar-se da história de Judas nos evangelhos para se convencer de a complexidade e a imprevisibilidade do comportamento humano aplicarem-se tanto aos apóstolos em redor de Jesus como aos bispos e cardeais em torno do papa. Os primeiros apóstolos santificados declararam, explicitamente, que não eram “santos”.

Em relação à explicação pelos *milagres* praticados por Jesus, ou por seus apóstolos e determinados seguidores das primeiras gerações, a literatura da época não praticava uma separação nítida entre o real e o imaginado. Os evangelhos e os atos dos apóstolos decepcionam os positivistas contemporâneos que buscam enxergar “o que é” (e não “o que deveria ser”), já que seu intento era menos relatar o que realmente aconteceu do que provocar a consciência e a ação.

A negação de uma *evangelização* explícita no início do cristianismo costuma causar estranheza entre os funcionários das igrejas hoje. Não se tem nenhum relato de um “missionário” cristão antes do sermão de Gregório de Nissa, datado no ano de 380. Ele apresenta seu parente distante, Gregório, o Taumaturgo, como evangelizador “profissional” entre camponeses. É, portanto, anacrônico querer projetar em tempos primitivos métodos posteriormente usados pelas igrejas.

Resta a última razão invocada para explicar o primeiro impulso, decisivo, do cristianismo na sociedade: *a formação de uma rede associativa*. Cobre uma área social totalmente negligenciada pela administração romana, ou seja, *a luta organizada (avant la lettre)* dentro da sociedade romana.

A imagem oficial vigente nas igrejas cristãs é a dos apóstolos pregando o evangelho, louvando “os mártires”, nomeando “os santos”, divulgando “os milagres”, arrebanhando seguidores que se curvam diante de “a verdade de Deus”. Eis o discurso predominante. Contudo, os textos existentes colocam em cena pessoas ou grupos armando estratégias na linha da cidadania. Estes não são muito comentados.

Os cristãos conviviam com categorias sociais como soldados, gladiadores e escravos em geral. O suicídio era frequente nessas categorias. Não se aprofundava as razões capazes de levarem os escravos ao suicídio, mas se interessava sim pela indenização que o patrão eventualmente pudesse cobrar do patrimônio familiar dos suicidas.

Ao contrário do Direito romano, os textos cristãos demonstram sensibilidade, apresentando proximidade com o mundo dos gladiadores. São escravos, criminosos condenados, prisioneiros de guerra, por vezes, cristãos. Muitos gladiadores acabam se suicidando ou sendo assassinados.

Outro segmento social particularmente exposto ao suicídio era o dos soldados, entre os quais havia cristãos. O suicídio de soldados foi silenciado como segredo de Estado, para preservar o exército. Este o considerava indigno e repugnante. Mesmo tendo sido alistado à força e vivendo uma vida de cão, o soldado precisava manter a postura de homem público! Um soldado com falha na tentativa de suicídio era imediatamente expulso da corporação com ignomínia. Suicídio de soldado não era falha humana, era atentado à respeitabilidade do exército, e isso não se perdoava...

A escravidão estava firmemente ancorada na mentalidade dos cidadãos romanos, que a consideravam perfeitamente natural. O cidadão, no ócio da propriedade; os escravos, no negócio do trabalho.

Dentro dessa mentalidade fechada, o Estado romano dispensa-se de providenciar serviços sociais propriamente ditos. Para pelo menos 80% da população do imenso Império, a vida é trabalho, sofrimento, violência. A vida dos escravos era extremamente breve, quase sempre inferior a 25 anos.

Diante desse quadro, os cristãos procuraram oportunidades para melhorar a vida das pessoas no submundo romano. Os colégios ou as confrarias cristãs tinham como dois objetivos básicos *a sepultura* e *o banquete*. As pessoas se cotizavam para garantir uma sepultura, erguer um santuário doméstico aos protetores da casa, providenciar *um banquete para todos*. Em resumo, os colégios eram corpos fundamentalmente democráticos no seio de uma sociedade patriarcal e piramidal.

Os cristãos não se restringiam a enterrar seus fieis, mas admitiam igualmente enterrar vizinhos pagãos. Aliás, os cemitérios cristãos, a partir do século III, constituem uma prova arqueológica de primeira importância acerca da imersão do cristianismo no mundo escravo das grandes cidades. Os banquetes cristãos costumavam ser simples e fraterno, sendo realizados uma vez por semana, no dia do Senhor.



Eduardo Hoornaert defende com bons argumentos a tese: *o segredo do sucesso do cristianismo no decorrer do século II muito tem a ver com a luta pela cidadania*. Os seguidores de Jesus optaram por projetos concretos como donativos em gêneros alimentícios, enterro de falecidos, visitas a doentes, apoio moral aos interrogados pelas autoridades, serviço de visitas aos presos, proteção às pessoas comuns, cristãos e pagãos, eis o segredo do sucesso do cristianismo.

Esses trabalhos a favor da cidadania se processam dentro de um imaginário fundamentalmente religioso. O cristianismo antigo não é de forma nenhuma um movimento secularizado. No mundo escuro em que vive o escravo, a religião é a única luz, a última trincheira de luta, o último recanto de identidade.

O teatro, o circo e a arena exercem especial atração sobre o escravo, fazendo-o esquecer sua desgraça por alguns momentos. Porém, a religião exerce um papel igualmente importante. Situa-se aí o cristianismo.

O cristianismo romano provém basicamente do povo vindo do Oriente procurar trabalho na grande cidade. Os cristãos da antiguidade davam assistência regular aos necessitados a partir de ofertas voluntárias.

Os propagandistas do cristianismo são as categorias sociais particularmente beneficiadas pela ação cristã. O movimento cristão cresce pela propaganda de boca em boca por anônimos beneficiados: pessoas sem cidadania romana (“estrangeiros”), gente sem terra ou identidade social (*paroikoi* ou “paróquia”), viúvas, órfãos, entre outros sofridos sem assistência social, como as vítimas de uma peste. A grande diferença com a caridade cristã está na abrangência. Enquanto a sinagoga atende aos judeus, as comunidades cristãs acolhem a todos.

O cristianismo em seus primórdios, antes da sua elitização na virada do século III, prestava serviços no campo social e humanitário, recebendo então um sólido apoio popular por onde se espalha. A evangelização, liderada por bispos, sacerdotes ou diáconos, é uma falsa imagem das origens cristãs.

O cristianismo não venceu pela pregação de seus apóstolos ou bispos, nem pelo testemunho destemido de mártires, pela santidade de seus heróis, pelas virtudes nem pelos milagres de seus santos. Venceu, isto sim, por uma atuação persistente e corajosa na base do edifício social e político da sociedade.

## Cidadania no Renascimento

Carlos Zeron, no quinto capítulo do livro *História da Cidadania* (organizado por Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky; 6a. ed.; São Paulo; Contexto; 2013; 573 páginas), nota que no Dicionário de Política dos filósofos italianos Bobbio, Matteucci e Pasquino não contém um verbete sobre “cidadania”. Na percepção contemporânea do termo, os dicionários vocabulares remetem à ideia de um “indivíduo” que possui direitos e deveres relativamente ao Estado e à sociedade.

Zeron, para referir-se à ideia de cidadania no Renascimento, compreendido entre os séculos XIV e XVI, adota, por um lado, uma concepção mais ampla do termo em suas diferentes dimensões sociais, políticas e culturais.

O conceito de cidadania é uma construção fundamentalmente histórica que comporta dimensões simultaneamente sociais, políticas e culturais. No Renascimento, o debate político sobre o tema da cidadania (*avant la lettre*) dá-se basicamente em torno da interpretação da tese aristotélica da natureza política constitutiva do Homem.

Ao *tomismo* - conjunto das doutrinas teológicas e filosóficas do pensador italiano santo Tomás de Aquino (1225-1274), consideradas o ponto culminante do pensamento escolástico, e nas quais se destaca a busca de uma harmonia entre o racionalismo aristotélico e a tradição revelada do cristianismo - foi vinculado o tema do Homem indefeso diante de uma natureza hostil e apenas a solidariedade social fazendo dele um ser forte e conquistador capaz de impor suas leis e vontades ao mundo, por meio de um governo da razão.

O Poder Político é um “fato natural” que se impõe absolutamente a toda a sociedade humana. A finalidade do Poder Público é o bem comum, isto é, a res publica.

A noção de Direito Natural, desenvolvida pelos herdeiros quinhentistas do pensamento escolástico - pensamento cristão da Idade Média, baseado na tentativa de conciliação entre um ideal de racionalidade, corporificado especialmente na tradição grega do platonismo e aristotelismo, e a experiência de contato direto com a verdade revelada, tal como a concebe a fé cristã - como base de sua reflexão sobre o Estado, supõe a de indivíduos, pois a apropriação desse direito é individual na medida em que os Direitos do Homem seriam anteriores a qualquer tipo de organização social e política.

A concepção moderna do Estado vai contra o organicismo absoluto do Estado aristotélico que, em função dos seus fins próprios, reduzia o indivíduo

à condição de um simples átomo inerte. Vai contra também o Estado concebido por São Tomás de Aquino, cuja finalidade era subordinada exclusivamente à salvação espiritual do indivíduo. Procurou-se definir fins estritamente políticos ao Estado contemporâneo.

Nesse sentido, Carlos Zeron compreende o Renascimento como um *período de transição* - nem ruptura, nem continuidade - entre duas concepções políticas diferentes, convencionalmente chamadas de *medieval* e *moderna*. Este é o sentido histórico da relação entre o Humanismo e a cidadania.

Florença talvez não tenha sido “o berço da democracia moderna”, mas foi certamente um dos “berços do mercantilismo moderno”. O comércio [*mercatura*] era a atividade mais considerada pelos florentinos. Eles detinham, além do direito de cidadania, o exercício efetivo do poder na cidade.

De fato, as únicas frações de classe capazes de progredirem neste período são aquelas associadas às atividades comerciais e financeiras. O comércio internacional, o desenvolvimento dos bancos e da indústria, todas essas eflorescências capitalistas que os séculos XV e XVI beneficiam apenas as elas - e à Inglaterra. Ao lado dessa força econômica, apropriam-se, pouco a pouco, da força política, seja da cidade, seja dos Estados provinciais.

Em resumo, uma burguesia ambiciosa de poder e de liberdades políticas opõe-se, progressivamente, à nobreza. Esta perde pouco a pouco seus privilégios e a uma massa considerável de pessoas pobres, capaz de apoiar tanto as ambições burguesas como a autoridade real ou uma revolta camponesa. Essas grandes famílias dominantes das instituições florentinas por meio das corporações de financistas, comerciantes, juizes e notários permitirão o desenvolvimento do indivíduo nas suas esferas de atuação. Elas vão patrocinar uma atividade fundamental da época renascentista, a *descoberta do Mundo Novo*. Logo conduzirá, por sua vez, à *descoberta de um novo Homem*.

#### Revolução Inglesa: Respeito aos Direitos dos Indivíduos

Marco Mondaini, no sexto capítulo do livro *História da Cidadania* (organizado por Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky; 6a. ed.; São Paulo; Contexto; 2013; 573 páginas), afirma que os processos de secularização, racionalização e individualização foram ultrapassando o tradicionalismo embutido na milenar percepção teológica das coisas, alimentada pela Igreja Católica Romana. A partir de então, a legitimidade de uma sociedade hierarquizada fundada em privilégios de nascença perdeu força. A crítica

interna dos religiosos e a crítica externa dos cientistas do Renascimento inviabilizaram a continuidade absoluta de uma maneira transcendente de compreender a História. O Homem passou não apenas a traçar seu destino, mas também a ter total capacidade de explicá-lo.

A decadência da noção de predestinação orientou, em grande medida, o avanço da modernidade decorrente dos acontecimentos entre a crise da sociedade feudal no século XIV e as revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII. A resignação imposta pela fé cristã recuou diante da força crítica do saber científico. Os limites impostos pela natureza e justificados pela ética religiosa medieval foram cada vez menos vistos como algo intransponível aos seres humanos.

Contra um mundo de “verdades reveladas”, assentado no trinômio particularismo-organicismo-heteronomia, construiu-se um outro pautado no trinômio universalidade-individualidade-autonomia, no qual “a descoberta das verdades” depende do esforço criativo do Homem.

Tal projeto civilizatório não podia ser conivente com um corpo ético que, de um lado, recomendava aos trabalhadores pobres do campo a aceitação passiva do sofrimento, uma vez que este trazia em si a purificação e o caminho seguro do céu, e que, de outro lado, tranquilizava a consciência dos nobres e do próprio clero ao fomentar a virtuosidade de uma vida na mais profunda ociosidade.

Pelo *questionamento do sistema estamental de privilégios*, houve a mudança revolucionária da percepção da desigualdade entre os homens como fato natural e/ou instituído pela vontade divina e, por isso mesmo, fadado à eternidade. O desenvolvimento de uma consciência histórica da desigualdade propiciou deduzir que a diferenciação natural existente entre os indivíduos não implica a existência da desigualdade entre eles.

Se a desigualdade tem origens, houve um tempo passado em que ela não existia e é possível construir um tempo futuro em que não mais existirá. Essa história da desigualdade servirá como suporte para uma das mais importantes transformações levadas a cabo na trajetória da Humanidade: *a do cidadão-súdito para o cidadão-cidadão*.

O fato de habitar uma cidade-estado, ou seja, de ser cidadão, não basta mais ao Homem. Os novos tempos exigem que este passe a ter também direitos nessa mesma cidade e não mais somente deveres.

A história do desenvolvimento dos direitos do cidadão, a evolução da cidadania na Europa centro-ocidental, transcorre há pelo menos três séculos

de acirrados conflitos sociais, relacionada à conquista de três conteúdos de direitos, diversos entre si:

1. os *direitos civis*, no século XVIII;
2. os *direitos políticos*, no século XIX; e
3. os *direitos sociais*, no século XX.

Junto a tais direitos, novas formas de Estado também foram se constituindo nesses três séculos, novas funções estatais indicadoras de uma relação dinâmica entre indivíduos, sociedade e aparelho estatal.

Entretanto, o ponto de partida para o desenvolvimento dos direitos da cidadania tem sua localização no século XVII. Foi com a primeira revolução burguesa da história: a Revolução Inglesa. Ela se inicia em 1640 e tem sua conclusão quase meio século depois, em 1688, dando origem ao primeiro país capitalista do mundo.

Antes do conhecimento dos fatos históricos, cabe o exame do significado do *conceito de revolução*. Até o início da era cristã, para os antigos, as mudanças nada mais eram que alterações de estágios de um mesmo ciclo, de uma circularidade perene e recorrente, isto é, a repetição do mesmo, nunca a irrupção do novo.

Com o advento do cristianismo, o *tempo cíclico* é substituído pelo *tempo linear*, tornando concebível a existência de um acontecimento como fato único, não repetível. O nascimento de Jesus Cristo foi visto pelos cristãos como *o surgimento do novo*. Nunca mais aconteceria.

A adoção de uma temporalidade linear tinha como contrapartida o engessamento da liberdade pela coerção da predestinação divina. Já a concepção moderna de revolução tem como condição indispensável a consciência de que o novo é fruto de um ato de liberdade, da vontade livre, do livre-arbítrio. Em suma, falar sobre revolução exige pensar o Homem como sujeito da História e não mais como objeto de desejos exteriores a ele.

Pensada originalmente como um termo astronômico por Nicolau Copérnico, a palavra revolução procurava retratar um movimento inexorável: a trajetória cíclica recorrente dos astros celestes. Seria, então, uma *re-evolução*.

Sua primeira aparição no campo da Política dar-se-á no século XVII, no decorrer da Revolução Inglesa, com um significado muito próximo daquele astronômico de Copérnico: o retorno a uma ordem preestabelecida. Dentro desse contexto, tal *debut* não se deu em 1640 com o avanço de Oliver

Cromwell e da Revolução Puritana, mas sim em 1660 com a restauração monárquica e em 1688 com a solução conciliadora da Revolução Gloriosa.

No entanto, aquilo que os ingleses da época imaginavam ser uma “restauração” era, na verdade, uma grande transformação. A partir de então, o termo revolução passou a ser associado a toda e qualquer forma de mudança brusca do ritmo normal da história. Nas palavras da filósofa Hannah Arendt: “Nada poderia estar mais distanciado do significado original da palavra ‘revolução’ do que a ideia que se apoderou obsessivamente de todos os revolucionários, isto é, que eles são agentes em um processo que resulta no fim definitivo de uma velha ordem, e provoca o nascimento de um novo mundo.”

### Revolução Inglesa: Cidadania Liberal

O avanço da racionalidade moderna, no decorrer do século XVII, na Inglaterra, pode ser percebido pela superação das tradicionais formas pelas quais o próprio Absolutismo Monárquico era legitimado. Teorias defensoras da ideia do Direito Divino dos Reis, tais como a de Jean Bodin, foram abandonadas.

A defesa do Estado Absoluto passou a exigir uma postura crítica frente à Igreja e suas concepções. Na obra-prima do filósofo inglês Thomas Hobbes, *Leviatã*, publicada em 1651, o Estado Absoluto passa a ser visualizado como o resultado do estabelecimento de um “contrato social” entre indivíduos que viviam até então em “estado de natureza”, situação em que os homens são tão livres e iguais que não possuem freios às suas ações, dando assim forma a um conflito generalizado, “uma guerra de todos os homens contra todos os homens”, onde “um é o lobo do outro”.

Com suas vidas permanentemente ameaçadas, os homens tomam a decisão de firmar um pacto que preservasse o “direito à vida” em troca de sua liberdade individual. Os homens abrem mão da sua individualidade, colocando-a plenamente nas mãos do Estado-Leviatã, que passa a ter a única obrigação de protegê-los.

Não obstante o seu caráter absolutista, o pensamento hobbesiano já aponta para uma percepção moderna da relação Estado-indivíduos, pois situa o primeiro como fruto da vontade racional dos segundos. Trata-se de uma ética racional separada da teologia.

Diferentemente do modelo organicista aristotélico que indicava o Estado como complemento natural e forçoso do Homem após organizar-se em família, o modelo individualista hobbesiano já apresenta o Estado como

invenção artificial do Homem, que consensualmente se supera rumo a uma estrutura maior que si próprio. No primeiro, o Estado vem antes do indivíduo; no segundo, o indivíduo vem antes do Estado.

É uma nova concepção que não apenas indica no indivíduo o início de tudo, mas também coloca no indivíduo a prevalência das relações pós-contratuais, protegendo-o das próprias ações despóticas do Estado. Torna-se uma tradição que se pauta pela defesa da liberdade do indivíduo, limitando politicamente os poderes estatais. Chegou a era do liberalismo e sua defesa dos direitos civis.

Se para Hobbes o poder do Estado é absoluto, indivisível e irresistível, para o filósofo inglês John Locke, ao contrário, é limitado, divisível e resistível. Essa fronteira para alcançar os Direitos Humanos foi ultrapassada exatamente em meio ao revolucionário século XVII inglês. Abriu a responsabilidade histórica de um Estado de Direito, um Estado dos Cidadãos, regido não mais por um poder absoluto, mas sim por uma Carta de Direitos, um *Bill of Rights*. Inicia-se a Era dos Direitos.

Com o *contratualismo liberal* de Locke rompe-se com o pacto de submissão hobbesiano em nome de um pacto de consentimento. O Estado de Natureza não é uma garantia definitiva ante o surgimento de possíveis inconvenientes contra a propriedade, definida por Locke como o direito à vida, à liberdade e aos bens. Por isso, é preciso que se faça um contrato social objetivando a sua preservação legal. O Poder Político não tem outra função senão o direito de fazer leis “para regular e preservar a propriedade”.

Para tal, o Poder Político tem de ser fragmentado. Para alcançar a limitação de um Poder é necessária a sua divisão entre Poder Legislativo, o poder supremo, Poder Executivo e o Poder Federativo, três poderes constituídos pelo princípio da maioria e no respeito às minorias, e legítimos na medida exata em que preservarem a “propriedade”, uma vez que, caso contrário, tornar-se-ão poderes tirânicos, fato garantidor do Direito de Resistência.

Locke é acusado de estar na origem de um individualismo possessivo, devido ao seu apego à propriedade privada. Mas a sua maior contribuição para luta por uma sociedade fundada nos ideais de civilidade está na Defesa da Tolerância. A diferença contida na alteridade religiosa deve ser respeitada e garantida como fosse uma luta pela afirmação da identidade presente em si mesmo. Não foi apenas a inevitável diversidade de opiniões, mas a recusa de tolerância para com os que têm opinião diversa que deu origem à maioria das disputas e guerras que se manifestaram por causa da religião.

Pensar a *cidadania liberal*, isto é, refletir sobre o significado dos direitos de cidadania no âmbito restrito do pensamento liberal, segundo Marco Mondaini, implica discutir:

1. seu valor universal para a totalidade dos seres humanos e
2. suas limitações históricas de classe.

As liberdades individuais devem ser apropriadas como uma conquista universalmente válida, inserindo-se suas várias formas - liberdade de pensamento e expressão, liberdade de ir e vir, tolerância religiosa, habeas corpus, direito à privacidade, etc. - no conjunto do patrimônio civilizacional mundial. Tais liberdades civis passaram a ser do interesse dos indivíduos como um todo, independentemente da sua extração social.

Com o desenvolvimento histórico, a luta particular de uma classe social acabou transformando-se em uma conquista universal. De uma vontade particular, uma classe levou a cabo a efetivação de uma vontade geral.

Essas liberdades foram durante muito tempo associadas exclusivamente ao critério excludente de ser proprietário. O poder político dos liberais foi, pelo menos até o final do século XIX, uma prerrogativa associada à posse de bens materiais. O direito à representação política era vedado aos não proprietários. A cidadania liberal foi, pois, uma cidadania excludente, diferenciadora de “cidadãos ativos” e “cidadãos passivos”, “cidadãos com posse” e “cidadão sem posses”.

A *cidadania liberal*, no entanto, foi um primeiro - e grande - passo para romper com a figura do súdito. Este tinha apenas e tão somente *deveres a prestar*. Porém, seus fundamentos universais - “todos são iguais perante a lei” - traziam em si a necessidade histórica de um complemento fundamental: *a inclusão dos despossuídos e o tratamento dos “iguais com igualdade” e dos “desiguais com desigualdade”*, por exemplo, com política afirmativa via cotas. Para tal fim, por uma liberdade positiva, nos séculos seguintes vieram à tona a luta por igualdade política e social, meta conquistada não mais pelos liberais, mas regularmente contra eles, pelas forças democráticas e socialistas. Uma luta contínua que não cessa até o presente.

Revolução Americana: Estados Unidos, Liberdade e Cidadania

Leandro Karnal, no sétimo capítulo do livro *História da Cidadania* (organizado por Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky; 6a. ed.; São Paulo; Contexto; 2013; 573 páginas), discute a Guerra da Independência dos Estados



Unidos da América, suas implicações para uma nova concepção política e as transformações importantes nos conceitos de cidadania e liberdade.

Na verdade, não existe um conceito universal e atemporal de cidadania. Ela é uma construção histórica específica da Civilização Ocidental. Houve uma invenção específica, a cidadania e a liberdade nos Estados Unidos da América. Esses conceitos transformaram-se muito ao longo do tempo.

Na miríade de imigrantes que formaram as 13 colônias britânicas na América do Norte, para a constituição da imagem de liberdade e da cidadania, desde os primórdios, houve uma hipertrofia de alguns fatos históricos e a supressão ou diminuição de outros. Foi um “extra-ordinário” processo de (re)invenção de memória e de uma longa tradição de liberdade.

No discurso fundador, aquele punhado de ingleses - “pais peregrinos” [*pilgrim fathers*] no navio *Mayflower* - preocupam-se, desde logo, com leis que garantam justiça e igualdade. Parecia existir uma cidadania *avant la lettre*, uma cidadania 150 anos antes da Independência e da Constituição.

O caráter “democrático” se turva diante do fato de os rebeldes quererem uma atitude mais agressiva em relação às *terras indígenas*. A política conciliatória do governador da Virgínia irritava os brancos sem terras. Eles veem as terras a Oeste como uma chance de ascensão social. Acusam-no de corrupto e de não defender os interesses reais.

A proposta dos colonos de rapinagem sobre as comunidades indígenas se choca com a imagem de democracia e cidadania. A liberdade de expansão dos colonos brancos existiu na proporção do ataque às comunidades indígenas. A leitura colonial da ideia de um cidadão livre não se tornava uma postura universal para o gênero humano.

A tradição de liberdade para os colonos puritanos foi reforçada ao longo de todo o século XVII pela quase ausência total da Inglaterra. Envolvidos nas suas disputas internas que levariam à decapitação de Carlos I, à República, à Restauração da Monarquia e à deposição de James II, em 1688, até pactuarem uma Monarquia Parlamentar, *os ingleses deram pouca atenção às suas colônias*. Atitude bem distinta da adotada pelos portugueses. Estes fiscalizaram de perto a extração de ouro em Minas Gerais, no século XVIII, e inclusive refugiaram o rei D. João VI e sua corte, aqui, na colônia sul-americana, durante a Guerra Napoleônica.

A partir da metade do século XVIII, houve, entretanto, uma visível mudança no comportamento colonial inglês. As dívidas contraídas pelo governo de Londres durante a chamada Guerra dos Sete Anos com a França

(1756-1763) e as novas necessidades ditadas pela Revolução Industrial justificaram a alteração de atitude com a imposição de legislação de caráter mercantilista, reduzindo a liberdade colonial que predominara antes. Os colonos norte-americanos passaram a receber, sistematicamente, leis restritivas com a do açúcar, a do selo, a da moeda, etc.

As medidas britânicas provocaram o choque entre a Inglaterra e suas 13 colônias. Os colonos passaram a fazer petições com reclamações e congressos expressando suas desavenças com a nova política. A política inglesa foi pouco flexível e a repressão armada começou. Ainda antes da Declaração de Independência de 1776 já existiam choques armados entre colonos e ingleses.

Não havia apenas uma luta para enfrentar, havia uma memória e uma identidade a construir. O tipo ideal só poderia ser encontrado nos puritanos, fugindo da perseguição religiosa e que tinham assinado um documento de liberdade com o qual o evento de 1776 poderia fazer uma ligação extraordinária: o *Mayflower Compact*. Assim, a vontade de liberdade expressa nesse curto documento fazia uma linha clara com a Declaração de Independência, síntese e objetivo criados no século XVIII, mas sonhado nos porões do *Mayflower*. Com certo cinismo histórico, nasce uma Nação puritana...

#### Cidadania Norte-Americana: Inclusiva Para Alguns e Excludente Para Muitos

Segundo Leandro Karnal, a liberdade passou a ser constituída como fator de integração nacional e de invenção do novo Estado norte-americano. O gesto de selecionar só momentos fundacionais favoráveis ao mito não é uma exclusividade dos Estados Unidos. A invenção da memória histórica é sempre um capítulo importante na construção do Estado nacional.

Porém, se é verdade que o episódio da migração puritana foi uma escolha com claros contornos políticos, é evidente que a origem da liberdade dos Estados Unidos passou pelo protestantismo. Este representava uma ruptura com a tradição cristã católica, mesmo quando liderado por reacionários como Lutero, Calvino e mesmo Henrique VIII e seu anglicanismo.

Vários pontos no protestantismo, especialmente o calvinismo, enfatizam a participação individual, por exemplo, a Bíblia deve ser lida pelo crente na sua língua e há uma crença na relação individual com a graça divina. *Se o sujeito é pobre, é um desgraçado...*

Na verdade, o Absolutismo monárquico serviu-se tanto do catolicismo como dos reformadores para se justificar. Mas as primeiras contestações contra o Poder Absoluto tinham uma clara relação com grupos protestantes,

como os puritanos ingleses e calvinistas holandeses. Grande parte do discurso político contra o Absolutismo inglês estava embasado na crítica ao modelo de Igreja Anglicana de Carlos I ou às tendências católicas de James II, suscitando as Revoluções Puritana e Gloriosa.

A diversidade de grupos religiosos foi uma realidade na América anglo-saxã. Ao contrário dos países ibéricos e suas colônias e da tentativa dos reis Stuarts, na Inglaterra, a unidade religiosa e uma única Igreja associada ao Estado nunca foram possíveis nas colônias que formariam os Estados Unidos.

A tradição da liberdade tinha uma base clara na tradição religiosa puritana e em determinada leitura da memória colonial. Outra base estava no filósofo inglês John Locke, lido por norte-americanos nas universidades inglesas e disseminado nas 13 colônias. O texto da Declaração de Independência em 1776 é uma transcrição quase literal dos princípios básicos de Locke: direitos naturais, governo instituído para preservar os direitos naturais, e direito à rebelião.

O panfleto de Thomas Paine teve a maior difusão. Defendia que o Estado, nascido da iniquidade, não devia ser confundido com a Sociedade. Os governos foram fundados para o estabelecimento da felicidade comum. Destacava *o excepcionalismo norte-americano*. Afirmava a Europa estar excessivamente dividida e frequentemente em guerras, prejudicando o comércio das colônias.

Os colonos também invocavam algumas tradições inglesas como a “taxação com representação”. Misturavam a elas uma recriação do seu passado histórico, pois buscavam restaurar a situação anterior de não interferência inglesa. Na tentativa de restauração de algo perdido, evitando-se o novo colonialismo, acabou-se criando um novo Estado nacional federativo.

O caráter da Constituição norte-americana está ligado à luta contra a Inglaterra na Guerra de Independência. Tratava-se, antes de mais nada, garantir a esfera do privado como espaço do cidadão em detrimento da tirania externa. O risco da tirania interna seria afastado pela perfeita harmonia e limites dos poderes instituídos. Diferentemente da tradição ibero-americana, nela estão explícitas a desconfiança que se tinha do Poder Político e a defesa do indivíduo contra o Estado.

Para garantir ainda mais a certeza dos termos em relação a liberdades individuais, cada ex-colônia, isto é, os novos Estados Unidos votaram e aprovaram, em 1791, dez emendas constitucionais que se tornaram tão importantes quanto a própria Constituição. As emendas estabelecem, entre outras liberdades:

1. uma quase absoluta liberdade de expressão,
2. o direito do cidadão comum portar armas,
3. a necessidade de julgamentos abertos e com júri,
4. a proibição de penas cruéis.

As emendas refletiram a experiência da guerra contra a Inglaterra, consagrando a proeminência do indivíduo sobre o Estado. Manifesta a desconfiança diante do Estado.

Os colonos tinham lutado contra a maior potência mundial, berço da Revolução Industrial em andamento, que queria cobrar impostos exorbitantes e sem representação parlamentar dos próprios colonos. Venceram a guerra com a ajuda da França absolutista, ex-adversária e rival dos ingleses. Mesmo com esse apoio aliado decisivo, a Guerra da Independência produziu a crença no sucesso da liberdade individual combatendo a tirania do Estado.

A imagem divulgada da liberdade norte-americana atingiu as outras colônias e inspirou novas revoltas. A própria França, que tanto ajudara na guerra contra a Inglaterra, passou por movimento revolucionário inspirado por aquela experiência histórica.

Sob o ponto de vista da inovação legislativa, os Estados Unidos da América tinham criado a mais ampla possibilidade democrática até então descortinada. No entanto, julgando os fatos do passado com os olhos de hoje, a cidadania e a liberdade criadas com a Independência e a Constituição eram extremamente limitadas. Por exemplo, mulheres e brancos pobres não votavam. Da mesma forma, os ideais de liberdade conviviam com o regime de escravidão que duraria até a Guerra da Secessão (1861-1865).

Portanto, o caráter limitado da Revolução Americana estava explícito em uma democracia que excluía a maioria absoluta da população e ainda estabelecia a propriedade pessoal de um homem sobre outro. Sua cidadania foi criada em meio a um processo de exclusão, eliminando a possibilidade de a maioria participar, e garantindo os privilégios de uma minoria WASP (abreviatura de branco, anglo-saxão, protestante).

Tratava-se de uma cidadania de cunho liberal, o que representava obter igualdade política para um grupo determinado. Apenas o grupo que dirigiu o movimento de Independência foi beneficiado por essa cidadania. Para outros grupos, como os indígenas norte-americanos, ela implicou em uma sensível piora. O avanço sobre as terras indígenas cresceu enormemente com a Independência norte-americana.

No entanto, os princípios de liberdade expressos na Declaração e na Constituição passaram a ser invocados exatamente pelos que não se sentiram beneficiados na prática. Em busca do aspecto concreto do princípio que “todos os homens foram criados iguais” que os movimentos de ampliação da cidadania passaram a ocorrer. O modelo idealizado é um “escudo dos cínicos”, para esconder as contradições da sociedade norte-americana, mas o texto constitucional serve para contestar essas mesmas contradições.

O conceito limitado de 1776 foi sendo ampliado. Seu princípio de igualdade foi se ampliando para assegurar a unidade nacional e limitar os efeitos mais negativos do individualismo que a própria cidadania impunha. Buscou-se enfrentar o velho dilema que os iluministas tinham apontado através do equilíbrio entre individualismo e vida em sociedade.

O ponto que mais causa admiração no mundo é que, em quase 240 anos de vida independente, os Estados Unidos nunca sofreram um golpe de Estado ou uma convulsão social de tal ordem que implicasse mudança na própria estrutura política. Houve, na história do país, quatro presidentes assassinados, crises econômicas devastadoras com a de 1929 e a de 2008, participações em duas guerras mundiais e inúmeras intervenções militares externas, o risco de choque atômico contra a URSS, mas nenhum desses acontecimentos alterou a essência da concepção norte-americana de governos regularmente eleitos em um sistema eleitoral de representatividade muito peculiar.

Houve “caça às bruxas”, desde as de Salém até as deduradas ao Comitê macarthista, durante a Guerra Fria contra “os comunistas”. Houve genocídios contra os índios e discriminações contra os negros. Sempre houve uma dificuldade estrutural nos Estados Unidos em entender os cidadãos de outros países como seres humanos com o mesmo grau de direitos que os norte-americanos. Apesar disso tudo, a cidadania norte-americana era construída a partir de mecanismos de defesa do indivíduo diante do Estado ou outros indivíduos. Havia, então, a construção da ideia do excepcionalismo norte-americano, associado à ideia do dever nacional de espalhar pelo planeta suas “virtudes”!

Nessas contradições estão uma parte expressiva da imagem positiva do modelo americano e, ao mesmo tempo, a fonte maior do ressentimento mundial. Dialeticamente, é uma cidadania inclusiva para alguns e excludente para muitos.

## Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade, Fraternidade como Metas Coletivas

Nilo Odalia, no oitavo capítulo do livro *História da Cidadania* (organizado por Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky; 6a. ed.; São Paulo; Contexto; 2013; 573 páginas), defende que os muitos processos históricos, cujas origens remontam ao final da Idade Média e início da Idade Moderna (séculos XV e XVI), depois de passar por Reforma e Contrarreforma, culminam nas revoluções burguesas do século XVII e XVIII, destruindo o Estado Monarquista Absoluto. Por sua vez, origina o longo processo histórico, ainda em andamento, de conquista de direitos civis, políticos e sociais por parte de todos os seres humanos sem nenhuma discriminação de gênero, sexual ou étnica.

Ao compreender-se a Revolução Francesa (1789) como fundadora dos direitos civis reconhece-se também o século XVIII como o século do Iluminismo Ilustrado de Voltaire, Montesquieu, Kant, Goethe, Rousseau, Mozart e Beethoven, entre outros luminares. Nele se deu, também, a tentativa de transformar as Ciências da Natureza em Ciência da Razão e da Experimentação, como verdadeiro caminho para o estabelecimento do conhecimento científico. O fato, a análise e a indução passaram a ser objetos da razão, no método histórico-indutivo, diferentemente do século XVII, quando apenas praticava-se o método racional-dedutivo.

Neste século XVIII, o Homem começa a tomar consciência de seu papel na História. Essa consciência histórica não limita-se aos intelectuais, mas abrange também a classe ascendente, a burguesia. Também é quando a ideia da felicidade nasce, não como uma conquista individual, mas como uma meta a ser alcançada pela coletividade.

Só se pode pensar na felicidade como um projeto da sociedade quando surge como uma possibilidade para todos os que nela vivem, quando criou os meios de fazer com que a educação, a produção de alimentos, a fabricação das coisas que precisava - de roupas às máquinas-ferramentas - atingissem economia de escala suficiente para deixarem de ser privilégios de poucos para ser uma possibilidade para todos. Evidentemente, isso não significa que hoje todos os seres humanos tenham tudo o que queiram e que não exista mais desigualdade e injustiça. Significa apenas que, a partir da Revolução Industrial, inicia-se um longo processo de produção em abundância que necessita cada vez mais de inclusão social a um mercado massivo popular em escala mundial.

A convicção de que era possível constituir-se uma sociedade de abundância levou filósofos, cientistas e pensadores de diversas áreas de conhecimento a imaginar que uma sociedade mais igualitária, em que as

diferenças entre os seres humanos fossem progressivamente desaparecendo, seria também viável. A conquista da justiça e igualdade social seria o objetivo central de seus projetos de organização da sociedade.

A ideia do Direito Natural, em oposição ao Direito Positivo ou Histórico - cujas normas legais são impostas pelo Estado e/ou pelo Poder Religioso por um contrato social defensivo -, fundamenta-se na característica humana central: a razão.

Seus princípios e a demonstração de sua validade não devem ser procurados na realidade dos fatos. São princípios racionais que, por não serem induzidos da experiência direta, se originam da mente humana. Essa teoria, em última instância, significa uma forma de eliminar Deus, isto é, a Igreja, e o Estado como as fontes fundamentais do Direito e da Justiça. Para os pensadores do século XVIII, o problema fundamental era conciliar razão e experiência na justificativa do Direito Natural.

Liberdade, Igualdade e Fraternidade são os direitos que vão sintetizar a natureza do novo cidadão. São as palavras de ordem dos que se amotinaram contra as opressões das quais há séculos padeciam. Em curto retrospecto histórico, com o fim da Idade Média, os reis assumiram o Poder Político, constituindo exércitos em defesa dos ataques intensos sofridos pelos senhores feudais, que acabaram por ser apenas caudatários da Monarquia. Esta, pouco a pouco, tornou-se Absoluta. Luís XIV da França disse, com toda a razão, a frase-síntese: “O Estado sou eu!”

Contraditoriamente, os reis viam ainda os nobres e as aristocracias como possíveis inimigos pretendentes de seus tronos. Apelavam para os homens comuns - os camponeses e os burgueses das cidades - quando necessitavam de suporte político e financeiro para a vida na corte e/ou para suas expedições militares. Em sociedades rurais, as guerras de conquistas de terras e pilhagens dos vizinhos eram instrumentos de consolidação do Poder Político e Econômico, embora ao custo de aumento das dívidas.

A compensação mais comum foi a de conceder novos direitos e abolir muito da legislação anterior, dando maior liberdade a burgueses e camponeses, tanto para comerciar como para ter terra própria. As servidões, características do tempos feudais, foram sendo abolidas de maneira progressiva até as Revoluções, quando houve ruptura com o regimes anteriores e foram extintas totalmente.

Tanto quanto a Revolução Americana (1776) com a Declaração da Independência, a Revolução Francesa (1789) tem como apogeu a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. O primeiro traço que distingue esta última da primeira é que ela pretende ser universal, isto é, de todos os

Homens, sem qualquer tipo de distinção, não importando a que país, povo ou etnia pertençam. Por isso, foi visto como uma ameaça às Monarquias circunvizinhas.

A destruição da herança feudal e da Monarquia provocou uma reação das demais Monarquias. Esta se traduziu na invasão da França por austríacos e ingleses na tentativa de salvar Luís XVI, que acabou sendo guilhotinado no período chamado de Terror (1793-1794). Despertaram nos franceses um espírito patriótico que os ajudou não só a defender sua pátria, mas os incentivou a iniciar um processo de exportação dos ideais da Revolução pelas armas, mais adiante, sob a liderança militar de Napoleão.

O Terceiro Estado, constituído por plebeus desejosos de extinguir as vantagens usufruídas por nobres e alto clero através da igualdade civil, em 26 de agosto de 1789, proclamou a Declaração dos Direitos do Homem. Com 17 artigos e um preâmbulo, por seu caráter universal, é um passo significativo no processo de transformar o homem comum em cidadão.

Porém, ela não deixa de ser uma obra de circunstância pelo fato de não ser tão abrangente ao definir os direitos civis do cidadão. Por exemplo, assegura o direito de alguns à propriedade sem que nada seja dito em relação aos miseráveis sem propriedade.

O novo Homem que dela nasce é, intrinsecamente, um cidadão, cuja liberdade deve estar assegurada, entendendo-a como “o direito de fazer tudo que não prejudique os outros”. A liberdade da pessoa, individual, coloca barreiras contra as acusações e prisões arbitrárias como a pressuposição da inocência.

Assegura os direitos civis do cidadão, mas também estabelece seus limites. Se ao cidadão é assegurado o direito de falar e escrever, imprimir e publicar, não lhe cabe o direito de ofender ou desobedecer ao que é normatizado pela lei. Coloca a lei acima dos direitos de cidadania.

O direito da propriedade é considerado um direito natural, ninguém podendo dele ser privado. Se, por necessidade do Estado, a propriedade for confiscada, seu proprietário deverá ser devidamente indenizado. Também as dignidades, os cargos e os postos de trabalho públicos tornam-se acessíveis a todo cidadão francês.

Os direitos da Nação devem estar sempre subordinados aos direitos do Cidadão, visto que o Estado não é um fim em si mesmo. Seu objetivo é assegurar que os direitos civis seja usufruídos pelo cidadão. Se falhar nessa sua principal missão, ao cidadão resta o direito de sublevação.



A Nação é soberana, devendo-se compreendê-la como o conjunto de cidadãos. A lei deve ser a expressão da vontade geral. Deve haver uma separação dos poderes políticos em Executivo, Legislativo e Judiciário. Caba também aos cidadãos, por si ou por seus representantes, o controle das finanças públicas e da administração.

A cidadania é uma lenta construção que se vem fazendo a partir da Revolução Inglesa, no século XVII, passando pela Revolução Americana, em 1776, e pela Revolução Francesa, em 1789, mas também envolvendo a Revolução Industrial. Esta que trouxe uma nova classe social, o proletariado urbano, à cena histórica.

Herdeiro da burguesia, o proletariado não apenas dela herdou a consciência histórica do papel de força revolucionária como também buscou ampliar, nos séculos XIX e XX, os direitos civis que ajudou a burguesia a conquistar por meio da Revolução Francesa. Abriu-se o leque de possibilidade para que as chamadas “minorias” - mulheres, homossexuais, negros, nativos, etc. - possam ser abrangidos pelos direitos civis. É uma história em andamento.

#### Lutas Socialistas e Cidadania em SOREX – Socialismos Realmente Existentes

Leandro Konder, no nono capítulo do livro *História da Cidadania* (organizado por Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky; 6a. ed.; São Paulo; Contexto; 2013; 573 páginas), afirma: os pioneiros do socialismo se moveram em uma direção política oposta à da maioria dos liberais. Expressavam os anseios igualitários, ainda confusos, da massa dos trabalhadores pobres. Mas a denominação “socialista”, adotada desde os anos 1830, ainda designava concepções predominantemente utópicas.

Com a generalização da produção e venda de mercadorias, tendia-se a precificar todas as coisas, quantificando todos os valores. Até mesmo os valores intrinsecamente qualitativos - éticos, estéticos, humanos - iam sendo substituídos por cifras mercantis. Com o mercenarismo e o culto à riqueza se generalizando, os cálculos pragmáticos interferiam até nos sentimentos mais íntimos. Generalizou-se a subordinação de todos os valores ao dinheiro. Para reagir a esse processo, os cidadãos esquerdistas desenvolveram a capacidade de organizar e reivindicar, refundando e repondo valores próprios da cidadania.

Na prática, os grupos corporativos mais aguerridos reivindicavam, na ação política (coletiva), elementos de cidadania que lhes faltavam, que não lhes eram reconhecidos. Então, embora a teoria socialista levasse em conta a

humanidade, a pressão corporativista dos grupos organizados tinha de ser atendida de imediato.

A diferenças entre as propostas dos socialistas da 2a. geração do século XIX eram enormes, mas tinham em comum a preocupação de mobilizar os trabalhadores, embora cada um a seu modo.

Ferdinand Lassalle (1825-1864) estimulava no movimento operário critérios pragmáticos, alianças utilitárias.

Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) lamentava o socialismo, tal como o propunham alguns teóricos, se impregnar de ressentimento e se tornar uma “filosofia da miséria”. Insistia em os trabalhadores tomarem iniciativas positivas. Criassem cooperativas e organizassem “banco do povo” para financiar projetos de interesse popular.

Mikhail Bakunin (1814-1876) chegou à conclusão de a política ser um campo minado. Acabava por neutralizar toda efetiva rebeldia e promovia um amolecimento dos revolucionários. No jogo da política eleitoral, a burguesia sempre levaria vantagens. Portanto, a conscientização da população deveria ser feita por meio de “ações diretas” com “atos de repercussão”.

Alguns seguidores de Bakunin cometeram, no final do século XIX, numerosos atentados contra pessoas consideradas “símbolos do poder”. Resultaram na morte de um rei da Itália (Umberto I), um presidente da França (Sadi Carnot) e um dos Estados Unidos (McKinley), entre outros. A repercussão muito negativa levou os anarquistas a um isolamento ainda maior.

A direita logo aproveitou a violência desses grupos minoritários e não representativos, que praticavam os atentados, para responsabilizar os socialistas libertários em geral. Essa manobra nem sempre foi enfrentada com firmeza pelos socialistas “democráticos” ou, como eles classificavam, “autoritários”.

O movimento socialista cresceu e se fortaleceu arrancando concessões à burguesia, mas passou a seguir uma linha que os radicais criticavam como “aburguesamento”. Em oposição a essa linha suspeita, e por um caminho bastante distinto do seguido pelos anarquistas, se encontrava o ultraradical Auguste Blanqui (1805-1881), sempre disposto a assaltar o aparelho de Estado para, então, após a conquista do poder, revolucionar a sociedade.

Desde o começo da atuação da Primeira Internacional (1864), tanto Bakunin e os bakunistas, como Blanqui e os blanquistas, estavam politicamente derrotados em seus esforços para liderar o movimento socialista. Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) formularam a

linha teórico-prática. Este articulava o interesse da classe operária com o que convinha à humanidade. Eles sustentavam o proletariado, fazendo a revolução necessária à superação do capitalismo, não só asseguraria as condições para o pleno exercício da sua cidadania como tornaria viável a extensão da cidadania efetiva a todos os seres humanos no comunismo.

A formulação teórica de Marx e Engels teve êxito na mobilização da classe operária. Os trabalhadores tomaram consciência do alcance universal da luta de classes. Entenderam que combatiam pela Humanidade, mas, para libertar a raça humana, precisavam libertar a si mesmos como classe social.

Marx desenvolveu uma concepção original do Homem, caracterizando-o como *sujeito de práxis*, isto é, como sujeito de uma atividade teleológica, condicionada, pela qual ele transforma o mundo e se transforma a si mesmo. Desenvolveu também uma concepção original da História, caracterizando-a com um movimento em que os homens se empenham em desenvolver as forças produtivas e, divididos em classes sociais antagônicas, são pressionados no sentido de modificar as relações de produção.

Embora tenha criado conceitos de enorme importância, Marx e Engels defenderam a ideia de a unidade da classe operária ocorrer em torno de um Programa Político e não em torno de princípios doutrinários. Com essa proposta, isolaram os seguidores dos socialistas utopistas e contribuíram para imprimir ao movimento operário europeu a orientação realista preponderante no fim do século XIX.

Os trabalhadores deveriam unir-se em torno de ações práticas, de reivindicações concretas, evitando dedicar atenção excessiva a *divergências filosóficas*. O compromisso com o *objetivo estratégico* - a revolução socialista - não excluía, mas até aproveitava da conquista de determinadas reformas, capazes de fortalecer o movimento social.

Os socialistas pareciam se sentir bem mais à vontade quando opinavam sobre “os direitos das maiorias” em vez de “os direitos das minorias”. O discurso dos liberais enfrentava mais à vontade o problema dos direitos e garantias individuais.

Como governar? Que compromissos assumir em face dos direitos e garantias individuais? Na virada do século XIX para o XX, os socialistas não enfrentavam ainda *as questões de Estado*, privilegiando apenas a defesa de medidas de base. Estas fortaleceriam a cidadania por meio de transformações sociais obtidas com política massiva. Apostavam em processos sociais incrementais, lentos e graduais, porém cumulativos da força organizativa.

Logo, quando se depararam com oportunidades históricas de tomada do Poder Estatal, paradoxalmente, se deram muito mal em relação ao tratamento dos Direitos Humanos. O Socialismo Realmente Existente (SOREX) foi (e continua sendo) um desastre no campo dos Direitos Cívicos e Políticos, embora alguns sobreviventes se justifiquem pelos avanços no campo dos Direitos Sociais.

*Por que? O que fazer?* Estas são questões que deixam a esquerda atônita. O debate a respeito de socialismo - necessita de acrescentar o adjetivo “democrático” - pouco avançou depois da ruína da ex-URSS e da simbólica “queda do Muro de Berlim”.

Não se enfrentou o trauma da revelação do Gulag - em português: Administração Geral dos Campos de Trabalho Correccional e Colônias. Era um sistema de campos de trabalhos forçados para criminosos, presos políticos e qualquer cidadão em geral que se opusesse ao regime da União Soviética. Todavia, a grande maioria era de presos políticos. Por exemplo, no campo Gulag de Kengir, em junho de 1954, existiam 650 presos comuns e 5200 presos políticos.

Antes da Revolução Soviética, o Gulag chamava-se Katorga, e aplicava exatamente a mesma coisa: pena privativa de liberdade, pena de trabalhos forçados e pena de morte. Os bolcheviques continuaram a tradição autocrática-imperial russa em uma escala dezenas de vezes maior e em condições muito piores, onde até o canibalismo existiu.

A criminalização da dissidência política era regra tanto na ex-URSS quanto no ex-Império Russo Czarista, que também criminalizava heresias religiosas. Além de presos políticos, havia presos condenados por vadiagem, furto, roubo, agressão, homicídio e estupro. A ex-URSS passou por guerras internas e externas, assim como o Império Russo, então, uma parte desses presidiários eram prisioneiros de guerra.

Este sistema funcionou de 25 de Abril de 1930 até 1960. Foram aprisionadas milhões de pessoas, muitas delas vítimas das perseguições de Stalin. Isto foi “a utopia socialista”?! Passou?

Não se sabe, no campo da esquerda, nem se é correto classificar o Capitalismo de Estado Chinês como um “Socialismo de Mercado”. Pouco se diz a respeito da revisão da ideia da coletivização da propriedade dos meios de produção. Como se colocar contra o acesso à propriedade privada de habitações e bens de consumo duráveis quando os próprios operários fazem sua produção em escala massiva?!

E a respeito dos Direitos Civis na China: o que se discute na esquerda? No século XXI, a China mostra-se uma das emergentes potências mundiais. No entanto, na China acredita-se o Direito ser uma característica de uma sociedade imperfeita. Apesar da Constituição e outras leis terem sido elaboradas, estas são consideradas fontes secundárias das normas reguladoras da vida.

Na China, há a supremacia do interesse coletivo sobre o individual: *os deveres estão acima dos direitos*. Logo, diversos direitos humanos são violados na China devido a esse paradoxo.

O debate da esquerda tem de comparar o nível de importância dado pelo governo do Partido Comunista Chinês ao crescimento econômico e a pouca importância dada ao constante desrespeito dos direitos humanos, apesar de estarem assegurados pela sua própria Constituição. Este desrespeito deve ser consentido, mesmo indiretamente, pelos países com relações econômicas com a China e auto intitulados democracias ocidentais?

### O Processo Civilizador: Volume 1 - Uma História dos Costumes

Eu jamais imaginei o grau de intolerância humana alcançada, depois de séculos de processo civilizatório e de lições da história como os genocídios. Achava que nas Américas, continente-refúgio das intolerâncias europeias, com sociedades multiétnicas, através de autocontrole, os descendentes de imigrantes não deixariam seus instintos primários aflorarem.

Infelizmente, a reação à crise mundial atual, tal como a de 1929, está nos trazendo de volta o pior de nós, seres humanos: a intolerância com “rivais”, o fascismo, o xenofobismo, a violência estúpida, etc. E ainda não retrocedemos ao “mundo de escassez” de outrora...

Vale, então, reler o livro de Norbert Elias, “*O Processo civilizador: volume 1 - Uma História dos Costumes*” (Rio de Janeiro; Zahar; 1995), para verificar o que fazer, baseado nas lições da História. Como resgatar a cortesia e o trato civilizado entre os homens?

Esse livro de Norbert Elias foi escrito nos anos 1930, durante a ascensão do nazismo, na Alemanha. Ele teve sua primeira edição, em 1939, na Suíça. Com o autor exilado nos EUA, depois de muitos anos, em 1978, o livro ganhou uma edição inglesa e apenas em 1990 a primeira edição em português.

Elias diz que a antítese fundamental que expressa a autoimagem do Ocidente na Idade Média opõe Cristianismo a paganismo ou, para ser mais

exato, o Cristianismo correto, romano-latino, por um lado, e o paganismo e a heresia, incluindo o Cristianismo grego e oriental, por outro.

Em nome da Cruz e mais tarde da *civilização*, a sociedade do Ocidente empenha-se, durante a Idade Média, em guerras de colonização e expansão. E a despeito de toda a sua secularização, o lema “civilização” conserva sempre um eco da Cristandade Latina e das Cruzadas de cavaleiros e senhores feudais. A lembrança de que a cavalaria e a fé romano-latina representam uma fase peculiar da sociedade ocidental, um estágio pelo qual passaram todos os grandes povos do Ocidente, certamente não desapareceu.

O conceito de *civilité* adquiriu significado para o mundo Ocidental em uma época em que a sociedade de cavaleiros feudais e a unidade da Igreja Católica se esboroavam. É a encarnação de uma sociedade que, como estágio específico da formação dos costumes ocidentais, ou “civilização”, não foi menos importante do que a sociedade feudal que a precedeu.

O conceito de *civilité*, também, constitui expressão e símbolo de uma formação social que enfeixava as mais variadas nacionalidades, na qual, como na Igreja, uma língua comum é falada, inicialmente o italiano e, em seguida, cada vez mais, o francês. Essas línguas assumem a função antes desempenhada pelo latim. Traduzem a unidade da Europa e, simultaneamente, a nova formação social que lhe fornece a espinha dorsal, a sociedade de corte. A situação, a autoimagem e as características dessa sociedade encontram expressão no conceito de *civilité*.

Este conceito recebeu seu cunho e função específicos aqui discutidos no segundo quartel do século XVI. Seu ponto de partida individual pode ser determinado com exatidão. Deve ele o significado específico adotado pela sociedade a um curto tratado de autoria de Erasmo de Rotterdam, *De civilitate morum puerilium* (Da civilidade em Crianças), que veio à luz em 1530.

Esta obra evidentemente tratava de um tema que estava maduro para discussão. Teve imediatamente uma imensa circulação, passando por sucessivas edições. Ainda durante a vida de Erasmo — isto é, nos primeiros seis anos após a publicação — teve mais de 30 reedições. No conjunto, houve mais de 130 edições, 13 das quais em data tão recente como o século XVIII. Praticamente não tem limites o número de traduções, imitações, e sequências. Dois anos após a publicação do tratado, apareceu sua primeira tradução inglesa. Em 1534, veio a lume sob a forma de catecismo e nesta ocasião já era adotado como livro-texto para educação de meninos. Seguiram-se traduções para o alemão e o tcheco. Em 1537, 1559, 1569 e 1613 apareceu em francês, com novas traduções todas as vezes. (...)

Neste particular, como ocorre com tanta frequência na história das palavras, e aconteceria mais tarde na evolução do conceito de *civilité* para *civilisation*, um indivíduo serviu como instigador. Com seu tratado, Erasmo deu nova nitidez e força a uma palavra muito antiga e comum, *civilitas*. Intencionalmente ou não, ele obviamente expressou na palavra algo que atendia a uma necessidade social da época.

O conceito *civilitas*, daí em diante, ficou gravado na consciência do povo com o sentido especial que recebeu no tratado de Erasmo. Palavras correspondentes surgiram em várias línguas: a francesa *civilité*, a inglesa *civility*, a italiana *civiltà*, e a alemã *Zivilität*, que reconhecidamente nunca alcançou a mesma extensão que as palavras correspondentes nas outras grandes culturas.

O aparecimento mais ou menos súbito de palavras em línguas quase sempre indica mudanças na vida do próprio povo, sobretudo quando os novos conceitos estão destinados a se tornarem fundamentais e de longa duração como esses.

O próprio Erasmo talvez não tenha atribuído, no conjunto total de sua *oeuvre*, qualquer importância especial ao seu curto tratado *De civilitate morum puerilium*. Diz ele na introdução que “a arte de educar jovens envolve várias disciplinas, mas que a *civilitas morum* é apenas uma delas, e não nega que ela é *crassissima philosophiae pars* (a parte mais grosseira da filosofia).

Este tratado reveste-se de uma importância especial menos como fenômeno ou obra isolada do que como sintoma de mudança, uma concretização de processos sociais. Acima de tudo, é a sua ressonância, a elevação da palavra-título à condição de expressão fundamental de autointerpretação da sociedade europeia, que chama a atenção de Norbert Elias para o tratado.

#### Desenvolvimento do Conceito de Civilidade

Norbert Elias, no livro “*O Processo civilizador: volume 1 - Uma História dos Costumes*” (Rio de Janeiro; Zahar; 1995), pergunta-se: o que aborda o tratado de autoria de Erasmo de Rotterdam, *De civilitate morum puerilium* (Da civilidade em Crianças), que veio à luz em 1530? Seu tema deve nos explicar para que fim e em que sentido era necessário o novo conceito. Deve conter indicações das mudanças e processos sociais que puseram a palavra em moda.

O livro de Erasmo trata de um assunto muito simples: o comportamento de pessoas em sociedade – e acima de tudo, embora não exclusivamente, “do

decoro corporal externo”. É dedicado a um menino nobre, filho de príncipe, e escrito para a educação de crianças.

Contém reflexões simples, enunciadas com grande seriedade, embora, ao mesmo tempo, com muita zombaria e ironia, tudo isso em linguagem clara e polida e com invejável precisão. Pode-se dizer que nenhum de seus sucessores jamais igualou esse tratado em força, clareza e caráter pessoal.

Examinando-o mais detidamente, percebemos por trás dele um mundo e um estilo de vida que, em muitos aspectos, para sermos exatos, assemelha-se muito ao nosso, embora seja ainda bem remoto em outros. O tratado fala de atitudes que perdemos, que alguns de nós chamaríamos talvez de “bárbaras” ou “incivilizadas”. Fala de muitas coisas que desde então se tornaram impublicáveis e de muitas outras que hoje são aceitas como naturais.

Erasmus fala, por exemplo, da maneira como as pessoas olham. Embora seus comentários tenham por intenção instruir, confirmam também a observação direta e viva de que ele era capaz: “o olhar esbugalhado é sinal de estupidez, o olhar fixo sinal de inércia; o olhar dos que têm inclinação para a ira é cortante demais; é vivo e eloquente o dos impudicos; se seu olhar demonstra uma mente plácida e afabilidade respeitosa, isto é o melhor”. Não é por acaso que os antigos dizem: os olhos são o espelho da alma. “Animi sedem esse in oculis.”

A postura, os gestos, o vestuário, as expressões faciais – este comportamento “externo” de que cuida o tratado é a manifestação do homem interior, inteiro. Erasmus sabe disso e, vez por outra, o declara explicitamente: “Embora este decoro corporal externo proceda de uma mente bem-constituída não obstante descobrimos às vezes que, por falta de instrução, essa graça falta em homens excelentes e cultos”.

Não deve haver meleca nas narinas, diz ele mais adiante. O camponês enxuga o nariz no boné ou no casaco e o fabricante de salsichas no braço ou no cotovelo. Ninguém demonstra decoro usando a mão e, em seguida, enxugando-a na roupa. É mais decente pegar o catarro em um pano, preferivelmente se afastando dos circunstantes. Se, quando o indivíduo se assoa com dois dedos, alguma coisa cai no chão, ele deve pisá-la imediatamente com o pé. O mesmo se aplica ao escarro.

Com o mesmo infinito cuidado e naturalidade com que essas coisas são ditas – a mera menção das quais choca o homem “civilizado” de um estágio posterior, mas de diferente formação afetiva – somos ensinados a como sentar ou cumprimentar alguém. São descritos gestos que se tornaram estranhos para nós, como, por exemplo, ficar de pé sobre uma perna só. E



bem que caberia pensar que muitos dos movimentos estranhos de caminhantes e dançarinos que vemos em pinturas ou estátuas medievais não representam apenas o “jeito” do pintor ou escultor, mas preservam também gestos e movimentos reais que se tornaram estranhos para nós, materializações de uma estrutura mental e emocional diferente.

Quanto mais estudamos o pequeno tratado, mais claro se torna o quadro de uma sociedade com modos de comportamento em alguns aspectos semelhantes aos nossos e também, de muitas maneiras, distantes. Vemos, por exemplo, pessoas sentadas à mesa: “O copo de pé e a faca bem limpa à direita, e, à esquerda, o pão”. Assim é como deve ser posta a mesa.

A maioria das pessoas porta uma face e daí o preceito de mantê-la limpa. Praticamente não existem garfos e quando os há são para tirar carne de uma travessa. Facas e colheres são com frequência usadas em comum. Nem sempre há talheres especiais para todos: se lhe oferecem alguma coisa líquida, diz Erasmo, prove-a e, em seguida, devolva a colher depois de tê-la secado.

Quando são trazidos pratos de carne, geralmente cada pessoa corta seu pedaço, pega-o com a mão e coloca-o nos pratos, se os houver, ou na falta deles sobre uma grossa fatia de pão. A palavra quadra usada por Erasmo pode significar claramente ou prato de metal ou fatia de pão.

“Algumas pessoas metem as mãos nas travessas mal se sentam”, diz Erasmo. Lobos e glutões fazem isso. Não seja o primeiro a servir-se da travessa que é trazida à mesa. Deixe para camponeses enfiar os dedos no caldo. Não cutuque em volta da travessa mas pegue o primeiro pedaço que se apresentar.

E da mesma maneira que demonstra falta de educação cutucar todo o prato com a mão, tampouco é muito pouco polido girar o prato de servir para pegar a melhor porção. O que não pode pegar com as mãos pegue com a quadra. Se alguém lhe passa um pedaço de bolo ou torta com uma colher, pegue-o ou com sua quadra ou pegue a colher oferecida, ponha o alimento na quadra e devolva a colher.

Conforme já mencionado, os pratos são também raros. Quadros mostrando cenas de mesa dessa época ou anterior sempre retratam o mesmo espetáculo, estranho para nós, que é indicado no tratado de Erasmo. A mesa é às vezes forrada com ricos tecidos, às vezes não, mas sempre são poucas as coisas que nela há: recipientes para beber, saleiro, facas, colheres e só.

Às vezes, vemos fatias de pão, as quadrae, que em francês são chamadas de tranchoir ou tailloir. Todos, do rei e rainha ao camponês e sua

mulher, comem com as mãos. Na classe alta há maneiras mais refinadas de fazer isso.

Deve-se lavar as mãos antes de uma refeição, diz Erasmo. Mas não há ainda sabonete para esse fim. Geralmente, o conviva estende as mãos e o pajem derrama água sobre elas. A água é às vezes levemente perfumada com camomila ou rosmaninho.

Na boa sociedade, ninguém põe ambas as mãos na travessa. É mais refinado usar apenas três dedos de uma mão. Este é um dos sinais de distinção que separa a classe alta da baixa.

Os dedos ficam engordurados. “Não é polido lambê-los ou enxugá-los no casaco”.

Frequentemente, se oferece aos outros o copo ou todos bebem na caneca comum. Mas Erasmo adverte: “Enxugue a boca antes”. Você talvez queira oferecer “a alguém de quem gosta a carne que está comendo. “Evite isso”, diz Erasmo. “Não é muito decoroso oferecer a alguém alguma coisa semi mastigada”. E acrescenta: “Mergulhar no molho o pão que mordeu é comportar-se como um camponês e demonstra pouca elegância retirar da boca a comida mastigada e recolocá-la na quadra. Se não consegue engolir o alimento, vire-se discretamente e cuspa-o em algum lugar”.

E repete: “É bom se a conversa interrompe ocasionalmente a refeição. Algumas pessoas comem e bebem sem parar, não porque estejam com fome ou sede, mas porque de outra maneira não podem controlar seus movimentos. Têm que coçar a cabeça, esgaravatar os dentes, gesticular com as mãos, brincar com a faca, ou não podem deixar de tossir, fungar e cuspir. Tudo isto realmente tem origem no embaraço do rústico e parece uma forma de loucura”.

Mas é também necessário e possível a Erasmo dizer: não exponha sem necessidade “as partes a que a Natureza conferiu pudor”. Alguns recomendam, diz ele, que os meninos devem “reter os ventos, comprimindo a barriga. Mas dessa maneira pode-se contrair uma doença”. E em outro trecho: “os tolos, ao valorizarem mais a civilidade do que a saúde, reprimem sons naturais”. Não tenha receio de vomitar, se a isto obrigado, “pois não é vomitar, mas reter o vômito na garganta que é torpe”.

#### Discussão da Conduta Humana

Norbert Elias, no livro “*O Processo civilizador: volume 1 - Uma História dos Costumes*” (Rio de Janeiro; Zahar; 1995), pergunta-se: o que aborda o

tratado de autoria de Erasmo de Rotterdam, *De civilitate morum puerilium* (Da civilidade em Crianças), que veio à luz em 1530?

Com grande cuidado, Erasmo delimita em seu tratado toda a faixa de conduta humana, as principais situações da vida social e de convívio. Com a mesma naturalidade fala das questões mais elementares e sutis das relações humanas.

No primeiro capítulo, trata das “condições decorosa e indecorosa de todo o corpo”, no segundo da “cultura corporal”, no terceiro de “maneiras nos lugares sagrados”, no quarto em banquetes, no quinto em reuniões, no sexto nos divertimentos e no sétimo no quarto de dormir. Na discussão dessa faixa de questões Erasmo deu um novo impulso ao conceito de civilitas.

Nem sempre pode nossa consciência, sem hesitação, recordar essa outra fase de nossa própria história. Perdeu-se para nós a franqueza despreocupada com que Erasmo e seu tempo podiam discutir todas as áreas da conduta humana. Grande parte do que ele diz ultrapassa nosso patamar de delicadeza.

Mas este é precisamente um dos problemas que Norbert Elias, no livro “O Processo civilizador: volume 1 - Uma História dos Costumes”, se propõe a estudar. Rastreado a transformação de conceitos através dos quais diferentes sociedades procuraram se expressar, recuando do conceito de civilização para seu ancestral *civilité*, descobrimo-nos de repente na pista do próprio processo civilizador, da mudança concreta no comportamento que ocorreu no Ocidente.

E um dos sintomas do processo civilizador é ser embaraçoso para nós falar ou mesmo ouvir muito do que Erasmo diz. O maior ou menor desconforto que sentimos com pessoas que discutem ou mencionam suas funções corporais mais abertamente, que ocultam ou restringem essas funções menos que nós, é um dos sentimentos dominantes no juízo de valor “bárbaro” ou “incivilizado”.

Tal, então, é a natureza do “mal-estar” que nos causa a “incivilização”, ou, em termos mais precisos e menos valorativos, o mal-estar ante uma diferente estrutura de emoções, o diferente padrão de repugnância ainda hoje encontrado em numerosas sociedades que chamamos de “não civilizadas”, o padrão de repugnância que precedeu o nosso e é sua precondição.

Surge então a questão de saber como e por que a sociedade ocidental se moveu realmente de um padrão para outro, como foi “civilizada”. No estudo desse processo de civilização, não podemos deixar de sentir desconforto e embaraço. É bom estarmos conscientes dele.

É necessário, pelo menos enquanto estudamos esse processo, tentar suspender todos os sentimentos de embaraço e superioridade, todos os juízos de valor e críticas associadas aos conceitos de “civilizado” ou “incivil”. Nosso tipo de comportamento evoluiu daquilo que chamamos de incivil.

Esses conceitos, porém, apreendem a mudança de forma excessivamente estática e grosseira. Na verdade, nossos termos “civilizado” e “incivil” não constituem uma antítese do tipo existente entre o “bem” e o “mal”, mas representam, sim, fases em um desenvolvimento que, além do mais, ainda continua.

É bem possível que nosso estágio de civilização, nosso comportamento, venham despertar em nossos descendentes um embaraço semelhante ao que, às vezes, sentimos ante o comportamento de nossos ancestrais.

O comportamento social e a expressão de emoções passaram de uma forma e padrão que não eram um ponto de partida, que não podiam em sentido absoluto e indiferenciado ser designados de “incivil”, para o nosso, que denotamos com a palavra “civilizado”. E para compreender este último temos que recuar no tempo até aquilo de onde emergiu.

A “civilização” que estamos acostumados a considerar como uma posse que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que perguntemos como viemos a possuí-la, é um processo ou parte de um processo em que nós mesmos estamos envolvidos.

Todas as características distintivas que lhe atribuímos – a existência de maquinaria, descobertas científicas, formas de Estado, ou o que quer que seja – atestam a existência de uma estrutura particular de relações humanas, de uma estrutura social peculiar, e de correspondentes formas de comportamento.

Resta saber se a mudança em comportamento, no processo social da “civilização” do homem, pode ser compreendida, pelo menos em fases isoladas e em seus aspectos elementares, com qualquer grau de precisão.

## O Processo Civilizador: Volume 2 - Formação do Estado e Civilização

Na apresentação do livro “*O Processo civilizador: volume 2 - Formação do Estado e Civilização*”, Renato Janine Ribeiro informa que o autor “Norbert Elias demorou a ser reconhecido, ou sequer conhecido, no mundo acadêmico. Ele faleceu a 1º de agosto de 1990, em idade avançada – menos de dois meses antes, completara noventa e três anos. E no entanto, embora tenha escrito este Processo Civilizador na década de 1930 (primeira edição, 1939, na

Suíça), somente nos anos 70 é que ele alcançou um reconhecimento mais amplo, começando sua obra a ser citada e a inspirar novas pesquisas. Com efeito, muitas questões que se consideravam menores, por exemplo a da etiqueta ou das boas maneiras, adquiriram, graças ao uso que Elias fez da ideia de “processo”, um sentido. Provavelmente, aliás, é a questão do sentido que deve nortear uma apreciação das indicações mais notáveis desse sociólogo de vocação interdisciplinar”.

O Volume I de *O Processo Civilizador* se intitula *Uma história dos Costumes*. Ele consiste de dois capítulos. O Volume II, publicado em inglês pela primeira vez em 1982, consistia inicialmente do Capítulo 3 (em duas Partes) e de uma Sinopse. Essas divisões são designadas na edição da Zahar como Parte I (composta de dois capítulos) e Parte II: Sinopse.

Ao olhar para o passado, não devemos nunca nos esquecer que a sociedade humana se torna predominantemente urbana há pouco tempo. Em dimensão planetária, isso ocorreu em 2010, quando a população urbana chinesa ultrapassou a rural. No Brasil, o Censo Demográfico de 1970 registrou essa ultrapassagem. Na Índia, com apenas cerca de 1/3 de sua população morando em cidades, embora tenha o maior número de grandes metrópoles do mundo, isso ainda demorará algumas décadas para ocorrer.

Antes, em uma sociedade rural, a riqueza predominante era constituída pela posse de terras. Houve época em que a conquista de terras se dava pela força da violência...

As lutas entre a nobreza, a Igreja e os príncipes por suas respectivas parcelas no controle e produção da terra prolongaram-se durante toda a Idade Média. Nos séculos XII e XIII, emerge mais um grupo como participante nesse entrelaçamento de forças: os privilegiados moradores das cidades, a “burguesia”.

O desenvolvimento concreto dessa luta constante, e as relações de poder entre os adversários, variam profundamente conforme os países. O resultado dos conflitos, porém, é, em sua estrutura, quase sempre o mesmo: em todos os maiores países da Europa Continental, e ocasionalmente também na Inglaterra, os príncipes ou seus representantes terminam por acumular uma concentração de poder ao qual não se comparam os demais Estados.

A autarquia da maioria, e a parcela de poder dos Estados, vão sendo reduzidas passo a passo, enquanto se consolida o poder ditatorial, ou “absoluto”, de uma única figura suprema, por maior ou menor período. Na França, Inglaterra e nos países sob o mando dos Habsburgo essa figura é o rei; nas regiões alemã e italiana, cabe esse papel ao senhor territorial.

Numerosos estudos descrevem, por exemplo, como os reis franceses, de Felipe Augusto a Francisco I e Henrique IV, aumentam seu poder, ou como o eleitor Frederico Guilherme põe de lado os estados regionais, em Brandenburgo, como os Medici agem de idêntica maneira com os patrícios e o senado em Florença ou, ainda, como os Tudor fazem a mesma coisa com a nobreza e o parlamento na Inglaterra.

Em toda parte, o que vemos são os agentes individuais e seus atos, e o que se descreve são suas fraquezas e talentos pessoais. Não há dúvida de que é frutífero e mesmo indispensável estudar a história dessa maneira, como um mosaico de ações individuais de pessoas isoladas.

Não obstante, é evidente que alguma coisa mais acontece nesse contexto, além da emergência fortuita de uma série de grandes príncipes e da ocasional vitória de numerosos senhores territoriais ou de reis sobre estados, mais ou menos pela mesma época. Não é sem motivo que falamos em uma Era de Absolutismo.

O que encontra expressão nessa mudança na forma da dominação política é uma mudança estrutural, como um todo, na sociedade ocidental. Não apenas reis isolados expandem seu poder, mas, claramente, as instituições sociais da monarquia ou do principado adquirem nova importância no curso de uma transformação gradual de toda a sociedade, uma importância que simultaneamente confere novas oportunidades de poder aos maiores príncipes.

Por um lado, podemos indagar:

1. como este ou aquele homem adquiriu poder, ou
2. como ele ou seus herdeiros o aumentaram ou perderam, no contexto do “absolutismo”.

Por outro, podemos perguntar:

1. com base em que mudanças sociais a instituição medieval do rei ou do príncipe adquiriu, em certos séculos, o caráter e poder a que se referem conceitos como “absolutismo” ou “despotismo”, e
2. que estrutura social, que desenvolvimento das relações humanas, capacitaram a instituição a preservar essa forma por um maior ou menor período de tempo.

Ambos os enfoques lidam com mais ou menos o mesmo material. Só o segundo, porém, atinge o plano da realidade histórica, no qual ocorre o processo civilizador.

Não foi mera coincidência que, nos mesmos séculos em que rei ou príncipe adquiriram status absolutista, a contenção e moderação das paixões discutidas no volume anterior da obra de Norbert Elias, “*O Processo civilizador: volume 1 - Uma História dos Costumes*” (Rio de Janeiro; Zahar; 1995), a *civilização do comportamento* aumentasse visivelmente. Nas citações antes reunidas para demonstrar essa alteração no comportamento, evidenciou-se o alto grau em que essa mudança se associou à formação da ordem hierárquica, tendo à frente o governante absoluto, ou em termos mais amplos, sua corte.

Isto porque a corte, igualmente residência do príncipe, assumiu um novo aspecto e uma nova importância na sociedade ocidental, em um movimento que se espalhou lentamente pela Europa, para refluir novamente, mais cedo aqui, mais tarde ali, durante a época que denominamos “Renascença”.

Nos movimentos desse período, as cortes foram se tornando o modelo concreto e os centros formadores do estilo. Na fase precedente, elas haviam sido forçadas a dividir ou mesmo a abdicar inteiramente dessa função em favor de outros centros, segundo a balança de poder predominante – ora a Igreja, ora as cidades, quando não as cortes dos grandes vassalos e cavaleiros, espalhadas pelo país.

A partir dessa época, nas regiões germânicas e, particularmente, nas protestantes, as cortes das autoridades centrais ainda repartem essa função com as universidades, que formam as burocracias dos príncipes, ao passo que nos países românicos, e talvez em todos os católicos – esta última hipótese ainda precisa ser comprovada – a importância das cortes como autoridade social, como fonte e origem de modelos de comportamento, excede de muito a da universidade e todas as demais formações sociais então existentes.

Os primórdios da Renascença em Florença, caracterizados por homens como Masaccio, Ghilberti, Brunelleschi e Donatello, não chegam a constituir um estilo inequívoco de corte. Já a Alta Renascença italiana, e ainda mais precisamente o barroco e o rococó, os estilos Luís XV e Luís XVI, são efetivamente de corte, como afinal de contas também acontece com o “Império”, ainda que de forma mais transitória e já permeada de elementos industriais e burgueses.

Nas cortes, evolui uma forma de sociedade para a qual não existe um termo específico e inequívoco em alemão pela óbvia razão de que, na Alemanha, esse tipo de associação humana nunca adquiriu importância fundamental e decisiva, exceto, no máximo, apenas na forma final e passageira que assumiu em Weimar.

O conceito alemão de “boa sociedade” ou, mais simplesmente, de “sociedade” no sentido de monde, tal como a formação social correspondente ao mesmo, carece da nítida definição dos termos francês e inglês. Os franceses falam de la société polie. E os termos franceses bonne compagnie ou gens de la Cour, ou o inglês “Society”, revestem-se de conotações semelhantes.

Lembre-mo-nos, mais uma vez, que esse livro de Norbert Elias foi escrito nos anos 1930, durante a ascensão do nazismo, na Alemanha...

#### Sociedade Aristocrática de Corte Pré-Nacional

Norbert Elias, no livro *“O Processo civilizador: volume 2 - Formação do Estado e Civilização”*, comenta que a mais influente das sociedades de corte desenvolveu-se, como sabemos, na França. A partir de Paris, os mesmos códigos de conduta, maneiras, gosto e linguagem difundiram-se, em variados períodos, por todas as cortes europeias.

Mas isso não aconteceu apenas porque a França fosse o país mais poderoso da época. Somente se tornou possível porque, em uma transformação geral da sociedade europeia, formações sociais semelhantes, caracterizadas por formas análogas de relações humanas, surgiram por toda a parte.

A aristocracia absolutista de corte dos demais países inspirou-se na nação mais rica, mais poderosa e mais centralizada da época, e adotou aquilo que se adequava às suas próprias necessidades sociais: maneiras e linguagem refinadas que a distinguiam das camadas inferiores da sociedade.

Na França ela via, plenamente desenvolvido, algo que nascera de uma situação social semelhante e que se ajustava a seus próprios ideais: pessoas que podiam exibir seu status, enquanto observavam também as sutilezas do intercâmbio social, definindo sua relação exata com todos acima e abaixo através da maneira de cumprimentar e de escolher as palavras – pessoas de “distinção”, que dominavam a “civilidade”.

Ao adotarem a etiqueta francesa e o cerimonial parisiense, os vários governantes obtiveram os instrumentos que desejavam para tornarem manifesta sua dignidade, bem como visível a hierarquia social, e fazerem todas as demais pessoas, em primeiro lugar e acima de tudo a nobreza de corte, conscientes de sua posição dependente e subordinada.

Também aqui Norbert Elias afirma que não basta observar e descrever isoladamente os eventos particulares ocorridos em diferentes países. Um novo



quadro emerge e uma nova compreensão se alcança se várias cortes ocidentais distintas, com suas maneiras relativamente uniformes, são consideradas como vasos comunicantes na sociedade europeia em geral.

O que começa a constituir-se aos poucos, nos fins da Idade Média, não é apenas uma sociedade de corte aqui e outra ali. É uma aristocracia de corte que abraça toda a Europa Ocidental, com seu centro em Paris, dependências em todas as demais cortes e afloramentos em todos os outros círculos que alegavam pertencer à “Sociedade”, notadamente o estrato superior da burguesia e até, em certa medida, em camadas da classe média.

Os membros dessa sociedade multiforme falam a mesma língua em toda a Europa, inicialmente o italiano e, depois, o francês: leem os mesmos livros, têm o mesmo gosto, as mesmas maneiras e – com diferenças em grau – o mesmo estilo de vida.

Não obstante suas divergências políticas, que não são poucas, e as numerosas guerras que travam entre si, orientam-se com quase unanimidade, em períodos mais ou menos longos, na direção de um centro que é Paris.

A comunicação social entre uma corte e outra, isto é, no interior da sociedade aristocrática de corte, durante muito tempo é mais forte do que entre uma corte e outros estratos de seu próprio país. Uma expressão disso é a língua comum que elas falam.

Mais tarde, de meados do século XVIII em diante, mais cedo em um país e um pouco depois em outro, mas sempre se conjugando com a ascensão da classe média e o gradual deslocamento do centro de gravidade política e social da corte para as várias sociedades burguesas nacionais, os laços entre as sociedades aristocráticas de corte de diferentes nações são lentamente afrouxados, mesmo que nunca cheguem a se romper de todo.

A língua francesa cede lugar, não sem lutas violentas, às línguas nacionais burguesas, mesmo na classe alta. A própria sociedade de corte torna-se cada vez mais diferenciada, da mesma maneira que acontece com as sociedades burguesas, sobretudo quando a velha sociedade aristocrática perde, de repente e para sempre, seu centro, com a Revolução Francesa. A forma nacional de integração substitui a que se baseava na situação social.

Ao estudar as tradições sociais que fornecem a base comum e a unidade mais profunda das várias tradições nacionais no Ocidente, Elias sugere que devemos pensar não só na Igreja Cristã, na herança comum romano-latina, mas também nessa última grande formação social pré-nacional que, parcialmente à sombra das divergências nacionais que lavravam na sociedade

ocidental, ergueu-se acima dos estratos inferior e intermediário nas diferentes áreas linguísticas.

Aqui se criaram os modelos do intercâmbio social mais pacífico de que, em maior ou menor grau, todas as classes precisavam, depois da transformação da sociedade europeia ocorrida ao fim da Idade Média; aqui os hábitos mais rudes, os costumes mais soltos e desinibidos da sociedade medieval, com sua classe guerreira superior e o corolário de uma vida incerta e constantemente ameaçada, são “suavizados”, “polidos” e “civilizados”.

A pressão da vida de corte, a disputa pelo favor do príncipe ou do “grande” e depois, em termos mais gerais, a necessidade de distinguir-se dos outros e de lutar por oportunidades através de meios relativamente pacíficos (como a intriga e a diplomacia), impuseram uma tutela dos afetos, uma autodisciplina e um autocontrole, uma racionalidade distintiva de corte, que, no início, fez que o cortesão parecesse a seu opositor burguês do século XVIII, acima de tudo na Alemanha mas também na Inglaterra, como o supra-sumo do homem de razão.

Nessa sociedade aristocrática de corte, pré-nacional, foram modeladas ou, pelo menos, preparadas partes dessas injunções e proibições que ainda hoje se percebem, não obstante as diferenças nacionais, como algo comum ao Ocidente. Foi delas que os povos do Ocidente, a despeito de suas diferenças, receberam parte do selo comum que os constitui como uma civilização específica.

Uma série de exemplos demonstra que a formação gradual dessa sociedade absolutista de corte foi acompanhada por um civilizar da economia das pulsões e da conduta da classe superior. E indica também com que coerência essa maior contenção e regulação de anseios elementares se associa ao aumento do controle social, e da dependência da nobreza face ao rei ou ao príncipe.

De que maneira aumentaram essas limitações e dependência?

De que modo uma classe superior de guerreiros ou cavaleiros relativamente independentes foi suplantada por uma classe superior de cortesão mais ou menos pacificados?

Por que teria sido a influência dos estados progressivamente reduzida no curso da Idade Média e nos começos do período moderno e por que, mais cedo ou mais tarde, veio a se estabelecer o governo ditatorial “absoluto” de uma única figura e, com ele, a compulsão da etiqueta de corte, a pacificação de territórios maiores ou menores por iniciativa de um único centro, que se

consolidou por um período mais longo ou mais curto em todos os países da Europa?

A sociogênese do absolutismo ocupa, de fato, uma posição decisiva no processo global de civilização. A civilização da conduta, bem como a transformação da consciência humana e da composição da libido que lhe correspondem, não podem ser compreendidas sem um estudo do processo de transformação do Estado e, no seu interior, do processo crescente de centralização da sociedade, que encontrou sua primeira expressão visível na forma absolutista de governo.

### Sociogênese do Absolutismo

Norbert Elias, no livro *“O Processo civilizador: volume 2 - Formação do Estado e Civilização”*, afirma que alguns dos mecanismos mais importantes que, em fins da Idade Média, foram aumentando o poder da autoridade central de um território podem ser descritos sumariamente neste estágio preliminar. Eles foram, de modo geral, semelhantes em todos os maiores países do Ocidente, e isso pode ser observado com especial clareza no desenvolvimento da monarquia francesa.

A expansão gradual do setor monetário da economia, a expensas do setor de troca, ou escambo, em uma dada região na Idade Média gerou consequências muito diferentes para a maior parte da nobreza guerreira, por um lado, e para o rei ou príncipe, por outro. Quanto mais moeda entrasse em circulação numa região, maior seria o aumento dos preços [Elias se mostra refém da Teoria Quantitativa de Moeda]. Todas as classes cuja renda não aumentava à mesma taxa, todos aqueles que viviam de renda fixa, ficavam em situação desvantajosa, sobretudo os senhores feudais, que auferiam foros fixos por suas terras.

As funções sociais cuja renda se elevava com essas novas oportunidades passaram a desfrutar de vantagens. Incluíam elas certos setores da burguesia, mas, acima de tudo, o rei, o senhor central. Isto porque a máquina de coleta de impostos lhe conferia uma parcela da riqueza crescente; para ele se encaminhava parte de todos os lucros obtidos nessa área, e sua renda, em consequência, crescia em grau extraordinário com a circulação cada vez maior da moeda.

Como sempre acontece, esse mecanismo funcional só foi explorado aos poucos e, por assim dizer, retrospectiva e conscientemente pelas partes interessadas, sendo adotado em um estágio relativamente posterior pelos governantes como princípio de política interna. Teve como primeiro resultado um aumento mais ou menos automático e constante da renda do suserano.

Esta foi uma das precondições sobre as quais a instituição da monarquia obteve gradualmente seu caráter absoluto ou ilimitado.

À medida que cresciam as oportunidades financeiras abertas à função central, o mesmo acontecia com seu potencial militar. O homem que tinha à sua disposição os impostos de todo um país estava em situação de contratar mais guerreiros do que qualquer outro; pela mesma razão, tornava-se menos dependente dos serviços de guerra que o vassalo feudal era obrigado a prestar-lhe em troca da terra com a qual fora agraciado.

Esse foi também um processo que, como todos os demais, começou muito cedo, mas só aos poucos culminou na formação de instituições definidas. Até mesmo Guilherme, o Conquistador, invadiu a Inglaterra com um exército que só em parte consistia de vassalos, sendo o resto constituído de cavaleiros a seu soldo.

Entre essa época e a criação de exércitos permanentes pelos senhores centrais transcorreram séculos. Um pré-requisito para a existência desses exércitos, à parte a renda crescente gerada por impostos, era o excesso de potencial humano – ou a discrepância entre o número de pessoas e o número e lucratividade de empregos disponíveis em uma dada sociedade, o que hoje conhecemos como “desemprego”.

Áreas que sofriam com excedentes desse tipo, como, por exemplo, a Suíça e partes da Alemanha, forneciam mercenários a todos aqueles que tinham meios de sustentá-los. Muito mais tarde, as táticas de recrutamento de Frederico, o Grande, mostraram as soluções possíveis a um príncipe quando o potencial humano disponível em seu território não é suficiente para finalidades militares.

A supremacia militar que acompanhava a superioridade financeira constituiu, por conseguinte, o segundo pré-requisito decisivo que permitiu ao poder central de uma região assumir um caráter “absoluto”.

A transformação das técnicas militares acompanhou e reforçou esse fenômeno. Graças ao lento desenvolvimento das armas de fogo, a massa de soldados de infantaria comuns tornou-se militarmente superior aos nobres, inferiores em número, que combatiam montados. Isso acontecia, também, em proveito da autoridade central.

O rei, que na França de inícios da dinastia Capeto, por exemplo, pouco mais era do que um barão, um senhor territorial entre outros de igual poder, e às vezes até menos poderoso, obteve com sua maior receita a possibilidade de desfrutar de uma supremacia militar sobre todas as forças de seu país.

Qual das famílias nobres a que conseguiria, em casos específicos, conquistar a coroa e, com ela, obter acesso a essas oportunidades de poder, era uma situação que dependia de uma grande série de fatores, incluindo os talentos pessoais dos indivíduos e, não raro, a sorte.

Já o aumento das oportunidades de poder financeiro e militar que, aos poucos, foram se associando à monarquia não dependia da vontade ou dos talentos do indivíduo; na verdade, seguia uma estrita regularidade, constatada em todos os casos em que se observam processos sociais.

Esse aumento das oportunidades de poder em mãos da função central constituía assim mais uma condição prévia para a pacificação de um dado território, maior ou menor, conforme fosse o caso, a partir de um único centro.

As duas séries de fenômenos que ocorreram em benefício de uma forte autoridade central foram, em todos os casos, prejudiciais ao velho estamento medieval dos guerreiros. Não mantinha ele conexão direta com o crescente setor monetário da economia. Dificilmente podia obter qualquer lucro direto com as novas oportunidades de renda que se ofereciam. Sentia apenas a desvalorização, o aumento dos preços.

Calculou-se que uma fortuna de 22.000 francos no ano 1200 valia 16.000 francos em 1300, 7.500 francos em 1400 e 6.500 em 1500. No século XVI, esse movimento acelerou-se, o valor da soma caiu para 2.500 francos e o mesmo sucedeu por toda a Europa.

Um movimento que se originou em época muito recuada da Idade Média passou por extraordinária aceleração no século XVI. Do reinado de Francisco I até o ano 1610 apenas, a libra francesa foi desvalorizada na razão de aproximadamente 5 a 1.

A importância dessa curva de desenvolvimento para a transformação da sociedade assumiu proporções muito maiores do que pode ser descrito em poucas palavras. Enquanto crescia a circulação da moeda e se desenvolvia a atividade comercial, enquanto as classes burguesas e a receita da autoridade central se expandiam, caía a renda de toda a nobreza restante.

Alguns cavaleiros viram-se reduzidos à pobreza, outros tomavam pelo roubo e a violência aquilo que não mais podiam obter por meios pacíficos, e outros ainda conseguiam livrar-se de apuros, por tanto tempo quanto possível, vendendo suas propriedades; e, finalmente, boa parte da nobreza, forçada por essas circunstâncias e atraída pelas novas oportunidades, entrou para o serviço de reis ou príncipes que podiam pagar. Tais eram as opções

econômicas abertas a uma casta guerreira não vinculada ao crescimento da circulação monetária e à rede de comércio.

Elias já mencionou como a tecnologia da guerra atuou em detrimento da nobreza: a infantaria, os desprezados soldados a pé, tornou-se mais importante em batalha do que a cavalaria. Não apenas se quebrava, dessa forma, a superioridade militar do estado medieval do guerreiro, mas também seu monopólio de armas.

Uma situação em que todos os nobres eram guerreiros ou, reciprocamente, em que todos os guerreiros eram nobres, começou a transformar-se em outra na qual o nobre era, na melhor das hipóteses, um oficial de tropas plebeias que tinham que ser remuneradas. O monopólio das armas e do poder militar passou de todo o estado nobre para as mãos de um único membro, o príncipe ou rei que, apoiado na renda tributária de toda a região, podia manter o maior exército. Por isso mesmo, a maior parte da nobreza mudou, de guerreiros ou cavaleiros relativamente livres, para guerreiros ou oficiais assalariados a serviço do suserano.

Esses foram alguns dos principais aspectos dessa transformação estrutural.

Mas houve outro, também. A nobreza perdeu poder social com a expansão do setor monetário da economia, enquanto aumentava o poder das classes burguesas.

Mas, de modo geral, nenhum dos dois estados mostrou ser forte o suficiente para obter a predominância por um período prolongado. Tensões constantes em toda parte irrompiam em lutas ocasionais.

As frentes de batalha eram complicadas e variavam muito de caso a caso. Ocorreram alianças ocasionais entre grupos da nobreza e da burguesia e também formas transitórias e mesmo fusões entre subgrupos dos dois estados.

Mas, como quer que fosse, a ascensão e o poder absoluto da instituição central invariavelmente dependiam da existência contínua de tal tensão entre nobreza e burguesia. Uma das condições estruturais para a monarquia, ou o principado absoluto, era que nenhum dos estados ou grupos obtivesse a predominância.

Os representantes da autoridade central absoluta, por isso mesmo, tinham que estar constantemente alerta para garantir esse equilíbrio instável no território. Nos casos em que se rompia o equilíbrio, em que um único grupo ou classe se tornavam fortes demais, ou em que grupos aristocráticos e da

alta burguesia se aliavam temporariamente, a supremacia do poder central corria sério risco ou – como no caso da Inglaterra – tinha seus dias contados.

Dessa maneira, observamos frequentemente entre os governantes que, enquanto um protege e promove a burguesia porque a nobreza parece poderosa demais e, por isso mesmo, perigosa, outro se inclina para a nobreza, porque esta se tornou muito fraca ou porque a burguesia se mostra muito refratária, sem, contudo, que o outro lado jamais seja inteiramente negligenciado.

Os governantes absolutos eram obrigados, estivessem ou não inteiramente conscientes disso, a manipular esse mecanismo social, que não haviam criado. Sua existência social dependia da sobrevivência e funcionamento de tal mecanismo.

Eles, também, estavam presos à regularidade social com a qual eram obrigados a conviver. Essa regularidade e a estrutura social a ela correspondente emergiram, mais cedo ou mais tarde, com numerosas modificações, em quase todos os países do Ocidente.

Mas elas assumem um delineamento claro apenas se observadas no processo de emergência, através de um exemplo concreto. O desenvolvimento na França, o país em que esse processo, a partir de um momento particular, assumiu a forma mais direta, servirá como exemplo no livro clássico de Norbert Elias, *“O Processo civilizador: volume 2 - Formação do Estado e Civilização”*.

#### Difusão da Pressão pela Previdência e Autocontrole

Norbert Elias, no segundo tópico da Sinopse *“O Processo civilizador: volume 2 - Formação do Estado e Civilização”*, afirma que o que empresta ao processo civilizador no Ocidente seu caráter especial e excepcional é o fato de que, aqui, a divisão de funções atingiu um nível, os monopólios da força e tributação uma solidez, e a interdependência e a competição uma extensão, tanto em termos de espaço físico quanto do número de pessoas envolvidas, que não tiveram iguais na história mundial.

Até então, redes extensas de moeda ou comércio, com monopólios razoavelmente estáveis de força física em seus centros, haviam se desenvolvido quase exclusivamente ao longo de vias navegáveis, isto é, acima de tudo nas margens de rios e costas de oceanos. As grandes áreas do interior permaneciam mais ou menos no nível da economia de troca, isto é, as pessoas continuavam na maior parte autárquicas e eram curtas suas cadeias de

interdependência, mesmo quando algumas artérias de comércio cruzavam as áreas e existiam alguns grandes mercados.

Tendo a sociedade ocidental como ponto de partida, desenvolveu-se uma teia de interdependência que não só abrange os oceanos em maior extensão do que em qualquer tempo no passado, mas se estende às terras aráveis mais distantes do interior remoto.

Correspondendo a tudo isso, surgiram a necessidade de sincronização da conduta humana em territórios mais amplos e a de um espírito de previsão no tocante a cadeias mais longas de ações como jamais haviam existido. Ocorreu ainda o fortalecimento do autocontrole e a permanência das compulsões – a inibição de paixões e o controle de pulsões – impostas pela vida no centro dessas redes.

Uma das características que tornam muito clara essa conexão entre o tamanho e a pressão interna à rede de interdependência, por um lado, e à constituição psicológica do indivíduo, por outro, é o que chamamos de “ritmo” de nosso tempo.

Esse “ritmo” nada mais é que uma manifestação do grande número de cadeias entrelaçadas de interdependência, abrangendo todas as funções sociais que os indivíduos têm que desempenhar, e da pressão competitiva que satura essa rede densamente povoada e que afeta, direta ou indiretamente, cada ato isolado da pessoa.

Esse ritmo pode revelar-se, no caso do funcionário ou empresário, na profusão de seus encontros marcados e reuniões e, no do operário, na sincronização e duração exatas de cada um de seus movimentos.

Em ambos os casos, o ritmo é uma expressão do enorme número de ações interdependentes, da extensão e densidade das cadeias compostas de ações individuais, e da intensidade das lutas que mantêm em movimento toda essa rede interdependente.

Em ambos os casos, uma função situada na junção de tantas cadeias de ação exige uma alocação exata de tempo, acostuma as pessoas a subordinarem suas inclinações momentâneas às necessidades superiores da interdependência, treina-as para eliminarem todas as irregularidades do comportamento e conseguirem um permanente autocontrole.

É esse o motivo por que, no indivíduo, vemos surgirem tantas revoltas contra o tempo social representado por seu próprio superego, e por que tantas pessoas entram em conflito consigo mesmas quando desejam ser pontuais.



Com base no desenvolvimento de instrumentos de medição do tempo, e de consciência do tempo – e também da moeda e de outros instrumentos de integração social –, é possível observar, com grande precisão, como avança a divisão de funções, e com ela o autocontrole imposto ao indivíduo.

A razão por que, dentro dessa rede, padrões de controle das emoções variam em alguns aspectos, – por que, por exemplo, a sexualidade é cercada de restrições mais fortes em um país do que no outro, – é uma questão à parte. Mas como quer que essas diferenças possam surgir em casos especiais, a direção geral da mudança na conduta, a “tendência” do movimento da civilização é em toda a parte a mesma.

Ela se orienta sempre para:

1. um autocontrole mais ou menos automatizado,
2. a subordinação de impulsos de curto prazo aos comandos de uma enraizada visão a longo prazo,
3. a formação de uma instância, o “superego”, mais complexa e segura.

E de maneira geral é também assim que essa necessidade de subordinar emoções momentâneas a objetivos mais distantes se difunde. Em toda a parte, na sociedade ocidental, pequenos grupos dirigentes são afetados primeiro e, depois, estratos cada vez mais amplos.

A diferença é muito grande se alguém vive num mundo que possui densos, extensos e fortes laços de dependência, como um mero objeto passivo dessas interdependências, sendo afetado por eventos distantes sem ser capaz de influenciá-los ou mesmo percebê-los – ou se tem uma função na sociedade que exige, para seu desempenho, um esforço permanente de previdência e um controle firme da conduta.

Para começar, no desenvolvimento do Ocidente foram certas funções das classes alta e média que exigiram de seus responsáveis essa auto-disciplina ativa e constante, voltada para interesses a longo prazo:

1. funções de corte nos centros políticos de sociedades importantes,
2. funções comerciais nos centros da rede de comércio de longa distância, que se encontravam sob a proteção de um monopólio de força razoavelmente estável.

Mas constituiu uma das peculiaridades dos processos sociais no Ocidente que, com a ampliação da interdependência, a necessidade de pensamento a longo prazo e a sincronização ativa da conduta individual com

alguma entidade mais vasta, remota no tempo e no espaço, tenham se difundido por segmentos cada vez maiores da sociedade.

Até mesmo as funções e a situação social dos estratos sociais mais baixos foram tornando a um tempo possível e necessário um certo espírito de previsão e nessa mesma medida forçaram a moderar-se todas as inclinações que prometiam satisfação muito imediata ou a curto prazo.

No passado, as funções dos estratos mais baixos de trabalhadores manuais geralmente eram incluídas na rede de interdependência apenas na medida em que seus membros sentissem o efeito de ações remotas e – se elas fossem desagradáveis – reagissem com inquietação e rebelião, com descargas emocionais de curto prazo. Mas suas funções não eram estruturadas de tal modo que, dentro de si mesmos, as limitações “estranhas” fossem constantemente convertidas em limitações do “ser”.

Suas tarefas diárias tornavam-nos pouco capazes de restringir desejos e emoções imediatos em troca de algo que não era tangível aqui e agora. E por isso mesmo essas explosões quase nunca tiveram sucesso duradouro.

Neste particular, certo número de nexos importantes se interliga. Em todas as grandes redes humanas há alguns setores mais importantes do que outros. As funções desses setores fundamentais, como, por exemplo, as funções coordenadoras mais altas, impõem um autocontrole mais regular e estrito não só por causa de sua posição central e do grande número de cadeias de ação que convergem para eles, mas porque, devido ao grande número de ações que dependem de seus responsáveis, revestem-se de grande poder social.

O que dá ao desenvolvimento ocidental seu caráter especial é o fato de que a dependência recíproca de todos se tornou mais uniformemente equilibrada. Em grau sempre maior, o funcionamento complexo das sociedades do Ocidente, com sua elevada divisão do trabalho, depende de os estratos agrários e urbanos inferiores controlarem sua conduta, cada vez mais, à medida que captam melhor suas conexões a mais longo prazo e mais remotas.

O mecanismo social altamente diferenciado torna-se tão complexo e, em alguns aspectos, tão vulnerável, que perturbações em um só ponto das cadeias de interdependência, que articulam todas as posições sociais, inevitavelmente afetam muitas outras, desta maneira ameaçando todo o tecido social.

Os grupos estabelecidos que competem entre si são, assim, compelidos a levar em consideração as exigências da grande massa de outsiders. Mas

como dessa maneira as funções sociais e o poder das massas assumem maior importância, tais funções exigem e permitem maior espírito de previsão em seu desempenho.

Geralmente sob uma forte pressão social, membros dos estratos mais baixos acostumam-se a controlar suas emoções momentâneas e a disciplinar sua conduta com base em uma compreensão mais profunda da sociedade total e de sua posição nela.

Por isso mesmo, seu comportamento é impelido cada vez mais na direção inicialmente limitada aos estratos superiores. Aumenta seu poder social em relação a este último, mas, simultaneamente, seus membros são treinados a assumir uma visão de longo prazo, pouco importando por quem ou de acordo com quais modelos tal treinamento se dê.

Eles, também, são cada vez mais submetidos ao tipo de compulsões externas que se transformam em autocontrole individual; neles, também, aumenta a tensão horizontal entre a agência de controle do ser, o “superego”, e as energias da libido que agora são transformadas, controladas ou reprimidas, com maior ou menor sucesso.

Dessa maneira, as estruturas civilizadoras estão se expandindo constantemente na sociedade ocidental. As camadas superior e inferior tendem a tornar-se uma espécie de estrato superior, e o centro da rede de interdependências estende-se por mais e mais áreas, povoadas e não povoadas do resto do mundo.

Só esta visão de um movimento abrangente, em progressiva expansão, não raro em arrancos e recuos fortes, de certas funções e padrões de conduta no rumo de um número crescente de grupos e regiões externos – só esta visão, repetimos, e a compreensão de que nós mesmos nos encontramos no meio desses altos e baixos do processo civilizador e suas crises, e não no seu fim, coloca na devida perspectiva o problema da “civilização”.

Se recuamos do presente para o passado, que padrões, que estrutura descobrimos nas sucessivas ondas desse movimento, se as olhamos não de nós para elas, mas delas para nós?

Norbert Elias, em *“O Processo civilizador: volume 2 - Formação do Estado e Civilização”*, esclarece esse processo *do controle social ao autocontrole*.

## Os Anjos Bons da Nossa Natureza

Segundo Steve Pinker, em seu livro “*Os Anjos Bons da Nossa Natureza*” (2013: 325), “o pano de fundo da história europeia, durante a maior parte do milênio passado, é um onipresente estado de guerra. A partir de incursões de cavaleiros e das rixas de feudos medievais, as guerras envolveram todos os tipos de unidade política surgidos ao longo dos séculos seguintes”.

Brecke compilou uma lista na qual ele enumera 1148 conflitos no período de 900 a 1400 e outros 1166 de 1400 até o presente - aproximadamente dois novos conflitos por ano no decorrer de 1100 anos.

A guerra não só prevalecia na prática, mas também era aceita na teoria. Entre as classes dirigentes, “a paz era vista como um breve intervalo entre guerras”, e a guerra era, em si mesma, meritória e gloriosa, “uma atividade quase automática, parte da ordem natural das coisas”.

Por que se lutava? Os motivos eram *as três principais causas de contenda* identificadas por Hobbes:

1. Predação, sobretudo, de terra;
2. Prevenção da predação por terceiros;
3. Dissuasão crível ou honra.

A principal diferença entre as guerras europeias e as incursões e rixas de tribos, cavaleiros e chefes militares era que as guerras eram travadas por unidades políticas, e não por indivíduos ou clãs. A conquista e a pilhagem eram as principais vias de mobilidade ascendente nos séculos em que a riqueza consistia em terra e recursos naturais em vez de comércio e inovação.

“Viver como um rei” significava comida farta, abrigo confortável, entretenimento na hora desejada e filhos que sobreviviam ao primeiro ano de vida. O número de bastardos reais era fruto de uma vida sexual movimentada, privilégio dos reis europeus tanto quanto dos sultões possuidores de haréns. “Criada de quarto” era eufemismo para concubina”. Dentro dessa “vida tediosa” (sic), os líderes almejavam não apenas as recompensas materiais, mas também satisfazer sua necessidade espiritual de dominação, glória e grandeza...

Muitas dessas guerras eram por meros sinais de status. Guerras podiam ser desencadeadas por afrontas simbólicas como uma recusa a inclinar uma bandeira, a saudar as cores simbólicas, a remover símbolos heráldicos de um brasão ou seguir protocolos de precedência dos embaixadores.

Em *War in International Society: A Study in International Sociology* (1986), Evan Luard sugere que os conflitos armados na Europa podem ser divididos em cinco “eras”, cada qual definida pela natureza dos blocos que lutaram pela dominância. Ele chama a primeira de suas eras, que vai de 1400 a 1559, de Era das Dinastias. Nessa época, as “casas” reais, ou coalizões estendidas baseadas em parentesco, competiram pelo controle de territórios na Europa.

Governantes sempre se defrontam com o dilema de como conciliar sua rede de poder eterno com a noção de sua mortalidade. Uma solução natural é designar como sucessor um descendente, em geral o filho primogênito. O afeto filial, supostamente, deveria inibir qualquer inclinação do sucessor a apressar as coisas com um regicídio. Mas as diversas realidades biológicas, provocadas pelo real instinto sexual, deram margem à discórdia em torno de quem era o sucessor adequado de um monarca morto e os europeus resolveram essas discórdias em incontáveis guerras dinásticas.

Luard designa 1559 como o início da *Era das Religiões*, que durou até 1648, com o encerramento da Guerra dos Trinta Anos pelo Tratado de Westfália. Coalizões religiosas rivais, frequentemente aliadas a governantes, seguindo o princípio Um Rei, Uma Lei, Uma Fé, lutaram pelo controle de cidades e Estados em no mínimo 25 guerras internacionais e 26 guerras civis. Geralmente, protestantes guerreavam contra católicos, mas também facções católicas e ortodoxas competiram entre si na Rússia, países cristãos lutaram contra os turcos muçulmanos, e muçulmanos sunitas e xiitas travaram quatro guerras contra a Turquia e a Pérsia, atual Iraque.

Essa era bateu recordes de mortandade em parte por causa de avanços na tecnologia militar com o mosquete, o pique e a artilharia. Mas a causa maior foi a exaltação religiosa e, sobretudo, a extensão da guerra aos civis.

Ocorreu o nunca igualado pico nas durações das guerras, atingindo até três décadas! As guerras religiosas não foram apenas intensas, mas também intermináveis. Conforme as questões religiosas passaram a predominar sobre as políticas, quaisquer negociações com os inimigos de um Estado foram, cada vez mais, parecendo heresia e traição. Não seria a última vez que o fervor ideológico atuaria como acelerador de uma conflagração militar.

### Três Correntes na Era da Soberania

O Tratado de Westfália de 1648 não só pôs fim às guerras religiosas, mas também estabeleceu a primeira versão da ordem internacional moderna. A Europa foi então dividida em Estados soberanos, em vez de continuar a ser

uma “colcha de retalhos” de jurisdições nominalmente supervisionadas pelo papa e pelo Sacro Imperador Romano.

Essa Era da Soberania viu a ascensão dos Estados que ainda eram ligados a dinastias e religiões, mas cujo prestígio dependia, na verdade, de seus governos, territórios e impérios comerciais. Foi essa consolidação gradual dos Estados soberanos que originou duas tendências opostas encontradas em todos os estudos estatísticos da guerra: as guerras estavam se tornando menos frequentes, porém mais destrutivas.

Uma importante razão do declínio numérico das guerras, inclusive civis, foi a diminuição do próprio número de unidades políticas capazes de lutar entre si. Encolheu de quinhentos na época da Guerra dos Trinta Anos para menos de trinta nos anos 1950.

Trata-se da lógica do Leviatã. Conforme os pequenos baronatos e ducados reuniram-se em reinos maiores, as autoridades centralizadas impediram-nos de guerras entre si. Para um suserano, as brigas privadas em seus domínios são uma perda total. A redução na frequência da guerra, portanto, é mais uma manifestação do Processo Civilizador, apresentado por Elias.

A maior letalidade das guerras que ocorreram resultou de um avanço chamado revolução militar. Os Estados guerrearam com muito maior violência graças ao progresso nos armamentos, especialmente, canhões e armas de fogo, mas também resultou do recrutamento de maior número de pessoas para matar e ser mortas. Antes, na Europa medieval na Era das Dinastias, os governantes em vez de armar e treinar seus camponeses, preferiam formar milícias ad hoc: contratavam mercenários ou recrutavam hereges ou pobretões incapazes de pagar para escapar.

A serviço do rei, era comum que devessem buscar sua remuneração espoliando a população civil: confiscavam, estupravam, pilhavam, extorquiam. Quando desmobilizados, continuavam com as mesmas práticas sem proteção régia: os marinheiros viravam piratas e os soldados viravam bandidos.

À medida que as forças armadas tornaram-se mais unificadas e permanentes, também ganharam eficácia. Durante a revolução militar dos séculos XVI e XVII, os Estados começaram a formar exércitos profissionais permanentes. Recrutavam grandes números de homens nas várias camadas da sociedade em vez de busca-los apenas na pior ralé. Recorriam a uma combinação de treinamento, doutrinação e punição brutal para prepara-los para o combate organizado. E inculcavam nos homens um código de disciplina,

estoicismo e valor. Logo, quando dois desses exércitos se enfrentavam, elevava-se, velozmente, a contagem de cadáveres.

A onda gradual de mudança tecnológica e organizacional demorou séculos. Napoleão substituiu as batalhas nas quais ambos os lados tentavam conservar seus soldados por ataques nos quais um país mobilizava todos os seus recursos para infligir uma derrota total ao inimigo. A Revolução Industrial, a partir do século XIX, contribuiu para alimentar e equipar maiores quantidades de soldados e transportá-los mais rapidamente para a frente de batalha.

Durante esse longo robustecimento do poder militar, uma segunda força (aliada à consolidação dos Estados) levou à diminuição da frequência dos combates. No século XVIII, potências imperiais como Holanda, Suécia, Dinamarca, Portugal e Espanha pararam de competir no jogo de poder geopolítico e redirecionaram suas energias para a conquista do comércio.

Esse período relativamente pacífico de 1713 a 1789 foi parte da Revolução Humanitária ligada à *Era da Razão*, ao Iluminismo e ao nascimento do liberalismo clássico. O abrandamento do fervor religioso significou que as guerras deixaram de ser inflamadas por ideias escatológicas, permitindo aos líderes firmar tratados em vez de lutar até o último homem.

Estados soberanos estavam se transformando em potências comerciais para benefícios mútuos. Escritores populares estavam desconstruindo a honra, equiparando a guerra ao assassinato, ridicularizando a história da violência europeia e assumindo os pontos de vista dos soldados e dos povos conquistados. Filósofos estavam redefinindo a concepção de governo de um meio para colocar em prática os caprichos de um monarca para um meio de melhorar a vida, a liberdade e a felicidade das pessoas individualmente. O desafio era descobrir modos para limitar o poder dos líderes políticos e incentivá-los a evitar a guerra.

Essas ideias transmitiram-se, lentamente, escala social acima e se infiltraram nas atitudes de pelo menos alguns governantes da época, levando ao “absolutismo esclarecido”. E a democracia conseguiu seus primeiros pontos de apoio, após a Guerra Civil inglesa, junto aos colonos emigrantes que levaram suas ideias para a América do Norte.

### Ideologias Contrailuministas e a Era do Nacionalismo

A Revolução Francesa e as guerras revolucionárias e napoleônicas na França causaram nada menos do que quatro milhões de mortes. Luard designa 1789 como o início da Era do Nacionalismo. Os participantes da precedente

*Era da Soberania* haviam sido impérios dinásticos espalhados que não se definiam como “nação” no sentido de um grupo que compartilha uma terra natal, uma língua comum e uma cultura. Essa nova era foi povoada por Estados mais bem alinhados como nações, que competiam com outros Estados-nações pela predominância.

Anseios nacionalistas desencadearam trinta guerras de independência na Europa e levaram à autonomia da Bélgica, Grécia, Bulgária, Albânia e Sérvia. Também inspiraram as guerras de unificação nacional da Itália e Alemanha. Os povos da Ásia e da África não eram considerados dignos de autoexpressão nacional, por isso os Estados-nações europeus trataram de aumentar sua glória colonizando-os. Como contrapartida, houve a descolonização política da América espanhola e portuguesa, embora fosse submetida à espécie de colonização comercial pela Inglaterra.

A Primeira Guerra Mundial, nesse esquema, é a culminância desses anseios nacionalistas. Foi desencadeada pelo nacionalismo sérvio contra o Império Habsburgo, inflamada por lealdades nacionalistas que jogaram os povos germânicos contra os eslavos e, logo depois, contra os britânicos e franceses, e terminou com o desmembramento dos impérios multiétnicos Habsburgo e Otomano, dando origem aos Estados-nações da Europa Central e Oriental.

Luard encerra essa *Era do Nacionalismo* em 1917. Esse foi o ano que os Estados Unidos entraram na guerra e a redefiniram como uma luta da democracia contra a autocracia, e na qual a Revolução Russa criou o primeiro Estado autodenominado comunista. O mundo entrou na Era da Ideologia, na qual a democracia e o comunismo lutaram contra o nazismo na Segunda Guerra Mundial e um contra o outro durante a Guerra Fria. Luard, escrevendo em 1986, deixou um travessão após 1917-... Hoje, Pinker concluiria essa Era em 1989.

O conceito de uma Era do Nacionalismo é um tanto arbitrário. O argumento de Pinker que as guerras revolucionárias e napoleônicas foram inflamadas tanto pelo espírito nacional da França quanto pelo resíduo ideológico da Revolução Francesa, bem antes da chamada Era da Ideologia.

Michael Howard entende melhor os dois séculos passados vendo-os como uma batalha por influência entre quatro forças que, ocasionalmente, se juntaram em coalizões temporárias:

1. Humanismo esclarecido;
2. Conservadorismo;



3. Nacionalismo; e
4. Ideologias utópicas.

Steven Pinker, radicalmente, acha que “é melhor classificá-la como a primeira implementação do fascismo”. Embora Napoleão realmente realizasse algumas reformas racionais (como sistema métrico e códigos de direito civil), na maioria dos aspectos ele retrocedeu em relação aos avanços humanistas do Iluminismo:

1. Assumiu o poder recorrendo a um golpe de Estado;
2. Eliminou o governo constitucional;
3. Reinstituuiu a escravidão;
4. Enalteceu a guerra;
5. Obrigou o papa a coroá-lo imperador;
6. Restaurou o catolicismo como religião do Estado;
7. Instalou o nepotismo com três irmãos e um cunhado em tronos estrangeiros; e
8. Empreendeu implacáveis campanhas de aumento territorial com uma criminoso desconsideração pela vida humana.

“A França revolucionária e napoleônica (...) foi consumida pela combinação do nacionalismo francês com uma ideologia utópica. Essa ideologia, como as versões do cristianismo que a precederam e o fascismo e o comunismo que a sucederam, era messiânica, apocalíptica, expansionista e certa de sua retidão. Via seus oponentes como irremediavelmente perversos, como ameaças existenciais que tinham de ser eliminadas em nome de uma causa santa. (...) o utopismo militante foi um desfiguramento do ideal iluminista do progresso humanitário” (Pinker, 2013: 334-5).

As grandes potências assumiram a responsabilidade de preservar a paz e a ordem e seu Concerto da Europa foi um precursor da Liga das Nações, das Nações Unidas e da União Europeia. Esse Leviatã internacional merece grande parte do crédito pelos longos intervalos de paz na Europa do século XIX.

Mas a estabilidade foi imposta por monarcas que reinaram sobre heterogêneas amálgamas de grupos étnicos, os quais começaram a clamar por voz ativa na gestão dos seus assuntos. O resultado foi o nacionalismo. A paz não era particularmente desejável no curto prazo; só viria quando todas as

nações fossem livres. Reivindicavam o direito de usar de quanta força fosse necessária para libertar-se, travando as Guerras de Libertação Nacional.

Os sentimentos nacionalistas logo se entrelaçaram a todos os outros movimentos políticos. Assim que os Estados-nações emergiram, tornaram-se o novo establishment que os conservadores se empenhavam em conservar. Quando os monarcas se converteram em ícones de suas nações, o conservadorismo e o nacionalismo gradualmente se fundiram.

Por fim, segundo Pinker (2012: 337), “a doutrina gerou os movimentos nacionalistas messiânicos, militantes e românticos do fascismo e do nazismo. Uma interpretação semelhante da história como uma irreprimível dialética de libertação violenta, porém substituindo as nações pelas classes sociais, tornou-se o alicerce do comunismo no século XX”.

Os herdeiros liberais do Iluminismo britânico, norte-americano e kantiano não militaram em oposição ao nacionalismo, pois se viram em um impasse: não podiam defender monarquias e impérios autocráticos. “Assim, o liberalismo aderiu ao nacionalismo envernizado como ‘autodeterminação dos povos’, que cheirava vagamente a democracia”.

O termo “nação” ou “povo” passou a representar os indivíduos que compunham a nação, e então os líderes políticos passaram a representar a nação. “Um governante, uma bandeira, um exército, um território, uma língua, passaram a ser cognitivamente equiparados a milhões de indivíduos de carne e osso”.

O argumento de Pinker (2012: 338) é: “um dos perigos da ‘autodeterminação dos povos’ é que, na verdade, não existe ‘nação’ no sentido de um grupo etnocultural que coincide com um pedaço de terra. (...) Se um mundo utópico for aquele no qual fronteiras políticas coincidem com fronteiras étnicas, os líderes serão tentados a acelerar seu advento com campanhas de limpeza étnica e irredentismo. Além disso, na ausência da democracia liberal e de um forte comprometimento como os direitos humanos, a sinédoque na qual um povo é igualado a seu governante político transformará qualquer confederação internacional (como a Assembleia Geral das Nações Unidas) em uma caricatura. Ditadores baratos são acolhidos na família das nações e recebem carta branca para matar de fome, aprisionar e assassinar seus cidadãos”.

A *Era da Ideologia*, iniciada em 1917, foi um período no qual os rumos da guerra foram determinados pelos sistemas de crenças inevitabilistas do Contrailuminismo do século XIX. O nacionalismo militarizado romântico - a doutrina de que a própria guerra era uma atividade salutar, totalmente distinta de seus objetivos estratégicos - inspirou os programas expansionistas

da Itália fascista e do Japão imperial e, com uma dose adicional de pseudociência racista, da Alemanha nazista.

A liderança de cada um desses países cerrou fileiras contra o individualismo e o universalismo “decadente” do Ocidente liberal moderno. Cada uma foi movida pela convicção de que estava destinada a ter o domínio sobre um território natural: o Mediterrâneo, a orla do Pacífico e o continente europeu, respectivamente. A Segunda Guerra Mundial começou com invasões para concretizar esses destinos.

“Ao mesmo tempo, o comunismo romântico militarizado inspirou os programas expansionistas da União Soviética e da China, que quiseram dar uma mãozinha ao processo dialético pelo qual o proletariado ou o campesinato deveria derrotar a burguesia e estabelecer uma ditadura em país após país. A Guerra Fria foi produto da determinação dos Estados Unidos de conter esse movimento mais ou menos dentro das fronteiras em que ele se encontrava no fim da Segunda Guerra Mundial” (Pinker, 2012: 342).

Durante a maior parte da história humana, pessoas influentes sedentas de poder, prestígio ou vingança puderam contar com sua rede política para ratificar essa ânsia e, no esforço de satisfazer os poderosos, desativar sua compaixão pelas vítimas. Em outras palavras, acreditava-se na legitimidade da guerra.

Embora os componentes psicológicos da guerra não tenham desaparecido - dominância, vingança, insensibilidade, tribalismo, pensamento de grupo, autoengano -, desde fins dos anos 1940, eles vêm se desagregando na Europa e em outros países desenvolvidos de um modo que leva à diminuição das frequências das guerras.

### [A Virada: O Nascimento do Mundo Moderno](#)

Amantes de livros, querem ler um livro excepcional? Leem o Vencedor do National Book Award 2011 e do Prêmio Pulitzer 2012: *A Virada: O Nascimento do Mundo Moderno*. Não só pelo conteúdo, como também pelo estilo magnífico do autor, pleno de sutilezas irônicas com o elegante humor inglês, é leitura fascinante e imperdível.

É uma ode aos livros. Ode entre os antigos gregos é um poema lírico destinado ao canto, composto de estrofes de versos com medida igual, sempre de tom alegre e entusiástico. Essa expressão cai bem para caracterizar a tarefa dos “caçadores de livros” do pré-Renascimento em busca do conhecimento acumulado na Antiguidade. Cristãos autocríticos se transformam por causa desse resgate da cultura pagã (politeísta ou atea) dos

filósofos gregos e romanos, que tinha sido dizimada pela intolerância religiosa durante a “Era das Trevas”, o milênio entre o século IV e o Século XV.

Mesmo nessa época mais *dark*, mosteiros em lugares quase inacessíveis, através de seus monges copistas, preservaram algumas obras primas em suas bibliotecas. Com isso, possibilitaram o Renascimento, ou melhor, o Nascimento do Mundo Moderno!

Stephen Greenblatt, nasceu em Boston - Estados Unidos, em 1943. Formado na Universidade Yale e pós-graduado em Cambridge, é um dos principais estudiosos dos escritos de Shakespeare. Publicou *Como Shakespeare se tornou Shakespeare* (<http://www.companhiadasletras.com.br/trechos/12874.pdf>) Além de autor de livros premiados sobre literatura, é também historiador, e escreve principalmente sobre o período do Renascimento. É professor de Harvard e um dos acadêmicos mais respeitados do mundo.

Ele construiu nesse livro uma obra historiográfica inovadora. Narrou a história da descoberta de um manuscrito, retirado de mil anos de esquecimento, que mudou o curso do pensamento humano e tornou possível o mundo tal como o conhecemos hoje. Junto com esse fio narrativo, contou a história dos livros e das mudanças culturais e religiosas desde a Antiguidade.

Segundo o poeta da época do Império Romano, Lucrecio, tudo o que existe é fruto de algo que ele chama de virada: um pequeno desvio dos átomos que tira as coisas de sua trajetória natural para criar o novo. Em uma colisão aleatória de diferentes moléculas, surge a vida. Com uma mutação genética espontânea, cria-se uma nova espécie. Inspirado no atomismo de Epicuro, o filósofo da sabedoria de viver com prazer, inspira a Teoria da Aleatoriedade, aquela que permite entender o caos da história humana: o eterno movimento criação-destruição-reconstrução.

Caso esses pontos de inflexão fossem visíveis e determináveis, certamente um deles remontaria a janeiro de 1417, quando o caçador de livros Poggio Bracciolini resgatou das prateleiras de uma biblioteca monástica a obra-prima de Lucrecio, o poema *Da natureza*, até então dado como perdido. Era um belo poema contendo as ideias mais perigosas:

1. o universo funciona sem o auxílio dos deuses,
2. o medo religioso destrói a vida humana,
3. prazer e virtude não são opostos, mas sim estão interligados.

Bracciolini, porém, não tinha como adivinhar a reviravolta que estava por vir. Típico homem de seu tempo, era secretário de um papa corrupto e

testemunha de excomunhões arbitrárias e execuções sumárias de hereges na fogueira. Seu fascínio pelos textos antigos parecia antes estilístico que ideológico. Este livro conta sua história e mostra como sua descoberta deu origem ao que hoje chamamos de Modernidade.

Ele sabia como os livros que buscava tinham sido produzidos. Sabia que o que esperasse ainda achar, em 1417, só existia por causa de séculos de compromisso oficial e de longo e laborioso esforço humano. A Regra Beneditina exigia trabalhos manuais, além de orações e leituras, e sempre se considerou que esse trabalho podia incluir a escrita.

A maioria das cópias de manuscritos no mundo antigo tinha sido feita por escravos educados. Portanto, a tarefa humilhante, além de tediosa, era uma combinação perfeita para o projeto ascético de disciplinar o espírito. “Quem não lavar a terra com o arado há de escrever o pergaminho com os dedos”. O contrário dessa regra monástica também era verdadeiro: quem não sabia escrever pergaminhos com os dedos era mandado para o arado.

Aqueles que escreviam bem - com uma caligrafia financeiro e clara, que os outros monges conseguissem ler com facilidade, e com uma precisão absoluta na transcrição - eram valorizados. Tanto que na tabela de pagamentos de reparação por assassinato a perda de um escriba equivalia à perda de um bispo ou de um abade!

O preço alto, em tempo em que a vida valia pouco, sugere tanto a importância como a dificuldade da obtenção dos livros de que os mosteiros precisavam para poder aplicar a regra de leitura. Mesmo as bibliotecas monásticas mais celebradas da Idade Média eram minúsculas em comparação com as da Antiguidade ou com as que existiam em Bagdá ou no Cairo.

Houve, então, o estabelecimento das chamadas *scriptoria*, oficinas onde os monges eram treinados para passar longas horas fazendo cópias. Superada a etapa de local improvisado no frio claustro, salas especiais foram construídas com esse propósito. Eram grandes ambientes equipados com janelas de vidro claro sob as quais os monges, até trinta deles, sentavam-se diante de mesas individuais, às vezes separadas umas das outras por divisórias.

O bibliotecário do mosteiro era responsável por conseguir todo o equipamento necessário para a cópia dos manuscritos: penas, tinta, facas, régua, sovelas (para fazer minúsculos furos e pautar as linhas com mais regularidade, penas de meta de ponta financeiro para traçar as linhas, *leitoris* que sustentavam o livro que estava sendo copiado, pesos para impedir que as páginas virassem. O bibliotecário podia, se quisesse, tornar a vida de um

escriba uma desgraça ou, pelo contrário, entregar ferramentas especialmente boas para um favorito.

A palavra “volume” vem de *volumen*, termo latino para algo que foi rolado ou enrolado. Rolos de papiro - a raiz de onde tiramos nossa palavra “papel” - eram produzidos a partir de juncos altos que cresciam na região pantanosa do delta do Nilo, no Baixo Egito. Os juncos eram colhidos e seus caules abertos e fatiados em tiras bem finas. As tiras eram dispostas uma ao lado de outra, com alguns pontos de contato. Outra camada era colocada sobre aquela, em ângulos retos. Então, a folha era delicadamente batida com uma marreta. A seiva natural que era liberada permitia que as fibras aderissem perfeitamente uma às outras. Cada folha era então colada nos rolos. (A primeira folha, em que ficariam registrados os conteúdos do rolo, era chamada de *protokolon* em grego, ou literalmente, “a primeira colada” - origem de nossa palavra “protocolo”.)

A maioria dos livros do mundo antigo tinha a forma de rolos, mas no século IV os cristãos tinham optado por um formato diferente, o códex, do qual derivam os livros que conhecemos. O códex tem a imensa vantagem de propiciar ao leitor uma facilidade muito maior para se localizar na leitura: o texto pode ser convenientemente paginado e indexado. As páginas podem ser viradas com rapidez até se chegar ao ponto desejado.

Foi só com a invenção do computador pessoal, com suas funções superiores de busca, que se supera o formato simples do códex. Só agora é que voltamos a falar de “rolar” um texto de ebook em tablets...

Como o papiro das margens do Rio Nilo não estava mais disponível e o papel só foi se tornar artigo de uso comum no século XIV, por mais de mil anos o principal material usado para a escrita de livros era feito de couro de animais - vacas, ovelhas, cabras e ocasionalmente cervos. Essas superfícies tinham de ser alisadas inclusive com pedras-pomes para raspar os pelos restantes. O pergaminho mais fino, aquele que facilitava a vida dos escribas, era feito de couro de vitelo e chamado de velino. E o melhor de todos era o velino uterino, produzido a partir do couro de vitelos abortados, e reservado para os livros mais preciosos, ocasionalmente acomodados em capas incrustadas de gemas verdadeiras.

Bons escribas eram liberados de certas horas de oração comunidade, para maximizar as horas de luz diurna no scriptorium. Não trabalhavam à noite: por causa de um justificável medo do fogo, todas as velas eram proibidas. Mas em cerca de seis horas por dia a vida deles era exclusivamente dedicadas às cópias.

O interesse dos escribas por livros que copiavam era absolutamente irrelevante. Na verdade, sendo a cópia uma forma de disciplina - um exercício de humildade e um ato espontâneo de aceitação da dor -, não gostar ou simplesmente não compreender os livros podia ser preferível a um envolvimento pessoal. Era necessária a total subordinação do escriba monástico ao texto *ipsis littereis*: o apagamento, em nome da aniquilação do espírito do monge, de seu intelecto e de sua sensibilidade. Um leitor envolvido corria o risco de alterar o texto para fazê-lo ganhar mais sentido. Tais alterações, ao longo dos séculos, inevitavelmente levavam a corrupções de grande escala.

É claro que havia um certo número de abades e bibliotecários monásticos que estimavam não só o pergaminho mas também as obras pagãs que neles estavam escritas. Acreditavam que podiam folhear seus tesouros sem se contaminar. Ledo engano. Mas à medida que se criava uma substancial literatura cristã, foi ficando menos fácil acessar os clássicos gregos e latinos. Entre o século VI e meados do século VIII, eles praticamente deixaram de ser copiados, devido a uma ataque pio contra as ideias pagãs.

A melhor maneira de evitar que os livros fossem comidos por traças até sumirem era simplesmente usá-los e, quando enfim se gastassem, fazer mais cópias. Embora se saiba que o comércio de livros no mundo antigo fosse totalmente ligado à cópia, sobraram poucas informações sobre a organização dessa atividade.

Sabe-se um pouco mais sobre o mundo livreiro romano, onde foi se criando uma distinção entre os copistas (*librarii*) e os escribas (*scribae*). Os *librarii* normalmente eram escravos ou trabalhadores assalariados que trabalhavam para os livreiros. Os *scribae* eram cidadãos livres: trabalhavam como arquivistas, burocratas do governo e secretários pessoais. Romanos ricos empregavam (ou tinham como escravos) bibliotecários e escriturários profissionais que copiavam livros emprestados das bibliotecas de seus amigos.

Os autores não ganhavam dinheiro com a venda dos livros. Seus lucros provinham do rico mecenas a quem a obra era dedicada.

No século XV, a invenção dos tipos móveis mudou exponencialmente a escala de produção, mas o livro no mundo antigo não era uma mercadoria rara. Um escravo bem treinado, lendo um manuscrito em voz alta para uma sala cheia de escribas bem treinados podia produzir pilhas de textos. Com o passar dos séculos, dezenas de milhares de livros, centenas de milhares de cópias, foram produzidos e vendidos.

## Epicuro e Lucrecio

Em janeiro de 1417, conta Stephen Greenblatt, no livro *A Virada: O Nascimento do Mundo Moderno*, o caçador de livros Poggio Bracciolini resgatou das prateleiras de uma biblioteca monástica a obra-prima de Lucrecio, o poema *Da Natureza*, até então dado como perdido. “Era apenas Epicuro”, Lucrecio escreveu, “quem poderia curar a condição miserável do homem que, mortalmente entediado em casa, sai correndo para sua estância de veraneio apenas para descobrir que lá se encontra tão deprimido quanto antes”. Epicuro, morto mais de dois séculos antes, era nada menos que o próprio salvador.

*Da Natureza* é a obra de um discípulo que transmite ideias desenvolvidas sobre a sabedoria de viver com prazer. O núcleo de sua visão pode ser reduzido a uma única ideia incandescente: tudo que já existiu e tudo que ainda existirá é montado a partir de partículas indestrutíveis de dimensões diminutas, mas inimaginavelmente numerosas. Os gregos tinham uma palavra para essas partículas invisíveis, coisas que, como eles concebiam, não podiam ser divididas em elementos menores: *átomos*.

O físico Joseph John Thomson descobriu os *elétrons*, em 1897, por meio de experimentos envolvendo raios catódicos. São afetados por campos elétricos e magnéticos. Deduziu a deflexão dos raios catódicos por estes campos serem desvios de trajetória de partículas muito pequenas de carga negativa, os *elétrons*. Thomson propôs, então, o átomo ser divisível em partículas carregadas positiva e negativamente (*prótons* e *nêutrons*), contrariando o modelo indivisível de átomo proposto por atomistas na Grécia antiga.

Uns filósofos gregos defendiam teorias contrárias: a matéria central do universo era o fogo, ou a água, ou o ar, ou a terra, ou alguma combinação desses elementos. Outros ainda propunham que a intrincada ordem do universo era prova de uma mente ou um espírito invisível que cuidadosamente montava as peças segundo um plano prévio.

Este argumento do “*design* inteligente” é adotado ainda hoje pelo *teísmo*, doutrina comum a religiões monoteístas e sistemas filosóficos inclinados ao *fideísmo* - doutrina teológica conservadora. Ela, ao desprezar a razão, preconiza a existência de verdades absolutas fundamentadas na revelação e na fé -, caracterizada por afirmar a existência de um único Deus, de caráter pessoal e transcendente, soberano do universo e em intercâmbio com a criatura humana.

Epicuro aos doze anos ficou contrariado porque seus professores não sabiam explicar o *significado do caos*. A antiga ideia dos átomos de Demócrito



lhe parece o caminho mais promissor. Aos 32 anos de idade, em um jardim de Atenas, Epicuro construiu toda uma explicação do Universo e uma Filosofia da Vida Humana.

Constantemente em movimento, os átomos colidem uns com os outros, raciocinava Epicuro, e em certas circunstâncias formam corpos cada vez maiores. Os maiores então observados - o Sol e a Lua - são feitos de átomos, assim como os seres humanos e até as moscas e os grãos de areia. Não há supercategorias da matéria. Logo, não há uma hierarquia dos elementos.

Os corpos celestes não são seres divinos capazes de definir nosso destino para o bem ou para o mal. Também não se movem pelo vazio guiados pelos deuses: eles simplesmente fazem parte da ordem natural, são imensas estruturas de átomos sujeitas aos mesmos princípios de criação e destruição governantes de tudo existente. Se a ordem natural é inconcebivelmente vasta e complexa, continua sendo possível compreender parte de seus constituintes básicos e de suas leis universais. Na verdade, essa compreensão é um dos maiores prazeres humanos!

Talvez esse prazer seja a chave para entender o impacto da filosofia de Epicuro. Foi como se ele tivesse exposto para seus seguidores, entre os quais o romano Lucrecio, séculos depois, uma fonte inesgotável de satisfação, escondida dentro dos átomos de Demócrito.

O prazer parece intelectual demais para atingir além de um número reduzido de especialistas. Mas Epicuro evitava a linguagem cifrada e especializada de um círculo fechado de adeptos, insistia em usar a linguagem comum, em se dirigir ao mais amplo círculo de ouvintes. Não era preciso ter uma compreensão detalhada das efetivas leis do universo físico, apenas compreender uma explicação natural oculta para tudo aquilo causador de assombro ou perplexidade. Caso consiga se agarrar ao fato mais simples da existência, e repeti-lo - “átomos e vazio e nada mais, átomos e vazio e nada mais...” -, sua vida vai mudar!

A aflição - o medo de algum castigo horroroso imposto pelo Juízo Final em algum reino além-túmulo, seja um inferno, seja um purgatório, ou mesmo o tédio do paraíso celeste - não tem mais efeito sobre a maioria dos homens e mulheres modernos assumidamente ateus. Evidentemente, tinha um poder de repressão na antiga Atenas de Epicuro e na Roma Antiga de Lucrecio e também no mundo cristão medieval pré-Renascimento onde vivia Poggio, o caçador-de-livros da Antiguidade.

Os inimigos de Epicuro fizeram um uso malicioso de sua celebração do prazer em viver sem aflição ou temor da morte. Inventaram histórias

maldozas de devassidão, sexo e banquetes perenes. Na realidade, o filósofo parece ter levado uma vida conspicuamente simples e frugal.

“Quando dizemos, então, que o prazer é a meta”, Epicuro escreveu em uma das poucas cartas suas que sobreviveram, “não nos referimos aos prazeres da prodigalidade ou aos prazeres da sensualidade”. A enlouquecida tentativa de satisfazer certos apetites - “uma sucessão ininterrupta de bebedeiras e festejos [...] amor sexual [...] o consumo de iguarias de uma mesa requintada” - não pode levar à *paz de espírito*. Esta é a chave do prazer duradouro.

É impossível viver de maneira prazerosa “sem viver de maneira prudente e honrada e justa, e também sem viver de maneira corajosa, temperada e magnânima, e sem fazer amigos, e sem ser filantrópico”, disse um discípulo de Epicuro.

Uma afirmação filosófica de o objetivo final da vida ser o prazer era escandalosa, tanto para os pagãos politeístas como para seus adversários, os judeus e depois os cristãos monoteístas. O prazer como bem maior?! E adorar os deuses e os ancestrais? Servir à família, à cidade, ao Estado? Observar escrupulosamente as leis e os mandamentos? Buscar a virtude ou uma visão do divino?

Essas afirmações opostas inevitavelmente acarretavam formas ascéticas de autonegação, autosacrifício e até de autodesprezo. Nenhuma delas era compatível com *a busca do prazer como bem maior*.

Havia um medo oculto de *maximizar o prazer e evitar a dor*. Talvez fossem, na verdade, objetivos atraentes e pudessem servir como princípios racionais de organização da vida humana. Caso tivessem sucesso nessa empreitada, todo um conjunto de princípios alternativos tradicionais - *sacrifício, ambição, status social, disciplina, fé* - seria questionado, junto com as instituições a quais esses princípios serviam de ideologia de coesão.

A vida pode ser até calma demais, não se envolvendo nas questões cívicas de maneira plena e vigorosa para buscar fama e renome. Essas realizações valem a pena?

O ponto-chave, como o discípulo epicurista Lucrécio escreveu em versos de beleza incomparável, era abandonar a tentativa angustiada e condenada de erguer muros cada vez mais altos e, pelo contrário, *escolher o cultivo do prazer*.

## Epicurismo e Ateísmo

O ódio pela busca do prazer e uma visão da ira providencial de Deus foram os pregos no caixão do epicurismo, enterrado por séculos de obscurantismo, tachado pelos fiéis de “insano”. Os cristãos tinham de recusar essa atração e compreender o prazer ser uma palavra cifrada. Para eles, significa devassidão. Então, os cristãos tinham pela frente a difícil missão de fazer o que parecia simplesmente sensato e natural - os impulsos comuns de criaturas sensíveis - parecer inimigo da verdade.

O que era ridículo no cristianismo, sob o ponto de vista de um pagão culto, era não apenas sua linguagem - o estilo simplório do grego dos evangelhos -, mas também sua exaltação da humilhação divina e da dor, tudo isso somado a um arrogante triunfalismo. Porém, *a busca da dor triunfou sobre a busca do prazer.*

A liberdade individual no epicurismo nada tem a ver com a liberdade política, ou uma noção de direitos, ou a permissão de dizer o que quisesse, ou a capacidade de ir aonde decidisse. Tem mais a ver com *a experiência de se recolher*, internamente, para longe da prensa do mundo e de se circunscrever a um espaço isolado. Isso que representa estar mergulhado em um livro: *“livre para ler - e saber”*.

Não se deve enganar com a luminosa certeza dos *visionários*. Suas verdades, caso lhe dessem o direito de enuncia-las com clareza, varreriam as teias da ignorância e da má-fé. A existência não tem fins nem propósitos, existem somente uma criação e uma destruição incessantes, governadas inteiramente pelo acaso.

A *virada* é apenas o mais ínfimo movimento, suficiente, porém, para detonar uma cadeia incessante de colisões. Tudo existentes no Universo existe em função dessas colisões fortuitas de partículas minúsculas. Toda especulação - toda a Ciência, toda a moralidade, todas as tentativas de gerar uma vida que valha a pena - deve começar e terminar com uma compreensão das invisíveis sementes das coisas: *os átomos e o vazio e nada mais...*

Saber como são as coisas desperta o encanto mais profundo. Epicuro desconfiava da eloquência e acreditava a verdade dever ser enunciada em prosa simples e sem rebuscamentos.

O conjunto de convicções articuladas com imensa força poética no poema de Lucrécio - *Da Natureza* (século I a.C.) - era praticamente uma definição modelar - ou melhor ainda, inquisitorial - do ateísmo.

Entre outros, influenciou Giordano Bruno. O universo de Lucrecio, para Bruno, não era um lugar de melancólica desilusão. Pelo contrário, ele achava maravilhoso perceber o mundo não ter limites nem no espaço e nem no tempo. As coisas mais grandiosas são feitas das menores. Os átomos são os tijolos de tudo existente, ligam o indivíduo ao infinito. “O mundo é perfeito como é”, ele escreveu, varrendo inumeráveis sermões sobre a angústia, a culpa e o arrependimento. Temos conhecimento para não procurar uma divindade afastada de nós quando ela está dentro de nós. Seu ânimo filosófico se estendia a sua vida cotidiana epicurista. A *intolerância religiosa* o queimou em uma fogueira inquisitorial.

O Universo, em seu processo ininterrupto de geração e destruição e regeneração, é inerentemente sexual. O atomista passa a sofrer ataques como ateu. O objetivo era exorcizar o atomismo e reclamar a forma, a estrutura e a beleza das coisas como obras de Deus. Os atomistas haviam encontrado alegria e embevecimento em como as coisas são: Lucrecio via o Universo como um constante hino intensamente erótico a Vênus.

Para traçar o caminho para a serenidade interior, algumas éticas helenísticas – o *epicurismo* e o *estoicismo* – partem de uma concepção do universo fundamentada racionalmente. Ao contrário do proposto pelo socratismo, epicuristas e estoicos, fazem da ciência sobre a natureza das coisas a base para suas construções morais.

## O Artífice

*Artífice* é um substantivo de dois gêneros. Refere-se ao trabalhador, operário, artesão que produz algum artefato ou que professa alguma das artes, executando sua arte consoante as encomendas que recebe. Em sentido figurado, é quem inventa ou cria alguma coisa. Portanto, todo autor, seja de trabalho artesanal, seja de trabalho intelectual criativo, pode ser considerado um artífice, desde que seja mestre em sua arte, ou seja, que faça algo com arte.

Já alienado é aquele que, voluntariamente ou não, se mantém distanciado das realidades que o cercam. Fica alheado aquele que vive sem conhecer ou compreender os fatores sociais, políticos e culturais que o condicionam e os impulsos íntimos que o levam a agir da maneira que age.

Karl Marx fala a respeito do trabalho alienado no sistema capitalista: o que ou aquele que sofre de alienação. É um contraponto ao trabalho artesanal do modo de produção anterior em transição para a manufatura.

Richard Sennett publicou originalmente em inglês (*The Craftsman*; 2008) o livro *O Artífice*, cuja 5ª. Edição pela Record foi lançada em 2015 e teve agora a oportunidade de lê-la. A ele parece falsa a divisão estabelecida por Hannah Arendt entre *Animal laborens* e *Homo faber*. O primeiro toma o trabalho como um fim em si mesmo. Em contraste, o segundo - “homem que faz” - é o juiz do labor e da prática materiais, não um colega do *Animal laborens*, mas seu superior. Enquanto o *Animal laborens* está fixado na pergunta “Como?”, o *Homo faber* pergunta: “Por que?”.

Ele busca falsear a hipótese de Arendt porque ela menospreza o homem prático que trabalha. O pensamento e o sentimento estão contidos no processo de fazer. As pessoas podem aprender sobre si mesmas através das coisas que fazem, a cultura material é importante.

Este é o primeiro volume da trilogia de Sennett dedicada à *cultura material*. Este livro trata da arte ou habilidade artesanal, a capacidade de fazer bem as coisas. O segundo volume aborda a elaboração de rituais para enfrentar a agressão e o fanatismo. O terceiro explora as aptidões necessárias para criar e habitar ambientes sustentáveis.

Os três livros tratam da questão da técnica, mas ela considerada como questão cultural, e não como um procedimento maquinal. Cada um deles focaliza determinada técnica destinada ao cultivo de um estilo específico de vida.

Habilidade artesanal designa um impulso humano básico e permanente, o desejo de um trabalho benfeito por si mesmo. Abrange um espectro muito mais amplo que o trabalho derivado de habilidades manuais. Diz respeito, por exemplo, ao programa de computador, ao médico e ao artista. Mestres e aprendizes trabalham juntos mas em condições de desigualdade. Os cuidados paternos podem melhorar quando são praticados como uma atividade bem capacitada, assim como a cidadania. Em todos esses terrenos, a habilidade artesanal está centrada em padrões objetivos, na coisa em si mesma.

O artífice frequentemente enfrenta padrões objetivos de excelência que são conflitantes. O desejo de fazer alguma coisa pelo simples prazer de coisa benfeita pode ser comprometido por pressões competitivas, frustrações ou obsessões.

Ele focaliza a relação íntima entre a mão e a cabeça. O estabelecimento de hábitos prolongados cria um ritmo entre a detecção de problemas e a solução de problemas. Nada há de descuidadamente mecânico na própria técnica.

Em sua segunda parte, o livro explora mais de perto *o desenvolvimento da capacitação*. Sennett sustenta *duas teses polêmicas*:

- primeiro, que todas as habilidades, até mesmo as mais abstratas, têm início como práticas corporais, por exemplo, na prática física de hábitos manuais;
- segundo, que o entendimento técnico se desenvolve através da força da imaginação.

A primeira tese focaliza o conhecimento adquirido com a mão, através do toque e do movimento. A tese sobre a imaginação começa explorando a linguagem que tenta direcionar e orientar a habilidade corporal.

Na terceira parte, o livro trata de questões mais genéricas de motivação e talento. A tese, nesta parte, é que a motivação é mais importante que o talento. O desejo de qualidade do artífice cria um perigo motivacional: a obsessão de fazer com que as coisas saiam à perfeição pode deformar a própria obra. Podemos fracassar como artífices em virtude de nossa incapacidade de organizar a obsessão por nossa falta de habilidade.

O Iluminismo acreditava todo mundo ter a capacidade de fazer bem algum trabalho. Existe uma artífice inteligente na maioria de nós, seres humanos supostos racionais. Sennett acha essa convicção do século XVIII ainda hoje fazer sentido.

Do ponto de vista ético, a habilidade artesanal certamente é ambígua. A aptidão técnica pode ser usada para o mal, criando um artefato destruidor. Mas o éthos do artífice abriga tendências compensatórias, como no caso do princípio da utilização da força mínima no esforço físico.

O livro conclui com o exame da maneira como o estilo de trabalho do artífice pode contribuir para ancorar as pessoas na realidade material. A vida passada do trabalho artesanal e dos artífices também sugere maneiras de utilizar as ferramentas que constituem propostas alternativas e viáveis sobre as possibilidades de levar a vida com habilidade.

#### Artesanato Coletivo: Contradição em Termos?

Karl Marx, segundo Richard Sennett, em *O Artífice* (Rio de Janeiro; Record, 5a. Edição; 2015), enfatizou as relações individuais e sociais se desenvolverem pela confecção de objetos físicos, permitindo “o desenvolvimento completo do indivíduo”. A dignidade do trabalho seria natural às pessoas como parte de uma comunidade. Após o trabalho alienado

no capitalismo, o comunismo despertaria novamente o espírito da habilidade artesanal.

A etimologia de *devenir* é “tornar-se, começar a ser o que não era antes”. Devir é vir a ser, tornar-se, transformar-se, *devenir*. Refere-se ao fluxo permanente, movimento ininterrupto, atuante como uma lei geral do universo, que dissolve, cria e transforma todas as realidades existentes. Marx concebia um devir otimista, baseado em uma visão do passado pessimista. Por que esse determinismo histórico contraditório?

Na prática, a economia de planejamento central da URSS parece explicar as ruínas do marxismo. As autoridades burocráticas reagiam com alarme a quaisquer iniciativas nos canteiros de obras, temendo que a autogestão local gerasse uma resistência generalizada ao Estado totalitário.

Por estes motivos, o imperativo moral “Faça um bom trabalho por seu país!” soava vazio. Operários desiludidos, tanto em economia centralizada, quanto em economia de livre mercado, resultam em baixa produtividade. Se os trabalhadores qualificados são tratados com indiferença, o espírito de iniciativa é desestimulado.

Enquanto isso ocorria na Eurásia, o Japão prosperava com uma economia permeada em nome do bem comum. No último meio século, os japoneses demonstraram uma criatividade prática que devolveu a vida ao país depois da II Guerra Mundial. Tornou-se um “país de artífices”.

O trabalho rigoroso em padrões técnicos elevados conferiu aos japoneses, ao longo desses anos, um senso especial de respeito próprio e recíproco. Cumprindo metas coletivas, abriam mão de encontrar diariamente com a mulher ou os filhos, pois o imperativo moral funcionava por causa da maneira como era organizado o trabalho.

Em nome do controle de qualidade total, os gerentes punham a mão na massa na produção e os subordinados falavam com franqueza aos superiores. Em um “artesanato coletivo”, o que solidifica uma instituição não é apenas o compromisso comum, mas também essas trocas. “Conformistas vivendo em rebanho” não têm o senso crítico que os empregados japoneses podem evidenciar em relação aos colegas e aos chefes.

Lá, é possível dizer a verdade ao poder. No coletivismo soviético, em contraste, o centro ético e técnico estava muito distante da vida real. Marx tratou dos trabalhadores, os japoneses tratavam do trabalho.

Boa parte do discurso neoliberal triunfalista gira em torno da comparação das supostas virtudes da concorrência individualista com os vícios

do coletivismo. Consideram que a competição entre indivíduos voltados para si tem mais chances de produzir um bom trabalho, pois ela estimularia a qualidade. O objetivo único dos neoliberais, inclusive na reforma da prestação de serviço público, é promover a concorrência interna e os mercados livres de regulamentação para melhorar a qualidade do atendimento do público.

Essa visão triunfalista obscurece o papel que a competição e a cooperação efetivamente desempenham na realização de um bom trabalho e, de maneira mais geral, as virtudes da perícia artesanal. Em algumas corporações, a cooperação e a colaboração permitem abrir caminho com inovação de tecnologia. Enquanto em outras, a competição interna compromete o empenho dos engenheiros em melhorar a qualidade do processo de produção, alienando-se em relação aos resultados do trabalho coletivo.

O artífice representa uma categoria mais abrangente que a do artesão, ele simboliza, em cada um de nós, o desejo de realizar bem um trabalho, concretamente, pelo prazer da coisa benfeita. Porém, na realidade capitalista concreta, aqueles que aspiram ser bons artífices são desvalorizados, ignorados ou mal compreendidos pelas instituições sociais. Os indivíduos buscam refúgio na introspecção quando o envolvimento material se revela vão. A antecipação mental é privilegiada em detrimento do contato concreto. Os padrões de qualidade no trabalho separam a concepção criativa da execução alienada.

Na oficina medieval, o mestre e o aprendiz eram desiguais, mas associados. No Renascimento, houve a separação dessa relação social, distinguindo-se entre arte e artesanato. Após a Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII, a máquina industrial aparentemente já não comportava a humanidade, porém, os radicais cometiam o erro de achar que contestar a maquinaria era dar as costas à modernidade. Com isso, tornava o artesão incapaz de entender como poderia evitar tornar-se vítima da máquina.

O fato histórico é que, desde as origens da civilização clássica, os artífices são incompreendidos. O que lhes permitiu ir adiante do ponto de vista humanista foi a fé no trabalho e o envolvimento com seus materiais.

### Capacitação Artesanal Pragmática

Na Parte Dois do livro *O Artífice* (Rio de Janeiro; Record, 5a. Edição; 2015), Richard Sennett passa a tratar das maneiras como o artífice adquire e desenvolve habilidades físicas e mentais específicas para fazê-lo. A linha-mestra é o progresso no desenvolvimento de uma capacitação. No artesanato,



as pessoas podem melhorar com o desenvolvimento de uma “mão inteligente”.

Sennett descreve três ferramentas expressivas capazes de proporcionar orientações para raciocinar sobre o tato, abordar os problemas de coordenação, aprender as lições da força mínima, trabalhar com os olhos para antecipar o que vem pela frente e sustentar a concentração em uma sucessão de etapas:

1. a ilustração solidária que se identifica com as dificuldades encontradas por um neófito;
2. a narrativa da cena, que coloca o aprendiz em uma situação estranha; e
3. a instrução pela metáfora, que estimula o aprendiz a reconfigurar pela imaginação o que está fazendo.

A necessidade da imaginação manifesta-se no uso das ferramentas. A inventividade permite certo tipo de trabalho de reparação quando elas se revelem limitadas, ou seja, um reparo ou conserto dinâmico.

A imaginação é também necessária para entender e fazer bom uso das ferramentas potentes ou multiuso, cheias de possibilidades inexploradas e talvez arriscadas. Sennett explica a estrutura de um salto intuitivo.

Ninguém faz uso de todos esses recursos o tempo todo. O progresso no trabalho ocorre intermitentemente. Mas as pessoas podem efetivamente melhorar a performance e, de fato, aperfeiçoam-se.

Não dá para simplificar e racionalizar as capacitações, tal como em “manuais de ensino”, pois somos organismos complexos emergentes das interações entre múltiplos pequenos componentes. Quanto mais a pessoa, interagindo e aprendendo ativamente com outros pares, valer-se dessas técnicas, quanto mais explorar, mais será capaz de conquistar a recompensa emocional do artífice, ou seja, o sentimento de competência artesanal.

Sennett procura, nesse livro, resgatar o *Animal laborens* do desprezo com que era tratado por Hannah Arendt. O animal humano que trabalha pode ser enriquecido pelas capacitações e dignificado pelo espírito da perícia artesanal. Em nossa época, essa perícia artesanal encontra acolhida filosófica no pragmatismo.

Esse movimento filosófico tem procurado conferir sentido à experiência concreta. Ele teve início no fim do século XIX, na forma de uma reação norte-americana aos males do idealismo na Europa. Buscava encontrar a chave da

cognição humana nos pequenos atos cotidianos. Era movido pelo espírito da experimentação científica do século XVII, tal como acontecera com o empiricismo no século XVIII. Desde suas origens, o pragmatismo preocupava-se tanto com a qualidade da experiência quanto com os fatos concretos no campo da ação.

Hannah Arendt criticou as falsas esperanças com que Marx acenava para a Humanidade pela “abundância ou escassez de bens a serem introduzidos no processo vital”. Frente a essa avaliação quantitativa, o pragmatismo concebe um socialismo baseado na melhora da qualidade da experiência das pessoas no trabalho, em vez de advogar, como Arendt, uma política que transcendesse o próprio trabalho.

O trabalho que permanece permeado pela atitude lúdica é arte. Os pragmáticos exortam os trabalhadores a avaliar a qualidade de seu trabalho em termos de experiência compartilhada, tentativa e erros coletivos. A boa qualidade artesanal implica socialismo. Outros tipos de colaboração entre trabalhadores contestam a busca de qualidade simplesmente como instrumento para maximizar o lucro.

Filosoficamente, o pragmatismo sustenta que, para trabalhar bem, as pessoas precisam de liberdade do vínculo meios-fins. O conceito de experiência unifica todo o pragmatismo. O pensamento pragmático não separa seus dois significados:

1. um acontecimento ou relação que causa uma impressão emocional íntima,
2. um fato, ação ou relação que nos volta para fora e antes requer habilidade que sensibilidade.

Não devemos ser apanhados pela armadilha do pensamento e da ação determinados pelo vínculo fins-meios. Nesse caso, estaríamos sucumbidos ao vício do instrumentalismo. O artesanato volta-se para os objetos em si mesmos e para práticas impessoais. Ele depende da curiosidade, moderando a obsessão. Volta o artífice para fora. Sennett dá ênfase ao valor da experiência como ofício.

Técnicas de experiência permitem-nos satisfazer o desejo de influenciar a impressão que as pessoas e os fatos causaram em nós, de modo que ela se torne inteligível para aqueles que não conhecem as mesmas pessoas que conhecemos nem passaram pelas mesmas experiências. A ideia da experiência como ofício contesta o tipo de subjetividade que prospera no puro e simples processo de sentir. As impressões constituem apenas a matéria-prima da experiência.

A tese sustentada por Sennett nesse livro é o ofício produzir coisas materiais capazes de permitir a percepção melhor das técnicas possíveis de influenciar nosso trato com os outros. Tanto as dificuldades quanto as possibilidades de fazer bem as coisas se aplicam à gestão das relações humanas. Desafios concretos de como enfrentar uma resistência material contribuem para o entendimento das resistências que as pessoas enfrentam na relação com as outras ou dos limites incertos entre as pessoas ambíguas.

Dá ênfase ao papel positivo que a rotina e a prática desempenham no processo de produção de coisas materiais. Da mesma forma, as pessoas também precisam praticar suas relações como os outros, aprender as habilidades da antecipação e da revisão, para melhorar essas relações.

Talvez o leitor resista à ideia de pensar na experiência em termos de técnica. Mas aquilo que somos deriva diretamente do que nossos corpos são capazes de fazer. As capacidades do nosso corpo para moldar as coisas materiais são as mesmas a que recorreremos nas relações sociais. A suposição do movimento pragmático é que existe um contínuo entre o orgânico e o social. A habilidade artesanal mostra em ação o traço contínuo entre o orgânico e o social.

A palavra *criatividade* aparece o menos possível nesse livro de Sennett., pois ela traz uma conotação romântica relacionada ao “mistério da inspiração” ou aos “rasgos do gênio”. Ele rompe com esse mistério mostrando como acontecem os saltos intuitivos nas reflexões que as pessoas fazem sobre os gestos de suas próprias mãos ou no uso de ferramentas. Aproxima o artesanato da arte, pois todas as técnicas contêm implicações expressivas. Isso também se aplica, por exemplo, à criação de um filho.

O aspecto menos desenvolvido de sua tese diz respeito à política, isto é, o domínio dos “estadistas”. O moderno pragmatismo abraça como artigo de fé a convicção de que aprender a trabalhar bem é a base da cidadania.

Arendt considerava a Ciência de governar como um terreno de especialização autossuficiente. A ligação entre trabalho e cidadania pode apontar na direção do socialismo, mas não necessariamente da democracia. A hierarquia no trabalho pode evoluir para a hierarquia no Estado. Os motivos artesanais que dão crédito à fé pragmática na democracia se encontram nas capacidades a que recorrem os seres humanos para desenvolver suas habilidades: a universalidade do jogo, as capacidades básicas de especificar, questionar e abrir. Elas estão amplamente difundidas entre todos os seres humanos, e não restritas a uma elite.

O autogoverno pressupõe a capacidade dos cidadãos de trabalhar coletivamente em problemas objetivos. O pragmatismo insiste em que o

remédio contra a mídia e a rede social cheias de trivialidades de caráter pessoal deve estar na experiência concreta de participação cidadã, uma participação que dá ênfase às virtudes da prática, com suas repetições e lentas revisões.

O orgulho pelo próprio trabalho está no cerne da habilidade artesanal, como recompensa da perícia e do empenho. O trabalho tem vida própria, pois a obra transcende o autor. Em geral, a criatura é mais interessante que o criador...

Os artífices orgulham-se sobretudo das habilidades que evoluem. Por isso, a simples imitação não gera satisfação duradoura. A habilidade necessita amadurecer e superar esse estágio inicial de imitação. A lentidão do tempo artesanal é fonte de satisfação. A prática se consolida, permitindo que o artesão se apossa da habilidade. Essa lentidão também permite o trabalho de reflexão e imaginação. Maturidade quer dizer idade madura, quando o sujeito se apropria de maneira duradoura da habilidade.

O orgulho pelo próprio trabalho pode também apresentar problemas éticos. Por exemplo, os cientistas criadores da bomba atômica se apegavam a um orgulho pelo trabalho executado, não se considerando responsáveis por sua aplicação destruidora. O pragmatismo, criticamente, enfatiza a ligação entre os meios e os fins. Ele quer dar ênfase à importância de fazer perguntas éticas ao longo do processo de trabalho, pouco importando as preocupações e investigações éticas a posteriori, depois do mal já feito.

### [História do crescimento econômico: as origens político-culturais da Revolução Industrial](#)

O Texto para Discussão do IE-UNICAMP (TDIE) n. 312, postado em agosto de 2017, *História do crescimento econômico: as origens político-culturais da Revolução Industrial*, é de autoria do meu colega e velho amigo Ademar Ribeiro Romeiro. Ele sempre demonstrou vocação que seria um verdadeiro cientista. Estudioso, culto e interessado por inovação tecnológica, tornou-se um especialista em meio-ambiente e dinâmica de inovações na agricultura, mas com amplitude mental para abarcar outros temas e interesses diversos.

Muitas vezes convivemos anos no mesmo ambiente institucional, mas mal nos encontramos com os colegas para debater nossas pesquisas e trocarmos conhecimentos. A ultra especialização, agora, está sendo superada pela Ciência da Complexidade multidisciplinar. Para compreendermos mais o mundo, necessitamos de apoio de todas as áreas de conhecimento, além, está claro, de big data processado computacionalmente.

Recentemente, tive o prazer de reencontrar o Ademar em um evento social. Conversamos durante todo o jantar e vimos - até para surpresa dele - que tínhamos muitos interesses em comuns, inclusive discutimos ideias recentes de autores liberais como Daron Acemoglu e James Robinson, Niall Ferguson, e de ambientalistas como Jared Diamond. Falou-me de seu TDIE e despertou-me o interesse em lê-lo e debater-lo, em especial, por seus comentários sobre familismo, tribalismo, clãs, dinastias e castas. São categorias antropológicas e sociológicas que acho necessário incorporar em análises socioeconômicas e políticas.

Na verdade, seu TDIE é um pequeno livreto de 115 páginas que ainda estou lendo, mas vou já anotar algumas ideias fundamentais para eu memorizar - e usar em minhas análises. Focarei em sua Introdução Geral, quando ele compara as Ordens Sociais Familísticas e Ordens Sociais Estatais.

Depois, ele estuda o caso da China: as origens político-culturais do crescimento econômico interrompido, o surgimento do Estado chinês com a unificação dos diversos estados chineses, fazendo um contraponto asiático com a fragmentação indiana. Discute porque a revolução industrial chinesa foi rejeitada. Compara com o caso da Europa, onde o legado medieval da *cosmo visão judaico-cristã* propiciou o surgimento do individualismo e do império da lei: dois fatores decisivos do *excepcionalismo europeu*. Ambos propiciaram o enfrentamento e/ou o controle social do Estado absolutista. A religião, as instituições e a lei levaram à democratização da governança. Os diversos estados feudais se uniram em um processo de centralização estatal absolutista, mas houve o contraponto francês: a revolução republicana burguesa. Ocorreu depois da revolução inglesa com a adoção da Monarquia constitucionalista.

Ademar trata ainda da acumulação de capital na agricultura, da dinâmica da mudança técnica, relacionando a acumulação de capital agropecuário e o capitalismo, surgido com a revolução comercial. Havia, na Europa, um Estado peculiar, constituído a partir de comunas e guildas comerciais. Propiciou o sistema de responsabilidade comunitária, a revolução pré-industrial com domínio de energia, ferro e pedra, especialização e divisão do trabalho, tendo como efeitos colaterais o desflorestamento e poluição do carvão, provocando a catástrofe econômico-ecológica do século XIV.

Nikolai Dimitrievich Kondratiev (1892-1938) foi um economista russo mais conhecido por ter sido o primeiro a tentar provar estatisticamente o fenômeno das “ondas longas”, movimentos cíclicos que sugerem ciclos econômicos de aproximadamente 50 anos de duração, conhecidos posteriormente em Economia, como ciclos de Kondratiev. É uma tentativa de generalização histórica.

Enfrentou muitas críticas, pois a existência desses ciclos, com suas inflexões, enfraquecia a ideia de que o capitalismo rumava para uma grande crise, que seria a ante-sala do socialismo, como defendia a linha oficial do PC da URSS. O maior divulgador de Kondratiev e das ondas longas foi Joseph Schumpeter com seus Ciclos de Negócios. Ele trata os ciclos de na maneira similar a Kondratiev, a partir da quebra do equilíbrio econômico, acrescentando apenas ser essa proporcionada pelo aparecimento da inovação, trazida pelo empreendedor capitalista. Os maiores divulgadores contemporâneos dos ciclos de evolução longos são os neoschumpeterianos. Outros autores liberais e/ou institucionalistas, mais recentemente, pretendem preencher as lacunas da Teoria de Ondas Longas com uso de elementos teóricos não marxistas, especialmente o emprego de aportes encontrados em autores neoschumpeterianos.

A respeito, eu aprecio os questionamentos da obra de Nassim Nicholas Taleb a respeito de *a aleatoriedade, a incerteza e o caos*, encontráveis na história humana. Ao tentar desvendar como, de fato, a história importa, divergências consideráveis surgem entre os autores na definição de mecanismos explicativos, na importância concedida ao tema da contingência e na própria especificação dos tipos de sequências de eventos que poderiam ser considerados como dependentes da trajetória.

No *institucionalismo* ou na *análise histórica comparativa*, um dos principais argumentos é o de que as escolhas realizadas no momento de formação das instituições e das decisões políticas exercem um efeito de constrangimento sobre o seu futuro desenvolvimento em razão da tendência inercial das instituições que bloquearia ou dificultaria subsequentes mudanças. Elas terão uma contínua influência amplamente dominante.

Uma vez que se tenha adotado uma trajetória específica, seria necessário um grande esforço ou até mesmo um choque externo para alterar a direção e o curso das instituições em momentos posteriores. Daron Acemoglu e James Robinson distinguem as instituições extrativistas e as instituições inclusivas. Niall Ferguson Ferguson, na obra *Civilização: Ocidente X Oriente* (São Paulo: Planeta, 2012), defende a supremacia ocidental, durante o último ½ milênio, deveu-se ao capitalismo, à liberdade e/ou à democracia. O que distinguiu o Ocidente do Oriente foram seis novos sistemas de instituições identificáveis e as ideias e os comportamentos associados a eles: competição, ciência, direitos de propriedade, medicina, sociedade de consumo, ética do trabalho.

Um *modelo de causalidade social* é dependente da trajetória (*path dependent*). Rejeita o postulado tradicional de as mesmas forças operativas gerarem os mesmos resultados em todos os lugares. Em abstração

monoeconômica se supõe, por exemplo, as livres forças do mercado - ao fim e ao cabo - levarem sempre a uma ordem equilibrada de maneira espontânea!

Por que motivo queremos buscar *uma causa única para tudo*, reduzindo nosso conhecimento sobre o mundo diversificado? A mente humana abomina *complexidade* com múltiplos componentes heterogêneos interagindo e propiciando a emergência de um sistema complexo. Nosso desafio é tornar esse inteligível, transformando complexidade em simplicidade ao destacar os nódulos principais das redes de relacionamento entre esses diversos componentes.

Na pesquisa das cadeias causais, os historiadores muitas vezes não descobrem, quando não abandonam, os eventos-chaves inesperados que afetaram a dinâmica dos acontecimentos. O “cisne negro” é uma raridade, dados espúrios de uma amostra estatística que não sugeriam sua possibilidade. Mas exerce um impacto extremo. A posteriori, alguns historiadores fazem sua previsibilidade retrospectiva - e não prospectiva como seria de se esperar. Agem como fossem capazes de prever todos os eventos históricos!

Taleb lembra que “quase nenhuma descoberta, nenhuma tecnologia importante, foi fruto de projetos e de planejamento – foram apenas Cisnes Negros”. Uma abordagem comum entre historiadores é excluir o extraordinário e concentrar-se no “normal”. Deixa-se de lado as “peculiaridades” e estuda-se apenas os casos comuns. Outra abordagem seria considerar que para que se possa compreender um fenômeno histórico é necessário levar em conta primeiro os extremos – especialmente se, como o Cisne Negro, eles carregarem um efeito cumulativo extraordinário. Na verdade, o normal ou o comum costuma ser irrelevante.

A *falácia narrativa* surge porque nós gostamos de contar e escutar histórias, gostamos de resumir e gostamos de simplificar, ou seja, de reduzir a dimensão das questões. Nossa predileção é por narrativa histórica curta ou compactada que nosso cérebro limitado consegue absorver e/ou memorizar. Esta é sucesso de público, mas não de crítica!

A falácia narrativa aborda nossa capacidade limitada de olhar para sequências de fatos sem costurar uma explicação nelas, ou, equivalentemente, forçar uma ligação lógica, *uma seta de relacionamento causal*, sobre elas. É necessário um esforço sobre-humano para se ver fatos (e lembrar-se deles) enquanto se abstém de julgamentos e resiste-se a explicações. Abster de julgar vai contra nossa natureza.

O papel de neurotransmissores cerebrais está na busca enraizada e automática por padrões. Nossa esquizofrenia é um transtorno mental que nos leva a buscar padrões em eventos ou números aleatórios.

Quanto mais aleatória a informação, maior é a dimensionalidade, e, portanto, é mais difícil resumi-la. Quanto mais podemos resumir, mais ordem é atribuída e menor será a aleatoriedade. Nassim Taleb sugere que “a mesma condição que nos faz simplificar nos força a pensar que o mundo é menos aleatório do que realmente é”.

#### Genealogia dos Componentes Institucionais de um Sistema Complexo

Usualmente, história é usada como o guia para o futuro incerto ou imprevisível. Está se tornando comum, porém, usar o presente como guia para o passado desconhecido. O historiador-economista parte do presente em direção a uma jornada desconhecida com uma única certeza: encontrar só as raízes históricas do que enxerga hoje. Conta a história a partir do ponto-de-chegada, ou seja, da frente para trás!

É a história do evolucionismo canhestro que reinterpreta a teoria de Darwin como fosse a história dos vencedores sociais: os organismos mais bem adaptados ao meio têm maiores chances de sobrevivência do que os menos adaptados, deixando um número maior de descendentes. Equivocadamente, o darwinismo social conta a história dos organismos (ou das instituições) mais bem adaptados(as), selecionados(as) para aquele ambiente, no caso de economistas, o atual ambiente capitalista mundial através da economia de mercado “vencedora” com suas instituições liberais a la europeias ou norte-americanas.

*Genealogia* é a busca da estirpe, linhagem, origem. É a ciência que tem por objeto a pesquisa da origem e da filiação das famílias. Faz a exposição cronológica da filiação de um indivíduo. As investigações genealógicas rigorosas podem possibilitar às pessoas o conhecimento de sua descendência a partir de ancestrais longínquos e o levantamento seguro de uma árvore com os membros da família.

A *genealogia institucionalista* busca comprovar uma hipótese apriorística: as instituições vencedoras foram as legadas pelo credo liberal *avant la lettre*. No caso, coloca o foco em um dos quatro instintos humanos básicos: o da *competição*. Porém, ao selecionar apenas essa genealogia institucional, esquece-se das demais geradas pelos outros instintos de *cooperação/proteção, reprodução e sobrevivência*.



A previsibilidade de eventos específicos, ocorridos no passado, é baixa. E é a opacidade causal que a torna baixa. Nos Sistemas Complexos, por causa das não linearidades, é preciso ter uma visibilidade maior do que com os Sistemas Regulares ou Institucionais herdados – em vez disso, o que se tem é *a opacidade*.

No Texto para Discussão do IE-UNICAMP (TDIE) n. 312, postado em agosto de 2017, *História do crescimento econômico: as origens político-culturais da Revolução Industrial*, Ademar Ribeiro Romeiro dedica a primeira parte a mostrar as origens medievais do processo de crescimento econômico sustentado que levou à Revolução Industrial. Mostra as origens medievais da própria Civilização Ocidental, incluindo a herança greco-romana nessas origens. Porém, é no período medieval que a herança greco-romana se funde com as tradições tribais germânicas sob a égide do Cristianismo em expansão e afirmação, em um contexto de fragmentação geopolítica e de poder, dando origem a uma civilização mutante, movida pela introdução incessante de inovações - tecnológicas, organizacionais e institucionais. O legado medieval condicionou uma trajetória *sui generis* das ordens político/sociais que se consolidam com os Estados nacionais.

O grande problema do *historicismo* é demarcar com precisão quais são as condições iniciais, ou seja, qual é o marco histórico tomado como ponto-de-partida da narrativa. Suponhamos que estamos em uma dependência de trajetória caótica. Então, sabemos que nos afastamos, cada vez mais, de imprecisas condições iniciais. Mas o estado inicial da trajetória caótica que levou à atual conjuntura econômica não tem a possibilidade de ser completamente definido. Decisões *ex-ante* têm resultados *ex-post* constatados a partir do “ponto de chegada” atual. O processo socioeconômico e político ainda em andamento, composto de fatos transcorridos, não tem nem um início nem um fim preciso.

Romeiro (2017) começa sua análise com uma breve discussão sobre as origens das formas de organizações sociais estatais, sem as quais não há crescimento econômico. Durante a maior parte da história do *homo sapiens* a humanidade se organizou em ordens sociais tendo por base afinidades familiares - familísticas - seja sob a forma de bandos seja sob a forma de tribos. Nessas condições, que perduraram por dezenas de milhares de anos, não há crescimento econômico, nem tampouco mudanças organizacionais/culturais significativas.

Estas sociedades movem-se lentamente como “placas tectônicas”. Presume-se que a origem das formas de organização estatais é a mesma que explica a passagem da organização em bandos para a de tribos: a partir do surgimento da primeira tribo, suas óbvias vantagens militares dão origem a

um processo de formação de tribos por parte dos bandos que se sentem ameaçados.

Do mesmo modo, desde que surge o primeiro Estado suas vantagens militares dão origem a um processo de formação de Estados por parte das demais tribos que não foram derrotadas/assimiladas. No entanto, em todas as civilizações as ordens sociais estatais não superaram completamente o familismo herdado das ordens sociais tribais. Somente na Europa Ocidental isso vai ocorrer, constituindo-se em um dos fatores que compõem seu *excepcionalismo*, de acordo com a hipótese levantada por Romeiro.

Em seguida o caso da China é analisado. O processo de formação do Estado chinês oferece uma perspectiva comparativa com o que viria ocorrer na Europa mais de mil anos depois. Do mesmo modo como as tribos chinesas conquistaram um território ocupado há muito tempo para estabelecer uma aristocracia guerreira, as tribos germânicas que destruíram um decadente império romano criaram um sistema político comparavelmente descentralizado. Em ambas as regiões a formação dos Estados foi impulsionada pela guerra, levando a uma progressiva consolidação das terras controladas por senhores da guerra em Estados territoriais, com centralização do poder político e desenvolvimento de uma administração impessoal moderna.

Diferentemente, entretanto, os diversos Estados chineses acabaram por se consolidar em um único e gigantesco Estado unificado, que não somente foi um dos mais precoces historicamente, como também o primeiro a possuir uma burocracia administrativa uniforme em vários níveis recrutada por critérios impessoais de eficiência. Um Estado centralizado, burocrático e imensamente despótico.

O desenvolvimento precoce do Estado moderno na China ocorreu antes que emergissem outros centros institucionalizados de poder que pudessem limitar o poder dos governantes. Na Europa, o poder dos monarcas foi contrabalançado pelo poder:

1. da aristocracia hereditária baseada em territórios,
2. das cidades independentes controladas por uma classe mercantil,
3. de uma organização religiosa independente e
4. de outros grupos autônomos.

Além disso, a modernidade política precoce na China, em uma enorme área geográfica, não foi acompanhada pela modernidade econômica, ou seja,

a ascensão de uma economia capitalista de mercado. Tampouco foi acompanhada pela modernização social: estruturas familísticas não foram superadas pelo moderno individualismo, continuando a coexistir com uma administração impessoal até os dias de hoje.

#### Diferenças Institucionais entre Europa Ocidental e China Antiga

Ademar Ribeiro Romeiro, no Texto para Discussão do IE-UNICAMP (TDIE) n. 312, postado em agosto de 2017, *História do crescimento econômico: as origens político-culturais da Revolução Industrial*, coloca a economia capitalista de mercado e o individualismo como critérios de modernidade. No entanto, o Capitalismo de Estado levou a China hoje ter o maior PIB por PPC (Paridade de Poder de Compra), superando em 2014 o norte-americano. Outros eventos e outras instituições explicam isso, não?

O sentimento de unidade cultural propiciado pela elite de funcionários desse Estado centralizado moderno na China, os mandarins, formava o núcleo fundamental responsável pelo desenvolvimento de uma cultura comum a todas as elites de que “governar o todo era mais legítimo que governar suas partes componentes”. Ela permanecia mesmo quando o Estado se desintegrava. Assim, as sucessivas rupturas descentralizadoras não se congelaram em uma multiplicidade de Estados independentes.

Do mesmo modo que a introdução regular de inovações foi estimulada, direcionada e controlada pelo Estado chinês, esse mesmo Estado passou a agir na direção contrária quando isto passou a ser visto como uma condição necessária para manter a estabilidade do sistema, evitando a “destruição criadora” ou eruptiva.

Em países com enormes territórios e populações, como os Estados Unidos e os emergentes BRIC, devem ser evitadas inovações poupadoras dos recursos mais escassos, terra e capital, e adotar as intensivas em mão de obra, o recurso abundante? Assim foi realizado na China antiga, o que implicava a não adoção e, em muitos casos, simplesmente o abandono de certas inovações poupadoras de trabalho. Lá sempre foi prioritária a geração de novas ocupações para a manutenção de uma ordem social considerada harmoniosa.

Romeiro (2017) distingue o caso da Europa Ocidental do caso da China: “a emergência dos Estados centralizados europeus ocorreu posterior e/ou concomitantemente com a emergência dos elementos constitutivos de uma ordem político/social mais democrática”. Confesso que tive dificuldade com a carência de datação desse argumento, pois a Monarquia Absolutista foi muito comum na Europa ocidental entre o século XVII e meados do século XIX. Entre

a segunda metade do século XVI e o início do século XVII, na maioria das nações europeias, o absolutismo foi fortalecido pelo desenvolvimento da crença do “direito divino dos reis”, a ideia da predestinação divina.

Ele argumenta que esses elementos “democráticos” pré-republicanos têm sua origem:

- por um lado, na fusão da herança greco-romana com as tradições germânicas em um processo conduzido e condicionado largamente pela evangelização do Norte Europeu e,
- por outro, em fatores geopolíticos que contribuíram para a fragmentação de poder, condição necessária para a liberdade de organização e de empreendimento, de inovar.

Esta situação de fragmentação de poder decorreu de fatores geopolíticos (Estados em competição) bem como, dentro de cada Estado, do entrelaçamento de fatores culturais e políticos que se reforçaram mutuamente dando origem a instituições e organizações independentes do Estado. Estas são condições essenciais para evitar a formação de regimes excessivamente despóticos.

As liberdades individuais no plano social (o individualismo) começam a se afirmar séculos antes do surgimento do Estado moderno ou do capitalismo, argumenta Romeiro (2017): com a servidão feudal?! Do mesmo modo, o Império da Lei precede a concentração do poder político em Estados centralizados. Por último, instituições capazes de tornar os Governos responsabilizáveis surgem a partir de instituições feudais peculiares tais como assembleias representativas, as quais os Estados centralizados não conseguiram eliminar.

Enfim, os elementos constitutivos de uma ordem político/social mais democrática envolveram de um modo excepcional e precoce, levando à formação de entidades sócio-políticas de acesso relativamente aberto, com predominância do individualismo no plano social e de organizações e instituições de caráter corporativo independentes dos Estados em formação.

No plano cultural cabe destacar inicialmente a influência da cosmovisão judaico-cristã na criação de uma cultura mais favorável ao crescimento econômico sustentado.

Primeiramente, pelo fato de que nesta visão o ser humano é visto como o centro da criação divina, estando a natureza a seu serviço. Essa concepção de natureza confere uma grande liberdade na sua manipulação o que é a essência mesma do progresso tecnológico inovador.

Em segundo lugar, aponta-se também a concepção linear do tempo, que pode ser regressiva, mas de modo geral foi progressiva, em direção a um mundo melhor, em contraste com as concepções cíclicas predominantes em outras civilizações, onde a ideia de progresso é inexistente.

Finalmente, o respeito pelo trabalho presente nos Antigo e Novo Testamento, que na Cristandade Latina Medieval assumirá, começando pelos monastérios, um valor social amplamente respeitado.

Outro fator cultural decisivo foi o individualismo. O Individualismo junto com o Império da Lei foram fatores decisivos do excepcionalismo europeu. Ele é importante na medida em que a viabilidade de um Estado depende de um deslocamento da lealdade dos indivíduos do grupo familiar/clânico para o Estado.

O individualismo é importante ainda para a expansão de uma economia de mercado que exige o estabelecimento de relações de confiança entre não parentes. No caso da China, mas também nos casos da Índia e do mundo islâmico, as instituições baseadas em território e autoridade legal centralizada tiveram que ser superpostas sobre sociedades tribais fortemente segmentadas, baseadas em linhagens agnáticas (patrilineares).

Entretanto, em nenhum destes casos os esforços “de cima para baixo” realizados com esta finalidade foram capazes de abolir as relações familísticas como base da organização social local. Nas áreas de Civilização Islâmica, ao contrário, essas relações de origem tribal foram reforçadas.

#### Desaparecimento das Redes de Relações Familísticas

Ademar Ribeiro Romeiro, no Texto para Discussão do IE-UNICAMP (TDIE) n. 312, postado em agosto de 2017, *História do crescimento econômico: as origens político-culturais da Revolução Industrial*, afirma que, no caso europeu, as redes de relações familísticas como base do jogo político desaparecem com a emergência do feudalismo. Achei contra factual essa afirmação, já que a Era das Dinastias ocorreu nos séculos XV-XVI (1400-1559), onde as dinastias familiares buscavam conquistar territórios, disputando-os inclusive entre descendentes do mesmo tronco familiar.

Este desaparecimento se deveu a ação de duas forças agindo simultaneamente.

A primeira foi a capacidade de influência sociocultural da Igreja católica que desde o final do Império Romano difunde um novo padrão de casamento distinto do padrão mediterrâneo que era fortemente patrilinear,

endógamo e com poucas oportunidades para a mulher ter propriedade ou participar da esfera pública. No novo padrão de casamento promovido pela Igreja a herança era bilateral (pelo homem e pela mulher), o casamento inter primos banido e a exogamia estimulada.

Também foram proibidas outras estratégias familísticas para manter a propriedade dentro do grupo familiar como:

1. o casamento das viúvas dentro da família,
2. o repúdio (divórcio) da mulher pelo homem,
3. a concubinação e
4. a adoção de crianças na falta de um herdeiro masculino.

A mulher tinha maiores direitos de propriedade e de participação da vida pública. É preciso ter em mente que era o indivíduo e não o grupo social que estava no centro da teologia cristã.

A segunda força em ação na destruição das relações familísticas como base da organização social foi a forma peculiar do feudalismo europeu. Peculiar no sentido de que emergiu como desesperada resposta de autodefesa em um contexto de caos imenso que exigiu encontrar formas de articulação entre grupos isolados não relacionados familiarmente: o sistema de vassalagem.

Mas os servos não colocavam sua família para trabalhar em benefício do senhor feudal? Romeiro (2017) argumenta que “o feudalismo surgiu como uma alternativa não familística de organização social. As estruturas familísticas não ofereciam uma proteção adequada na medida em que já se encontravam fortemente comprometidas pela prevalência da dualidade de descendência - patri e matrilinear, um indicativo de relações familísticas com fronteiras pouco rígidas”.

A essência do feudalismo, para ele, foi a submissão voluntária de um indivíduo a outro, baseada não em relações de parentesco, mas na troca de proteção por serviço.

Por sua vez, as instituições sociais de caráter feudal, baseadas em contrato voluntário entre suserano e vassalo, em vez de relações de parentesco, reforçam o individualismo, bem como a ampliação do entendimento sobre personalidade legal.

Desse modo, a sociedade europeia era individualista no sentido de que eram os indivíduos e não suas famílias ampliadas (seus clãs) que tomavam

importantes decisões sobre casamento, propriedade e outras questões pessoais.

Eu (Fernando Nogueira da Costa) achava que o casamento arranjado era um costume que datava já desde as primeiras tribos humanas. Era uma prática muito comum até o passado recente, sendo feita muitas vezes por motivos políticos ou financeiros dos pais. Eu tinha informações que era comum na história, inclusive europeia, ocasiões onde reis casavam seus filhos com filhas de nobres vizinhos, ou até mesmo de um inimigo, para celebrar uma aliança entres os reinos.

O casamento arranjado persiste até hoje em algumas sociedades, notadamente na Índia e em países de regiões adjacentes. Atualmente as expressões *love marriage* (casamento por amor) e *self-arranged marriage* (casamento autoarranjado), utilizadas na língua inglesa mesmo, são reconhecidas socialmente mesmo com a modernização progressiva da sociedade indiana. Ora, não houve influência colonizadora europeia nessa prática?

Romeiro (2017) diz que, antes do início da formação dos Estados nacionais e séculos antes da Reforma, do Iluminismo e da Revolução Industrial, as sociedades europeias no Ocidente já haviam se tornado muito mais individualistas do que qualquer sociedade contemporânea a elas.

As instituições de Estado foram superpostas em sociedades onde os indivíduos já gozavam de uma grande liberdade em relação às obrigações sociais familísticas. Nesse contexto, a economia capitalista emergente não teve que enfrentar, como na China e na Índia, a resistência de grandes grupos familísticos corporativamente organizados com substancial propriedade a proteger, mas, ao contrário, avançou em sociedades onde a propriedade trocava de mãos rotineiramente entre estranhos (não-parentes).

Além desta saída peculiar do tribalismo familístico, também o processo de formação dos Estados feudais europeus foi excepcional na medida em que o crescimento de seu poder e legitimidade foi inseparável da emergência do Império da Lei. Na China a lei era o que a vontade do imperador determinasse. Nos Estados feudais não. Os reis feudais nada mais eram que *primus inter pares* dentro de uma ordem social descentralizada.

Para fazer valer a autoridade e manter as comunicações em território fracionado em vilarejos e feudos isolados, um dos principais serviços que o rei podia oferecer era servir como tribunal de apelações para aqueles súditos insatisfeitos com as decisões dos tribunais senhoriais locais. As cortes reais itinerantes tinham a vantagem de serem mais imparciais na medida em que tinham menos ligações com os litigantes do que as cortes senhoriais locais.

Os próprios reis, bem como os barões senhoriais, não podiam estar acima da lei, uma lei cujo valor derivava em última instância de uma sanção religiosa. Essa provinha de uma autoridade religiosa que havia se firmado de modo independente da autoridade política ao fim de um longo conflito da investidura em torno do direito de nomeações de bispos e padres que os monarcas reivindicavam para si próprios.

O resultado desse conflito foi um compromisso sobre os respectivos e separados domínios dos poderes espiritual da Igreja e temporal do Estado. A Igreja foi capaz de criar um domínio separado e bem institucionalizado de autoridade espiritual com jurisdição universal.

Desse modo, ocorreu uma situação inusitada em que o Império da Lei se incorpora na sociedade europeia não somente antes do advento de governos democráticos e responsáveis, como também antes do próprio processo de construção do Estado moderno.

Porém, a prevalência do Império da Lei é uma condição necessária mas não suficiente para o exercício de uma governança mais democrática. É preciso que existam instituições capazes de responsabilizar os governos pelos erros cometidos na definição e condução de políticas públicas. Na Europa estas instituições surgiram a partir de antigas instituições feudais, tais como assembleias representativas, que não foram completamente destruídas pelos Estados modernos centralizados.

Também a independência institucional da autoridade religiosa estimulou o fortalecimento da organização e independência desses corpos políticos da sociedade feudal, que evoluíram no sentido de se tornarem instituições representativas de três ordens - a aristocracia feudal, a Igreja e o terceiro setor composto de todas as demais categorias, capazes de contrabalançar o poder real à frente dos estados centralizados. O terceiro setor era representado basicamente pelos habitantes das cidades, a burguesia nascente.

As cidades na Europa medieval gozavam de uma posição inédita de independência tanto diante das monarquias quanto diante da aristocracia feudal. A esses “*players*” maiores se juntam uma série de organizações. Ligadas à Igreja, porém atuando com grande independência cabe destacar duas delas:

1. os mosteiros, local específico conhecido também como mosteiro, onde viviam os monges, embora também capazes de atuar diretamente no jogo político de poder, têm seu papel mais notável como verdadeiras empresas proto-capitalistas, centros de inovações de todos os tipos, agrícolas e industriais.



2. as universidades, por sua vez, como centros autônomos de pensamento e atuando corporativamente representaram um poder cultural e político efetivo, estando na origem da emergência de uma classe de intelectuais urbanos.

Além de um impacto no ordenamento jurídico ao gerar toda uma categoria de especialistas legais que está na origem de um judiciário profissional independente que irá consolidar o “Império da Lei”, seus professores e estudantes universitários constituíram um dos principais grupos sócio-profissionais aos quais a cidade medieval deveu seu poder e fisionomia.

Por fim, Romeiro (2017) cita as corporações de ofício ou Guildas. Tendo como origem confrarias de ajuda mútua, tiveram também uma importante atuação no jogo político. Em especial, como será visto, na governança das cidades em aliança com a comunas. Para as atividades industriais e comerciais foram decisivas. Nas atividades industriais a própria forma como o trabalho foi organizado refletia uma mudança histórica de mentalidade sobre seu valor, que era depreciado em todas as civilizações. Portanto, o trabalho e os trabalhadores de todas as profissões, incluindo a de mercador, adquiriram uma dignidade própria.

Trata-se, portanto, de um quadro institucional de governança único. Assim, muito antes da consolidação do Estado moderno, na Europa medieval, Estados fragmentados em equilíbrio instável garantiram ordens sociais mais compatíveis com o florescimento dos indivíduos e de iniciativas inovadoras.

É sob deste quadro institucional, e por causa dele, conclui Romeiro (2017), que um longo período de crescimento econômico sustentado irá ocorrer sobretudo a partir do século XI até a crise do século XIV. Um processo de crescimento “schumpeteriano”, na medida que teve seu motor principal na introdução de inovações técnicas, organizacionais e institucionais.

### Revolução Comercial Pré-Capitalista

Ademar Ribeiro Romeiro, no Texto para Discussão do IE-UNICAMP (TDIE) n. 312, postado em agosto de 2017, *História do crescimento econômico: as origens político-culturais da Revolução Industrial*, conta: a Revolução Comercial, promovida pelas cidades, foi o resultado de um conjunto de inovações contábeis, financeiras e político/institucionais. As cidades portuárias italianas foram pioneiras e lideraram um processo de independência que foi se estendendo por toda Europa.

No século XII, as comunas italianas já haviam se tornado essencialmente “governos de mercadores, por mercadores e para

mercadores”. As comunas foram elas próprias uma importante inovação político/institucional na governança urbana. Em associação com as guildas, sobretudo as guildas comerciais, as comunas cidadinas criaram um mecanismo, uma instituição - o sistema de responsabilidade comunitária - que resolveu o problema do risco de trocas impessoais através de fronteiras jurisdicionais.

A expansão comercial propiciada por esse Estado peculiar, criado pelo sistema de responsabilidade comunitária, unificou comercialmente toda Europa e essa com o Oriente e o norte da África.

- O centro de gravidade do comércio girava em torno dos “quatro grandes” do centro e do norte da Itália (Veneza, Milão, Florença e Genova): do Báltico (“mediterrâneo do Norte”) provinham principalmente fibras, grãos, madeira, resinas, alcatrão, mel, cera, peles, metais preciosos e semipreciosos, lã, sal e arenque salgado.
- Do Oriente vinham principalmente matérias primas de alto valor como as especiarias, em especial a pimenta que também era um conservante, produtos medicinais e tintas de tecido, seda bruta, pedras preciosas, marfins.
- No meio da Europa a expansão do mercado levou a uma progressiva especialização de cidades e regiões, de atividades industriais e agrícolas.
- Entre as cidades não marítimas italianas a expansão comercial aprofundou a competição e a especialização: seda em Lucca, armas em Brescia, sapatos em Bolonha, tecidos baratos em Cremona, etc.
- A produção têxtil concentrou em grande medida nos países baixos e nas cidades francesas de Arras, Saint-Omer et Douai no Canal da Mancha, através do qual vinha a lã da Inglaterra, então o principal centro produtor.
- A produção de tecidos de linho, especialmente para a roupa de baixo (‘lingeries’), teve importância equivalente, estando os principais centros produtores na Suíça e no vale do Reno alemão.

A expansão da produção manufatureira estimulada pela expansão comercial pode ser caracterizada também como uma revolução produtiva, uma Revolução Pré-Industrial. A começar pela extraordinária expansão da produção energética através de moinhos hidráulicos e eólicos.

Por sua vez, as Corporações de Ofício nas cidades tiveram um papel central na organização do trabalho e no aperfeiçoamento dos métodos

produtivos. Tinham a mesma origem de suas congêneres comerciais, nas confrarias de ajuda mútua, com seus respectivos santos padroeiros, que caracterizavam a vida social em evolução nas cidades.

Na Corporação de Ofício, o trabalho era estruturado hierarquicamente, dos aprendizes até o mestre superior, mas a mobilidade era aberta ao talento e a dedicação. A corporação estabelecia os níveis de qualidade do produto e o preço justo para garantir a remuneração adequada de toda a hierarquia de artesãos. Sob esta forma de organização a qualidade artesanal dos trabalhos atingiu níveis muito elevados.

No entanto, a expansão dos mercados puxada pela Revolução Comercial irá pouco a pouco destruir esta estrutura por dentro e por fora.

- Por fora, pelo sistema de “*putting-out*”, que consistia em deslocar a produção para os vilarejos rurais fora da jurisdição das Guildas.
- Por dentro, na medida em que a superior produtividade possibilitada pela parcelização do trabalho artesanal em operações especializadas das partes em que o processo produtivo se divide.

A expansão econômica medieval termina com a grande crise do século XIV. Foi uma verdadeira catástrofe econômico-ecológica causada em grande medida pela própria expansão econômica que levou a um esgotamento da fronteira agrícola e ao desflorestamento quase que completo. As florestas tinham um papel crucial na manutenção da fertilidade dos solos agrícolas e no provimento de suplemento alimentar.

Para agravar o quadro, uma mudança do clima torna as condições climáticas bem mais difíceis para a agricultura. As quebras de safras se tornam cada vez mais frequentes atingindo as populações que já não podiam mais contar com o suplemento alimentar provido pelas florestas.

Outro fator agravante foi a volta da vulnerabilidade das populações às predações de guerras com as lutas entre os Estados nacionais que começam a se afirmar, notadamente a guerra dos cem anos entre França e Inglaterra.

Como resultado, uma população afetada pela subnutrição se torna mais vulnerável a doenças entre as quais a terrível peste bubônica.

Entretanto, essa catástrofe [ambiental-institucional] porá fim ao crescimento econômico medieval, mas não a um quadro político/cultural favorável à introdução sistemática de inovações que irá levar à Revolução Industrial no século XVIII.

O que se pode concluir, segundo Romeiro (2017), foi que a Revolução Industrial ocorreu na Europa como resultado de uma evolução político-cultural peculiar que tem início na Idade Média. Ao final do período medieval, a Europa Ocidental já tinha saltado à frente da China, que era a região mais desenvolvida em termos de desenvolvimento social.

Desenvolvimento social no sentido da “capacidade de realizar coisas”, de moldar seus ambientes físico, econômico, social e intelectual de acordo com suas próprias finalidades, medido por:

- (a) a produção per capita de energia,
- (b) o desenvolvimento urbano,
- (c) a capacidade de processamento de informação, e
- (d) a eficiência militar.

Porém, mais importante ainda que o legado medieval em termos de acumulação de capital foi seu legado sócio-político/cultural. Prevaleceu uma ordem político-social em que a formação de Estados centralizados em competição foi acompanhada de uma evolução concomitante do Império da Lei e de instituições capazes de limitar o poder dos governantes. Era uma situação excepcional que oferecia um grau sem paralelo de liberdade de iniciativa à população em geral.

Com a ascensão dos Estados nacionais centralizados muitas das organizações medievais que tiveram papel importante no dinamismo inovador desse período vão desaparecer ou perder em grande medida sua autonomia, como:

1. as corporações de ofício,
2. as cidades autônomas,
3. a própria Igreja.

No entanto, o fundamental do legado medieval irá permanecer:

1. o Império da Lei,
2. o individualismo,
3. as assembleias representativas,
4. o respeito às profissões,

5. o embrião de uma cultura do progresso.

Meu colega, Ademar Romeiro, surpreendeu-me com uma argumentação que eu nunca tinha lido: tenho de rever meus conceitos sobre a Era Medieval. A “idade das trevas” é uma periodização histórica que enfatiza as deteriorações cultural e econômica que ocorreram na Europa consequentes do declínio do Império Romano. O rótulo emprega o tradicional embate visual luz-versus-escuridão para contrastar a “escuridão” deste período com os períodos anteriores e posteriores de “luz”.

Não foi milenar. Pelo contrário, é um curto período caracterizado por uma relativa escassez de registros históricos e outros escritos, pelo menos para algumas áreas da Europa, tornando-o, assim, obscuro para os historiadores. O termo “Era das Trevas” deriva do Latim *saeculum obscurum*, originalmente aplicado por Caesar Baronius, em 1602, a uma época tumultuada entre os séculos V e IX. Depois desses quatro séculos, se fez a luz...

Coda: Ordens Sociais Familísticas e Ordens Sociais Estatais

*Coda* é um fragmento musical que se acrescenta ao fim de uma peça em que há repetições. Refere-se também ao final de um balé clássico. Eu tive ainda um coda, na minha aprendizagem, quando li o Texto para Discussão do IE-UNICAMP (TDIE) n. 312, postado em agosto de 2017, *História do crescimento econômico: as origens político-culturais da Revolução Industrial*, de autoria do meu colega e velho amigo Ademar Ribeiro Romeiro.

De acordo com a *antropologia evolucionária* existem quatro estágios de organização sócio-política:

1. bandos,
2. tribos,
3. pequenos reinados e
4. Estados.

Nos casos dos bandos e das tribos, a organização social é baseada em afinidades familiares - familísticas -, em geral sanguíneas, mas não exclusivamente. São sociedades relativamente igualitárias.

Pequenos reinados e Estados, ao contrário, são organizados hierarquicamente, sendo que a autoridade é exercida em um território e não

com base em relações familísticas, embora estas possam permanecer como base para atividades e organizações sociais variadas.

Esses dois últimos são Estados naturais ou ordens sociais de acesso limitado, os quais constituiriam o resultado social default quando se passa de uma organização tribal para uma organização estatal. É uma situação que tende a predominar na medida em que resulta do alinhamento de interesses de indivíduos poderosos e dominantes para forjar uma coalisão hegemônica, capaz de controlar a violência, monopolizando seu uso. Como consequência, torna-se possível a interação social em uma escala mais ampla.

Em relação às ordens sociais baseadas em afinidades familiares, a tendência observada foi de evolução do estágio de bandos para o estágio de tribo.

A humanidade viveu sob essas ordens sociais durante a maior parte de sua história. Como e porque ocorreu esta evolução dos bandos para as tribos?

Uma premissa lógica é a de que a organização tribal apresenta uma vantagem indiscutível em relação à organização em bandos. Nesse sentido, quando por algum mecanismo surge a primeira tribo, as vantagens deste tipo de organização social ficam tão evidentes que os demais bandos circundantes ou seguem pelo mesmo caminho pelo efeito demonstração ou acabam derrotados e/ou assimilados pelas tribos.

Este processo evolutivo é análogo àquele da evolução biológica darwiniana, baseada nos princípios da variação e da seleção: os organismos sofrem mutações genéticas aleatórias e aqueles que ganham maior capacidade de adaptação sobrevivem e se multiplicam.

O mesmo ocorreria com o desenvolvimento das instituições políticas: as variações com maior capacidade de adaptação ao meio ambiente físico e social sobrevivem e proliferam.

No entanto, há diferenças importantes entre os dois tipos de evolução, biológica e política: diferentemente dos genes, as instituições humanas resultam de escolhas e projetos deliberados e são transmitidas culturalmente ao longo do tempo. A elas são conferidos valores intrínsecos através de uma gama de mecanismos sociais e psicológicos que as tornam mais difíceis de mudar.

É por essa razão que as forças reacionárias não resultam apenas de:

1. os interesses velados daqueles que usufruem uma posição privilegiada em uma dada ordem política, mas também de

2. os interesses de todos aqueles que vêm um valor intrínseco nas instituições e costumes que lhe dão coesão e estabilidade.

A religião é uma fonte de coesão social que permite estender e dar maior segurança ao que seria uma tendência natural de cooperação entre os seres humanos. Sem esta ideologia, a ação coletiva começa a se quebrar na medida em que o tamanho do grupo em cooperação se amplia, ficando mais difícil o monitoramento da contribuição individual de cada membro e, desse modo, abrindo espaço para comportamentos oportunistas.

A religião resolve o problema da ação coletiva, reforçando os ganhos da cooperação pelas punições e recompensas que promete, bem como pelo valor intrínseco que atribui a determinado conjunto de normas. A tendência humana em investir em modelos mentais e teorias com valores intrínsecos promove, portanto, a estabilidade social e permite às sociedades aumentarem enormemente seu tamanho.

Por sua vez, o conservadorismo inerente a sistemas estáveis torna as sociedades resistentes ao desafio às suas ideias dominantes. A capacidade de resistir, inerente a sistemas sociais que perduram no tempo, pode se tornar fonte de decadência política ao impedir as necessárias mudanças de instituições ou normas que se tornam disfuncionais quando muda o conjunto de circunstâncias que lhes deram origem.

As formas de religião baseadas na crença na realidade dos ancestrais mortos atam os indivíduos de uma ordem social tribal em uma escala muito maior do que seria possível em uma ordem social de bando. Mesmo os mais distantes parentes sentem que têm alguma conexão e deveres entre si, sentimento este que é reforçado por rituais variados que se aplicam à comunidade como um todo. O papel de cada indivíduo na tribo é definido pela sociedade que o circunda.

Embora não haja um Estado para tyrannizar as pessoas, existe o que se chamou de “tyrannia dos primos”: o mundo social de cada pessoa é de tal modo limitado pelos círculos de parentes em torno dela, que não há liberdade de escolha individual sobre quando e com quem casar, como rezar, como vestir-se, etc. O risco de comportamento oportunista se encontra desse modo severamente limitado.

A passagem da forma de organização em bando para aquela em tribo como forma dominante de organização social se tornou possível com o desenvolvimento da agricultura (e pecuária), que permitiu um aumento da densidade populacional por Km<sup>2</sup>. Maiores densidades populacionais, por sua vez, tornam necessárias organizações sociais de maior escala.

No entanto, é preciso considerar que a produtividade do trabalho nas sociedades caçadoras-coletoras em condições de abundância de recursos era muito superior àquela das sociedades baseadas na agricultura. Como numerosos estudos antropológicos têm mostrado, os bandos de caçadores-coletores se moviam constantemente entre os locais mais favoráveis em termos da abundância de recursos. Uma vez esgotados os recursos abundantes e fáceis de caçar/coletar, o bando se movia para outra localidade.

Nesse sentido, a opção pela agropecuária como forma predominante de produção de alimentos somente faria sentido se por alguma razão a abundância de alimentos deixasse de existir; teria sido, portanto, uma opção de sobrevivência frente à escassez crescente de recursos disponíveis para caça/coleta.

Jared Diamond (1997) aponta como causas possíveis dessa escassez a extinção de grandes animais em muitas regiões pela mudança climática e pela própria expansão dos grupos de caçadores, com cada vez melhores tecnologias de caça/coleta e de estocagem de produtos.

Em relação à passagem da organização em bandos para a organização em tribos, a busca por maior segurança foi provavelmente o vetor primário de mudança. Uma sociedade tribal é muito mais poderosa que uma sociedade organizada em bando. Desse modo, assim que algum líder conseguiu juntar vários bandos formando uma tribo em torno da crença em ancestrais comuns, a enorme vantagem militar que passou a ter estimulou a imitação por parte de outros grupos, resultando no predomínio da organização tribal por milhares de anos.

Maior poder militar que passou a ser usado para proteger e/ou roubar uma produção de excedente muito superior ao que produziam as sociedades não agrícolas organizadas em bandos.

O vetor da guerra provavelmente foi também, na maioria dos casos, a variável independente na passagem das formas de organização tribais para formas de organizações sociais estatais. Do mesmo modo que as vantagens militares da tribo dão origem a um processo de formação de tribos por parte dos bandos que se sentem ameaçados, as vantagens militares do Estado dão origem a um processo de formação de Estados por parte das tribos. Historicamente há muitos exemplos deste processo, mas não se sabe quando, onde e como ocorreu a formação de um Estado original.

É muito pouco provável que o primeiro Estado tenha sido o resultado de um acordo voluntário, como implícito nos teóricos do contrato social (Hobbes, Locke e Rousseau), pois isto implicaria supor que em uma dada tribo seus membros tivessem em certo momento decidido voluntariamente conceder de



modo permanente poderes ditatoriais a um indivíduo, e seus descendentes, para reinar sobre eles. Um cenário mais provável para a origem do primeiro Estado é aquele em que confluem vários fatores:

- a) a existência de recursos suficientemente abundantes para permitir a criação de um excedente;
- b) a escala absoluta da sociedade tem que ser suficientemente grande para permitir a ocorrência de uma divisão rudimentar do trabalho e a emergência de uma elite dominante;
- c) a população tem que estar limitada a um espaço geográfico que induza à maior densidade quando os avanços tecnológicos permitem e evite a fuga das pessoas quando a coação para extração de excedentes começa a ser exercida;
- d) os grupos tribais têm que ser motivados a desistir da sua liberdade em favor de autoridades de um Estado: pela ameaça de extinção por outros grupos melhor organizados ou pela liderança carismática de algum líder religioso.

Por sua vez, o surgimento de ordens sociais estatais propiciadas pelo desenvolvimento da agricultura abriu a possibilidade de acumulação de capital, ou seja, de crescimento econômico.

Entretanto, o aparecimento de sociedades organizadas sob a forma de Estados não implica forçosamente o desaparecimento das instituições tribais. Pode ocorrer que instituições de Estado sejam meramente sobrepostas como uma camada sobre as instituições tribais e, durante um longo período, um equilíbrio precário entre as duas se estabelece, limitando a ampliação das transações econômicas, do mercado.

A única parte do mundo onde o tribalismo foi plenamente superado por formas de relacionamento social mais voluntárias e individualistas foi a Europa, onde o Cristianismo teve um papel decisivo no enfraquecimento da organização familística como base da coesão social.

No resto do mundo, estruturas familísticas complexas, que incluem indivíduos não relacionados por sangue (clientelísticas), permanecem até os dias de hoje como o locus primário da vida social e influenciam fortemente a interação de grupos com as instituições políticas modernas.

É o caso do peemedebismo no Brasil! O toma-lá-dá-cá congressual é tribal! Os nativos tupiniquins ainda vivem em uma tribo! Ou em uma Aldeia Global!

## A Grande Transformação: As Origens Políticas e Econômicas do Nosso Tempo

A *Grande Transformação*, de Karl Polanyi (1886-1964): *Questões de Interpretação*, em sua edição portuguesa (Lisboa, Edições 70), tem Prefácio escrito por Joseph Stiglitz, Introdução de Fred Block e Ensaios Introdutórios com coautoria de Diogo Ramada Curto, Nuno Domingos, Miguel Bandeira Jerónimo. Por serem muito instrutivos, vou resumi-los em uma série de posts-resenhas.

Karl Polanyi nasceu em Viena, em 1886, no seio de uma família judaica. O seu pai foi um engenheiro e empresário húngaro ligado aos caminhos de ferro. A sua mãe, também de origem russa, desempenhou papel de relevo nos círculos intelectuais e políticos de Budapeste. Quem com ele conviveu atribuiu diretamente à figura materna - irmã de um rabino que rompeu com as suas origens judaicas para descobrir o credo cristão - a influência decisiva na formação de uma atitude radical, qualquer que seja o sentido atribuído a tal expressão.

Fez a sua educação em Budapeste, tendo aí obtido a licenciatura em Direito, em 1909, e começado a exercer advocacia em 1912. Enquanto estudante universitário, foi eleito primeiro presidente do chamado Círculo Galileu, em 1908, tendo colaborado no respetivo jornal até à sua supressão. Em 1914, participou na criação do Partido Radical Húngaro. Entrou nas campanhas da Rússia como oficial de cavalaria do exército austro-húngaro.

Em 1919, instalou-se em Viena. Na Hungria de 1919, segundo o próprio Polanyi, vivera-se uma espécie de intervalo de nove meses revolucionários, divididos entre uma revolução democrática e outra comunista. Mas nesse mesmo ano a nobreza feudal magiar acabou por retomar o controle político, vindo assim a recuperar, sempre segundo Polanyi, antigos privilégios políticos e administrativos e, em conjunto com as elites judaicas, os antigos monopólios financeiros e económicos.

Entre 1924 e 1933, foi editor da secção de relações internacionais do jornal vienense *Der Österreichische Volkswirt* (O Economista Austríaco), um semanário com preocupações económicas e financeiras, com o qual continuou a colaborar até 1938.

Emigrou para Inglaterra em 1933, devido ao crescente impacto do nazismo e também porque o referido periódico lhe deixou de poder pagar. Envolveu-se, então, no denominado «Christian Left Group» e deu algumas lições nos programas para a educação de adultos das universidades de Oxford e de Londres.

Em 1935, realizou uma série de conferências nos Estados Unidos, país onde entre 1940 e 1943 foi pesquisador visitante no Bennington College de Vermont, onde a sua mulher ensinou Matemática. Regressado a Londres, envolveu-se com associações de imigrantes húngaros.

Em 1947, aceitou um cargo como professor visitante na Universidade de Columbia. Contudo, nos alvares da Guerra Fria e em pleno período de «caça às bruxas» nos Estados Unidos, a sua mulher viu ser-lhe negado um visto de entrada nos Estados Unidos, devido à relação que tivera com o Partido Comunista Húngaro.

Por isso, o casal fixou residência em Toronto e Karl Polanyi passou a deslocar-se a Nova Iorque, como responsável por um projeto interdisciplinar relativo aos aspetos económicos e institucionais do crescimento. Em 1963, visitou de novo a Hungria, que deixara em 1919, para proferir uma série de conferências na Academia das Ciências. Morreu no Canadá, em Pickering, Ontário, em 23 de abril de 1964.

Em 1944, Polanyi publicou *The Great Transformation: the political and economic origins of our time* (A Grande Transformação: as Origens Políticas e Económicas do Nosso Tempo). Nesse livro, analisou a estrutura do capitalismo ao longo do século XIX a partir de uma tese inovadora, de cariz marcadamente institucional e político: a Inglaterra não tinha sido transformada apenas pela máquina a vapor, nem sequer pelas anteriores expansões do comércio mundial e revolução agrícola. Não fora a industrialização per se que desencadeara os processos de conflito e de desorganização social que marcaram o longo século XIX.

A miríade de motins, revoltas, movimentos genéricos de protesto, revoluções sociais e ciclos intensos e recorrentes de violência a estes associados que caracterizaram as Eras da Revolução, do Capital e do Império, resultaram também da emergência de um conjunto de propostas intelectuais - de Ricardo a James Mill, passando por Marx -, progressivamente desenvolvidas no interior de instituições sociais várias, que postularam a prevalência do mercado enquanto forma histórica primordial de organização da sociedade.

A *Grande Transformação* consistiu sim, essencialmente, na extensão do sistema de mercados a todas as esferas da vida humana, cuja lei da oferta e da procura passou a determinar autonomamente a afetação e a remuneração de fatores de produção como a terra (a natureza) - e o trabalho (ou seja, a própria utilização da vida humana).

Assim, a principal preocupação de Polanyi foi a de demonstrar:

- como se formaram historicamente, primeiro, os mercados nacionais e internacionais e, nesta sequência,
- como se passou de uma configuração caracterizada por trocas livres para uma outra, marcada por um intenso controle político e social, em reação à grande crise de 1929.

Este controle foi assumido, sob diferentes formas, por:

1. o incipiente Estado-providência,
2. o comunismo e
3. o próprio fascismo.

Da mesma forma que o capitalismo, com os seus mercados autorregulados e a lógica de uma economia orientada para a satisfação em bens materiais, levava à desagregação da vida em comunidade, criando a denominada «Grande Transformação», sentiu-se mais tarde, devido às consequências nocivas da sua operação autônoma sobre a vida de grandes massas humanas, a necessidade de regular e controlar esses mesmos mercados.

Recolhendo os ensinamentos da Antropologia e da História acerca de economias primitivas ou arcaicas, Polanyi assestou a sua mira na alternância histórica entre:

1. o controle social da economia e
2. o controle dos mercados sobre a sociedade.

Na sua formulação mais emblemática, considerou que nas sociedades pré-capitalistas a produção e distribuição de bens estavam socialmente incrustadas ou, talvez melhor, encastradas (embedded) em instituições sociais não mercantis, as quais geravam processos económicos de natureza não mercantil, e regulavam os próprios mercados. Podia-se dizer-se que a economia era um resultado derivado das relações de parentesco, políticas ou religiosas.

A Grande Transformação teria consistido:

1. na libertação dos mercados do controle das instituições sociais e, ao invés,

2. na determinação da economia, das próprias instituições sociais e, tendencialmente, de todos os aspetos da vida social e humana pelos padrões da troca mercantil.

Os regimes totalitários, de cariz comunista ou fascista, instalados desde o início do século XX representariam o ricochete violento das massas humanas contra a desumanização da sociedade pela lógica mercantil.

Para compreender melhor o argumento de Polanyi, vale a pena recordar que, no mesmo ano em que foi publicada *A Grande Transformação*, Friedrich von Hayek editou o seu livro clássico, intitulado *Road to Serfdom* (Caminho para a Servidão). Ora, nesta obra considerava-se que o abandono de um sistema de mercado autorregulado implicaria a destruição da democracia política e da liberdade individual, a ponto de se poder considerar que a Alemanha de Hitler fora essencialmente o resultado de um processo em que o Estado procurara regular a economia.

Na sua defesa radical do liberalismo e da lógica dos mercados autorregulados, Hayek seguia uma sequência causal que encadeava a Grande Guerra com a Grande Depressão, a que se teria seguido de novo a Segunda Guerra Mundial. Identificando, tal como Polanyi, a emergência dos totalitarismos como uma reação contra a liberdade dos mercados - daí inferia que, reciprocamente, a regulação dos mercados, mesmo em regimes políticos democráticos, constituiria o caminho para a servidão.

Polanyi, contudo, ia mais fundo na sua visão histórica e antropológica, procurando em um período anterior à Grande Transformação - que conduziria à formação de uma economia de mercado, capitalista e autônoma, e às suas respostas autoritárias e necessariamente reguladoras - modelos de sociedade capazes de proporcionar uma reincrustação social do *homo oeconomicus* inventado pelo liberalismo.

Se o século XIX conduziria a uma separação das esferas institucionais da economia e da política, e inclusive ao domínio desta por aquela, a Grande Guerra teria marcado o seu fim - «o colapso da civilização de oitocentos», nas palavras de Polanyi.

No sentido mais literal de *A Grande Transformação*, as respostas suscitadas após 1914 pelos efeitos sociais de uma economia de mercado não regulada, ou seja, o socialismo ou o fascismo (ambos com os seus pesados planos de desenvolvimento controlados pelo Estado e com as suas ligações a um cenário mundial de corrida às armas) não poderiam servir de modelo para o pós-Guerra - mas, contrariamente às ideias defendidas por Hayek, tampouco o poderiam os regimes políticos e económicos liberais que haviam contribuído decisivamente para criar a base social dos totalitarismos.

A alternativa estaria, isso sim, em uma espécie de «‘liberalismo incrustado’, isto é, em governos capazes de jogar um papel musculado na mediação entre economias nacionais e internacionais». Restava às sociedades democráticas o ensaio de novas formas de incrustamento social da economia,

1. pela regulação dos mercados e
2. pela criação de novos padrões de redistribuição.

Cabia às Ciências Sociais o estudo substantivo e a elaboração de propostas para tais alternativas, que no plano teórico deveriam elas próprias ser alternativas à teoria econômica formal de matriz neoclássica.

Compreender o percurso e a carreira intelectual de Karl Polanyi, o sentido da sua obra à luz de um trabalho de reconstituição das intenções do seu autor, e procurar perceber os usos a que essa mesma obra tem estado sujeita constituem as principais tarefas de que Diogo Ramada Curto, Nuno Domingos, Miguel Bandeira Jerónimo se ocupam, nos limites de um estudo introdutório à sua obra mais importante, intitulada *A Grande Transformação*.

#### Três Aspectos Essenciais da Obra *A Grande Transformação*

Diogo Ramada Curto, Nuno Domingos, Miguel Bandeira Jerónimo, na Introdução ao livro “*A Grande Transformação*” de Karl Polanyi, se centram em três aspectos essenciais da obra.

Primeiro, há que considerar o sentido de um processo caracterizado pela extensão das relações de mercado: à medida que estas se foram tornando mais densas e difusas, as relações próprias da vida em comunidade e em família foram sendo subordinadas à lógica do mercado, passando a economia de mercado a assumir uma vida própria, governada pelas leis propostas pelos economistas clássicos e por Marx.

De modo mais concreto, o mesmo processo de transformação traduziu-se em:

1. uma rejeição do sistema de beneficência e ajuda aos pobres, e
2. na sua substituição por um mercado capaz de atribuir um preço ao trabalho, forçando homens e mulheres a viver de uma remuneração, por mais miserável que fosse.

O resultado é que a acumulação capitalista se passou a processar a uma escala até então inédita, que só teve paralelo nos processos de expropriação,

deslocação forçada, desemprego e na destruição das relações e instituições sociais em que estavam anteriormente incrustadas:

1. as atividades econômicas,
2. o estatuto social,
3. o orgulho no ofício e
4. a própria expressão cultural do trabalho.

Um dos aspetos mais salientes de A Grande Transformação é a descrição, a partir do caso inglês, do processo violento de construção do Estado nacional, que ocorreu em articulação e interdependência com a constituição de um mercado interno. O Estado enquadrando o movimento de mercantilização da terra, do trabalho e do capital, procurando gerir os seus excessos e os conflitos daí resultantes.

O grau da intervenção estatal dependia do carácter dos regimes políticos no poder e sobretudo, como Barrington Moore Jr. procurou enunciar em *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*, dos equilíbrios entre forças sociais, do estado das suas lutas pela imposição de uma visão do mundo e das relações sociais e económicas, traduzidos em influência no aparelho estatal.

O Estado moderno, concentrando o poder coercivo, impondo uma disciplina fiscal, criando um quadro para a atividade económica, por exemplo, legitimando os direitos de propriedade, promoveu a transformação das lógicas de organização social.

A criação de uma escala de relações em nível nacional, sustentada na troca económica mas também em inúmeros outros instrumentos de integração nacional, como o sistema escolar e o aparelho administrativo, atentou contra formas de organização precedentes, o que originou reações «em defesa da sociedade».

Polanyi explicou como estas reações fomentaram alianças improváveis entre classes. O movimento ludita dos camponeses destruidores de máquinas, por exemplo, associou-se, na luta contra o emergente capitalismo agrícola, aos interesses da grande propriedade agrícola e dos senhores das terras que governavam pelo direito concedido pelo sangue.

Estas associações de interesses, mais do que exprimir uma intencionalidade política, revelavam acordos ocasionais para proteger modelos de sociedade ameaçados. A «defesa da sociedade» podia assumir matizes variados, politicamente diversos, resultantes de alianças contextuais.

O Estado, neste mesmo sentido, era simultaneamente agente da transformação e desregulamentação social, em articulação com os mercados, como fator criador de novas formas de proteção. Nesta segunda função, é importante considerar que a ação estatal, produzindo um interesse próprio, respondia a um conjunto de interdependências e pressões, assumindo-se a estabilidade da atividade econômica como uma característica fundamental das suas políticas.

O movimento duplo que Polanyi descreve, ainda que denotando claros traços funcionalistas e menosprezando as continuidades e as recomposições históricas (a persistência do Antigo Regime), tem-se revelado particularmente relevante no interior das tentativas de compreensão das sociedades contemporâneas. Tem sido igualmente uma das razões que tem justificado algumas das críticas mais bem fundadas ao seu pensamento e ao seu legado, nomeadamente a caracterização do seu pensamento como um dos fundadores das Teorias da Modernização.

As interpretações de A Grande Transformação também têm sido criticadas pela relativa desconsideração da importância de fatores como a estrutura e a dinâmica conflitiva das classes sociais na emergência de uma economia de mercado no século XIX, para não falar de «imprecisões empíricas e fragilidades teóricas», como escreve Sandra Halperin.

Segundo aspecto no qual Polanyi insiste, e que o diferencia decisivamente do socialismo marxista: o da rejeição de qualquer tipo de determinismo econômico, perspectiva que permite pensar que, mais do que a relação da economia de mercado incrustada nas instituições, aquilo que estava em causa era a relação da economia com a sociedade. Ora, é neste mesmo ponto que se baseia o ponto de vista ético e político do autor, ou seja, a sua luta contra uma noção da economia desincrustada da sociedade. E é também aqui que se insere a sua oposição ao nazismo, o que nos conduz ao terceiro aspecto a ter em conta: o chamado «movimento duplo».

Para Polanyi, uma concepção liberal do sistema de mercado, parte integrante da Grande Transformação, dera lugar, pelo menos desde a Primeira Guerra Mundial, a uma reação, a uma espécie de contra movimento, de proteção legislativa relativa à saúde, condições laborais nas fábricas, seguros, direitos sindicais, serviços públicos e municipais.

De facto, a depressão que decorre entre 1873 e 1886 precipitara uma deflação de preços e lucros, bem como a deslocação forçada de milhões de pessoas por toda a Europa rural. O comércio livre passou a ser uma questão do passado.



A expansão da economia de mercado correspondeu ao «movimento duplo», de expansão do comércio acompanhada por instituições protecionistas.

Por sua vez, a competição internacional e as rivalidades imperialistas conduziram à guerra iniciada em 1914. Desta mesma guerra, a Europa saiu empobrecida, carregada de dívidas, dividida com a criação de pequenos Estados saídos do Império Habsburgo, atravessada por guerras civis e fomes na Rússia pós-1917.

Na perspectiva de Polanyi, a Grande Depressão de 1931 fora o ato final de uma série de crises econômicas e financeiras e o resultado do fracasso dos programas de estabilização impostos pelos Estados vencedores. O fascismo e o nazismo acabaram por florescer nestas mesmas condições.

Mas como poderia ser pensada a Europa do pós-Segunda Guerra Mundial? Um sistema de instituições internacionais e de Estados nacionais tinha inevitavelmente de pôr a economia de mercado ao serviço dos objetivos sociais dos Estados nacionais, proporcionando emprego para todos, impostos progressivos e a criação de um Estado social. Esta política de enquadramento beneficiou durante várias décadas as economias nacionais dos países ocidentais, estimulando os mercados internos e protegendo o capital local no quadro do comércio internacional.

Este tipo de defesa da sociedade permitiu ainda a estabilidade social fundamental para o desenvolvimento das atividades econômicas. A entrada de vastas camadas de trabalhadores em uma sociedade de consumo e o seu acesso a bens e serviços proporcionados pelo Estado alterou a configuração das lutas sociais, à medida que se transformavam as subjetividades e as aspirações dos grupos que compunham estas sociedades.

#### Projeto Social e Político de *A Grande Transformação*

Não é simples, segundo Diogo Ramada Curto, Nuno Domingos, Miguel Bandeira Jerónimo, na Introdução ao livro “*A Grande Transformação*”, encontrar um projeto social e político definido na concepção o autor. A luta de Polanyi contra uma noção da economia desincrustada da sociedade não assume uma forma visível, suscitando diversas questões.

No contexto atual, o seu pensamento surge sobretudo como meio de legitimar a ação reguladora do Estado na economia enquanto via de defesa da sociedade à escala nacional contra os processos de globalização, de mercantilização e desregulação laboral e fiscal.

O legado de Polanyi é muitas vezes lido lado a lado com uma tradição econômica que, em termos genéricos, podemos vincular ao trabalho de Keynes. A ideia geral de defesa da sociedade, que encontrou no Estado uma poderosa ferramenta de intervenção, exprimia a necessidade de uma estabilidade social propícia ao desenrolar das atividades produtivas. A manutenção da estabilidade social assentou, neste quadro, na manutenção de um contrato social.

Os trinta anos gloriosos do pós-guerra constituíram-se como o período em que a economia ocidental se desenvolveu em articulação com o incremento desse contrato social. Os programas estatais de crescimento econômico sustentaram (e foram sustentados por) Teorias da Modernização. O acesso à saúde e à educação e o estabelecimento de sistemas de proteção social firmaram-se como marcas fundamentais deste contrato social. O aumento do consumo interno e do poder de compra das populações nacionais gerou fenômenos sociais únicos, como a consolidação de uma indústria cultural massificada assente no aumento do consumo.

A teoria keynesiana tornou-se no mais citado modelo de resposta aos excessos da liberalização econômica a partir de um pensamento técnico sobre o papel do Estado. A experiência histórica do pós-guerra inspira hoje parte da crítica à globalização neoliberal em curso desde a década de oitenta.

A herança do pensamento de Polanyi induz movimentos contrários ao processo de unificação do mercado mundial, sob batuta das grandes instituições financeiras e de uma classe dominante que se constitui à escala global e à qual Polanyi se refere diversas vezes em *A Grande Transformação*.

A resposta programada à ofensiva liberal tomava então o Estado enquanto instrumento técnico. Esta situação revelava que a defesa da sociedade exigia um domínio preciso dos mecanismos econômicos.

A constituição de um modelo resistente à ideia de mercado autorregulado dependia das próprias conquistas da teoria econômica, na sequência da formação de um campo de atividade científico relativamente autônomo que procurava responder eficazmente a um conjunto predefinido de problemas. Esta alternativa programada não deixava de pensar a organização social a partir dos termos definidos pelo próprio campo econômico, procurando nomeadamente a melhor forma de manter o funcionamento dos mercados e alcançar determinados níveis de produtividade nacional. Ao Estado cabia conter crises cíclicas e as consequências humanas a elas associadas.

O vínculo do pensamento de Polanyi à lógica da teoria econômica reduzirá o alcance do seu trabalho e das questões que este suscita. As suas

investigações históricas, na senda de trabalhos clássicos em Antropologia, confirmavam a fragilidade de abstrações como o mercado livre ou o *Homo economicus*, produtos sociais e políticos do seu tempo, transformados em ideologias.

Estas investigações procuravam, no entanto, ir mais longe. Polanyi nunca deixou de tentar compreender a possibilidade de constituição de uma economia ao serviço de um outro tipo de contrato social, para lá de uma ideia de *Homo economicus* que a intervenção estabilizadora do Estado não conseguia necessariamente ultrapassar. Estas «outras economias», encontradas na história de povos e civilizações, ajudavam a pensar essa possibilidade.

O mesmo sucedia, aliás, com o elogio ao cooperativismo comunitarista de Robert Owen e à ideia de uma organização social comunitária assentada na educação e na cooperação entre classes e contrária às lógicas de conflito promovidos por movimentos, como os marxistas, que partiam da contradição econômica entre sujeitos para defender lutas sociais abrangentes. O *Homo reciprocans* no interior de uma economia da dádiva, explorada, entre outros, por Lewis Hyde, Marcel Mauss, Marshall Sahlins, Maurice Godelier e Karl Polanyi, constituiria o substituto natural do *Homo economicus*.

A crítica de Polanyi à economia de mercado relevava um desejo de regresso a uma comunidade idealizada, que a industrialização teria destruído. Este anseio assinalava uma nostalgia por um certo espaço autárquico, autossuficiente, assentado no trabalho comunitário e na família, o que em grande medida configurava uma espécie de conservadorismo social, que apenas na superfície se constitui em uma crítica social radical.

O perigo da romantização dos status quo ante que resulta de interpretações históricas redutoras e em grande medida insensíveis à iniquidade dessas estruturas sociais. Estas estavam mais dominadas pelo olhar seletivo das descrições literárias e sociológicas das intoleráveis condições de existência e sobrevivência no novo mundo industrial tais como a de *Condition of the Working Classes in England*, de Engels, originalmente publicado em 1845, e a de *Hard Times* de Dickens, de 1854, do que pelo estudo apurado das complexas dinâmicas da mudança sócio histórica.

Para Polanyi, o mundo comunitário fora em grande medida destruído pelas forças dos mercados, mas também pela constituição de um Estado nacional. Lugar da concentração da violência e agente da desestruturação de autonomias sociopolíticas e econômicas de pequena escala, foi o Estado que organizou a uniformização e formatação de inúmeros aspetos da vida

quotidiana, desde as relações de trabalho à definição da cidadania e das fronteiras nacionais.

Contra este processo levantaram-se diversos setores da sociedade, representando diferentes interesses, projetos e visões do mundo. A «defesa da sociedade» é incompreensível sem a interpretação da lógica e dos interesses dos grupos que a defendem. Mas o Estado tornou-se também no agente de novas formas de defesa da sociedade, onde se concentraram meios de proteção, dotados de uma intenção universalista, embora dentro das fronteiras nacionais e quase sempre por exclusão de quem se encontra do lado de fora.

A reclamação crítica da intervenção reguladora do Estado nacional colocava no nível da técnica econômica a solução para os ataques da mercantilização da sociedade contemporânea. Esta solução, no entanto, não responde a todos os problemas colocados por Polanyi no que respeita à organização social, que em grande medida pareciam levantar questões que excediam a capacidade de resposta do próprio campo econômico enquanto espaço de resolução de problemas.

A dependência do Estado face à produtividade nacional coloca hoje em risco direitos e autonomias, sempre precários, que o próprio Estado ajudou a efetivar e que parecem ser descartáveis para uma sociedade pensada quase estritamente a partir dos valores da produtividade. A instrumentalização da ciência ao serviço dos desígnios do tecido produtivo, em nome de um nacionalismo econômico, é apenas mais uma das dimensões desta contradição.

## 50 pensadores que formaram o mundo moderno

Stephen Trombley escreveu uma minieniclopédia científica, denominada “*50 pensadores que formaram o mundo moderno: perfis de cinquenta filósofos, cientistas, teóricos políticos e sociais e líderes espirituais marcantes cujas ideias definiram a época em que vivemos*” (tradução de Breno Barreto. Rio de Janeiro: LeYa, 2014). É um título (junto com subtítulo) tão longo como os dos livros do Séculos XVIII e XIX, quando ler ainda era o passatempo preferido da elite intelectual, dada a falta de outros entretenimentos: rádio, TV, cinema, internet, etc.

A *Era do Iluminismo* foi também a *Era das Revoluções*. As guerras civis inglesas (1642-51) fizeram confrontar parlamentaristas e monarquistas. A Revolução Americana (1775-83) viu colonos do Novo Mundo rebelarem-se contra o domínio do monarca inglês, inspirados nas ideias do filósofo inglês

John Locke e do filósofo francês Jean-Jacques Rousseau (1712-78) a respeito do contrato social; esta foi a criação dos Estados Unidos da América.

A Revolução Francesa foi estimulada por ideias políticas iluministas a respeito dos direitos dos cidadãos. O rei Luís XVI (1754-93) foi executado, e hoje a França é uma república democrática, embora tenha havido muitas idas e vindas pelo caminho.

A execução de reis (a Inglaterra executou Carlos I em 1649) foi o último prego no caixão do poder por direito divino. Em 1848, o mundo já tinha adentrado de vez a Era do Homem, mas as primeiras rachaduras na nova organização social pós-Iluminismo começaram a aparecer. Uma nova ciência levou a novas tecnologias e à Revolução Industrial. Máquinas passaram a multiplicar mecanicamente a quantidade de bens antes produzidos à mão. Trabalhadores deixaram seu estilo de vida agrário (assim como o mercado agrícola) e incharam as cidades, onde “estavam as fábricas.

Como consequência, tiveram de enfrentar superlotação, doenças e crimes - tudo isso estimulado pela pobreza de operários com longas jornadas de trabalho e baixos salários. Eles sofriam um novo tipo de cansaço, novas lesões e novos insultos à sua autoestima. Enquanto isso, proprietários de manufaturas - os capitalistas - enriqueciam cada vez mais. A diferença entre a renda dos industrialistas ricos e a dos trabalhadores, pobres e explorados, tornou o conflito inevitável.

Daí, Karl Marx, em *Teses sobre Feuerbach* (1845) diz:

“A doutrina materialista, que supõe que os homens são produtos das circunstâncias e da educação - e que, portanto, homens transformados são produtos de circunstâncias transformadas e educação transformada -, esquece-se de que são justamente os homens que transformam as circunstâncias e de que o próprio educador precisa ser educado. Deste modo, essa doutrina acaba, necessariamente, por dividir a sociedade em duas partes, uma das quais é posta acima da sociedade. A coincidência da mudança de circunstâncias com a atividade humana ou mudança de si próprio só pode ser considerada e racionalmente compreendida como prática revolucionária”.

Para a Europa, 1848 foi um ano de revoluções, com revoltas na França, nos Estados da Itália e Alemanha (que ainda não haviam sido unificados), Hungria e Irlanda. Um dos resultados da Filosofia Iluminista, que trouxe ciência, tecnologia, política e jurisprudência, foi uma nova classe de proprietários baseada no capital, uma classe média de dirigentes e uma classe operária de trabalhadores explorados. A filosofia deu uma resposta. O socialismo de Karl Marx (1818-83) e Friedrich Engels (1820-95) foi uma

contestação direta à miséria que acompanhava o capitalismo e a acumulação de riqueza por parte de poucos em detrimento de muitos.

Stephen Trombley, em “50 Pensadores que formaram o mundo moderno”, afirma que “a filosofia moderna poderia ser descrita mais precisamente como uma série de notas de rodapé referentes à obra de Immanuel Kant (1724-1804). Platão levantou as grandes questões da filosofia - e Aristóteles (384-322 a.C.) criou o primeiro sistema filosófico -, mas Kant é o primeiro grande criador de um sistema do período moderno, levando em consideração o impacto da Revolução Científica e do Iluminismo. ”

Para Kant, filosofia diz respeito ao homem tendo atingido a *Era da Maturidade Intelectual*, quando o universo pode ser explicado por meio do pensamento, e não mais do *desvelamento*. Ler o filósofo escocês David Hume (1711-76) levou Kant à sua obra-prima: sua *Crítica da Razão Pura* (1781, substancialmente revisada em 1787). Inspirado no pensamento iluminista a respeito da liberdade - e experimentando de perto os efeitos da guerra quando sua cidade natal, Königsberg, foi ocupada pela Rússia durante a Guerra dos Sete Anos (1756-63) -, Kant defendia o conhecimento e a liberdade caminharem de mãos dadas.

Ele explorou esses temas em duas outras críticas: a *Crítica da Razão Prática* (1788) e a *Crítica do Julgamento* (1790). A *Crítica da Razão Pura* identifica as leis que regem a ciência, enquanto preservam o livre-arbítrio. A *Crítica do Julgamento* considera os juízos estéticos, assim como questões teleológicas sobre o propósito de sistemas e organismos naturais.

Um dos aspectos mais duradouros da filosofia de Kant é sua Ética, com seu *imperativo categórico*. Diz: eu preciso agir de modo minha ação escolhida se tornar uma lei universal, capaz de ser aplicada a qualquer pessoa ao se encontrar em circunstâncias similares. Aqui Kant argumenta contra uma ética consequencialista, como o *utilitarismo*.

A ética utilitária defende que o percurso correto da ação é aquele que dá a maior quantidade de bem-estar para a o maior número de pessoas. O utilitarismo é consequencialista porque me incita a buscar as melhores consequências, o que, na opinião de Kant, não é mais do que faria o eu animal.

Para ele, o utilitarismo não é uma teoria moral, uma vez que deixa de dar a devida atenção à diferença entre animais e pessoas, ou seja, entre animais e mente. Ao buscarmos o imperativo categórico em nossas ações, estamos usando o que Kant chama de razão prática pura para chegar a um princípio que ditaria nossas ações. Isso é chamado de ética deontológica:

encontrar e obedecer a uma regra moral, em vez de definir o bem a partir de suas consequências.

A filosofia de Kant do *idealismo transcendental* - segundo a qual o sujeito que apreende atribui somente significado parcial ao mundo externo - viria a determinar os caminhos para o desenvolvimento futuro do idealismo alemão e de grande parte da filosofia continental dos séculos XX e XXI.

Após um longo período durante o qual Kant foi o mais influente filósofo alemão, tendo sido amplamente interpretado por idealistas - como Johann Gottlieb Fichte (1762-1814) e F. W. J. Schelling (1775-1854) -, G. W. F. Hegel (1770-1831) foi o próximo a erigir um sistema de pensamento completo. Sua atenção estava focada na criação de uma teoria unificada de tudo por meio da razão. Seu historicismo e sua preocupação com as inter-relações entre entidades e questões políticas e sociais influenciaram grandemente Karl Marx e Max Weber (1864-1920). Essa vertente de pensamento era uma das quatro que viriam a dominar o século XX:

- (1) ideologia política;
- (2) biologia e genética;
- (3) psicologia e
- (4) física pós-newtoniana.

Fascismo e Totalitarismo Soviético: Necessidade de um Pós-Marxismo de Esquerda

Stephen Trombley, em *“50 Pensadores que formaram o mundo moderno”*, mostra da tradição filosófica ocidental, infelizmente, ter surgido também o *fascismo*. Os nacional-socialistas alemães, ou nazistas, constituíam um partido fascista - eram diametralmente opostos aos socialistas inspirados em Karl Marx. O fascismo é algumas vezes considerado mais uma tendência do que um programa sistemático, e, de fato, é difícil identificar uma explicação filosófica coerente para a ideologia nazista. Algumas tentativas são mero catálogo de preconceitos.

O fascismo, da maneira como se desenvolveu em diferentes países - Itália, Alemanha, Espanha -, foi uma reunião desorganizada de crenças extremistas, popularizadas em um período de profunda crise financeira. Para os alemães, que sofriam com o peso do Tratado de Versalhes, o fascismo se definiu por suas escolhas de bodes expiatórios: judeus, socialistas e o consumismo dos Estados Unidos.

Componentes importantes do fascismo alemão incluem um nacionalismo extremo, a ideia dos arianos como “raça superior” e uma perseguição militarista do império. O líder nazista Adolf Hitler (1889-1945) não enxergava a economia como prioridade, talvez porque as exigências industriais da dominação do mundo significassem abundante trabalho em fábricas, assim como garantido consumo de seus produtos por parte das forças militares (após a apropriação das riquezas das nações conquistadas). O economista libertário, Sheldon Richman, definiu o fascismo como “socialismo com uma máscara capitalista”.

O trabalho de Karl Marx e Friedrich Engels culminou com a filosofia política e econômica do socialismo. O socialismo foi adotado por Vladimir Ilitch Lênin (1870-1924), que o implementou em uma forma que se tornaria o socialismo oficial posto em prática pela União Soviética após a Revolução Russa de outubro de 1917.

Marx e Engels viam a organização social como o resultado de relações econômicas historicamente determinadas. Para eles, a história do homem moderno era definida pelo conflito entre trabalho e capital, o que necessariamente exigia uma política radical. O paraíso dos trabalhadores que Marx e Engels tinham em mente quando escreveram O manifesto comunista, em 1848, provou-se no século XX ser uma utopia. A ascensão de Joseph Stálin (1879-1953) à liderança da União Soviética levou quase 20 milhões de pessoas à morte, um resultado da fome, dos expurgos e das deportações.

Os cidadãos soviéticos tinham trabalho garantido, mas sua qualidade de vida, em termos de confortos materiais, estava muito longe daquela desfrutada no Ocidente, onde o capitalismo produzia lucros recordes “, inaugurando um novo mundo de prosperidade para os americanos e, com o tempo, também para os europeus. Além disso, enquanto os Estados Unidos e grande parte da Europa desfrutavam eleições democráticas, a liderança na União Soviética era imposta às massas. A filiação ao Partido Comunista era restrita a uma minoria privilegiada, e um elaborado Estado Policial mantinha a população em ordem.

Com o estabelecimento de regimes totalitários na Rússia e na Alemanha, intelectuais destes países viram-se em perigo. Seu papel passou a ser, muitas vezes, o de simplesmente concordar com um sistema que era ao mesmo tempo moralmente falido e intelectualmente desonesto.

Quando os nazistas começaram a perseguir os judeus na Alemanha em 1933, preparando o terreno para os horrores da Segunda Guerra Mundial, tanto os Estados Unidos como a Grã-Bretanha se beneficiaram com a chegada em suas terras de filósofos e cientistas que fugiam na tentativa de salvar suas



vidas. Anos depois, os Estados Unidos seriam a primeira nação a desenvolver uma arma nuclear, utilizando a ciência trazida por refugiados alemães, incluindo Albert Einstein (1879-1955).

Quando a guerra terminou e os americanos e soviéticos vencedores chegaram à Alemanha para selecionar os melhores cientistas nazistas para trabalharem com eles, os Estados Unidos ficaram com Wernher von Braun (1912-77). Braun era o físico e engenheiro de lançadores que havia criado o mortal foguete de longo alcance V-2, que espalhara morte e destruição por Londres. Mas ele não era somente um projetista de foguetes; era também um membro do Partido Nazista e oficial da Schutzstaffel (SS). Os americanos o pegaram antes que os soviéticos pudessem fazer o mesmo, o que lhes rendeu um conhecimento privilegiado a respeito de mísseis balísticos, permitindo-lhes projetar armas termonucleares com alvos a milhares de quilômetros de distância. Braun foi responsável pela ciência por trás dos foguetes que fizeram dos Estados Unidos a primeira nação a pôr o homem sobre a superfície da Lua.

Hannah Arendt, *As origens do totalitarismo* (1951), denunciava: “a luta por dominação total de toda a população do mundo, a eliminação de toda realidade não totalitária concorrente, é inerente aos próprios regimes totalitários; se não perseguirem o comando global como objetivo último, é muito provável que eles percam qualquer poder já conquistado”.

A esquerda ainda paga o preço do totalitarismo na experiência do Socialismo Realmente Existente (SOREX). Foi apenas fruto das circunstâncias históricas ou o “ovo da serpente” foi chocado a partir de Karl Marx e Friedrich Engels, no *O Manifesto Comunista* (1848), quando diagnosticaram: “a história de toda a sociedade até o presente é a história da luta de classes”.

*Esta visão era historicamente falsa.* A história humana tinha se definido até então pela predominância do regime de escravidão imposta tanto pela casta dos guerreiros e aristocratas governantes sem a casta dos sábios sacerdotes se rebelar contra e a casta dos trabalhadores artesãos ou artífices não se incomodar tanto, dado seu nicho de mercado de trabalho artesanal. As alianças entre essas castas, indiferentes aos párias, que, periodicamente, são golpeadas e contra golpeadas pela tentativa de uma delas impor seus valores morais sobre as demais, explica melhor a longa história da humanidade além do capitalismo.

Uma esquerda pós-marxista necessita abandonar a ideia primária de ditadura do proletariado que superaria a ditadura da classe capitalista e levaria ao reino da abundância. Superada a fase socialista de “a cada qual segundo sua capacidade” será quando haverá a possibilidade da fase

comunista de “a cada qual segundo sua necessidade”. Esta crença idílica é não científica, pois aposta em um determinismo histórico inelutável sob a batuta de um proletariado - aquele agrupamento social miserável que antes só tinha muita prole - já desaparecido. Na sua tarefa de sujeito revolucionário, deixou de “não ter nada a perder” e de “ser a classe mais organizada”.

Afinal, a casta dos sábios-universitários emergiu da massificação do Ensino Superior no pós-guerra e com o *baby-boom*. Membros dessa “classe média” constituirão, mais uma vez, uma vanguarda descolada das massas populares? Isso resultará novamente em totalitarismo.

Quanto pior, melhor para a revolução socialista?! Este ponto-de-vista “evolucionário ou faseológico” do marxismo vulgar (estalinista) merece a crítica da esquerda democrática pós-Socialismo-Realmente-Existente. Esta vê a mudança do modo de produção capitalista para o modo de vida socialista como uma transição lenta e gradual. Não será fruto de uma revolução súbita (ou “golpe de Estado por golpe de sorte”), porque se trata de uma mudança dialética de quantidade para qualidade decorrente da emergência sistêmica de interações das conquistas de direitos da cidadania, pelos quais se preserva a liberdade e a fraternidade na busca da igualdade.

### Ciência em Aceleração

Stephen Trombley, em *“50 pensadores que formaram o mundo moderno: perfis de cinquenta filósofos, cientistas, teóricos políticos e sociais e líderes espirituais marcantes cujas ideias definiram a época em que vivemos”* (tradução de Breno Barreto. Rio de Janeiro: LeYa, 2014), afirma que “a Teoria da Relatividade de Einstein nos deu um ponto de vista privilegiado, a partir do qual podemos enxergar o progresso do pensamento em nossa época. Ao longo dos dois mil anos em que os homens olharam para o mundo pelos olhos de Aristóteles, Ptolomeu (90-168), Copérnico (1473-1543) e Galileu (1564-1642), o conhecimento foi acumulado por meio de rápidos *insights* que davam aos cientistas algo sobre que pensar por várias centenas de anos”.

Mas o mundo pós-newtoniano já não era assim. Desde a divisão do átomo, as descobertas da Física, da Química, da Engenharia e de suas subsequentes contribuições à tecnologia ocorreram em ritmo vertiginoso. A crescente especialização das Ciências Físicas deixou para trás a Era de Amadores Iluministas como Isaac Newton (1642-1727); somente especialistas podem acompanhar o ritmo e os detalhes do avanço de uma área como a física de partículas ou a astrofísica.

Enquanto os físicos estavam ocupados explodindo o mundo e, ao mesmo tempo, descobrindo como se dera sua existência, biólogos e geneticistas estavam voltando-se para o mundo interno. A Física explora o mundo que está além de nós, seja ele diminuto ou enorme. A Biologia - particularmente a Genética - entra em nossos corpos para descobrir como eles funcionam. E com a genética temos a possibilidade de alterar o que acontece dentro de nossos corpos ao manipularmos o DNA. Reúne os blocos de construção de toda a vida. Charles Darwin (1809-82) inaugurou uma tendência com impacto sobre a humanidade comparável ao da obra de Karl Marx.

A teoria de Darwin da seleção natural - popularmente, significa que os humanos descenderam dos macacos - continua a insuflar debates e a evidenciar a distância que existe entre conhecimento e crença mítica. Essa disjunção gerou um clima anti-intelectual no final do século XX. Faz o progresso desde a Inquisição parecer duvidoso.

Enquanto isso, a Ciência segue em frente em ritmo extraordinário. O trabalho iniciado com a catalogação empreendida por Aristóteles de plantas e animais de acordo com gêneros e espécies foi levado adiante com a publicação de *Sobre a Origem das Espécies através da Seleção Natural* (1859), de Darwin, e com o trabalho de Gregor Mendel (1822-84) e outros geneticistas, o que levou à descoberta do *mecanismo de características hereditárias*. A explosão de pesquisas estimulada por essas descobertas - nos campos da Biologia, Química e Genética (e combinações dessas áreas) - conduziu ao isolamento do DNA como conjunto de blocos constituintes da vida e, finalmente, ao trabalho do Projeto Genoma Humano (1990-2003). Mapeou os genes componentes do genoma humano.

Enquanto ideologias políticas, Física Pós-Newtoniana, Biologia e Genética lidam com o mundo físico, seja dentro de nós mesmos ou tão longe quanto as estrelas, a Psicologia - último importante vertente do pensamento moderno - está preocupada com nossa existência interior, nossos pensamentos, e emoções e comportamento.

A história do pensamento moderno, no que diz respeito a Metafísica, Ética, Estética (e, por vezes, até à Lógica), é marcada por diversas tentativas de entender a Psicologia Humana. Filósofos têm ficado fascinados e confusos com a parte de nós que não podemos enxergar, seja ela chamada de mente, alma, *psique* ou o Eu.

A tradição filosófica idealista envolve Psicologia em cada pensamento, uma vez que a mente exerce um papel na constituição do mundo para além do sujeito. Ela é igualmente importante para o empirismo, que considera a mente um recipiente para as impressões do sentido.

A contribuição mais vigorosa para a Psicologia no século XX foi a elaboração feita por Sigmund Freud (1856-1939) do papel do inconsciente no comportamento humano. Freud criou um mapa - uma descrição topográfica - da mente humana. Comporta três partes: id, ego e superego.

Essa classificação dos “assentos” correspondentes aos diversos comportamentos humanos foi instrumental em seu desenvolvimento da Psicanálise, um tipo de tratamento para a neurose e outras doenças por meio do qual o paciente relata seus pensamentos ao terapeuta em uma viagem de descobrimento, revelando os mecanismos escondidos da repressão em um esforço de autoconhecimento.

Sigmund Freud, em *A Interpretação dos Sonhos* (edição de 1925), afirma: “Evidentemente, cada um deve responsabilizar a si mesmo pelos maus impulsos de seus sonhos. De que outra maneira pode-se lidar com eles? A não ser que o conteúdo do sonho corretamente entendido seja inspirado por espíritos extraterrestres, ele é parte do meu próprio ser”.

Qualquer que seja a base científica da Psicanálise, ela contribuiu tanto quanto o marxismo para insuflar a investigação filosófica, sobretudo na França. A psicanálise e o marxismo foram o motor de grande parte da filosofia e do pensamento filosófico nos séculos XX e XXI, porque, ao mesmo tempo em que ambos abrangem um conteúdo técnico, podem ser apreendidos com relativa facilidade por uma ampla gama de leitores, e os filósofos os usaram como ferramentas para contextualizar e responder a questões filosóficas. *O freudianismo e o marxismo foram, ainda, forças vitais no desenvolvimento de teorias críticas e de desconstrução*, ambos oferecendo coerência teórica para a explicação de textos, tanto literários quanto artísticos ou políticos.

Por outro lado, a Biologia, a Genética e a Física exigem uma prática rigorosa e disciplinada que normalmente insere estudantes em carreiras de caminho estritamente técnico: é um simples fato econômico. Sua natureza altamente técnica garante ainda uma audiência restrita.

No entanto, o trabalho desses cientistas é extremamente relevante para os filósofos, uma vez que gera questões que a filosofia está singularmente preparada para formular e responder. A pergunta mais importante que a psicologia levanta aos filósofos é fundamental e tem estado conosco desde tempos imemoriais: seria a mente um mero amontoado de nervos e vasos carregados com eletricidade e regidos por substâncias químicas complexas? Ou seria algo mais, o mistério final, a invisível, indivisível indefinível essência da humanidade?

Os primeiros filósofos batalharam com o conflito conhecimento versus fé. Hoje, Filosofia e Ciência compreendem dois incontestáveis fatos sobre nosso mundo:

- (1) em vez de terem sido criados por Deus em seis dias, os humanos são descendentes de outros mamíferos; e
- (2) o universo tem 13,75 bilhões de anos de idade, e não 6 mil.

Conhecemos o primeiro desses fatos por conta de registros fósseis e o segundo, porque um satélite mediu flutuações na radiação cósmica de fundo em micro-ondas - calor remanescente do *Big Bang*. Estes são avanços extraordinários.

Tanto Copérnico quanto Darwin sofreram censuras por parte da Igreja em razão de suas descobertas. Ambos, no entanto, eram cristãos e não consideravam seu conhecimento recém-adquirido uma ameaça à sua fé; ele informava sua fé.

Hoje, os principais expoentes da Teoria Evolucionária e da Teoria do *Big Bang* - E. O. Wilson (1929-) e Stephen Hawking (1942-) - são ateus. A fé religiosa é possível em uma era do conhecimento? Em um texto escrito em 1931, Albert Einstein, ecoando a visão de Sócrates de que a Filosofia nasce do questionamento, mencionou o mistério ao mesmo tempo como o objetivo da filosofia da ciência e como a mais bela experiência disponível à humanidade.

Disse Albert Einstein em *Como Vejo o Mundo* (1934): “A mais bela experiência que podemos ter é o misterioso. É a emoção fundamental que repousa no berço da verdadeira arte e da verdadeira ciência. Qualquer um que não o saiba e que já não seja capaz de questionar, ou de se maravilhar, é como se já estivesse morto, e seus olhos estão esmaecidos. Foi a experiência do mistério - mesmo se misturada ao medo - que deu origem à religião. Um conhecimento da existência de algo em que não podemos penetrar, nossas percepções da mais profunda razão e da mais radiante beleza, que somente em suas formas mais primitivas são acessíveis às nossas mentes: são esse conhecimento e essa emoção que constituem a verdadeira religiosidade. Neste sentido, e somente nele, eu sou um homem profundamente religioso... Estou satisfeito com o mistério da eternidade da vida e com um conhecimento, um sentido, da maravilhosa estrutura da existência - assim como a humilde tentativa de entender ao menos uma porção minúscula da Razão que se manifesta na Natureza”.

## Civilização: Ocidente X Oriente

No livro *Civilização: Ocidente X Oriente* (São Paulo: Planeta, 2012. pp. 432), Niall Ferguson quer mostrar que o que distinguiu o Ocidente do Oriente - as molas propulsoras do poder global - foram seis novos sistemas de instituições identificáveis e as ideias e os comportamentos associados a eles. Estes “aplicativos” (ou *apps*) que permitiram que uma minoria da humanidade, originando-se no extremo oeste da Eurásia, dominasse o mundo durante a maior parte dos últimos 500 anos.

Outros aspectos cruciais da supremacia ocidental, como o capitalismo ou a liberdade ou a democracia (ou, aliás, armas, germes e aço), estão implícitos nas breves definições seguintes dos seis *apps*.

1. *Competição*: uma descentralização da vida política e econômica, que criou as condições para o surgimento dos Estados-nação e do capitalismo.

2. *Ciência*: uma forma de estudar, entender e, finalmente, transformar o mundo natural, que deu ao Ocidente, entre outras coisas, uma importante vantagem militar sobre o restante.

3. *Direitos de propriedade*: o controle da lei como um meio de proteger os proprietários privados e solucionar, pacificamente, as disputas entre eles, que assentou a base para a forma mais estável de governo representativo.

4. *Medicina*: um ramo da ciência que possibilitou uma importante melhoria na saúde e na expectativa de vida, inicialmente nas sociedades ocidentais, mas também em suas colônias.

5. *Sociedade de consumo*: um modo de vida material em que a produção e a compra de roupas e outros bens de consumo desempenham um papel econômico central, e sem o qual a Revolução Industrial teria sido insustentável.

6. *Ética do trabalho*: um sistema moral e um modo de atividade derivados do cristianismo protestante, entre outras fontes, que fornece a coesão à sociedade dinâmica e potencialmente instável criada pelos itens anteriores.

Ferguson pretende mostrar que não foi só a superioridade ocidental que levou à conquista e à colonização de grande parte do restante do mundo; foi também a fraqueza fortuita de seus rivais. Na década de 1640, por exemplo, uma combinação de crise fiscal e monetária, mudança climática e epidemia desencadeou uma rebelião e o colapso da dinastia Ming na China. Isso não

teve nada a ver com o Ocidente. Da mesma maneira, o declínio político e militar do Império Otomano teve mais causas internas do que externas. O fracasso de Simon Bolívar em criar os Estados Unidos da América Latina não foi “culpa dos gringos”.

O ponto crítico é que a diferença entre o Ocidente e o restante do mundo era institucional. A Europa Ocidental superou a China, em parte, porque no Ocidente havia mais competição tanto na esfera política quanto na econômica. A Áustria, a Prússia e, mais tarde, até mesmo a Rússia se tornaram mais eficazes em termos administrativos e militares porque a rede de comunicação que levou à Revolução Científica surgiu no mundo cristão, mas não no muçumano.

A razão pela qual as ex-colônias norte-americanas se saíram muito melhor que as da América do Sul é que os colonizadores ingleses estabeleceram no Norte um sistema de direitos de propriedade e representação política completamente diferente daquele implementado por espanhóis e portugueses no Sul. O Norte era uma “ordem de acesso aberto”, em vez de fechado, administrada segundo os interesses de elites exclusivas e em busca de privilégios.

Os impérios europeus foram capazes de penetrar na África não só porque tinham a metralhadora Maxim. Eles também conceberam vacinas contra doenças tropicais às quais os africanos eram igualmente vulneráveis.

Da mesma maneira, a industrialização precoce do Ocidente refletia vantagens institucionais: a possibilidade de uma sociedade de consumidores em massa existia nas ilhas britânicas bem antes do advento e da disseminação da energia a vapor ou do sistema fabril. Mesmo quando a tecnologia industrial estava disponível quase universalmente, a diferença entre o Ocidente e o restante do mundo persistiu; de fato, tornou-se ainda maior.

Sem um maquinário totalmente padronizado de fiação e tecelagem do algodão, o trabalhador europeu ou norte-americano ainda era capaz de trabalhar de maneira mais produtiva, e seu empregador capitalista de acumular riqueza mais depressa do que seus pares orientais.

O investimento em saúde e em educação pública deu bons resultados; onde não houve investimento, as pessoas continuaram pobres. Este livro é sobre todas essas diferenças - porque existiram e porque foram tão importantes.

## Teorias dos Ciclos de Civilização

A insinuação implícita na Teoria dos Ciclos de Civilização é todas as civilizações, não importa quão magníficas sejam, estarem condenadas a decair e ruir. Durante séculos, historiadores, teóricos políticos, antropólogos e o público em geral tenderam a pensar na ascensão e na queda das civilizações em tais termos cíclicos e gradativos.

No Livro VI de *História* de Políbio, com relatos da ascensão de Roma, o processo de anaciclose política é o seguinte:

1. Monarquia
2. Reinado
3. Tirania
4. Aristocracia
5. Oligarquia
6. Democracia
7. Oclocracia (governo da multidão)

Em seu livro *Ciência Nova* (1725), o filósofo italiano Giambattista Vico descreve que todas as civilizações passam por um *ricorso* com três fases:

1. a divina;
2. a heroica;
3. a humana ou racional.

Esta última retorna à divina por meio do que Vico chamou “barbarismo da reflexão”.

A ideia-básica, em muitos autores, é até os governos mais sólidos, assim como os corpos mais saudáveis, carregarem as sementes de sua destruição. *A cada hora sobrevivida é uma hora a menos para viver.*

Adam Smith, em *A Riqueza das Nações*, afirmou que o crescimento econômico - “opulência” - finalmente abriria caminho para o estado estacionário. Os idealistas e os materialistas concordaram em uma coisa. Tanto para Hegel quanto para Marx, foi a dialética que deu à história seu golpe inequívoco.



A história era sazonal para Oswald Spengler, historiador alemão. Ele escreveu em *O Declínio do Ocidente* (1918-22) que o século XIX havia sido “o inverno do Ocidente, a vitória do materialismo e do ceticismo, do socialismo, do parlamentarismo e do dinheiro”.

O *Estudo da História* (1936-54), em 12 volumes, do historiador britânico Arnold Toynbee apresentou um ciclo de oposição, reação por parte de “minorias criativas”, e então declínio - o suicídio da civilização -, quando os líderes param de responder com suficiente criatividade aos desafios que enfrentam.

Outra grande teoria foi a do sociólogo russo emigrante Pitrim Sorokin, que afirmou que todas as principais civilizações passaram por três fases:

1. “ideacional”, em que a realidade é espiritual;
2. “sensata”, em que a realidade é material;
3. “idealista”, uma síntese das duas anteriores.

O historiador norte-americano Carroll Quigley ensinou a seus alunos que a civilização tinha, como os homens, sete idades:

1. Mistura;
2. Gestação;
3. Expansão;
4. Conflito;
5. Império universal;
6. Decadência;
7. Invasão.

Cada um desses modelos é diferente, mas todos tem em comum o pressuposto de *a história ter ritmo*.

Linhas de pensamento similares são encontradas em obras de autores mais modernos. *Ascensão e Queda das Grandes Potências* (1987), de Paul Kennedy, é mais obra de *história cíclica*, quando as grandes potências surgem e desaparecem de acordo com os índices de crescimento de suas bases industriais e o custo de seus compromissos imperiais com relação a suas finanças públicas. Assim como em *O Curso do Império*, de Cole, a expansão

imperial carrega as sementes da decadência futura. Esse fenômeno de “expansão imperial excessiva” é comum a todas as grandes potências.

Mais recentemente, foi o antropólogo Jared Diamond quem capturou a imaginação social com uma grande Teoria de Ascensão e Queda. Seu livro, *Colapso - como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso* (2005), é a história cíclica para a Era Verde: narrativas de sociedades, da Ilha da Páscoa do século XVII à China do século XXI, que correram ou correm o risco de se autodestruir por abusar de seu ambiente natural. Todas as civilizações chegam a sua “época de ouro” - e perecem.

De acordo com Diamond, os maias caíram em uma clássica armadilha malthusiana, uma vez que sua população cresceu a um ritmo que seu sistema agrícola frágil e ineficiente não foi capaz de suportar. Mas pessoas significava mais cultivo, mas mais cultivo significava desmatamento, erosão, seca e exaustão do solo. A consequência foi a guerra civil por recursos minguantes e, finalmente, a ruína.

A inferência de Diamond é, obviamente, o mundo de hoje seguir o caminho dos maias. O ponto crucial é o *suicídio ambiental*. Ele é um processo lento e demorado. Infelizmente, os líderes políticos em quase todas as sociedades - primitivas ou sofisticadas - têm pouco incentivo para lidar com problemas de gerações futuras, quando não terão probabilidade de serem reeleitos. As reivindicações retóricas de “salvar o planeta” para as gerações futuras são insuficientes para superar os conflitos pela distribuição econômica entre países ricos e pobres existentes *aqui e agora*. Segundo Ferguson, “amamos nossos netos, mas é mais difícil enxergar uma relação com nossos tataranetos”.

Porém, é possível que todo esse sistema conceitual seja, na verdade, falho. Talvez a representação de um superciclo civilizacional de nascimento, crescimento e morte seja uma representação equivocada do processo histórico.

Ferguson lança as questões existenciais de todos os historiadores das civilizações:

1. E se a história não for cíclica e lenta, mas sim arritmica - às vezes quase estacionária, mas também capaz de aceleração violenta?
2. E se o tempo histórico for menos com a mudança lenta e previsível das estações e mais como o tempo elástico de nossos sonhos?

3. Acima de tudo, e se o colapso não demorar séculos para acontecer, mas acometer uma civilização de súbito, como um ladrão na calada da noite?

#### Seis Aplicativos para a Hegemonia da Civilização Ocidental

As civilizações, conforme Niall Ferguson tratou de demonstrar em seu livro *Civilização: Ocidente X Oriente*, são *sistemas extremamente complexos*, compostos de um número muito grande de componentes. Eles interagem e estão organizados de forma assimétrica, funcionando entre a ordem e a desordem à beira do caos. Tais sistemas estão em constante mutação até atingir pontos críticos, quando pequena perturbação pode desencadear uma “fase de transição” de um equilíbrio benigno a uma crise.

Para entender *a complexidade*, é útil examinar como os cientistas naturais usam o conceito. Todos os sistemas complexos no mundo natural têm certas características em comum. Uma pequena alteração em tais sistemas pode produzir mudanças enormes, muitas vezes imprevistas, via “efeito amplificador”.

As relações causais costumam ser não lineares, o que significa que os métodos tradicionais de generalizar com base em observações, tais como a amostragem e a análise de tendências, são de pouca utilidade. Certos sistemas complexos são totalmente não deterministas, o que significa que é quase impossível fazer previsões sobre seu comportamento futuro com base em dados passados.

As estruturas políticas e econômicas criadas por seres humanos apresentam muitas das características de sistemas complexos. Vão muito além da noção de uma “mão invisível” de Adam Smith. Esta metáfora parece guiar vários indivíduos à maximização dos lucros. Uma economia complexa é caracterizada por interações de agentes econômicos dispersos, uma ausência de qualquer controle central, vários níveis de organização, adaptação contínua, criação incessante de novos nichos de mercado e nenhum equilíbrio geral. Ao contrário da lei de rendimentos decrescentes, em uma economia complexa, o aumento dos rendimentos é perfeitamente possível. O desafio atual é aplicar tais ideias a outros aspectos de atividade humana coletiva, entre os quais a meta-história.

Uma civilização é, por definição, um sistema extremamente complexo. Por mais que haja uma autoridade central simbólica, na prática é uma rede adaptativa de relações econômicas, sociais e políticas. Civilizações de todas as formas e tamanhos apresentam muitas das características de sistemas

complexos no mundo natural, inclusive a tendência de passar da estabilidade à instabilidade de forma um tanto repentina.

A civilização ocidental em sua primeira encarnação - o Império Romano - não desapareceu de maneira esperada. Entrou em colapso no decorrer de uma geração, lançada à beira do caos pelos invasores bárbaros no início do século V.

Houve outros *colapsos comparativamente rápidos*, como os dos incas entre 1530-1540, quando seu império foi dilacerado por poucos invasores estrangeiros com cavalos, pólvora e doenças letais. O governo da dinastia Ming na China sucumbiu, rapidamente, em meados do século XVII. A monarquia Bourbon foi derrubada pela revolução francesa no ano de 1789, inclusive por causa da crise de finanças públicas provocada pelo apoio aos rebeldes coloniais da América do Norte contra seus inimigos ingleses. Em quatro anos, o rei foi decapitado pela guilhotina inventada em 1791...

Entre o movimento dos Jovens Turcos, em 1908, e o fim do Império Otomano, foram apenas catorze anos. O Império do Japão atingiu sua máxima extensão territorial em 1942, e em 1945 já não existia mais. Do fim da II Guerra Mundial à crise do Suez, em 1956, o Reino Unido, que já tinha concedido independência a diversas colônias, foi convencido de que não podia desafiar os Estados Unidos no Oriente Médio, selando o fim do Império Britânico. O exemplo mais recente e familiar de *queda repentina* é, sem dúvida, o colapso da União Soviética.

Se as civilizações são sistemas complexos que mais cedo ou mais tarde sucumbem a disfunções repentinas e catastróficas, quais são as implicações para a civilização ocidental contemporânea? Afinal, o Ocidente veio a dominar o restante do mundo por volta de 1500.

As pesquisas recentes derrubaram a visão em voga de que a economia chinesa estava em pé de igualdade com a ocidental até 1800. O PIB per capita basicamente estagnou na era Ming, e era muito mais baixo que o da Grã-Bretanha pré-industrial, pois a China era uma economia predominantemente agrícola com 90% do PIB composto de cultivos de baixa produtividade, inferiores aos da Inglaterra. Antes da “grande divergência” entre o Oriente e o Ocidente, em 1700, a situação econômica do habitante médio da China era um pouco superior à do habitante dos futuros Estados Unidos. Em 1600, o PIB per capita da Grã-Bretanha já era 60% mais alto do que o da China.

O que aconteceu depois disso foi a produção e a população da China crescerem na mesma proporção, levando a renda individual a estagnar, enquanto o mundo anglófilo, seguido pelo noroeste da Europa, saiu na frente. Em 820, o PIB per capita dos Estados Unidos era o dobro do da China; em

1870, era quase cinco vezes maior; em 1913, a proporção era quase de 10 para 1.

A Grande Divergência se manifestou de várias formas. Em 1500, as dez maiores cidades do mundo eram quase todas orientais, sendo Pequim de longe a maior, cerca de dez vezes o tamanho da pequena e pobre Londres. Em 1900, as maiores cidades eram quase todas ocidentais: Londres era mais de quatro vezes o tamanho de Tóquio, a maior conturbação da Ásia.

Em 1500, dez reinos europeus tornados os impérios globais do mundo moderno correspondiam a um vigésimo do território do mundo, 16% de sua população e pouco mais de 1/5 de sua produção. Em 1913, esses mesmos Estados mais os Estados Unidos controlavam 58% da superfície terrestre do globo, concentravam 57% de sua população e 74% do PIB global - do qual apenas 18% iam para suas possessões coloniais.

*O conhecimento era poder.* Mas por que o conhecimento europeu era superior a todos os demais antes da I Guerra Mundial? Por que o Ocidente dominou o Resto do Mundo e não o contrário? Niall Ferguson argumentou: “foi porque o Ocidente desenvolveu seis aplicativos que o restante do mundo não tinha”. Foram:

1. A *competição*, porque a própria Europa estava politicamente fragmentada e em cada Monarquia ou República havia entidades corporativas competindo entre si.
2. A *revolução científica*, porque todos os principais avanços do século XVII em Matemática, Astronomia, Física, Química e Biologia ocorreram na Europa Ocidental.
3. O *Estado de Direito* e o *governo representativo*, porque no mundo anglófono surgiu um sistema melhorado de ordem social e política, com base nos direitos de propriedade privada e na representação dos donos de propriedades em legislaturas eleitas.
4. A *medicina moderna*, porque praticamente todos os avanços em saúde dos séculos XIX e XX, incluindo o controle de doenças tropicais, foram feitos por europeus ocidentais e norte-americanos.
5. A *sociedade de consumo*, porque a Revolução Industrial aconteceu onde havia um fornecimento de tecnologias capazes de aumentar a produtividade e uma demanda por produtos melhores, mais baratos e em maior quantidade.

6. A ética do trabalho, porque os ocidentais foram o primeiro povo no mundo a combinar trabalho mais extensivo e intensivo com taxas de investimento mais elevadas, possibilitando a acumulação continuada de capital.

Esse último reducionismo é um absurdo, pois deixa em segundo plano a execução de todos os planos estatais do Socialismo de Mercado (ou Capitalismo de Estado)! Ignora desde as reformas de Deng Xiaoping até os investimentos diretos estrangeiros com transferência de tecnologia como contrapartida do acesso ao gigantesco mercado interno chinês!

Além disso, na China, há larga predominância do ateísmo ou do confucionismo face à pequena parcela da população protestante. *The World FactBook* da CIA informa as seguintes religiões entre os 1.355.692.576 chineses: Budistas, 18.2%; Cristãos, 5.1%; Muslim 1.8%; folk religion < 1%; Hindu < 1%; Jewish < 1%; outras: 0.7% (inclusive taoístas); não filiados a nenhuma igreja: 52.2%. O Estado chinês é, oficialmente, *ateísta*.

Não. Nem os Estados Unidos entraram em crise por excesso de crédito para satisfazer o consumismo, nem a China cresceu por causa da religiosa poupança.

## BIBLIOGRAFIA

BROTTON, Jerry. *Uma História do Mundo em Doze Mapas*. Rio de Janeiro: Zahar; 2014.

DIAMOND, Jared. *Armas, Germes e Aço [Guns, Germs, and Steel: The Fates of Human Societies]*. Rio de Janeiro; Record; 2001. 476 p.

DIAMOND, Jared. *Colapso - Como Sociedades Escolhem o Fracasso ou o Sucesso*. Rio de Janeiro: Editora Record; 2005. 685 p.

ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador: volume 1 - Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro; Zahar; 1995.

ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador: volume 2 - Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro; Zahar; 1995.

FERGUSON, Niall. *Civilização: Ocidente X Oriente*. São Paulo: Planeta; 2012.

GREENBLATT, Stephen. *A Virada: O Nascimento do Mundo Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras; 2012.

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: Uma Breve História da Humanidade*. São Paulo: Editora L&PM; 2015.

KOLBERT, Elizabeth. *A Sexta Extinção: Uma História Não Natural*. Rio de Janeiro; Editora Intrínseca; 2014.

PINKER, Steve. *Os Anjos Bons da Nossa Natureza*. São Paulo: Companhia das Letras; 2013.

PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi. *História da Cidadania (6a. ed.)*. São Paulo: Contexto; 2013. 573 p.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: Questões de Interpretação*. Lisboa: Edições 70; 2012.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. *História do crescimento econômico: as origens político-culturais da Revolução Industrial*. Campinas; Texto para Discussão do IE-UNICAMP (TDIE) n. 312; agosto de 2017.

SENNETT, Richard. *O Artífice (The Craftsman; 2008)*. Rio de Janeiro: Record; 2015.

STANDAGE, Tom. *Uma história comestível da humanidade*. Rio de Janeiro; Zahar; 2010.

TROMBLEY, Stephen. *50 pensadores que formaram o mundo moderno: perfis de cinquenta filósofos, cientistas, teóricos políticos e sociais e líderes*

*espirituais marcantes cujas ideias definiram a época em que vivemos* (tradução de Breno Barreto). Rio de Janeiro: LeYa, 2014.

## SOBRE O COMPILADOR

Fernando Nogueira da Costa é Professor Titular do IE-UNICAMP, onde é professor desde 1985.

Participou da direção estratégica de empresa pública como Vice-presidente de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa Econômica Federal, entre fevereiro de 2003 e junho de 2007. No mesmo período, representou a Caixa como Diretor-executivo da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos.

Publicou os livros *Ensaio de Economia Monetária*, em 1992, *Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista*, em 1999, finalista do Prêmio Jabuti, *Economia em 10 Lições*, em 2000 – todos estão com edição esgotada –, *Brasil dos Bancos*, em 2012 pela EDUSP (Primeiro Lugar no XVIII Prêmio Brasil de Economia do COFECON - Conselho Federal de Economia em 2012 e finalista do Prêmio Jabuti 2013 na área de Economia, Administração e Negócios), *Bancos Públicos do Brasil* (FPA-FENAE, 2016), *200 Anos do Banco do Brasil: 1964-2008* (2008, edição eletrônica), *Métodos de Análise Econômica* (Editora Contexto: 2018); *Ensino de Economia na Escola de Campinas: Memórias* (IE-UNICAMP: 2018); *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar* (IE-UNICAMP; 2018) com edição eletrônica, vários capítulos de livros e artigos em revistas especializadas. Coordenou e escreveu capítulos do livro sobre *Mercado de Cartões de Pagamento no Brasil* (ABECS).

Palestrante com mais de duzentas palestras em Universidades, Sindicatos, Associações Patronais, Bancos, etc. Coordenador da área de Economia na FAPESP de 1996 a 2002.

Publicou artigos em jornais de circulação nacional, atualmente, posta em conhecidos sites como GGN, Brasil Debate e CartaMaior.



Seu blog Cultura & Cidadania, desde 22/01/2010, recebeu mais de 7,5 milhões visitas.

(<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>)